

TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Vincent Cheung

Copyright © 2001, 2003 por Vincent Cheung. Todos os direitos reservados.

Publicado originalmente por [Reformation Ministries International](#)
PO Box 15662, Boston, MA 02215, USA

Tradução e revisão: Felipe Sabino de Araújo Neto e Vanderson Moura da Silva.

Edição e Projeto Gráfico: Felipe Sabino de Araújo Neto.

Direitos para o português gentilmente cedidos pelo autor ao site *Monergismo.com*

Salvo indicação em contrário, as citações escriturísticas são extraídas da NOVA VERSÃO INTERNACIONAL DA BÍBLIA, edição *online*, da Sociedade Bíblica Internacional (disponível em <http://www.ibs.org/bibles/portuguese/index.php>). Usadas com permissão.

SUMÁRIO

NOTA DE AGRADECIMENTO	3
PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2003	4
1. TEOLOGIA	5
A NATUREZA DA TEOLOGIA	5
A POSSIBILIDADE DA TEOLOGIA.....	6
A NECESSIDADE DE TEOLOGIA.....	9
2. ESCRITURA	12
A NATUREZA DA ESCRITURA	12
A INSPIRAÇÃO DA ESCRITURA	14
A UNIDADE DA ESCRITURA.....	16
A INFALIBILIDADE DA ESCRITURA	19
A AUTORIDADE DA ESCRITURA	20
A NECESSIDADE DA ESCRITURA	21
A CLAREZA DA ESCRITURA	22
A SUFICIÊNCIA DA ESCRITURA.....	24
3. DEUS	26
A EXISTÊNCIA DE DEUS	26
OS ATRIBUTOS DE DEUS.....	42
AS OBRAS DE DEUS	84
4. HOMEM	91
A CRIAÇÃO DO HOMEM.....	91
A NATUREZA DO HOMEM	97
A QUEDA DO HOMEM	111
5. CRISTO	118
A PESSOA DE CRISTO	118
A VIDA DE CRISTO.....	121
A OBRA DE CRISTO	123
A SUPREMACIA DE CRISTO	137
6. SALVAÇÃO	153
ELEITOS	153
CHAMADOS	177
REGENERADOS.....	178
CONVERTIDOS	179
JUSTIFICADOS	184
ADOTADOS	188
SANTIFICADOS	190
PRESERVADOS.....	192

NOTA DE AGRADECIMENTO

A presente obra, disponível agora no portal *Monergismo.com*, é o segundo fruto do “Projeto de Tradução”, lançado há menos de um ano.

Minha mais sincera gratidão ao irmão Vanderson Moura da Silva, tradutor do primeiro livro do Projeto, que desta vez se dedicou, juntamente comigo, a verter em nosso idioma este excelente livro para os irmãos de língua portuguesa.

Não poderíamos deixar de mencionar o autor do livro, Vincent Cheung, que há muito concedera-me a permissão para traduzir não somente este livro, mas todos já escritos e os que virá a escrever.

Rogamos a Deus sua bênção sobre este livro, e que ele o use para instruir seu povo, para que a cada dia tenhamos uma compreensão mais bíblica de Deus, de Cristo, do homem e da salvação adquirida por Jesus para os seus.

Aproveitamos esta oportunidade para reiterar o convite a todos os irmãos que se sentem especialmente capacitados a trabalhar com literatura cristã sadia a fim de que se unam a este projeto para a disponibilização gratuita em nossa língua, tão carente da sã teologia e da mais edificante doutrina, de outras obras de extremo valor.

Nisto, como em tudo o mais, *solí Deo gloria!*

Felipe Sabino de Araújo Neto
Cuiabá, 08 de abril de 2006

PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2003

A tarefa mais importante que um cristão pode realizar, em qualquer estágio de seu desenvolvimento espiritual, é estudar teologia sistemática. Isso pode soar extremo à tendência anti-intelectual do cristianismo popular, mas é conclusão necessária derivada da natureza da teologia. O estudo teológico possui um valor intrínseco, e ele é a pré-condição de todo conceito e atividade cristãos. Por exemplo, é o empreendimento intelectual da teologia que governa o objeto e o modo da oração, define a razão e a maneira da adoração, e formula a mensagem e a estratégia para o evangelismo.

Eu considero esse livro um texto adequado para o leitor iniciante. Talvez alguns o acharão até mesmo desafiador. Mas sendo uma introdução, ele não pode incluir todas as coisas importantes para um entendimento abrangente da teologia. E visto que seu propósito primário é providenciar uma construção ou afirmação positiva das doutrinas bíblicas, a ênfase não está na polêmica. O leitor deve buscar meus outros escritos para discussões mais detalhadas sobre os tópicos mencionados nos capítulos seguintes.

Esse livro enfatiza a inter-relação das doutrinas bíblicas, e dispõe-nas em uma progressão lógica – desde a pré-condição epistemológica de uma cosmovisão até à preservação do crente. Os três temas centrais deste livro são a infalibilidade da Escritura, a soberania de Deus e a centralidade da mente. Algumas das minhas outras obras oferecem explanação e defesa adicionais desses pilares bíblicos do sistema cristão. Especialmente relevante é o meu livro, *Questões Últimas*, que serve muito bem de texto associado à *Teologia Sistemática*, por dar respostas bíblicas às questões de epistemologia, metafísica, ética e soteriologia. Enquanto *Teologia Sistemática* é um esboço da teologia cristã, *Questões Últimas* é um esboço da filosofia e da apologética cristãs.

1. TEOLOGIA

A reflexão teológica é a atividade mais importante que um ser humano pode realizar. Essa declaração pode surpreender alguns leitores, mas uma explicação do significado e das implicações do empreendimento teológico fornecerá justificativa para uma tal reivindicação. Consideraremos a natureza, a possibilidade e a necessidade desse campo de estudo nas várias páginas seguintes.

A NATUREZA DA TEOLOGIA

A palavra TEOLOGIA refere-se ao estudo de Deus. Quando usada num sentido mais amplo, a palavra pode incluir todas as outras doutrinas reveladas na Escritura. Ora, Deus é o supremo ser que criou e até agora sustenta tudo o que existe, e a teologia procura entender e articular, de uma maneira sistemática, a informação por ele revelada a nós. Assim, a teologia se preocupa com a realidade última. Visto que é o estudo da realidade última, nada é mais importante. Porque contempla e discute essa realidade, ela, conseqüentemente, define e governa cada área da vida e do pensamento. Portanto, assim como Deus é o ser ou realidade última, a reflexão teológica é a atividade humana última.

Esse livro é uma apresentação de diversas doutrinas bíblicas importantes, pertencentes ao estudo da teologia sistemática. Uma doutrina consiste de uma série de proposições relacionadas com certo tópico teológico — é o ensino bíblico de um determinado assunto. Teologia, então, refere-se ao estudo da Escritura ou à formulação sistemática das doutrinas dessa. Uma doutrina verdadeiramente bíblica é sempre autorizada e obrigatória, e um sistema de teologia é somente autorizado até onde ele reflita o ensino escriturístico.

Muitos advertem contra estudar teologia para o próprio bem dessa. O espírito anti-intelectual dessa geração tem se infiltrado de tal maneira na igreja, que eles recusam a crer que alguma atividade intelectual possua valor intrínseco. Para eles, até mesmo conhecer a Deus deve servir para um propósito maior, provavelmente pragmático ou ético. Embora o conhecimento de Deus deva afetar a conduta de alguém, é, contudo, um engano pensar que o empreendimento intelectual da teologia sirva a um propósito que seja maior do que ela mesma. Os cristãos devem afirmar que, visto que estudar teologia é conhecer a Deus, e esse é o maior propósito do homem, a teologia, portanto, possui um valor intrínseco. Jeremias 9:23-24 diz:

Assim diz o Senhor: “Não se glorie o sábio em sua sabedoria nem o forte em sua força nem o rico em sua riqueza, mas quem se gloriar, glorie-se nisto: em *compreender-me e conhecer-me*, pois eu sou o Senhor e ajo com lealdade, com justiça e com retidão sobre a terra, pois é dessas coisas que me agrado”, declara o Senhor.

Não há finalidade maior a que o conhecimento de Deus pretende alcançar, e não há propósito maior para o homem senão o de que conhecer a Deus. O conhecimento teológico produz demandas morais e outros efeitos na vida de uma pessoa, mas essas

não são propósitos maiores do que a tarefa teológica de conhecer a revelação verbal de Deus.

A POSSIBILIDADE DA TEOLOGIA

Um pré-requisito para se construir um sistema teológico é provar que o conhecimento teológico é possível. Jesus diz que “Deus é Espírito” (João 4:24); ele transcende a existência espaço-temporal do homem. A questão que então se levanta diz respeito a como os seres humanos podem conhecer algo sobre ele. Deuteronômio 29:29 tem a resposta:

As coisas encobertas pertencem ao SENHOR, o nosso Deus, mas as *reveladas* pertencem a nós e aos nossos filhos para sempre, para que sigamos todas as *palavras* desta lei (Deuteronômio 29:29).

Teologia é possível porque Deus se revelou a nós através das palavras da Bíblia.

Deus revelou sua existência, atributos e exigências morais a todo ser humano, incluindo tal informação dentro da mente do homem. A própria estrutura da mente humana inclui algum conhecimento sobre Deus. Esse conhecimento inato, conseqüentemente, faz com que o homem reconheça a criação como a obra de um criador. A grandeza, magnitude e o desígnio complexo da natureza servem para lembrar ao homem de seu conhecimento inato sobre Deus.

Os céus estão declarando a glória de Deus. A vasta expansão mostra o seu trabalho manual. Um dia “fala” disso a outro dia; uma noite mostra conhecimento a outra noite. Não há discursos, não há palavras; Nenhum som é ouvido delas. Sua “voz” estende-se por toda a terra, suas palavras até os confins do mundo (Salmo 19:1-3).¹

Portanto, a ira de Deus é revelada dos céus contra toda impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça, pois o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. Pois desde a criação do mundo os atributos invisíveis de Deus, seu eterno poder e sua natureza divina, têm sido vistos claramente, sendo compreendidos por meio das coisas criadas, de forma que tais homens são indesculpáveis; porque, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe renderam graças, mas os seus pensamentos tornaram-se fúteis e o coração insensato deles obscureceu-se (Romanos 1:18-21).²

Embora o testemunho da natureza concernente ao seu criador seja evidente, o conhecimento do homem sobre Deus não vem da observação da criação. A última

¹ Robert L. Reymond, *A New Systematic Theology of the Christian Faith*; Nashville, Tennessee: Thomas Nelson, Inc.; p. 396. Lemos na NVI assim: “Os céus declaram a glória de Deus; o firmamento proclama a obra das suas mãos. Um dia fala disso a outro dia; uma noite o revela a outra noite. Sem discurso nem palavras, não se ouve a sua voz.”.

² “Sua realidade invisível — seu eterno poder e sua divindade — tornou-se inteligível, desde a criação do mundo, através das criaturas, de sorte que não têm desculpa” (v. 20, Bíblia de Jerusalém).

passagem em Romanos nos informa que o conhecimento de Deus não vem de procedimentos empíricos, mas do que tem sido diretamente “escrito” na mente do homem — é um conhecimento inato:

De fato, quando os gentios, que não têm a Lei, praticam *naturalmente* as coisas requeridas pela lei, tornam-se lei para si mesmos, embora não possuam a Lei; pois mostram que os requerimentos da Lei estão *escritas em seu coração*. Disso dão testemunho também a sua consciência e os pensamentos deles, ora acusando-os, ora defendendo-os (Romanos 2:14-15).³

Os teólogos chamam isso de REVELAÇÃO GERAL. Esse conhecimento de Deus é inato na mente do homem e não se origina da observação do mundo externo. O homem não infere do que ele observa na natureza que deve existir um Deus; antes, ele conhece o Deus da Bíblia antes de ter acesso a qualquer informação empírica. A função da observação é estimular a mente do homem a recordar esse conhecimento inato de Deus, que foi suprimido pelo pecado, e é também por esse conhecimento inato que o homem interpreta a natureza.

Toda pessoa tem um conhecimento inato de Deus, e para onde quer que ele olhe, a natureza lembra disso. Todos os seus pensamentos e todas as suas experiências dão testemunho irrefutável da existência e dos atributos de Deus; a evidência é inescapável. Portanto, aqueles que negam a existência de Deus são acusados de suprimir a verdade pela sua perversão e rebelião, e ao reivindicarem ser sábios, tornaram-se loucos (Romanos 1:22). Em outras palavras, a revelação geral de sua existência e atributos por toda a sua criação – isto é, o conhecimento inato do homem e as características do universo – deixam aqueles que negam a sua existência sem escusa, e assim eles são justamente condenados.

Embora uma pessoa tenha um conhecimento inato da existência e dos atributos de Deus, e o universo criado sirva como um lembrete constante, a revelação geral é insuficiente para conceder conhecimento salvífico de Deus e de informação impossível de ser assim obtida. Assim, Deus revelou o que Lhe agradou nos mostrar através da revelação verbal ou proposicional – isto é, a Escritura. Essa é a sua REVELAÇÃO ESPECIAL. Através dela, ganha-se informação rica e precisa concernente a Deus e às suas coisas. É também através da Escritura que uma pessoa pode obter um conhecimento salvífico de Deus. Uma pessoa que estuda e obedece a Escritura ganha salvação em Cristo:

Quanto a você, porém, permaneça nas coisas que aprendeu e das quais tem convicção, pois você sabe de quem o aprendeu. Porque desde criança você conhece as Sagradas Letras, que são capazes de torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus. (2 Timóteo 3:14-15)

O conhecimento de Deus é também possível somente porque ele fez o homem à sua própria imagem, de forma que há um ponto de contato entre os dois, a despeito da transcendência de Deus. Animais ou objetos inanimados não podem conhecer a Deus como o homem, mesmo se lhes fosse dada sua revelação verbal.

³ “Quando então os gentios, não tendo Lei, fazem *naturalmente* o que é prescrito pela Lei, eles, não tendo Lei, para si mesmo são Lei; eles mostram a obra da lei *gravada em seus corações*, dando disto testemunho sua consciência e seus pensamentos...” (v. 14-15, Bíblia de Jerusalém).

Deus preferiu nos revelar informação através da Bíblia – em palavras, ao invés de imagens ou experiências. A comunicação verbal tem a vantagem de ser precisa e acurada, quando propriamente feita. Visto que esta é a forma de comunicação que a Bíblia assume, um sistema teológico digno deve ser derivado de proposições encontradas na Bíblia, e não de quaisquer meios de comunicação não-verbais tais como sentimentos ou experiências religiosas.

Ora, todo sistema de pensamento parte de um princípio primeiro, e usa o raciocínio dedutivo ou indutivo, ou ambos, para derivar o restante do sistema. Um sistema que usa raciocínio indutivo não é confiável e desbanca para o ceticismo,⁴ visto que a indução é sempre uma falácia formal, que frequentemente depende de informação empírica, e produz conclusões universais a partir de particularidades. A certeza absoluta vem somente de raciocínio dedutivo, nos quais particularidades são deduzidas de universalidades por necessidade lógica.

Contudo, visto que o raciocínio dedutivo nunca produz informação que já não esteja implícita nas premissas, o princípio primeiro de um sistema dedutivo contém todas as informações para o resto do sistema. Isto significa que um princípio primeiro por demais estrito não conseguirá produzir um número suficiente de proposições para providenciar aos seus partidários uma quantidade significativa de conhecimento. Assim, indução e princípio primeiro inadequados tornam ambos impossível o conhecimento.

Mesmo que um primeiro princípio pareça ser amplo o suficiente, devemos providenciar justificativa para afirmá-lo. Sua justificativa não pode vir de uma autoridade ou princípio mais altos, porque então ele não seria o primeiro princípio ou a autoridade última dentro do sistema. Uma autoridade ou princípio menor dentro de um sistema não pode verificar o primeiro princípio, visto que é deste próprio princípio primeiro que esta autoridade ou princípio menor depende. Portanto, um primeiro princípio de um sistema de pensamento deve ser auto-autenticador – ele deve provar a si mesmo verdadeiro.

A autoridade última dentro do sistema cristão é a Escritura; portanto, nosso princípio primeiro é a infalibilidade bíblica, ou a proposição, “A Bíblia é a palavra de Deus”. Embora haja argumentos convincentes para apoiar um tal princípio mesmo se alguém fosse empregar métodos empíricos, de forma que nenhum incrédulo poderia refutá-los, o cristão deve considerá-los como inconclusivos, visto não serem os métodos empíricos confiáveis.⁵ Além do mais, se fôssemos depender da ciência ou de outros procedimentos empíricos para verificar a verdade da Escrituras, estes testes permaneceriam então como juízes sobre a própria palavra de Deus, e assim, a Escritura não mais seria a autoridade última em nosso sistema.⁶ Como Hebreus 6:13 diz, “Quando Deus fez a sua promessa a Abraão, por não haver ninguém superior por quem

⁴ A posição auto-contraditória de que o conhecimento é impossível.

⁵ Veja meus outros escritos que mostram como os métodos científicos e empíricos de investigação impedem a descoberta da verdade.

⁶ Como uma menor parte de sua estratégia apologética, o cristão pode empregar argumentos empíricos para refutar objeções de incrédulos, que frequentemente reivindicam se apoiar em dados empíricos. Todavia, os argumentos mais fortes para o Cristianismo não dependem de raciocínio empírico ou indução, que são fatalmente defeituosos. Em outro livro argumento que o empirismo faz com que o conhecimento seja impossível.

jurar, jurou por si mesmo”. Visto que Deus possui autoridade última, não há nenhuma autoridade maior pela qual alguém possa pronunciar a Escritura como infalível.

Entretanto, nem todo sistema que reivindica autoridade divina tem dentro do seu princípio primeiro o conteúdo para provar a si mesmo. Um texto sagrado pode contradizer a si mesmo, e auto se destruir. Outro pode admitir a dependência da Bíblia cristã, mas por outro lado, essa condena todas as outras alegadas revelações. Ora, se a Bíblia é verdadeira, e ela reivindica exclusividade, então todos os outros sistemas de pensamento devem ser falsos. Portanto, se alguém afirma uma cosmovisão não-cristã, ele tem de, ao mesmo tempo, rejeitar a Bíblia.

Isto gera um confronto entre as duas cosmovisões. Quando isto acontece, o cristão pode estar confiante que seu sistema de pensamento é impenetrável aos ataques alheios, e que o próprio sistema bíblico fornece o conteúdo para tanto defender como atacar em tais embates. O cristão pode destruir a cosmovisão de seus oponentes questionando o princípio primeiro e as proposições subsidiárias do sistema. O princípio primeiro do sistema se contradiz? Ele falha em satisfazer aos seus próprios requerimentos?⁷ O sistema se desmorona por causa de problemas fatais de empirismo e indução? As proposições subsidiárias contradizem uma a outra? Ele se apropria de premissas cristãs não dedutíveis de seu próprio primeiro princípio?⁸ O sistema dá respostas adequadas e coerentes para as questões últimas, tais como aquelas concernentes à epistemologia, metafísica e ética?

Para repetir, o princípio primeiro do sistema cristão é a infalibilidade bíblica, ou a proposição, “A Bíblia é a palavra de Deus”. Deste princípio primeiro, o teólogo põe-se a construir um sistema de pensamento inclusivo baseado na revelação divina infalível. Até onde este raciocínio é correto, toda parte do sistema é deduzido por necessidade lógica do princípio primeiro infalível, e é, assim, igualmente infalível. E, visto que a Bíblia é a revelação verbal de Deus, que requer nossa adoração e comanda nossa consciência, um sistema de teologia deduzido com validade lógica é autorizado e obrigatório. Portanto, até onde este livro for acurado na apresentação do que a Escritura ensina, seu conteúdo resume o que todos os homens devem crer, o que os cristãos estão comprometidos a crer, e o que é objetivamente verdadeiro.

A NECESSIDADE DE TEOLOGIA

A teologia é necessária não somente para as atividades cristãs, mas também para tudo da vida e do pensamento. Visto que Deus é tanto máximo quanto onipotente, ele tem o direito e a capacidade de dirigir todos os aspectos das nossas vidas. A teologia procura entender e sistematizar sua revelação verbal, e é autorizada até onde ela reflete o ensino da Escritura. A necessidade de teologia é uma questão da necessidade de comunicação de Deus. Visto que este é o seu universo, a fonte derradeira de informação e interpretação de tudo da vida e do pensamento é a revelação divina. E, visto que é preciso ouvir de Deus, a teologia é necessária.

⁷ Por exemplo, um princípio que declara que toda afirmação deve ser empiricamente verificada não pode ele mesmo ser empiricamente verificado. O princípio se auto-destrói.

⁸ Para maior informação sobre indução e dedução, empirismo e racionalismo, princípio primeiro, cosmovisões, e como defender a fé cristã, ver *Ultimate Questions, Presuppositional Confrontations, e The Light of Our Minds*, de Vincent Cheung.

A teologia é central para tudo da vida e do pensamento, porque ela trata com a revelação verbal do supremo ser — a realidade essencial que dá existência e significado a tudo. Por exemplo, a ignorância de teorias musicais não tem relevância direta para com a habilidade de alguém mexer com álgebra ou raciocinar sobre assuntos morais. Contudo, a ignorância com respeito à revelação divina afeta tudo da vida e do pensamento, desde a visão de alguém da história e da filosofia, até a interpretação da música e literatura, e o entendimento de matemática e da física.

Visto que este é o universo de Deus, somente sua interpretação sobre tudo está correta, e ele revelou seus pensamentos para nós através das palavras da Bíblia. Segue-se, portanto, que uma ignorância da teologia significa que a interpretação de alguém de cada assunto carecerá do fator definitivo que ponha nessa a perspectiva correta. Na área de éticas, por exemplo, é impossível apresentar qualquer princípio moral universalmente obrigatório, sem recorrer a Deus. Até os conceitos de certo e errado permanecem indefinidos sem sua revelação verbal. E, visto que a Bíblia é a única revelação divina objetiva e pública, o único modo de se recorrer à autoridade de Deus é apelando à Bíblia.

Uma das maiores razões para se estudar teologia é o valor intrínseco do conhecimento sobre Deus. Cada outra categoria de conhecimento é um meio para um fim, mas o conhecimento de Deus é um fim digno em si mesmo. E, visto que Deus Se revelou através da Escritura, conhecer a Escritura é conhecê-lo, e isto significa estudar teologia.

Sucumbindo ao espírito anti-intelectual desta geração, alguns crentes distinguem entre *conhecer* a Deus e *conhecer sobre* Deus. Se “conhecer sobre” ele se refere ao estudo formal da teologia, então, para eles, alguém pode saber muito sobre Deus sem conhecê-lo, e alguém pode conhecer a Deus sem conhecer muito sobre Ele. Um conhecimento teológico de uma pessoa é desproporcional a quão bem ela conhece a Deus.

Mas, se é possível conhecer a Deus sem conhecer muito sobre ele, o que significa conhecer a ele? Se conhecer a Deus significar ter companheirismo com ele, então, isso envolve comunhão, que, conseqüentemente, requer a troca de pensamento e conteúdo intelectual, dessa forma, trazendo de volta o conceito de conhecimento *sobre* algo. Uma pessoa não pode se comunicar com outra sem trocar informação na forma de proposições, ou de uma maneira na qual a informação conduzida seja redutível a proposições.

Como alguém conhece a Deus, senão através de conhecer *sobre* ele? Alguém pode responder que conhecemos a Deus através de experiências religiosas, mas até isso é definido e interpretado pela teologia, ou conhecimento *sobre* Deus. O que é uma experiência religiosa? Como alguém sabe que a recebeu? O que um sentimento ou sensação particular significa? Respostas para estas questões podem somente vir pelo estudo da revelação verbal de Deus. Mesmo se fosse possível conhecer a Deus através da experiência religiosa, o que a pessoa ganha ainda é um conhecimento *sobre* Deus, ou uma informação intelectual redutível a proposições.

Alguém pode reivindicar conhecer a Deus através da oração e da adoração. Mas, tanto o objeto como a prática da oração e da adoração permanecem indefinidos até que esta pessoa estude teologia. Antes de poder orar e adorar, ela deve primeiro determinar a quem ela deva oferecer isso. Subseqüentemente, ela deve determinar, a partir da revelação bíblica, o modo no qual ela deve oferecer oração e adoração. A Escritura governa cada aspecto da oração e da adoração. O conhecimento de Deus, portanto, vem

de sua revelação verbal, e não de meios ou exercícios religiosos não-verbais. A maioria das pessoas que resiste aos estudos teológicos não pensa sobre tais questões, mas são capazes de orar e adorar, assumindo, freqüentemente sem garantia, o objeto e a maneira destas práticas espirituais.

Todavia, outra pessoa pode dizer que conseguimos conhecer a Deus por andar em amor. Mas, novamente, o conceito de amor permanece indefinido até que ela estude teologia. Até o relacionamento entre conhecer a Deus e andar em amor origina-se na Bíblia:

Amados, amemos uns aos outros, pois o amor procede de Deus. Aquele que ama é nascido de Deus e conhece a Deus. Quem não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor (1 João 4:7-8).

Sem essa e outras passagens similares na Bíblia, não se pode justificar a reivindicação de que conhecer a Deus é andar em amor. Muitos que alegam conhecer a Deus através de um andar em amor, não estão fazendo nada além de serem bondosos para com os outros, com uma bondade definida pelas normas sociais, e não pela Escritura. Estes indivíduos não possuem nada mais do que uma ilusão de conhecer a Deus.

Uma vez que uma pessoa tenta responder às questões acima sobre como alguém chega a conhecer a Deus, ela está fazendo teologia. O assunto, então, torna-se o seguinte: sua teologia é correta? Portanto, teologia é inevitável. Enquanto que uma teologia errônea leva a um desastre espiritual e prático, uma teologia acurada conduz a uma adoração genuína e a um viver piedoso.

Um slogan que reflete a atitude anti-intelectual de muitos cristãos, diz: “Dê-me Jesus, não exegese”. Contudo, é a Escritura que nos dá informação sobre Jesus, e é através da exegese bíblica que averiguamos o significado da Escritura. Sem exegese, portanto, ninguém pode conhecer Jesus. Deve-se apenas testar essa afirmação questionando aqueles que dizem tais coisas, com este slogan, sobre o que eles sabem sobre Jesus? Na maioria das vezes, sua versão de Jesus não se parece, nem remotamente, com o relato bíblico. Isto significa que eles não o conhecem de forma alguma, sem falar de outros tópicos teológicos importantes, tais como infalibilidade bíblica, eleição divina e governo de igreja. O que temos de dizer é: “Dê-me Jesus *através* da exegese”.

Um repúdio à teologia é também uma recusa de conhecer a Deus por meio do modo por ele prescrito. O conhecimento da Escritura — conhecer *sobre* Deus ou estudar teologia — deve estar cima de tudo da vida e pensamento humano. A teologia define e dá significado a tudo que alguém possa pensar ou fazer. Ela está cima de todas as outras necessidades (Lucas 10:42); nenhuma outra tarefa ou disciplina se aproxima dela em significância. Portanto, o estudo da teologia é a atividade humana mais importante.

2. ESCRITURA

Provamos que a Escritura é a autoridade definitiva no sistema cristão, e que nosso conhecimento de Deus depende dela. Portanto, é apropriado começar o estudo da teologia examinando os atributos da Escritura.

A NATUREZA DA ESCRITURA

Devemos enfatizar a natureza verbal ou proposicional da revelação bíblica. Numa época em que muitos menosprezam o valor de palavras, em prol de imagens e sentimentos, devemos notar que Deus escolheu se revelar através das palavras da linguagem humana. A comunicação verbal é um meio adequado de transmitir informação de e sobre Deus. Isto não somente afirma o valor da Escritura como uma revelação divina significativa, mas também o valor da pregação e da escrita como meios para comunicar a mente divina, como apresentada na Bíblia.

A própria natureza da Bíblia como uma revelação proposicional, testifica contra as noções populares de que a linguagem humana é inadequada para falar sobre Deus, que as imagens são superiores às palavras, que a música tem valor maior que o da pregação, ou que as experiências religiosas podem ensinar mais a uma pessoa, sobre as coisas divinas, do que os estudos doutrinários.

Alguns argumentam que a Bíblia fala numa linguagem que produz vívidas imagens na mente do leitor. Contudo, esta é somente uma descrição da reação de alguns leitores; outros podem não responder do mesmo modo às mesmas passagens, embora eles possam captar a mesma informação delas. Assim, isso não conta contra o uso de palavras como a melhor forma de comunicação teológica.

Se imagens são superiores, então, por que a Bíblia não contém nenhum desenho? Não seria a sua inclusão a melhor maneira de se assegurar que ninguém formasse imagens mentais errôneas, se são elas deveras um elemento essencial na comunicação teológica? Mesmo se imagens fossem importantes na comunicação teológica, o fato de que Deus escolheu usar palavras-imagens ao invés de desenhos reais, implica que as palavras são suficientes, se não superiores. Mas além de palavras-imagens, a Escritura também usa palavras para discutir as coisas de Deus em termos abstratos, não associados com quaisquer imagens.

Uma figura não vale mais do que mil palavras. Suponha que apresentemos um desenho da crucificação de Cristo a uma pessoa que não tenha qualquer *background* cristão. Sem qualquer explicação verbal, seria impossível para ela constatar a razão para sua crucificação e o significado dela para a humanidade. A imagem em si mesma não mostra nenhuma relação alguma entre o evento e qualquer coisa espiritual ou divina. Ela não mostra se o evento foi histórico ou fictício. A pessoa, ao olhar para o desenho, não saberia se o ser executado à morte era culpado de algum crime, e não haveria como saber as palavras que ele falou enquanto estava na cruz. A menos que haja centenas de palavras explicando a figura, a imagem, por si só, não tem nenhum significado teológico. Mas, uma vez que há muitas palavras para explicá-la, alguém dificilmente necessitará de imagem.

O ponto de vista que exalta a música acima da comunicação verbal sofre a mesma crítica. É impossível derivar qualquer significado religioso da música, se ela é executada sem palavras. É verdade que o Livro de Salmos consiste de uma grande coleção de cânticos, provendo-nos com uma rica herança para adoração, reflexão e doutrina. Contudo, as melodias originais não acompanharam as palavras dos salmos; nenhuma nota musical acompanha qualquer um dos cânticos na Bíblia. Na mente de Deus, o valor dos salmos bíblicos está nas palavras, e não nas melodias. Embora a música desempenhe um papel na adoração cristã, sua importância não se aproxima das palavras da Escritura ou do ministério da pregação.

Com respeito às experiências religiosas, até mesmo uma visão de Cristo não é de mais valia do que mil palavras da Escritura. Não se pode provar a validade de uma experiência religiosa, seja uma cura miraculosa ou uma visitação angélica, sem o conhecimento da Escritura. Os encontros sobrenaturais mais espetaculares são vazios de significado sem a comunhão verbal para informar a mente.

O episódio inteiro de Êxodo não poderia ter ocorrido, se Deus houvesse permanecido em silêncio quando apareceu a Moisés, através da sarça ardente. Quando Jesus apareceu num resplendor de luz, na estrada de Damasco, o que teria acontecido se Ele se recusasse a responder quando Saulo de Tarso lhe perguntou: “Quem és, Senhor?” A única razão pela qual Saulo percebeu quem estava falando com ele, foi porque Jesus respondeu com as palavras: “Eu sou Jesus, a quem persegues” (Atos 9:3-6). As experiências religiosas são sem significado, a menos que acompanhadas pela comunicação verbal, transmitindo conteúdo intelectual.

Uma outra percepção errônea com respeito à natureza da Bíblia é considerar a Escritura como um mero registro de discursos e eventos reveladores, e não a revelação de Deus em si mesma. A pessoa de Cristo, suas ações e seus milagres revelavam a mente de Deus, mas é um engano pensar que a Bíblia é meramente um relato escrito deles. As próprias palavras da Bíblia constituem a revelação de Deus para nós, e não somente os eventos aos quais elas se referem.

Alguns temem que uma forte devoção à Escritura implica em estimar mais o registro de um evento revelador do que o evento em si mesmo. Mas, se a Escritura possui o *status* de revelação divina, então tal preocupação não tem fundamento. Paulo explica que “Toda *Escritura* é soprada por Deus” (2 Timóteo 3:16). A própria Escritura foi soprada por Deus. Embora os eventos que a Bíblia registra possam ser reveladores, a única revelação objetiva com a qual temos contato direto é a Bíblia.

Visto que a elevada opinião da Escritura que advogamos aqui é somente a que a própria Bíblia afirma, os cristãos devem rejeitar toda doutrina exposta como sendo da Escritura que comprometa nosso acesso à revelação infalível de Deus. Sustentar uma opinião inferior sobre a Escritura destrói a revelação como a autoridade última de alguém, e, então, é impossível superar o problema de epistemologia resultante.¹

Enquanto uma pessoa negar que a Escritura seja a revelação divina em si mesma, ela permanece sendo “apenas um livro”, e essa pessoa hesita em lhe dar reverência completa, como se fosse possível adorá-la excessivamente. Há supostos ministros cristãos que pressionam os crentes a olhar para “o Senhor do livro, e não para o livro do Senhor”, ou para algo com esse objetivo. Mas, visto que as palavras da Escritura foram

¹ Veja Vincent Cheung, *Ultimate Questions*.

sopradas por Deus, e aquelas são a única revelação objetiva e explícita de Deus, é impossível olhar para o Senhor sem olhar para o seu livro. Visto que as palavras da Escritura são as próprias palavras divinas, alguém está olhando para o Senhor somente até onde estiver olhando para as palavras da Bíblia. Nosso contato com Deus é através das palavras da Escritura. Provérbios 22:17-21 indica que confiar no Senhor é confiar em suas palavras:

Preste atenção e ouça os ditados dos sábios, e *aplique o coração ao meu ensino*. Será uma satisfação guardá-los no íntimo e tê-los todos na ponta da língua. *Para que você confie no Senhor, a você hoje ensinarei. Já não lhe escrevi conselhos e instruções, ensinando-lhe palavras dignas de confiança, para que você responda com a verdade a quem o enviou?*

Deus governa sua igreja através da Bíblia; portanto, nossa atitude para com ela reflete nossa atitude para com ele. Ninguém que ama a Deus não amará as suas palavras da mesma forma. Aqueles que declaram amá-lo, devem demonstrar isso por uma obsessão zelosa para com as suas palavras:

Como eu amo a tua lei! Medito nela o dia inteiro... Como são doces para o meu paladar as tuas palavras! Mais que o mel para a minha boca! (Salmo 119:97,103)

O temor do Senhor é puro, e dura para sempre. As ordenanças do Senhor são verdadeiras, são todas elas justas. São mais desejáveis do que o ouro, do que muito ouro puro; são mais doces do que o mel, do que as gotas do favo. (Salmo 19:9-10)

Uma pessoa ama a Deus somente até onde ame a Escritura. Pode haver outras indicações do amor de alguém para com Deus, mas o amor por sua palavra é um elemento necessário, pelo qual todos os outros aspectos da nossa vida espiritual são mensurados.

A INSPIRAÇÃO DA ESCRITURA

A Bíblia é a revelação verbal ou proposicional de Deus. É Deus falando a nós. É a voz do próprio Deus. A própria natureza da Bíblia indica que a comunicação verbal é a melhor maneira de transmitir a revelação divina. Nenhum outro modo de se conhecer a Deus é superior ao estudo da Escritura, e nenhuma outra fonte de informação sobre Deus é mais precisa, acurada e abrangente.

O apóstolo Paulo diz:

Toda Escritura é soprada por Deus e proveitosa para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir em justiça; para que o homem de Deus seja plenamente preparado para toda boa obra (2 Timóteo 3:16-17).

Todas as palavras da Bíblia foram sopradadas por Deus.² Tudo que podemos chamar de Escritura foi inspirado por Deus. Que a Escritura é “soprada por Deus” refere-se a sua

² A palavra traduzida “divinamente inspirada” (ERC) ou “inspirada por Deus” (ARA) é *theopneustos*. Ela significa expiração (soprar para fora) e não inspiração (soprar para dentro), daí o termo “soprada por Deus” na NVI. Embora “inspiração” seja um termo teológico aceitável, referindo-se à origem divina da Escritura, e como tal permanece útil, ele não consegue transmitir o significado literal de *theopneustos*.

origem divina. Tudo da Escritura procede de Deus; portanto, podemos corretamente chamar a Bíblia de “a palavra de Deus”. Esta é a doutrina da INSPIRAÇÃO DIVINA.

O conteúdo da Escritura consiste de todo o Antigo e Novo Testamento, sessenta e seis documentos no total, funcionando como um todo orgânico. O apóstolo Pedro dá endosso explícito aos escritos de Paulo, reconhecendo seu *status* de Escritura inspirada:

Tenham em mente que a paciência de nosso Senhor significa salvação, como também o nosso amado irmão Paulo lhes escreveu, com a sabedoria que Deus lhe deu. Ele escreve da mesma forma em todas as suas cartas, falando nelas destes assuntos. Suas cartas contêm algumas coisas difíceis de entender, as quais os ignorantes e instáveis torcem, como também o fazem com as demais Escrituras, para a própria destruição deles (2 Pedro 3:15-16).

Pedro explica que os homens que escreveram a Escritura foram “impelidos pelo Espírito Santo”, para que nenhuma parte dela “tivesse origem na vontade de homem” ou pela “interpretação pessoal do profeta” (2 Pedro 1:20-21).

A Bíblia é uma revelação verbal exata de Deus, a ponto de Jesus dizer que “Digo-lhes a verdade: Enquanto existirem céus e terra, de forma alguma desaparecerá da Lei a menor letra ou o menor traço, até que tudo se cumpra” (Mateus 5:18). Deus exerceu tal controle preciso sobre a produção da Escritura que o seu conteúdo, na própria letra, é o que ele desejava colocar em escrito.

Essa elevada opinião da inspiração escriturística não supõe ditado. Deus não ditou sua palavra aos profetas e apóstolos como um patrão dita suas cartas para uma secretária. A princípio, alguém pode tender a pensar que o ditado seria a mais alta forma de inspiração, mas não o é. Um patrão pode ditar suas palavras à secretária, mas ele não pode ter controle sobre os detalhes diários da vida dela — seja passado, presente ou futuro — e tem ainda menos poder sobre os seus pensamentos.

Em contraste, a Bíblia ensina que Deus exercita controle total e preciso sobre cada detalhe de sua criação, a tal ponto que até mesmo os pensamentos dos homens estão sob o seu controle.³

Isso é verdade com respeito a todo indivíduo, incluindo os escritores bíblicos. Deus de uma tal forma ordenou, dirigiu e controlou as vidas e pensamentos⁴ de seus instrumentos escolhidos que, quando o tempo chegou, suas personalidades e os seus cenários eram perfeitamente adequados para escrever aquelas porções da Escritura que Deus tinha designado para eles:⁵

Disse-lhe o SENHOR: “Quem deu boca ao homem? Quem o fez surdo ou mudo? Quem lhe concede vista ou o torna cego? Não sou eu, o SENHOR? Agora, pois, vá; eu estarei com você, ensinando-lhe o que dizer” (Êxodo 4:11-12).

³ A Bíblia nega que o homem tenha “livre-arbítrio”. Embora a sua vontade exista como uma função da mente, ela não é “livre” no sentido de que pode funcionar independentemente do controle de Deus. Eu abordarei esse tópico mais adiante no livro.

⁴ Deus determina cada detalhe da vida de uma pessoa — sua ancestralidade, saúde, inteligência, educação, personalidade, longevidade, localização geográfica, etc. Seções posteriores deste livro discutem a soberania de Deus.

⁵ O controle preciso de Deus sobre os homens não se aplica somente aos profetas e apóstolos, mas a toda pessoa (mesmo os réprobos). Contudo, Deus especificamente ordenou as vidas dos escritores bíblicos para que pudessem ser preparados para escrever a Escritura quando o tempo chegasse.

A palavra do Senhor veio a mim, dizendo: “Antes de formá-lo no ventre eu o escolhia; antes de você nascer, eu o separei e o designei profeta às nações”... O Senhor estendeu a mão, tocou a minha boca e disse-me: “Agora ponho em sua boca as minhas palavras” (Jeremias 1:4-5,9).

Irmãos, quero que saibam que o evangelho por mim anunciado não é de origem humana. Não o recebi de pessoa alguma nem me foi ele ensinado; ao contrário, eu o recebi de Jesus Cristo por revelação.... Mas Deus me separou desde o ventre materno e me chamou por sua graça. Quando lhe agradou revelar o seu Filho em mim para que eu o anunciasse entre os gentios... (Gálatas 1:11-12, 15-16).

Então, quando chegou o tempo de escrever, o Espírito de Deus supervisionou o processo para que o conteúdo da Escritura fosse além do que a inteligência natural dos escritores pudesse conceber. ⁶ O produto foi a revelação verbal de Deus, e ela foi literalmente o que Ele desejava pôr por escrito. Deus não *encontrou* as pessoas certas para escrever a Escritura; Ele *fez* as pessoas certas para escrevê-la, e então, supervisionou o processo de escrita. ⁷

Portanto, a inspiração da Escritura não se refere somente aos tempos em que o Espírito Santo exerceu controle especial sobre os escritores bíblicos, embora isto tenha deveras acontecido, mas a preparação começou antes da criação do mundo. A teoria do ditado, a qual a Bíblia não ensina, é, em comparação, uma opinião inferior a respeito da inspiração, atribuindo a Deus um controle menor sobre o processo.

Esse ponto de vista acerca da inspiração explica o suposto “elemento humano” evidente na Escritura. Os documentos bíblicos refletem vários cenários sociais, econômicos e intelectuais dos autores, suas diferentes possibilidades, e seus vocabulários e estilos literários singulares. Este fenômeno é o que se poderia esperar, dado o ponto de vista bíblico sobre a inspiração, no qual Deus exerceu controle total sobre a vida dos escritores, e não somente sobre o processo de escrita. O “elemento humano” da Escritura, portanto, não prejudica a doutrina da inspiração, mas é consistente com ela e pela mesma explicado.

A UNIDADE DA ESCRITURA

A inspiração subentende a unidade da Escritura. Que as suas palavras procedem de uma única mente divina, faz supor que a Bíblia deve exibir uma coerência perfeita. Isso é o que encontramos na Bíblia. Embora a personalidade distinta de cada escritor bíblico seja evidente, o conteúdo da Bíblia como um todo exibe uma unidade e desígnio que revela um único autor divino. A consistência interna caracteriza os vários documentos escriturísticos, de forma que uma parte não contradiz outra.

Jesus pressupõe a coerência da Escritura quando responde à seguinte tentação de Satanás:

⁶ A Escritura excede o que os seres humanos podem produzir sem inspiração divina, mas ela não está além da capacidade dos seres humanos de ler e entender.

⁷ Alguns chamam esta posição de INSPIRAÇÃO ORGÂNICA, mas outros consideram o termo ambíguo ou equivocado.

Então o Diabo o levou à cidade santa, colocou-o na parte mais alta do templo e lhe disse: “Se és o Filho de Deus, joga-te daqui para baixo. Pois está escrito: ‘Ele dará ordens a seus anjos a seu respeito, e com as mãos eles o segurarão, para que você não tropece em alguma pedra’. Jesus lhe respondeu: ‘Também está escrito: ‘Não ponha à prova o Senhor, o seu Deus’” (Mateus 4:5-7).

Satanás encoraja Jesus a pular do templo citando Salmo 91:11-12. Jesus replica com Deuteronômio 6:16, subentendendo que o uso da passagem por Satanás contradiz aquela instrução e, portanto, é u’a má-aplicação. Quando alguém entende ou aplica uma passagem da Escritura de uma maneira que contradiz outra passagem, é porque maneja mal o texto. O argumento de Cristo aqui presume a unidade da Escritura, e nem mesmo o diabo pôde contestá-la.

Numa outra ocasião, quando Jesus tratava com os fariseus, seu desafio para com eles supõe a unidade da Escritura e a lei da não-contradição:

E, estando reunidos os fariseus, interrogou-os Jesus, dizendo: Que pensais vós do Cristo? De Estando os fariseus reunidos, Jesus lhes perguntou: “O que vocês pensam a respeito do Cristo? De quem ele é filho?” “É filho de Davi”, responderam eles. Ele lhes disse: “Então, como é que Davi, falando pelo Espírito, o chama ‘Senhor’? Pois ele afirma: “ ‘O Senhor disse ao meu Senhor: Senta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo de teus pés ’. Se, pois, Davi o chama ‘Senhor’, como pode ser ele seu filho?” Ninguém conseguia responder-lhe uma palavra; e daquele dia em diante, ninguém jamais se atreveu a lhe fazer perguntas (Mateus 22:41-46).

Visto que Davi estava “falando pelo Espírito”, ele não poderia ter errado. Mas, se o Cristo haveria de ser um descendente de Davi, como ele poderia ser seu Senhor ao mesmo tempo? Que isso coloca um problema significa, em primeiro lugar, que tanto Jesus como sua audiência admitiam a unidade da Escritura e a lei da não-contradição. Se eles reconhecessem que a Escritura se contradiz, ou que alguém pode afirmar duas proposições contraditórias, então Jesus não estaria significativamente fazendo questão em absoluto. A resposta aqui é que o Messias é tanto divino como humano e, portanto, tanto “Senhor” como “filho” de Davi.

Mas é popular encorajar-se uma tolerância para com as contradições na teologia. Alister McGrath escreve em seu livro *Understanding Doctrine*:

O fato de que algo é paradoxal e até mesmo autocontraditório, não o invalida... Aqueles dentre nós que têm trabalhado no campo científico estão muitíssimos conscientes da completa complexidade e do caráter misterioso da realidade. Os eventos subjacentes à teoria quântica, as dificuldades de se usar modelos na explicação científica — para mencionar apenas dois fatores de que posso lembrar claramente do meu próprio período como cientista natural — apontam para a inevitabilidade do paradoxo e da contradição em tudo, exceto quando o compromisso com a realidade é o mais superficial...⁸

⁸ Alister McGrath, *Understanding Doctrine*; Grand Rapids, Michigan: Zondervan Publishing House, 1990; p. 138.

Isso não tem sentido. Admitindo que McGrath conheça ciência o suficiente para falar sobre o assunto,⁹ esse é um testemunho contra a ciência, e não um argumento para se tolerar contradições na teologia. Ele pressupõe a confiabilidade da ciência e julga todas as outras disciplinas por ela. Parafraseando-o, se há contradições na ciência, então, as contradições devem ser aceitas, e deve-se tolerá-las quando surgirem também numa reflexão teológica.

Contudo, uma razão para rejeitar a confiabilidade da ciência é precisamente porque ela freqüentemente se contradiz. A ciência é uma disciplina pragmática, útil para manipular a natureza e avançar a tecnologia, mas que não pode descobrir nada sobre a realidade. O conhecimento sobre a realidade vem somente de deduções válidas da revelação bíblica, e nunca de métodos científicos ou empíricos.¹⁰ McGrath não nos dá nenhum argumento para ignorar ou tolerar as contradições na ciência; ele apenas assume a confiabilidade dela, a despeito das contradições. Mas, ele não dá nenhuma justificativa para assim o fazer.

O que torna a ciência o padrão último pelo qual devemos julgar todas as outras disciplinas? O que dá à ciência o direito de criar as regras para todos os outros campos de estudo? McGrath declara que a ciência aponta “para a inevitabilidade do paradoxo e da contradição em tudo, exceto se o compromisso com a realidade for o mais superficial”. Porém, ciência não é teologia. Além do mais superficial “compromisso com a realidade” — embora eu negue a confiabilidade da ciência até mesmo em tal nível — a ciência gera contradições e desmorona, mas isto não quer dizer que a teologia sofra o mesmo destino.

A teologia trata de Deus, que tem o direito e poder para governar tudo da vida e do pensamento. Deus conhece a natureza da realidade, e a comunica para nós através da Bíblia. Portanto, é a teologia que cria as regras da ciência, e um sistema bíblico de teologia não contém paradoxos ou contradições.

Qualquer proposição que afirme uma coisa é, necessariamente, uma negação do seu oposto. Afirmar X é negar não-X, e afirmar não-X é afirmar X. Para simplificar, suponha que o oposto de X é Y, de forma que Y=não-X. Então, afirmar X é negar Y, e afirmar Y é negar X. Ou, X=não-Y, e Y=não-X. Visto que afirmar uma proposição é, ao mesmo tempo, negar o seu oposto, afirmar X e Y ao mesmo tempo é o equivalente a afirmar não-Y e não-X. Afirmar duas proposições contrárias é, na realidade, negar ambas. Mas afirmar tanto não-Y como não-X, é afirmar também X e Y, que significa novamente negar Y e X. E, assim, toda a operação se torna sem sentido. É impossível afirmar duas proposições contrárias ao mesmo tempo.

Afirmar a proposição, “Adão é um homem” (X) é, ao mesmo tempo, negar a proposição contrária, “Adão não é um homem” (Y, ou não-X). Da mesma forma, afirmar a proposição, “Adão não é um homem” (Y), é negar a proposição contrária, “Adão é um homem” (X). Ora, afirmar tanto “Adão é um homem” (X) como “Adão não é um homem” (Y) não é nada mais do que negar ambas as proposições na ordem inversa. Ou seja, é equivalente a negar “Adão não é um homem” (Y) e negar “Adão é um homem” (X). Mas então, isto é o mesmo que voltar a afirmar as duas proposições na ordem inversa outra vez. Quando afirmamos ambas, negamos ambas; quando negamos ambas,

⁹ Ele fez seu doutorado no campo da biofísica molecular.

¹⁰ Veja Vincent Cheung, *Ultimate Questions*.

afirmamos ambas. Afirmar duas proposições contrárias, portanto, não gera nenhum significado inteligível. É o mesmo que não dizer nada.

Admita que a soberania divina e a liberdade humana sejam contraditórias. Alguns teólogos, alegando que a Bíblia ensina ambas, encorajam seus leitores a afirmarem aquelas duas. Contudo, se afirmar a soberania divina é negar a liberdade humana, e afirmar a liberdade humana é negar a soberania divina, então, afirmar ambas significa rejeitar tanto a soberania divina (na forma de uma afirmação da liberdade humana) como a liberdade humana (na forma de uma afirmação da soberania divina). Nesse exemplo, visto que a Bíblia afirma a soberania divina e nega a liberdade humana, não há contradição — nem mesmo uma que seja aparente.¹¹

Por outro lado, quando incrédulos alegam que a encarnação de Cristo acarreta uma contradição, a qual é o contexto da passagem acima de McGrath, o cristão não tem a opção de negar a deidade ou a humanidade de Cristo. Antes, ele deve articular e clarificar a doutrina como a Bíblia a ensina, e mostrar que não há contradição. O mesmo se aplica à doutrina da Trindade.

É fútil dizer que essas doutrinas estão em perfeita harmonia na mente de Deus, e que somente parece haver contradições para os seres humanos. Enquanto permanecerem contradições, seja somente na aparência ou não, não podemos afirmar as duas coisas. E como alguém pode distinguir entre uma contradição real e uma apenas aparente? Se devemos tolerar as contradições aparentes, então devemos tolerar todas as outras. Visto que sem conhecer a resolução, uma aparente contradição parece ser o mesmo que uma real, *saber* que uma “contradição” o é somente na aparência significa que alguém já a resolveu, e, então, o termo não mais se aplica.

Cientistas e incrédulos podem chafurdar em contradições, mas os cristãos não devem tolerá-las. Pelo contrário, ao invés de abandonar a unidade da Escritura e a lei da não-contradição como uma “defesa” contra aqueles que acusam as doutrinas bíblicas de serem contraditórias, devem afirmar e demonstrar a coerência dessas doutrinas. Por outro lado, os cristãos devem expor a incoerência das crenças não-cristãs, e desafiar seus adeptos a abandoná-las.

A INFALIBILIDADE DA ESCRITURA

A infalibilidade bíblica acompanha necessariamente a inspiração e a unidade da Escritura. A Bíblia não contém erro algum; ela está correta em tudo o que declara. Visto que Deus não mente nem erra, e que a Bíblia é a sua palavra, segue-se que tudo que nela está escrito tem que ser verdade. Jesus disse, “a Escritura não pode ser anulada” (João 10:35), e que “é mais fácil passar o céu e a terra do que cair um til da lei” (Lucas 16:17).

A INFALIBILIDADE da Escritura se refere a uma incapacidade para errar — a Bíblia *não pode* errar. INERRÂNCIA, por outro lado, enfatiza que a Bíblia *não* erra. A primeira faz alusão ao potencial, enquanto a última se dirige ao real estado de coisas. Estritamente falando, *infalibilidade* é a palavra mais forte, e ela acarreta necessariamente a inerrância, mas algumas vezes as duas são intercambiáveis no uso.

¹¹ Veja as seções relevantes deste livro que discutem a encarnação, a Trindade e a soberania divina versus a liberdade humana.

É possível alguém ser falível, mas produzir um texto que esteja livre de erro. Pessoas que são capazes de cometer enganos, apesar de tudo, não erram constantemente. Contudo, há aqueles que rejeitam a doutrina da inerrância, mas ao mesmo tempo desejam afirmar a perfeição de Deus e a Bíblia como a sua palavra, e como resultado, mantêm a impossível posição de que a Bíblia é de veras infalível, mas contendo erros. Algumas vezes, o que eles querem dizer é que a Bíblia é infalível num sentido, talvez no que se relaciona às coisas espirituais, enquanto que contém erros em outro sentido, talvez no que toca aos acontecimentos históricos.

Contudo, as afirmações bíblicas sobre as coisas espirituais estão inseparavelmente unidas às declarações bíblicas sobre a história, de forma que é impossível afirmar uma enquanto se rejeita a outra. Por exemplo, ninguém pode separar o que a Escritura diz sobre a ressurreição como um evento histórico e o que ela diz sobre seu significado espiritual. Se a ressurreição não aconteceu como a Bíblia diz, o que ela diz sobre seu significado espiritual não pode ser verdade.

O desafio para aqueles que rejeitam a infalibilidade e a inerrância bíblica é que eles não têm nenhum princípio epistemológico autorizado pelo qual possam julgar uma parte da Escritura como sendo acurada e outra não. Visto que a Escritura é a única fonte objetiva de informação a partir da qual todo o sistema cristão é construído, alguém que considere qualquer porção ou aspecto da Escritura como falível ou contendo erros deve rejeitar todo o cristianismo. Novamente, esse é o porquê de não haver um princípio epistemológico mais alto para julgar uma parte da Escritura como sendo correta e outra errada.

Não se pode questionar ou rejeitar a autoridade última de um sistema de pensamento e ainda reivindicar lealdade a ele, visto que a autoridade última em qualquer sistema define o sistema inteiro. Uma vez que uma pessoa questiona ou rejeita a autoridade última de um sistema, ele não é mais um adepto dele, pelo contrário, é alguém que adere ao princípio ou autoridade pelo qual ele questiona ou rejeita a autoridade última do sistema, a qual acabou de deixar para trás. Ter uma outra autoridade última além da Escritura é rejeitá-la, visto que a própria Bíblia reivindica infalibilidade e supremacia. Alguém que rejeita a infalibilidade e a inerrância bíblica assume a posição intelectual de um incrédulo, e deve prosseguir para defender e justificar sua cosmovisão pessoal contra os argumentos dos crentes a favor da veracidade da fé cristã.

A confusão permeia o estado psicológico prevalecente no meio teológico de hoje; logo, é melhor afirmar tanto a infalibilidade como a inerrância bíblica, e explicar o que queremos dizer com esses termos. Deus é infalível, e visto que a Bíblia é a sua palavra, ela não pode ter e não contém nenhum erro. Nós afirmamos que a Bíblia é infalível em todo sentido do termo, e, portanto, ela deve ser também inerrante em todo sentido do termo. A Bíblia não pode e não contém erros, seja falando de coisas espirituais, históricas ou de outros assuntos. Ela é correta em tudo o que afirma.

A AUTORIDADE DA ESCRITURA

Precisamos determinar a extensão da autoridade da Bíblia, para verificar o nível de controle que ela deve ter sobre as nossas vidas. A inspiração, unidade e infalibilidade da Escritura implicam que ela possui autoridade absoluta. Visto que a Escritura é a própria

palavra de Deus, ou ele falando, a conclusão necessária é que ela porta a autoridade de Deus. Por conseguinte, a autoridade da Escritura é idêntica à autoridade divina.

Os escritores bíblicos algumas vezes se referem a Deus e a Escritura como se os dois fossem intercambiáveis. Como Warfield escreve: “Deus e as Escrituras são trazidos em tal conjunção para mostrar que na questão de autoridade, nenhuma distinção foi feita entre eles”.¹²

“Ora, *o SENHOR* disse a Abrão: Sai-te da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei. E far-te-ei uma grande nação, e abençoar-te-ei e engrandecerei o teu nome; e tu serás uma bênção. E abençoarei os que te abençoarem, e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas todas as famílias da terra” (Gênesis 12:1-3).

“Ora, *tendo a Escritura* previsto que Deus havia de justificar pela fé os gentios, anunciou primeiro o evangelho a Abraão, dizendo: Todas as nações serão benditas em ti” (Gálatas 3.8).

“Então disse *o SENHOR* a Moisés: Levanta-te pela manhã cedo, e põe-te diante de Faraó, e dize-lhe: Assim diz o SENHOR Deus dos hebreus: Deixa ir o meu povo, para que me sirva; Porque esta vez enviarei todas as minhas pragas sobre o teu coração, e sobre os teus servos, e sobre o teu povo, para que saibas que não há outro como eu em toda a terra. Porque agora tenho estendido minha mão, para te ferir a ti e ao teu povo com pestilência, e para que sejas destruído da terra; Porque agora tenho estendido minha mão, para te ferir a ti e ao teu povo com pestilência, e para que sejas destruído da terra” (Êxodo 9:13-16).

“Porque diz *a Escritura* a Faraó: Para isto mesmo te levantei; para em ti mostrar o meu poder, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra” (Romanos 9:17).

Enquanto a passagem de Gênesis diz que foi “o Senhor” que falou a Abraão, Gálatas diz, “A Escritura previu...[A Escritura] anunciou...”. A passagem de Êxodo declara que foi “o Senhor” quem disse a Moisés o que falar a Faraó, mas Romanos diz, “a Escritura diz a Faraó...”.

Visto que Deus possui autoridade absoluta e última, a Bíblia sempre porta autoridade absoluta e última. Já que não existe diferença alguma entre Deus falando e a Bíblia falando, não há diferença nenhuma entre obedecer a Deus e obedecer a Bíblia. Crer e obedecer a Bíblia é crer e obedecer a Deus; não crer e não obedecer a Bíblia é não crer e não obedecer a Deus. A Bíblia não é apenas um instrumento através do qual ele nos fala; antes, as palavras da Bíblia são as próprias palavras de Deus falando — não há diferença. A Bíblia é a voz divina para a humanidade, e sua autoridade é total.

A NECESSIDADE DA ESCRITURA

A Bíblia é necessária para a informação precisa e autorizada sobre as coisas de Deus. Visto que a teologia é central para tudo da vida e do pensamento, a Escritura é necessária como um fundamento para tudo na civilização humana. Aqueles que rejeitam

¹² *The Works of Benjamin B. Warfield, Vol. 1*; Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 2000 (original: 1932); p. 283.

a autoridade bíblica, todavia, continuam a adotar as pressuposições cristãs para governar sua vida e pensamento, embora eles recusem admitir isso. Uma tarefa do apologeta cristão é expor a suposição implícita do incrédulo das premissas bíblicas, a despeito de sua explícita rejeição delas. Mas, à medida que qualquer cosmovisão consistentemente exclua as premissas bíblicas, ela se degenera em ceticismo e barbarismo.

A infalibilidade bíblica é o único princípio primeiro justificável do qual alguém pode deduzir informação sobre assuntos últimos, tais como metafísica, epistemologia e ética. Conhecimento pertencente a categorias subsidiárias, tais como política e matemática, é também limitado pelas proposições dedutíveis da revelação bíblica. Sem a infalibilidade bíblica como o ponto de partida do pensamento de alguém, o conhecimento não é possível, em hipótese alguma; qualquer outro princípio não consegue justificar a si próprio e, assim, um sistema que depende dele não pode nem mesmo começar. Por exemplo, sem uma revelação verbal de Deus, não há razão universal e autorizada para proibir o assassinato e o roubo. A Bíblia é necessária para todas proposições significativas.

A Escritura é necessária para definir todo conceito e atividade cristã. Ela governa cada aspecto da vida espiritual, incluindo pregação, oração, adoração e instrução. A Escritura é também necessária para que a salvação seja possível, visto que a informação necessária para tal está revelada na Bíblia, e deve aquela ser levada ao indivíduo, para por ela receber a salvação. Paulo escreve, “as sagradas Escrituras, que podem fazer-te sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus” (2 Timóteo 3:15).

Uma seção anterior deste livro salienta que todos os homens sabem que o Deus cristão existe, e que Ele é o único Deus. Os homens nascem com esse conhecimento. Embora isso seja suficiente para tornar a incredulidade culpável, é insuficiente para a salvação. Adquire-se conhecimento sobre a obra de Cristo diretamente da Escritura, ou indiretamente, mediante a pregação ou escrito de outro.

Portanto, a Escritura é necessária para o conhecimento que conduz à salvação, as instruções que levam ao crescimento espiritual, as respostas às questões últimas, e qualquer conhecimento sobre a realidade. Ela é a pré-condição necessária para todo o conhecimento.

A CLAREZA DA ESCRITURA

Há dois extremos, com respeito à clareza da Escritura, que os cristãos devem evitar. Um, é sustentar que o significado da Escritura é totalmente obscuro à pessoa comum — que somente uma elite e um grupo de indivíduos escolhidos podem interpretá-la. Outro, é a opinião que alega que a Escritura é tão clara que não há parte alguma dela que seja difícil de ser entendida, e que nenhum treinamento em hermenêutica é requerido para manusear o texto. Por extensão, a interpretação de um teólogo maduro não é mais confiável do que a opinião de uma pessoa despreparada.

A primeira posição isola o uso da Escritura do povo em geral, e impede qualquer pessoa de contestar o entendimento bíblico de profissionais estabelecidos, mesmo quando eles estão enganados.

A segunda também é perigosa. A Bíblia não é tão fácil de compreender que qualquer pessoa possa interpretá-la com igual competência. Mesmo o apóstolo Pedro, quando se

referindo ao escritos de Paulo, diz que “suas cartas contêm algumas coisas que são difíceis de entender”. Ele adverte que “as pessoas ignorantes e instáveis distorcem” o significado das palavras de Paulo, “assim como eles fazem com outras Escrituras, para a sua própria destruição” (2 Pedro 3.16).

Muitos gostariam de julgar a si mesmos competentes em assuntos importantes tais como teologia e hermenêutica mas, ao invés de orarem por sabedoria e estudarem as Escrituras, supõem serem tão capazes quanto os teólogos ou os seus próprios pastores. Tal modo de pensar é um convite ao desastre e à confusão. Diligência, treinamento e capacitação divina, tudo isso contribui para a capacidade de alguém interpretar e aplicar a Bíblia.

Embora muitas passagens na Bíblia sejam fáceis de entender, algumas delas requerem diligência extra e sabedoria especial para serem interpretadas acuradamente. É possível para uma pessoa ler a Escritura e adquirir dela entendimento e conhecimento suficientes para salvação, embora algumas vezes alguém possa precisar de um crente instruído até para isso:

“E, correndo Filipe, ouviu que lia o profeta Isaías, e disse: Entendes tu o que lês? E ele disse: Como poderei entender, se alguém não me ensinar? E rogou a Filipe que subisse e com ele se assentasse” (Atos 8:30-31).

É possível também aprender os dogmas básicos da fé cristã, simplesmente lendo a Bíblia. Mas há passagens ali que são, em diferentes graus, difíceis de entender. Nesses casos, alguém pode solicitar o auxílio de ministros e teólogos para as explicarem, de forma a evitar a distorção da palavra de Deus.

Neemias 8:8 afirma o lugar do ministério de pregação: “E leram no livro, na lei de Deus; e declarando, e explicando o sentido, faziam que, lendo, se entendesse”. Contudo, a autoridade final repousa nas palavras da Escritura mesma, e não na interpretação dos eruditos. Ela nunca está errada, embora nosso entendimento e inferências dela extraídos possam estar, algumas vezes, equivocados. Este é o motivo pelo qual toda igreja deveria preparar seus membros na teologia, na hermenêutica e na lógica, de forma que eles possam manusear melhor a palavra da verdade.

Portanto, embora a doutrina da clareza da Escritura conceda a cada pessoa o direito de ler e interpretar a Bíblia, ela não elimina a necessidade de mestres na igreja mas, antes, afirma a sua necessidade. Paulo escreve que um dos ofícios ministeriais que Deus estabeleceu foi o de mestre, e que ele apontou indivíduos para desempenhar tal função (1 Coríntios 12.28). Mas Tiago adverte que nem todos deveriam ansiar assumir tal ofício: “Meus irmãos, muitos de vós não sejam mestres, sabendo que receberemos mais duro juízo” (Tiago 3:1). Em outro lugar, Paulo escreve, “Digo a cada um dentre vós que não pense de si mesmo além do que convém; antes, pense com moderação...” (Romanos 12:3).

Aqueles escolhidos por Deus para serem ministros da doutrina são capazes de interpretar as passagens mais difíceis da Escritura, e podem também extrair valiosos *insights* que podem evitar outras dificuldades das passagens mais simples também. Efésios 4:7-13 se refere a tal ofício como um dos dons de Cristo à sua igreja e, conseqüentemente, os cristãos devem valorizar e respeitar aqueles que estão em tal ministério.

Vivemos numa geração na qual pessoas desprezam a autoridade; elas detestam ouvir o que devem fazer ou crer.¹³ A maioria nem mesmo respeita a autoridade bíblica, para não citar a autoridade eclesiástica. Elas consideram as suas opiniões tão boas quanto as dos apóstolos, ou, no mínimo, dos teólogos e pastores; sua religião é democrática, não autoritária. Mas a Escritura ordena os crentes a obedecerem aos seus líderes: “Obedecei a vossos pastores, e sujeitai-vos a eles; porque velam por vossas almas, como aqueles que hão de dar conta delas; para que o façam com alegria e não gemendo, porque isso não vos seria útil” (Hebreus 13.17). Todo crente tem o direito de ler a Bíblia por si mesmo, mas isto não deve se traduzir em desafio ilegítimo¹⁴ contra os sábios ensinamentos de eruditos ou contra a autoridade dos líderes da igreja.

A SUFICIÊNCIA DA ESCRITURA

Muitos cristãos alegam afirmar a suficiência da Escritura, mas seu real pensamento e prática negam-na. A doutrina afirma que a Bíblia contém informação suficiente para alguém, não somente para encontrar a salvação em Cristo, mas para, subseqüentemente, receber instrução e direção em todo aspecto da vida e pensamento, seja por declarações explícitas da Escritura, ou por inferências dela necessariamente retiradas.

A Bíblia contém tudo que é necessário para construir uma cosmovisão cristã compreensiva que nos capacite a ter uma verdadeira visão da realidade.¹⁵ A Escritura nos transmite, não somente a vontade de Deus em assuntos gerais da fé e conduta cristãs, mas, ao aplicar preceitos bíblicos, podemos também conhecer sua vontade em nossas decisões específicas e pessoais. Tudo que precisamos saber como cristãos é encontrado na Bíblia, seja no âmbito familiar, do trabalho ou da igreja.

Paulo escreve que a Escritura não é somente divina na origem, mas é também abrangente no escopo:

“Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça. Para que o homem de Deus seja perfeito, e *perfeitamente* instruído para *toda* a boa obra” (2 Timóteo 3.16-17).

A implicação necessária é que os meios de instrução extra-bíblicos, tais como visões e profecias, são desnecessários, embora Deus possa ainda fornecê-los, quando for de seu agrado.

Os problemas ocorrem quando os cristãos sustentam uma posição que equivale a negar a suficiência da Escritura em fornecer abrangente instrução e direção. Alguns se queixam que na Bíblia falta informação específica que alguém precisa para tomar

¹³ Mas, naturalmente, pensam assim apenas porque foram ensinadas dessa maneira.

¹⁴ Visto que não há diferença entre obedecer a Deus e obedecer à Escritura, e visto ser ela o nosso contato direto com a vontade divina revelada, o objeto imediato de nossa lealdade é a Bíblia (Atos 17:11), pela qual podemos testar os ensinamentos e práticas daqueles que estão em posição de ensino e autoridade na igreja. Portanto, ensinamentos e práticas que neguem as doutrinas escriturísticas, tais como a infalibilidade bíblica e a ressurreição de Cristo, constituem fundamentos suficientes para desafiar a autoridade. “Devemos obedecer antes a Deus, do que aos homens” (Atos 5:29).

¹⁵ Ver *Ultimate Questions*, de Vincent Cheung, para um sistema de apologética consistente com a suficiência da Escritura. Embora o livro permita o uso de argumentos extrabíblicos para certos propósitos, os mesmos não são requeridos; antes, ele afirma que a Bíblia é suficiente para tanto defender como atacar, quando confrontando qualquer cosmovisão não-bíblica.

decisões pessoais; entretanto, à luz das palavras de Paulo, deve-se entender que a falta reside nesses indivíduos, e não no fato de que a Bíblia seja insuficiente.

Aqueles que negam a suficiência da Escritura carecem da informação de que necessitam, por causa da sua imaturidade espiritual e negligência. A Bíblia é deveras suficiente para dirigi-los, mas negligenciam o estudo dela. Alguns também exibem forte rebelião e impiedade. Embora a Bíblia se dirija às suas situações, recusam-se a submeter aos seus mandamentos e instruções. Ou, eles rejeitam aceitar o próprio método de receber direção da Escritura juntamente, e exigem que Deus os dirija através de visões, sonhos e profecias, quando ele lhes deu tudo de que necessitam, através da Bíblia.

Quando Deus não atende às suas demandas ilegítimas por direção extra-bíblica, alguns decidem até mesmo procurá-la através de métodos proibidos, tais como astrologia, adivinhação e outras práticas ocultas. A rebelião deles é tal que, se Deus não fornecer a informação desejada nos moldes prescritos por eles, ficam determinados a obtê-la do diabo.

O conhecimento da vontade de Deus não vem de orientação extra-bíblica, mas de uma compreensão intelectual e de uma aplicação da Escritura.¹⁶ O apóstolo Paulo escreve:

“E não sede conformados com este mundo, mas sede transformados pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável, e perfeita vontade de Deus” (Romanos 12:2).

A teologia cristã deve afirmar, sem reservas, a suficiência da Escritura como uma fonte completa de informação, instrução e direção. A Bíblia contém toda a vontade divina, incluindo a informação de que alguém precisa para salvação, desenvolvimento espiritual e direção pessoal. Ela contém informação suficiente, de forma que, se alguém a obedece completamente, estará cumprindo a vontade de Deus em cada detalhe da vida. Mas, ele comete pecado à extensão em que falha em obedecer à Escritura. Embora nossa obediência nunca alcance perfeição nesta vida, todavia, não há nenhuma informação que precisemos para viver uma vida cristã perfeita, que já não esteja na Bíblia.

¹⁶ Veja Vincent Cheung, “Biblical Guidance and Decision-Making”, *Godliness with Contentment*.

3. DEUS

Assim como a infalibilidade da Bíblia é o fundamento epistemológico da fé cristã, a doutrina de Deus é o fundamento metafísico do qual outras doutrinas bíblicas dependem. Portanto, o cristão deve lutar para alcançar um correto entendimento de Deus. Este capítulo trata da existência, atributos e obras divinos.

A EXISTÊNCIA DE DEUS

A Bíblia diz que o que vem a Deus deve crer que ele existe (Hebreus 11.6). É impossível para alguém que negue a existência de Deus desenvolver um relacionamento com ele ou conscientemente servi-lo¹⁷. Introduzirei duas categorias de argumentos em favor da existência de Deus. Podemos chamar os de primeiro tipo argumentos teístas tradicionais ou clássicos, nos quais vários teólogos e filósofos têm se apoiado para demonstrar a existência dele. Os de segundo tipo consistem de argumentos derivados da própria Escritura, e assim podemos chamá-los de argumentos bíblicos.

O ARGUMENTO ONTOLÓGICO advoga a idéia de Deus pela necessidade de sua existência. Ele é, por definição, o ser além de que nada maior pode ser concebido, e visto que o ser além de que nada maior pode ser concebido não pode deixar de ter a própria propriedade de ser, a existência de Deus é forçosamente necessária.

Sucessor de Lanfranc, Anselmo (1033-1109) tornou-se Arcebispo de Canterbury em 1093. O seu *Cur Deus Homo* e outras obras exerceram profunda influência no desenvolvimento da teologia cristã. Entretanto, talvez ele seja mais famoso por seu argumento ontológico como articulado em seu *Proslogion*.¹⁸ O texto que segue o reproduz parcialmente:

Creemos então que Tu és algo além do que nada maior pode ser imaginado. Ou pode ser que algo de uma tal natureza não exista, visto que “diz o Néscio em seu coração: Não há Deus?” Mas certamente, quando esse mesmo Néscio ouve a respeito do que estou falando, a saber, “algo-além-do-que-nada-maior-pode-ser-imaginado”, ele compreende o que ouve, e o que entende está em sua mente, mesmo que ele não compreenda que na verdade isso exista...

Mesmo o Néscio, então, é obrigado a concordar que algo-além-do-que-nada-maior-pode-ser-imaginado existe na mente, visto que ele entende isso quando o ouve, e tudo o que é compreendido fica na mente. E certamente aquilo-além-do-que-nada-maior-pode-ser-imaginado não pode existir sozinho na mente. Pois se existisse apenas na mente, não poderia se imaginar que exista também na

¹⁷ Visto que Deus controla cada detalhe de sua criação, mesmo aqueles que negam sua existência pensam e agem somente como Deus quer, e nesse sentido eles “servem” aos propósitos dele. Entretanto, tais indivíduos não se apercebem de que estão sob o controle divino, e assim vêem-se a si mesmos como autônomos. Seus pensamentos e ações, todos decretados por Deus, levam à perdição, não à salvação.

¹⁸ Alvin Platininga é um proponente recente de uma versão do argumento ontológico.

realidade, a qual é maior. Se então aquilo-além-do-que-nada-maior-pode-ser-imaginado existe na mente apenas, esse mesmo aquilo-além-do-que-nada-maior-pode-ser-imaginado é aquilo-além-do-que-algo-maior-pode-ser-imaginado. Mas tal é obviamente impossível. Portanto não há absolutamente nenhuma dúvida de que algo-além-do-que-nada-maior-ser-imaginado existe tanto na mente quanto na realidade.

E certamente esse ser tão verdadeiramente existe que não se pode imaginar que não haja ele. Pois não há como se pensar em algo que pode ser imaginado como existente e que não exista. Logo, se se pode pensar que aquilo-além-do-que-nada-maior-pode-ser-imaginado não exista, então aquilo-além-do-que-nada-maior-pode-ser-imaginado não é o mesmo que aquilo-além-do-que-algo-maior-pode-ser-imaginado, o que é absurdo. Algo-além-do-que-nada-maior-pode-ser-imaginado verdadeiramente existe, então, visto que não pode mesmo se pensar que não exista.

E Tu, Senhor nosso Deus, és esse ser. É tão verdadeiro que Tu existes, Senhor meu Deus, que não se pode mesmo pensar o contrário... Na verdade, tudo o mais, exceto Tu somente, pode ser imaginado como não tendo existência. Tu somente, então, tens a existência mais verdadeira dentre todas as coisas e, portanto, possuis a existência no grau máximo; pois tudo o mais não existe tão verdadeiramente, e assim existe em grau menor. Por que então “diz o Néscio em seu coração: Não há Deus”, quando é tão evidente a qualquer mente racional que Tu, em relação às outras coisas, é o que existe em máximo grau? Por que, de fato, a menos por ser ele estúpido e louco?

...Ninguém, de fato, compreendendo o que Deus é pode pensar que Ele não exista, mesmo se pode dizer tais palavras em seu coração, seja sem um significado ou com algum significado particular. Pois Deus é aquilo-além-do-que-nada-maior-pode-ser-imaginado. Todos o que realmente compreendem isso entendem claramente que esse mesmo ser é de tal existência que não se pode imaginar não haver. Assim, todos os que compreendem que Ele existe de uma tal maneira não pode imaginá-Lo como não existente.¹⁹

A primeira reação de muitos é objetar que só porque um ser pode ser concebido na mente ou nela existir não significa que deva também existir na realidade. Pode-se conceber um carro perfeito, mas isso não quer dizer que não haja outro fora de sua mente. Um cavalo voador é concebível, mas isso nada nos diz quanto a existir realmente.

Uma tal objeção trai uma incompreensão do argumento ontológico, o qual não afirma que tudo o que é concebível também tenha existência real, mas que Deus não pode ser concebido senão como alguém que exista; de outro modo, o que é concebido não pode ser Deus. Se uma pessoa concebe em sua mente um ser além do qual nada maior pode ser concebido que não exista, então na verdade ela não está pensando num ser além do qual nada maior pode ser concebido. Visto que o argumento se refere a um ser além do qual nada maior pode ser concebido, e não apenas a qualquer objeto concebível pela mente, a objeção é irrelevante.

¹⁹ *Anselm of Canterbury: The Major Works* (Oxford World's Classics); Oxford University Press, 1998; p. 87-89. As divisões de parágrafos e de pontuação foram modificadas por questão de legibilidade.

Ambigüidade há concernente ao que se quer dizer que algo existe “na realidade”. Podemos concordar que o que existe na mente não necessariamente existe no mundo físico, mas isso é novamente irrelevante para o argumento, pois Deus é incorpóreo; ele não é um ser físico. Ao afirmarmos que uma vez que a idéia de Deus está presente na mente, ele também deve ser compreendido como existente, não dizemos que tem de ser entendido como matéria física.

E assim o conceito mesmo de existência acarreta um problema. Em certo sentido, pode-se dizer que qualquer coisa existe — até unicórnios, sonhos, e equações matemáticas, ainda que não como objetos físicos. Entretanto, unicórnios não criaram o universo, sonhos não predestinaram alguns homens à salvação e outros para a perdição, e equações matemáticas não se fizeram carne humana para morrer como resgate de muitos.

Alguns teólogos e filósofos sugerem que, talvez, não devêssemos estar perguntando: “Deus existe?” Antes, uma questão mais inteligível é: “O que é Deus?” Mesmo Zeus “existe”, mas apenas na mitologia. O Deus cristão não é um objeto físico, porém, também não é semelhante a sonhos, equações, ou Zeus. Antes, é ele o criador e o regente do universo, que decreta nossa história e decide nosso destino, e que merece e exige nosso culto. Não é um problema dizer que Deus existe conquanto que isso represente uma afirmação de tudo o que a Bíblia diz sobre ele, e não que ele seja um objeto físico ou de caráter mitológico.

O ARGUMENTO COSMOLÓGICO raciocina dos efeitos contingentes para a existência da primeira causa, ou do Deus criador. O argumento pode começar da autoconsciência ou da existência do universo físico.²⁰ Tudo que tem um início — tudo o que vem a ser — é um efeito, e, assim sendo, deve ter uma causa. O universo deve então ter uma causa se teve um início. O universo de fato tem um início, e, portanto, deve ter uma causa. Uma regressão infinita de causas é impossível; logo, deve haver uma causa primeira que não teve começo algum, mas que é necessária e eterna. Tal ser reconhecemos ser Deus. Discutiremos agora as premissas.

Começamos afirmando a autoconsciência ou a existência do universo. É refutar a si mesmo duvidar da própria existência, visto que se deve primeiro existir antes que se possa negar sua própria auto-existência. Quem não existe não pode afirmar a proposição “não existo”. Também, uma pessoa que negue sua própria existência retira-se do debate, logo não oferece ameaça nenhuma ao argumento cosmológico. Uma vez que estabelecemos a proposição “eu existo”, ou “o universo existe”, pode-se iniciar o argumento.

Seres e eventos contingentes não-causados são impossíveis, visto que coisa alguma pode sair do nada. Visto que nada não é coisa alguma, essa não pode produzir nada. Somente um ser que não tenha início algum pode ser não-causado. Nem sequer é possível haver seres e eventos não-causados. Uma causa deve anteceder a um efeito — ao menos logicamente, caso não cronologicamente. Assim, a causa existe antes de seu efeito. Se um ser ou evento já existe, então ele não causa sua própria existência, visto que já existe. Esse ser ou evento deve então, ou ser não-causado, ou produzido por uma causa anterior.

²⁰ Começar pela autoconsciência é começar com a proposição, “eu existo”.

Ainda que uma progressão infinita de causas seja possível, uma regressão infinita não o é. Uma progressão infinita pode ocorrer desde que a causa possa continuar a levar a novos efeitos, e é logicamente possível que tal processo jamais terminará. Entretanto, se temos de pressupor uma regressão infinita de causas, então é impossível a nós alcançarmos o presente, visto que não é possível viajar através de um infinito real.

Assim como é impossível alcançar o fim de uma progressão infinita, nosso presente é um “fim” quando visto do passado. Qualquer momento em particular é um “fim” ou ponto de parada quando visto do passado, de modo que se o passado é infinito, nunca teríamos alcançado o presente; de outro modo, o passado não seria infinito, mas finito.

Por exemplo, se alguém fosse começar a contagem à meia-noite de segunda-feira e decidisse que devesse interrompê-la na sexta-feira, ele atingiria o ponto de parada quando o tempo chegasse. Mas se há tempo infinito entre seus pontos de começo e de parada, então ele nunca atingiria esse último. Da mesma maneira, se um homem corre em direção a uma linha de chegada — um “final” análogo ao nosso presente — ele nunca alcançaria-o se houvesse uma distância infinita entre os pontos inicial e de parada; de outro modo, a distância entre os dois pontos não seria infinita, mas finita.

Logo, uma regressão infinita de causas passadas para o universo é impossível, visto que, se o passado é infinito, nunca teríamos atingido o presente; de outra forma, o passado não seria infinito, mas finito. Por outro lado, se o universo tem um ponto inicial no passado finito, então seria possível chegar ao presente. Porém, se o universo tem um ponto de partida, então deve haver uma causa. Alguns contestam: “Por que essa causa tem que ser Deus?” Essa é uma tola objeção, visto que Deus é apenas o nome ou título da primeira causa. O argumento mostra que deve haver um criador que fez o universo.

Tomás de Aquino (1224-1274) é mais bem conhecido por suas “Cinco Vias” de demonstração da existência de Deus²¹. Reproduziremos aqui somente a segunda e a terceira de sua *Summa Theologica*:

A segunda via é a da natureza da causa eficiente. No mundo do sentido descobrimos que há uma ordem de causas eficientes. Não há nenhum caso conhecido (nem é ele, de fato, possível) em que uma coisa foi achada como sendo a causa eficiente de si mesma, pois assim seria ela anterior a si mesma, o que é impossível. Ora, em causas eficientes não é possível prosseguir até o infinito, porque em todas as causas eficientes seguindo-se em ordem, a primeira é a causa da causa intermediária, e a intermediária é a causa da última causa, sejam várias as causas intermediárias, ou uma apenas. Ora, tirar a causa é tirar o efeito. Por conseguinte, se não há primeira causa alguma entre as causas eficientes, não haverá nenhuma última, nem qualquer causa intermediária. Mas se em causas eficientes é possível prosseguir ao infinito, não haverá nenhuma primeira causa eficiente, nem um efeito final, nem quaisquer causas eficientes intermediárias; tudo isso é claramente falso. Portanto, é necessário admitir uma primeira causa eficiente, à qual todos dão o nome de Deus.

A terceira via é tomada da possibilidade e necessidade, e se dá assim. Encontramos na natureza coisas que são possíveis que sejam e que não sejam,

²¹ Modernos proponentes dos argumentos cosmológicos incluem Norman Geisler e William Lane Craig.

visto que são achadas para serem geradas, e corromperem-se, e conseqüentemente, são possíveis de serem e de não serem. Mas é impossível para as tais sempre existirem, pois aquilo que é possível não ser em algum tempo não é. Logo, se tudo é possível de não ser, então em algum tempo não poderia haver nada existindo. Ora, se tal fosse verdade, agora mesmo não haveria nada em existência, porque aquilo que não existe somente começa a existir por alguma coisa já existente. Por conseguinte, se em algum tempo nada esteve em existência, teria sido impossível para alguma coisa ter começado a existir; e, desse modo, precisamente agora nada estaria em existência — o que é absurdo. Portanto, todos os seres não são meramente possíveis, mas deve haver alguma coisa para a qual a existência seja necessária. Porém, toda coisa necessária ou tem sua necessidade causada por uma outra, ou não. Ora, é impossível prosseguir infinitamente em coisas necessárias que têm sua necessidade causada por uma outra, como já foi provado com respeito às causas eficientes. Logo, não podemos senão postular a existência de algum ser tendo de si mesmo sua própria necessidade, e não a recebendo de outro, mas antes causando em outros suas necessidades. Todos os homens falam disso como sendo Deus.²²

Alguns tentaram recentemente defender um universo não causado ou eterno baseado na teoria quântica, mas tais argumentos, quando muito, só fazem empurrar a questão um passo para trás, de modo que a existência do universo ainda requer uma explicação, ou uma causa. Nenhum deles prova ser o universo não causado ou eterno, ou que alguma coisa possa sair do nada. Além disso, há fortes discordâncias entre os cientistas quanto às implicações da teoria quântica, e argumentos desse tipo freqüentemente fazem mau uso das especulações científicas.

Se a causa imediata do universo mesmo requer uma causa, então ainda não chegamos à primeira causa. Deve haver uma causa para explicar toda causa que é também um efeito, mas regredir infinitamente é impossível, assim deve haver uma causa primeira não causada que seja eterna, que tenha sempre existido, e que criou o tempo por si mesma. Visto que nenhum efeito pode ser não causado, essa primeira causa não tem começo algum, e desse modo não é um efeito.

Tal argumento é invulnerável à provocação: “Se tudo tem uma causa, então Deus também deve ter uma causa”. Essa típica objeção trai uma falta de atenção, visto que o argumento declara somente que todo efeito, ou tudo que vem a ser, deve ter uma causa. Mas o argumento demonstra que Deus não é um efeito, mas é a primeira causa não causada.

O ARGUMENTO TELEOLÓGICO pode também ser chamado de argumento do projeto. É historicamente associado com o trabalho de William Paley,²³ que argumentava:

Ao cruzar uma charneca, supondo que eu tropece numa pedra, e fosse perguntado como ela veio a estar ali, eu possivelmente poderia responder, que, por qualquer coisa que eu sei ser o contrário, ela sempre estivesse ali; nem seria, talvez, muito fácil mostrar o absurdo de tal resposta. Mas suponha que eu

²² Tomás de Aquino, *Summa Theologica*; P. 1, Q. 2, A. 3. Tradução original feita pelos Pais da Província Dominicana Inglesa.

²³ Modernos proponentes do projeto incluem Michael Behe e William Dembski.

encontrasse um relógio no chão, e fosse inquirido sobre como ocorreu de o relógio estar naquele lugar: dificilmente deveria eu pensar na resposta dada antes — que, por qualquer coisa que eu sei, o relógio pudesse haver estado sempre ali. Todavia, por que não deveria essa resposta servir tanto para o relógio quanto para a pedra? Por que ela não é admissível no segundo caso e o é no primeiro? Por essa razão, e por nenhuma outra, a saber, que, quando vamos inspecionar o relógio, percebemos (o que não poderíamos descobrir na pedra) que suas várias partes estão planejadas e postas juntamente para um propósito, e.g., que estão assim formadas e ajustadas para produzirem movimento, e que tal movimento está assim regulado para fornecer a hora; que, se as diferentes partes houvessem sido talhadas diferentemente do que elas são, se tivessem um tamanho diferente daquele que têm, ou fossem colocadas de qualquer outra maneira, ou em qualquer outra ordem que não aquela em que estão postas, ou movimento nenhum pode ser levado adiante pela máquina, ou ninguém que tivesse respondido se beneficia então de seu uso...

...a inferência, concluímos, é inevitável, o relógio deve ter tido um fabricante; deve haver existido, em algum tempo, e em algum lugar ou outro, um artífice ou artífices que o construíram com o propósito que descobrimos ser a resposta verdadeira; que compreendeu sua construção, e intentou seu uso...

Toda indicação de invenção, toda manifestação de projeto, que existia no relógio, existe nas obras da natureza; com a diferença, pelo lado da natureza, de ser maior e em maior quantidade, e isso em um grau que excede todo cálculo. Quero dizer que as invenções da natureza ultrapassam as da arte, na complexidade, sutileza, e peculiaridade do mecanismo; e mais ainda: se possível, vão além em número e variedade; todavia, em inúmeros casos, não são menos evidentemente mecânico, não menos evidentemente invenções, não menos evidentemente acomodados aos seus fins, ou adequados ao seu ofício, do que o são as mais perfeitas produções da genialidade humana...²⁴

Observações ordinárias e estudos científicos indicam que o universo físico exhibe uma intrincada estrutura e uma complexa ordem; apresenta-se a si mesmo como um produto de projeto deliberado. O PRINCÍPIO ANTROPOCÊNTRICO representa a observação que muitos aspectos do universo parecem estar em admirável sintonia para permitir a existência de vida. Se tais fatores tivessem de ser mesmo que ligeiramente diferentes do que são, a vida seria impossível. Um grande número de condições precisas deve estar presente simultaneamente para permitir a existência de vida orgânica.

Visto que o que é projetado requer um projetista, o observado projeto do universo necessita a existência de um projetista. Tal ser exhibe as características de uma mente racional, capaz de pensar e planejar, e possui tal poder para executar seus intentos que criou o universo sem matéria preexistente disponível. Essa descrição é consistente com o que a Bíblia ensina acerca de Deus. A magnitude e a complexidade da sua criação demonstram seu poder e sabedoria:

²⁴ William Paley, *Natural Theology* (1802), como citado em *The Existence of God*, editado por John Hick; Nova Iorque: Macmillan Publishing Company, 1964; pp. 99-103. Divisões de parágrafo e pontuação modificados por razões de legibilidade.

Mas foi Deus quem fez a terra com o seu poder, firmou o mundo com a sua sabedoria e estendeu os céus (Jeremias 10.12)

Eu fiz a terra, os seres humanos e os animais que nela estão, com o meu grande poder e com meu braço estendido, e eu a dou a quem eu quiser. (Jeremias 27.5)

Quantas são as tuas obras, SENHOR! Fizeste todas elas com sabedoria! (Salmo 104.24)

O ARGUMENTO MORAL parte das leis objetivas morais para um doador moral das leis. Immanuel Kant (1724-1804) escreve em sua *Critique of Practical Reason*:²⁵

Duas coisas enchem a mente com uma sempre nova e crescente admiração e temor reverente, e com cada vez mais freqüência e mais firmeza refletimos nelas: os céus estrelados acima de mim e a lei interna dentro de mim.²⁶

Para que as leis morais objetivas tenham sentido deve haver justiça. Visto que observamos que a justiça com freqüência não é realizada nesta vida, deve haver uma vida além onde a justiça exata é feita. Além disso, para haver justiça deve haver um Juiz que fará tal justiça. Mas para esse Juiz julgar retamente, ele deve ser onisciente, conhecendo todo pensamento e ação, e suas várias relações. E para executá-la, deve haver poder ilimitado à disposição dele.

Ora, Kant advogara por um conceito de Deus como um princípio heurístico em ética, e não queria dizer que o argumento servisse como prova no sentido clássico:

Por um postulado de razão prática pura, entendo uma proposição teórica que não é, enquanto tal, demonstrável, mas que é um corolário inseparável de uma lei incondicionalmente válida *a priori*.²⁷

Entretanto, se alguém negar que haja uma vida além na qual todos se depararão com esse Juiz todo-poderoso e que tudo sabe, ele não pode mais explicar a moralidade objetiva. Todavia, encontramos homens em todo lugar falar e agir como se existisse moralidade objetiva. Mesmo aqueles que verbalmente negam a moralidade objetiva reagem às ações dos outros como se houvesse uma tal coisa. Não se pode declarar consistentemente a moralidade objetiva, seja por palavra ou ação, e rejeitar sua precondição necessária. Escreve Hastings Rashdall:

A crença em Deus... é a pressuposição lógica de uma Moralidade “objetiva” ou absoluta. Uma idéia moral não pode existir em lugar algum e de nenhum modo senão na mente; uma idéia absoluta pode existir apenas numa Mente da qual toda Realidade seja derivada. Nossa idéia moral pode somente declarar a realidade objetiva até o ponto que possa ser racionalmente considerada como a revelação de um ideal moral eternamente existente na mente de Deus.²⁸

²⁵ Em época mais recente, o esforço de Kant foi imitado por C.S. Lewis, embora com uma agenda e formulação diferentes.

²⁶ Immanuel Kant, *Critique of Practical Reason*; Nova Iorque: Macmillan, 1956; p. 166.

²⁷ *Ibid.*, 127.

²⁸ Hastings Rashdall, *The Theory of Good and Evil*; Oxford, England: Clarendon Press, 1907; II, p. 212.

Concluindo nossa discussão sobre os argumentos clássicos, procederemos agora ao exame dos argumentos bíblicos, assim chamados devido à sua dependência tanto da estratégia apologética quanto do real conteúdo da Bíblia.

O ARGUMENTO TRANSCENDENTAL, algumas vezes chamado de argumento abduativo, parte de um conhecido ou reconhecido Y para uma necessária precondição X. Ou, como Robert Stern explica:

Como correntemente apresentado, diz-se habitualmente serem os argumentos transcendentais distintos ao envolverem um certo tipo de afirmação, a saber, que “para Y ser possível, X deve ser a questão”, onde Y é algum fato indisputável a respeito de nós e de nossa vida mental (e.g. que temos experiências, usamos linguagem, fazemos certos julgamentos, temos certos conceitos, desempenhamos certas ações etc.), mas exatamente o que é substituído por X, é onde está aberto a debate nesse estágio.²⁹

Um aspecto do sistema bíblico de apologética envolve discutir que dado qualquer Y, a pré-condição necessária (X) é a cosmovisão bíblica inteira. Por exemplo, entre outras coisas, a ciência assume a uniformidade da natureza (Y), mas isso exige a cosmovisão bíblica (X);³⁰ portanto, a cosmovisão bíblica é uma pressuposição necessária que torna possível a ciência. A implicação é que a ciência nunca pode desaprovar a Escritura, ou mesmo argumentar contra ela.

O ensino bíblico gera um tipo particular de argumento transcendental³¹ que é irrefutável, visto que no processo de argumentação ele mostra que a cosmovisão bíblica (X) é aplicável para todos e quaisquer Y. Tudo o que é substituído por Y no contexto de debate, a cosmovisão bíblica (X) é sua pré-condição necessária. Isso é verdade mesmo no que diz respeito aos argumentos contra o cristianismo — sem a cosmovisão bíblica como a pressuposição, nenhuma objeção contra ele sequer é inteligível.³² Porém, uma vez que a Bíblia inteira já esteja reconhecida como verdadeira, nenhuma objeção contra ela pode ser verdadeira.

Isso é um argumento indireto positivo a favor da cosmovisão bíblica. Uma estratégia bíblica de apologética deve empregar ambos os argumentos diretos e indiretos.³³ O que segue, então, é um argumento direto positivo em favor da fé cristã, ao qual chamo de O ARGUMENTO DOGMÁTICO.³⁴

A palavra “dogmática” tem algumas conotações mui desfavoráveis na fala coloquial. Um dicionário define “dogmatismo” como “segurança na afirmação de opinião, especialmente quando injustificável ou arrogante; um ponto de vista ou sistema de idéias baseado em premissas insuficientemente examinadas”, e um “dogma” é “um

²⁹ Robert Stern, *Transcendental Arguments and Scepticism*; Nova Iorque: Oxford University Press, Inc., 2000; p. 6.

³⁰ Discuto essa premissa noutra parte. Aqui estou interessado apenas em explicar a natureza e o uso da estratégia bíblica de apologética.

³¹ Vide *Ultimate Questions*, de Vincent Cheung.

³² Vide *The Light of Our Minds*, in: “The Problem of Evil”, de Vincent Cheung.

³³ Para exemplos e explanações de ambos os tipos, vide *Ultimate Questions* e *The Light of Our Minds*, de Vincent Cheung.

³⁴ Alternativamente, podemos chamá-lo de “O Argumento Pressuposicional” ou “O Argumento Revelacional”.

ponto de vista ou doutrina posto como acreditado sem fundamentos adequados”.³⁵ Ainda que isso reflita o uso comum, não é o que significa para nós.

“Dogmático” pode simplesmente querer dizer “doutrinário”³⁶ ou “baseado em princípios apriorísticos, não em indução”.³⁷ Ambas as definições são aplicáveis em nosso contexto. Os sinônimos de tal palavra incluem, “ditatorial, autoritário, imperioso”, e noutro sentido, “dedutivo, a priori, dedutível, derivável, e provado”.³⁸ O todo da Escritura cristã é uma revelação de Deus. E visto que Deus fala com autoridade absoluta e “ditatorial”,³⁹ sua revelação verbal forma a pré-condição de tudo da vida e do pensamento, e qualquer conhecimento somente vem de deduções válidas disso.

Em *God and Reason*, Ed. L. Miller explica muito bem a posição filosófica do dogmatismo:

Uma das características da tradição judaico-cristã é sua crença em uma divina auto-revelação: Deus intervém na história humana e fala; ele desvenda a si mesmo em uma “revelação especial”. E o conhecimento de Deus extraído de sua revelação é um exemplo de teologia revelada. Tal teologia é algumas vezes chamada de “dogmática” (no melhor sentido da palavra) ou “confessional”, porque busca elucidar os artigos de fé (dogmas) divinamente concedidos, que toma como seus dados fundamentais e inegociáveis. O teólogo dogmático não é diferente do matemático, pois começa com certas suposições, ainda que em tal caso suposições *reveladas*; o sistema é limitado pela revelação, é completo e é oferecido como um *package deal* [grupo de coisas juntamente agrupadas, e que devem ser reunidas sempre dessa forma].⁴⁰

O sistema cristão admite a infalibilidade bíblica, ou a pressuposição de que “a Bíblia é a palavra de Deus”, como seu primeiro princípio auto-autenticador. Por auto-autenticador, não quero dizer que a Bíblia verifica-se em nossa experiência (ainda que tal ocorra), visto que se fosse por nossa experiência que ela prova ser verdadeira, não seria *auto*-autenticadora. Nem estou me referindo ao testemunho interno do Espírito Santo da veracidade bíblica, ainda que tal se suceda naqueles escolhidos de Deus para a salvação. Antes, quero dizer que o conteúdo da Bíblia verifica-se por si mesmo; não precisa apelar a quaisquer premissas externas para si.

Desse primeiro princípio de infalibilidade bíblica, o restante do sistema segue por necessidade mediante deduções válidas. Visto que o primeiro princípio verifica-se por si mesmo como sendo verdadeiro, quaisquer pressuposições validamente deduzidas dele são também verdadeiras. Visto que a revelação bíblica condena todos os outros sistemas de pensamento, e tudo o que ela diz é verdadeiro, a fé cristã é, pois, o único sistema verdadeiro de pensamento, pelo qual toda proposição é avaliada e tornada inteligível.

³⁵ *Merriam-Webster's Collegiate Dictionary, Tenth Edition*; Springfield, Massachusetts: Merriam-Webster, Inc., 2001.

³⁶ *Webster's New World College Dictionary, Fourth Edition*; IDG Books Worldwide, Inc., 2000.

³⁷ *The Oxford American Dictionary of Current English*; Nova Iorque: Oxford University Press, 1999.

³⁸ *Merriam-Webster's Collegiate Thesaurus*. O termo “teologia dogmática” é o equivalente geral de “teologia sistemática” no emprego teológico.

³⁹ Enquanto “impondo sua própria vontade ou opiniões sobre outros”; *Merriam-Webster's Collegiate Dictionary*.

⁴⁰ Ed. L. Miller, *God and Reason, Second Edition*; Nova Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1972, 1995; p. 9.

O método é similar ao racionalismo. Ainda que seu uso tenaz da dedução seja recomendável, o racionalismo não-cristão falha porque seus princípios são arbitrários e injustificados. Por outro lado, a Bíblia traz o conteúdo para justificar a si própria como o infalível princípio da fé cristã. Mas dogmatismo talvez seja o melhor nome,⁴¹ visto que traz a idéia de que a cosmovisão bíblica consiste de, nas palavras de Miller, suposições reveladas completas oferecidas de modo tal que todas têm de estar reunidas da mesma forma [*'package deal'*].

Todos têm uma cosmovisão — uma rede de proposições inter-relacionadas, a soma das quais compõe “uma concepção ou apreensão completa do mundo”.⁴² Há um ponto de partida ou princípio primeiro a toda cosmovisão do qual o resto do sistema é derivado. Não é possível para uma cosmovisão ser uma teia de proposições que dependam de uma outra sem um princípio primeiro, visto que mesmo uma tal concepção de uma cosmovisão requer uma justificação epistemológica. Há ainda algumas crenças que são mais centrais à rede, a quebra da qual destrói as pressuposições mais distantes do centro. Até as mais centrais alegações requerem justificação, e uma cosmovisão na qual as pressuposições dependam de uma outra de uma maneira que falte um princípio primeiro ou autoridade definitiva é exposto como não tendo justificação em absoluto.

Logo, toda cosmovisão exige um princípio primeiro ou autoridade definitiva. Sendo primeiro ou definitivo, um tal princípio não pode ser justificado por qualquer autoridade anterior ou maior; de outra forma, não seria o primeiro ou definitivo. O princípio primeiro deve então possuir o conteúdo para justificar a si próprio. Por exemplo, a proposição “todo conhecimento vem da experiência sensorial”, falha em ser o princípio primeiro no qual uma cosmovisão possa ser construída, visto que se todo conhecimento vem da experiência sensorial, esse princípio proposto deve também ser conhecido somente pela experiência sensorial, mas antes de fornecer o princípio, a confiabilidade da experiência sensorial não estava ainda estabelecida. Desse modo, o princípio resulta em um círculo vicioso, e se auto-destrói. Não importa o que possa ser validamente deduzido de um tal princípio — se o sistema não pode sequer se iniciar, o que se segue do princípio não pode ser aceito.

Uma cosmovisão que comece com uma contradição é impossível, e deve ser rejeitada. Isso porque contradições são ininteligíveis e sem significado. A lei de contradição⁴³ afirma que “A não é não-A”, ou que algo não pode ser verdadeiro e não verdadeiro ao mesmo tempo e no mesmo sentido. Uma negação dessa lei deve a si mesma empregá-la para ter significado. Se a verdade pode ser contraditória, então a verdade não pode ser contraditória, cães são gatos, elefantes são ratos, e “veja Jean correr” quer dizer “eu sou casado”. Se não é verdadeiro que “A não é não-A”, nada é inteligível.

Visto que nenhum legítimo princípio primeiro pode contradizer a si mesmo, o ceticismo epistemológico, sendo contraditório, deve ser rejeitado. Um cético filosófico sustenta que “nenhum conhecimento é possível... ou que não há evidência suficiente ou

⁴¹ Alternativamente, podemos chamar o método de “racionalismo bíblico”, “fundacionalismo bíblico”, ou “pressuposicionalismo”.

⁴² *Merriam-Webster's Collegiate Dictionary, Tenth Edition*; Springfield, Massachusetts: Merriam-Webster, Incorporated, 2001; “weltanschauung”. *The Cambridge Dictionary of Philosophy, Second Edition*: “Uma cosmovisão constitui uma perspectiva global sobre a vida que resume o que sabemos acerca do mundo...”; Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001; “Wilhelm Dilthey”, p. 236.

⁴³ Ou, a lei da não contradição.

adequada para se dizer que qualquer conhecimento seja possível”.⁴⁴ Ou ele declara saber que nada pode ser conhecido, ou que há inadequada evidência para se saber qualquer coisa. Ambas as opções declaram e negam o conhecimento absoluto ao mesmo tempo, e, por conseguinte, são autocontraditórias.

Princípios primeiros autocontraditórios são insustentáveis, e o ceticismo é autocontraditório. Isso significa que um princípio primeiro adequado deve garantir a possibilidade de conhecimento. Além disso, tal princípio deve fornecer uma quantia adequada de conhecimento, e não meramente tornar possível o conhecimento. Mesmo se “meu nome é Vincent” for uma afirmação verdadeira, não me dá isso qualquer informação sobre a origem do universo, ou que roubar seja imoral. Sequer define moralidade. Mas como sei que a proposição é verdadeira em primeiro lugar? Ela não tem uma epistemologia completa e que justifique a si mesma em seu conteúdo. Um princípio que falhe ao fornecer informação concernente a categorias necessárias de pensamento tais como epistemologia, metafísica e ética é, portanto, inadequado.

Um princípio primeiro não pode ser baseado em indução, a qual raciocina dos particular para o universal.⁴⁵ Quantidade alguma de investigação empírica pode me dizer, por exemplo, que “cada ser humano tem um cérebro”. Para estabelecer uma proposição geral como essa, devo examinar cada ser humano. E ao examinar seres humanos em uma parte do mundo, devo de alguma forma garantir que a natureza do homem não tenha mudado naquelas partes do mundo cujos seres humanos já tenha estudado. Se pretendo aplicar a afirmação a todos os seres humanos no passado e no futuro, devo também examinar todos os seres humanos no passado e no futuro. Visto ser tal impossível, o raciocínio indutivo e os métodos empíricos não podem justificar a proposição.

Baseando-se nos métodos empíricos, seria impossível definir um ser humano no primeiro lugar, visto que tal conceito é também um universal. Problemas similares são inerentes ao estabelecer uma proposição como “todos os homens são mortais”. Alguns procuram salvar a indução dizendo que, ainda que não se possa conclusivamente estabelecer qualquer proposição, pelo menos pode estabelecer uma alegação como provável. Entretanto, se probabilidade é “a razão do número de resultados num conjunto exaustivo de resultados igualmente prováveis que produzem um dado evento pelo número total de resultados possíveis”,⁴⁶ mesmo que admitamos que métodos empíricos possam descobrir o numerador da fração — ainda que eu negue mesmo isso ao empirismo —, determinar o denominador requer conhecimento de um universal, e onisciência é exigida para estabelecê-lo em muitos casos. Visto que métodos empíricos não podem conhecer universais, dizer que pode isso chegar ao conhecimento provável é contra-senso.

A indução é sempre uma falácia formal, e um sistema baseado em um princípio empírico não pode lograr sucesso. A dedução, por outro lado, produz conclusões que estão garantidas serem verdadeiras se também o forem as premissas, e se o processo de raciocínio for válido. O racionalismo emprega a dedução, e como tal é superior aos

⁴⁴ *The Cambridge Dictionary of Philosophy*, “Skeptics”, p. 850.

⁴⁵ Indução é sempre falácia formal, visto que fornece conclusões que dizem mais do que as premissas permitem.

⁴⁶ *Merriam-Webster’s Collegiate Dictionary, Tenth Edition*; “probability”.

métodos empíricos. Os sistemas racionalísticos parecem ser menos populares, mas assinalaremos algumas de suas dificuldades antes de continuarmos.

O racionalismo seleciona um princípio primeiro e dele deduz o resto do sistema, de maneira mui semelhante à de alguém que começa com um ou mais axiomas em geometria. Se o princípio primeiro é verdadeiro, e o processo de raciocínio dedutivo é válido, as proposições subsidiárias, ou teoremas, seriam todos verdadeiros por necessidade. O problema com o racionalismo não-revelacional é como alguém pode selecionar um princípio primeiro.⁴⁷ Ora, se o axioma selecionado é autocontraditório, então, naturalmente, é rejeitado. Mas supondo que um princípio não-contraditório seja selecionado, ele ainda deve justificar a si próprio.

Somente o princípio primeiro cristão é auto-justificador, mas, mesmo se assumimos que vários princípios auto-consistentes e auto-justificadores existam, devem eles ser extensos o bastante para transmitir conhecimento possível. Assim, postular “meu nome é Vincent” como princípio primeiro em uma cosmovisão dedutiva resultaria no fracasso mencionado anteriormente. Finalmente, há várias escolas de sistemas racionalistas, e seus pontos de partida são diferentes e incompatíveis. Qual é o correto? Uma cosmovisão racionalista com um princípio primeiro arbitrário não pode lograr êxito. Ainda que o resultado não seja nada melhor, o método em si ainda é superior ao procedimento indutivo.

Nesse ponto, todos os sistemas não-cristãos já fracassaram, incluindo a alegada revelação do Islã.⁴⁸ Não podem satisfazer a todos os requerimentos assim longamente listados. Contudo, por motivo de completude, devemos também mencionar que as proposições dentro de uma cosmovisão não podem contradizer uma a outra. Um princípio primeiro não deve produzir uma proposição em política que contradiga outra proposição em ética. Creio que não há necessidade alguma de citar de novo o problema com as contradições.

A atual estratégia apologética começa com o reconhecimento de que o cristianismo é o único sistema dedutivo com um princípio primeiro auto-consistente e auto-justificador revelado por um ser onisciente todo-poderoso. O princípio é amplo o bastante para fornecer um número adequado de proposições suficientes para construir uma cosmovisão completa que não ocasiona auto-contradição nenhuma. Portanto, a cosmovisão bíblica é a pré-condição de inteligibilidade, conhecimento e verdade. Todos os outros sistemas de pensamento não podem tomar possível o conhecimento e, desse modo, descambam para o ceticismo filosófico. Mas visto que o ceticismo é auto-contraditório, não se pode permanecer em uma tal posição, e o cristianismo é o único caminho para fora do abismo epistemológico.⁴⁹

O que os argumentos clássicos em prol da existência de Deus não fazem é fornecer prova positiva de toda a cosmovisão bíblica. Cada um somente se põe a favor da veracidade de várias proposições bíblicas, tais como Deus como o criador, como o

⁴⁷ Como Miller diz, o matemático (e também o racionalista) começa com certas suposições, mas o teólogo dogmático começa com suposições *reveladas* — isto é, informação fornecida por um Deus onisciente.

⁴⁸ Um sistema pode alegar ser uma revelação divina, mas pode sobreviver ao escrutínio? Além das auto-contraditórias alegações do Islã, o Alcorão em alguns pontos reconhece a Bíblia cristã, mas então a contradiz, e assim a religião inteira se auto-destrói.

⁴⁹ *Ultimate Questions*, de Vincent Cheung.

projetista, ou como o doador das leis morais. Não obstante, o argumento dogmático simultaneamente prova todas as proposições bíblicas e todas as suas implicações lógicas. Se a Bíblia inteira é verdadeira, então naturalmente o Deus bíblico existe, e qualquer outro conceito sobre ele está automaticamente excluído.

Um defeito objetivo mais sério dos argumentos teístas clássicos é sua dependência da ciência e do empirismo⁵⁰. Se a ciência e o empirismo são fatalmente defeituosos como meios para se descobrir a natureza da realidade, qualquer argumento que se fie neles falha antes mesmo de começar, ainda que no caso dos argumentos teístas, pareçamos chegar à conclusão apropriada. Ou seja, a ciência pode afirmar a existência de Deus, mas rejeito a confiabilidade dela mesmo que eu também afirme isso.

Contudo, os argumentos teístas permanecem úteis como tipo de argumentos *ad hominem*,⁵¹ onde alguém emprega premissas assumidas por um incrédulo, e a partir delas raciocina, ou rumo a conclusões absurdas, demonstrando assim a falsidade as premissas do incrédulo, ou concluindo favoravelmente ao crente, como no caso da existência de Deus⁵². Os argumentos teístas são capazes de mostrar a superioridade racional e a exclusividade da fé cristã mesmo quando se assume a falsa premissa que métodos científicos e empíricos sejam confiáveis, ou possam descobrir a verdade⁵³. Ainda que eles não se apoiem numa fundação infalível, são úteis como parte da apologética que derrota o incrédulo em seu próprio território. Entretanto, um argumento infalível a favor do cristianismo, ou por tal matéria qualquer argumento infalível, requer a infalível revelação de Deus como ponto de partida.⁵⁴

Provérbios 26.4,5* ensina dois princípios de argumentação que ajudam a resumir a estratégia bíblica de apologética:

1. Não respondas ao tolo segundo a sua estultícia, para que também não te faças semelhante a ele.
2. Responde ao tolo segundo a sua estultícia, para que ele não seja sábio aos seus próprios olhos.

⁵⁰ Mas isso pode não ser um defeito do ponto de vista do incrédulo, e essa é a razão de os argumentos clássicos serem capazes de virar as pressuposições dessa pessoa, erradas que são, contra sua própria posição. Isto é, mesmo que assumamos as falsas premissas de nosso oponente, ele ainda está enganado, e o cristianismo ainda fica sustentado.

⁵¹ Isso não é a falácia do irrelevante ataque pessoal, mas um caso onde as premissas do oponente voltam-se contra sua própria posição.

⁵² Também, a confiabilidade histórica da Bíblia, a ressurreição de Cristo, ou a superioridade da ética bíblica.

⁵³ Visto que a ciência está constantemente mudando, talvez as modernas versões dos argumentos clássicos sejam mais úteis contra oponentes contemporâneos, ao passo que o argumento dogmático não requer revisão alguma. É frequentemente dito que a ciência é progressiva e que continuará a progredir. Isso é uma tácita admissão que ela nunca esteve certa e que nunca o estará. A Bíblia é correta em tudo o que afirma visto que foi escrita primeiro; nenhuma mudança ou “progresso” é necessária em seu conteúdo.

⁵⁴ Por revelação, refiro-me somente às palavras da Escritura, e não às intuições carismáticas, visões, sonhos e profecias — que têm suas próprias dificuldades epistemológicas e não são infalíveis.

* Optamos aqui por seguir a tradução Revista e Atualizada da Bíblia de Almeida, e não a *New International Version* em português, que aqui destoa da versão inglesa original do autor (N. do T.)

O tolo acredita na ciência e no empirismo.⁵⁵ Pensa que sua mente finita e sua metodologia defeituosa podem descobrir a verdade acerca da realidade, que não precisa de revelação divina alguma, e que pode alcançar o conhecimento através de investigação autônoma e raciocínio. O versículo 4 alerta ao crente para não argumentar como o tolo, a fim de evitar tornar-se como ele. Da infalível fundação da revelação verbal divina, podemos deduzir um infalível e completo sistema de verdade e conhecimento. Isso é o aspecto positivo da estratégia bíblica de apologética, e consiste tanto de argumentos diretos quanto indiretos, tanto raciocínio dedutivo quanto abduutivo.⁵⁶

Contudo, sem tornar-se como o tolo em nosso pensar, podemos temporariamente assumir as premissas que ele apóia, meramente por causa do argumento, para dizer aonde elas levam.⁵⁷ Podemos contender que é tolice confiar na ciência como meio para se descobrir a verdade acerca da realidade, mas então podemos também mostrar que as descobertas científicas favorecem a fé cristã mais do que qualquer outra cosmovisão, e ao mesmo tempo impõe prejuízos aos valores e crenças seculares. Podemos formular argumentos históricos contra nosso oponente, sabendo que seu método de investigação histórica evita qualquer conhecimento de história em primeiro lugar.⁵⁸ Esse é o aspecto negativo da estratégia bíblica de apologética, e frequentemente inclui argumentos que utilizam premissas científicas e empíricas.

Tal estratégia dual de argumentação trabalha contra todos os sistemas de pensamento não-cristãos, incluindo religiões não-bíblicas.⁵⁹ Visto que a Bíblia é verdadeira, e visto que condena todas as outras religiões, então todas as religiões não-bíblicas são declaradas como sendo falsas pela mesma infalível autoridade de Deus que declara ser verdadeira a Bíblia. Qualquer um que desafie isso deve refutar a Bíblia, naquele ponto em que o crente pode empregar o argumento dogmático e o argumento transcendental para defender sua fé e continuar demolindo a posição de seu oponente.

Podemos demonstrar ser a religião de nosso oponente auto-contraditória, e que alguns dos valores éticos que ela entesoura podem somente ser explicados pela cosmovisão bíblica. Por exemplo, a ética do budismo carece de qualquer fundamento autorizado; é arbitrário. E se a religião oposta atesta o método secular de investigação histórica, podemos então usar suas descobertas para expor os erros históricos de suas doutrinas, tal como acontece com o Alcorão e o Livro de Mórmon.

⁵⁵ Somente uso ciência e empirismo para representar a fonte de informação do incrédulo, visto que os homens modernos estão a seu favor. Outros métodos de descobrimento da verdade, como o racionalismo não-cristão ou textos religiosos não-bíblicos, são igualmente vulneráveis aos nossos argumentos.

⁵⁶ O argumento transcendental é um argumento indireto a favor da necessidade do que o argumento dogmático demonstra diretamente.

⁵⁷ Como Paulo diz, “falo como insensato” (2 Coríntios 11.21).

⁵⁸ A única fonte infalível de conhecimento histórico é a revelação bíblica, e nosso conhecimento de história é limitado ao que ela revela. Conhecimento secular em qualquer área nunca pode elevar-se acima do status de conjectura não-justificada.

⁵⁹ Isso não traz dificuldade alguma à estratégia bíblica de apologética, seja a posição do oponente ateísmo, agnosticismo, comunismo, niilismo, budismo, mormonismo, islamismo, seja algum outro sistema de pensamento. O método de argumentação é o mesmo, apenas com leves modificações para direcionar os argumentos contra o pensamento do oponente imediato.

Dessa maneira, o apologista cristão habilmente emprega tanto argumentação positiva quanto negativa para defender sua fé, enquanto confunde e refuta seu oponente. Como escreve o apóstolo Paulo:

As armas com as quais lutamos não são humanas; ao contrário, são poderosas em Deus para destruir fortalezas. Destruímos argumentos e toda pretensão que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levamos cativo todo pensamento, para torná-lo obediente a Cristo. (2 Coríntios 10.4-5).

Pedro aconselha seus leitores: “Estejam sempre preparados para responder a qualquer pessoa que lhes pedir a razão da esperança que há em vocês” (1 Pedro 3.15). E Judas diz: “senti que era necessário escrever-lhes insistindo que batalhassem pela fé de uma vez por todas confiada aos santos”. É o dever de todo cristão defender sua fé e destruir as crenças de seus oponentes. A estratégia bíblica elucidada acima, com o argumento dogmático como seu impulso central, equipa o crente a “destruir argumentos” e “levar cativo todo pensamento” mesmo quando confrontando os inimigos mais ardilosos e hostis da fé bíblica.

Como devemos considerar o não-cristão? O Salmo 14.1 declara: “Diz o tolo em seu coração: ‘Deus não existe’”. Ora, a Bíblia não chamaria de tolo quem rejeita Zeus, Alá ou Buda por serem falsos deuses, visto cuidar ela apenas do Deus que revela. Portanto, o insensato do Salmo 14 não é apenas alguém que rejeita qualquer divindade, mas alguém que rejeita o Deus revelado na Escritura — ou seja, o Deus bíblico ou cristão. E visto haver somente um Deus cristão, o Salmo 14 não está chamando apenas o ateu de tolo, mas qualquer um que rejeite o cristianismo, mesmo que possa pertencer a uma outra religião.

Romanos 1.22-25 confirma isso: “Dizendo-se sábios, *tornaram-se loucos*, e trocaram a glória do Deus imortal por imagens feitas segundo a semelhança do homem mortal, bem como de pássaros, quadrúpedes e répteis... Trocaram a verdade de Deus pela mentira, e adoraram e serviram a coisas e seres criados, em lugar do Criador...” Assim, a Bíblia chama louco a qualquer não-cristão, seja ateu, agnóstico, budista ou muçulmano. O Salmo 53.2 faz supor que qualquer que não busque a Deus ⁶⁰ não tem entendimento: “Do Céu olha Deus para os filhos dos homens, para ver se alguém que entenda, se há quem busque a Deus”. O versículo 4 diz que os “obreiros da iniquidade” “não tem conhecimento” (ERC).

Por outro lado, a Escritura afirma que “o temor do SENHOR é o princípio da sabedoria; todos os que cumprem os seus preceitos revelam bom senso” (Salmo 111.10). Provérbios 9.10 diz: “O temor do SENHOR é o princípio da sabedoria, e o conhecimento do Santo é entendimento”. Visto ser o temor do Senhor o princípio da sabedoria, e a Bíblia reconhecer somente o Deus bíblico ou cristão, a implicação é que os não-cristãos nem mesmo começaram a ganhar sabedoria. Não é que eles tenham somente uma sabedoria pequena, mas que nem mesmo começaram a ter qualquer sabedoria que seja.

Além disso, a Bíblia diz que é devido à sua “impiedade” que os homens “suprimem a verdade” (Romanos 1.18) concernente à existência e natureza de Deus “pela injustiça”,

⁶⁰ Isto é, novamente o Deus cristão — o único Deus que a revelação bíblica reconhece.

mesmo que lhes tenha sido dada uma revelação inescapável acerca de si mesmo através do conhecimento inato de suas mentes e das palavras da Escritura. Paulo comenta que tais indivíduos “não o glorificaram como Deus, nem lhe renderam graças, mas os seus pensamentos tornaram-se fúteis e o coração insensato deles obscureceu-se. Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos” (Romanos 1.21,22).

Desse modo, a avaliação bíblica de todos os não-cristãos é que são tanto tolos quanto perversos. Todo não-cristão é moral e intelectualmente defeituoso; é contra as Escrituras considerar qualquer um deles como inteligente ou moral. Eles demonstram sua falta de aptidão intelectual ao fracassarem em assentir à fé cristã, e assentir a ela em toda a sua inteireza. E negando o cristianismo, a despeito do conhecimento inato que Deus coloca em suas mentes e dos argumentos irrefutáveis da apologética bíblica, demonstram a si próprios serem não só avestruzes intelectuais, mas também supressores da verdade acerca de Deus. Isso é imoralidade da pior espécie. Paulo escreve: “A ira de Deus é revelada dos céus contra toda impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça” (Romanos 1.18).

Nós que agora somos cristãos éramos em algum tempo também “separados de Deus e... inimigos no entendimento” (Colossenses 1.21), mas Deus nos reconciliou consigo através de Cristo (v. 22). Mas os não-cristãos estão “sem Cristo... sem esperança e sem Deus no mundo” (Efésios 2.12). Paulo escreve que “o deus desta era cegou o entendimento dos descrentes, para que não vejam a luz do evangelho” (2 Coríntios 4.4), e a pregação do evangelho é para “para abrir os olhos e convertê-los das trevas para a luz, e do poder de Satanás para Deus, a fim de que recebam o perdão dos pecados e herança entre os que são santificados pela fé” (Atos 26.18).

Ainda que a Bíblia descreva os incrédulos como vivendo em um estado lamentável de existência, nós que cremos estávamos também em uma tal condição. Se deixados a nós mesmos, teríamos permanecido em ignorância e trevas. É pela eleição divina e por ouvir o evangelho que fomos iluminados para a verdade, e levados à fé em Cristo. Portanto, ao dizer que os incrédulos são néscios, não queremos dizer que aqueles que agora são cristãos sempre foram sábios e iluminados, mas é apenas pela soberana escolha de Deus que fomos salvos de um estado de estupidez e futilidade. Não somos cristãos porque somos sábios, mas fomos feitos sábios porque Deus nos escolheu para sermos cristãos. Sabendo disso, os cristãos não devem ser arrogantes, mas gratos a Deus por sua salvação.

Entretanto, a Bíblia caracteriza ainda todos os descrentes como tolos e perversos. Os cristãos ficam assim obrigados a verem os não cristãos como intelectual e moralmente inferiores. Alguns podem pensar que isso é uma avaliação excessivamente indelicada. Isso pode ser verdadeiro do ponto de vista dos incrédulos, mas os cristãos não devem pensar como eles. Visto que a Bíblia ensina que esses são tolos e perversos, e que ser cristão é crer em toda a Bíblia, então ser um cristão é também crer que todos os incrédulos são tolos e perversos. Portanto, sem reservas, devemos dizer com Anselmo: “Por que então ‘disse o Néscio em seu coração: Não há Deus’... senão porque era estúpido e tolo?”

OS ATRIBUTOS DE DEUS

Os atributos divinos são as características de Deus, a soma das quais definem quem ele é. O primeiro problema que se coloca é o da COGNOSCIBILIDADE de Deus. Se ele é maior do que os seres humanos tanto em grau quanto em espécie, então surge a questão quanto a se podemos adquirir formação confiável a seu respeito. Respondemos que, visto que Deus fez o homem de acordo com a imagem divina, então não importa a diferença entre eles dois, ali permanece um ponto de contato entre eles de modo que a comunicação intelectual significativa é possível. Que Deus tenha escolhido nos trazer informações mediante a Bíblia quer dizer que a linguagem é adequada, e assim devemos afirmar que é possível conhecer informação detalhada e confiável a respeito dele através de sua revelação verbal.

Argumentar que o homem não possa conhecer Deus devido à diferença entre os dois é algo que refuta a si mesmo, visto que a declaração por si própria precisa de considerável conhecimento acerca de Deus. A pessoa que diz que ele não é conhecível está declarando uma parte da informação acerca da natureza mesma de Deus. Porém, se Deus é de fato não cognoscível, ninguém pode saber que ele não é passível de ser conhecido. Que nós temos o conceito de Deus em nossas mentes e que podemos debater a questão demonstra que Deus pode ser conhecido.

Da mesma forma, é refutar a si mesmo dizer que a linguagem humana é inadequada para trazer informação sobre as coisas divinas, visto que a afirmação mesma traz uma parte da informação acerca dessas, a saber, que elas são de tal natureza que dar descrições verbais acerca delas é impossível. Visto que a declaração mesma é uma descrição verbal a respeito das próprias coisas divinas, ela refuta a si própria⁶¹.

A Bíblia ensina que Deus revela a si mesmo através das palavras da Escritura. Isso por si só atesta tanto a cognoscibilidade de Deus quanto a adequação da linguagem humana. Deus é capaz de dizer-nos a respeito de si mesmo, e somos capazes de entender o que ele comunica. Logo, ele é conhecível, e escolheu contar a nós sobre as divinas coisas através da comunicação verbal, em vez de por experiências religiosas ou intuição. Desse modo, objeções contra a cognoscibilidade de Deus e a adequação da linguagem vai de encontro à cosmovisão bíblica, e deve confrontar os argumentos em prol da fé cristã apresentados na seção anterior deste livro.

Após determinar a cognoscibilidade de Deus, a próxima questão lógica é quanto podemos saber acerca dele. A Bíblia ensina a INCOMPREENSIBILIDADE divina. O Salmo 145.3 diz que “é insondável”^{*} sua grandeza, e o apóstolo Paulo escreve em Romanos 11.33, “Ó profundidade da riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus!

⁶¹ A linguagem é sempre adequada para representar qualquer pensamento. Por exemplo, alguém pode usar “X” para designar qualquer conceito ou soma de conceitos, e sempre isso será adequado, visto que palavras são somente símbolos arbitrários que podem referir-se a qualquer coisa. A questão é se os seres humanos tem a faculdade de pensar acerca de Deus, não se as palavras são adequadas para se falar sobre ele. E o homem pode de fato pensar acerca de Deus, havendo sido feito à divina imagem.

^{*} Mais uma vez, a Nova Versão Internacional da Bíblia em português destoa da congênera inglesa. Por isso, optamos de novo pela Almeida Revista e Atualizada (N. do T.)

Quão insondáveis são os seus juízos e inescrutáveis os seus caminhos!” Deus é infinito e nós, finitos; portanto, nunca podemos saber tudo sobre ele.

Mas só porque não podemos saber tudo a seu respeito, isso não quer dizer que não possamos conhecer algo sobre ele. Em nosso contexto, “compreender” significa ter um completo entendimento de Deus. Tal é impossível para seres finitos, incluindo aí os anjos, feitos sem pecado. Não importa quanto a seu respeito possamos saber, haverá sempre mais para se conhecer sobre ele.

Visto ser Deus infinito em seu ser, há um número infinito de proposições que podem ser ditas sobre ele.⁶² Nossas capacidades cognitivas são limitadas e vivemos no tempo. Se há um número infinito de proposições sobre Deus, então seria impossível a qualquer ser finito saber tudo sobre elas. Tal limitação permanecerá mesmo após a ressurreição dos crentes. Ainda que nossas mentes e nossos corpos sofrerão consideráveis aperfeiçoamentos, permaneceremos finitos e, portanto, Deus continuará incompreensível para nós.

Entretanto, ainda podemos saber muito a seu respeito. Podemos conhecer e entender tudo o que a Bíblia diz sobre ele. Jeremias 9.24 diz que se pode compreender e saber o próprio caráter divino, que é ele que age com “lealdade, com justiça e com retidão sobre a terra.” A doutrina da incompreensibilidade de Deus não anula a possibilidade do verdadeiro e abundante conhecimento acerca dele por seres humanos finitos mediante a exegese das Escrituras.

Não podemos admitir que a incompreensibilidade de Deus negue sua cognoscibilidade. Ainda que não possuamos conhecimento exaustivo sobre ele, na verdade podemos ter verdadeiro conhecimento a seu respeito. Tudo o que ele revela a nós pelas palavras das Escrituras é verdade, e temos conhecimento verdadeiro sobre Deus a ponto de podermos saber e entender suas palavras. Eu posso saber o nome de uma outra pessoa ou a sua idade e nada mais acerca dela, mas isso não quer dizer que, pelo fato de o meu conhecimento ser limitado, seja ele falso.

Ainda que seja verdade que quanto mais eu conheço sobre uma pessoa, melhor eu entenderei o que já sei sobre ela, o que conheço, no entanto, é verdadeiro. Obtendo informações adicionais a respeito de uma pessoa, adquire um contexto mais rico do qual compreendo as implicações de seu nome ou idade, mas meu conhecimento acerca disso era verdadeiro mesmo antes de ter aquelas. Do mesmo modo, ainda que não tenhamos um conhecimento completo sobre Deus, o que sabemos a seu respeito pela Bíblia, contudo, é digno de confiança e exato.

Ainda que não possamos conhecê-lo completa ou exaustivamente, podemos saber sobre ele conhecendo as palavras das Escrituras. As doutrinas da cognoscibilidade e incompreensibilidade divina excluem a alegação de que sabemos tudo o que há de conhecimento acerca de Deus, mas também nos lembra que podemos conhecê-lo verdadeira e precisamente.

Cristãos que não apreendem imediatamente certas doutrinas bíblicas algumas vezes desistem, chamando-as de “mistérios”, mas a cognoscibilidade divina alerta-nos contra

⁶² Há um número infinito de proposições verdadeiras acerca de Deus, mas não é o mesmo que dizer que todas as proposições a seu respeito o sejam.

isso. Essa tendência de alguns para, sem legitimidade, assim rotular aquelas expõe um defeito de sua mentalidade — pode se tratar tanto de falta de compreensão da natureza da revelação, quanto de atitude preguiçosa ou rebelde para com a Escritura. Amiúde a pessoa entende de fato a doutrina, mas recusa-se a aceitá-la. Visto não poder negar sua origem bíblica, chama-a mistério para não ter de afirmá-la.

Por exemplo, muitos têm rotulado como mistérios as doutrinas da Trindade e da eleição divina. Contudo, visto que a Bíblia as ensina e nos diz o que pensar a respeito daquelas, não devemos chamá-las de mistérios, mas antes de doutrinas peremptórias as quais todos os crentes devem afirmar. Doutrinas reveladas não são mistérios. Visto que Deus revelou quantidade considerável de informação sobre tais tópicos, são elas claras doutrinas bíblicas que exigem aceitação universal. Cerrar os olhos e chamá-las de mistérios é nada menos do que declarado desafio contra a revelação divina. Recusar a entender ou aceitar qualquer coisa que a Bíblia ensine é insultar o Deus que nos deu o dom inestimável de sua revelação verbal.

Podemos agora proceder ao exame de outros atributos divinos, começando com aqueles que elaboram na forma de sua existência, ou seus atributos metafísicos. Um atributo assim é o da NECESSIDADE de Deus, querendo dizer que ele existe por necessidade lógica. Relembre uma discussão anterior, que, ao dizer “Deus existe”, o cristão não se refere a um Deus genérico, mas somente o Deus bíblico ou cristão; ou seja, Deus é como a Bíblia diz ser. Não é um teísmo geral que os crentes devem defender, mas a inteireza da fé cristã.⁶³

Em termos de lógica modal, estamos afirmando que Deus existe em cada mundo possível. Um “mundo possível” é realidade quando o pode ser, no qual cada ser ou evento contingente pode ser diferente. Por exemplo, é possível a uma dada pessoa ser mais alta do que é, e a um certo carro ser vermelho em vez de verde. Qualquer realidade que não contenha uma contradição é um mundo possível. Uma afirmação como $2 + 2 = 4$ é verdadeira em todo mundo possível, e $1 + 1 = 10$ é falsa em qualquer mundo possível. Dizer que a existência de Deus é uma necessidade lógica quer dizer que a proposição “Deus não existe” acarreta uma contradição nessa e em cada uma outra realidade possível. A descrição da Escritura necessita de uma tal conclusão.

Alguns sustentam que Deus não existe por necessidade lógica, mas somente por necessidade factual em nossa realidade presente. Visto que nossa declaração é que ele existe por necessidade lógica em cada mundo possível, devemos concordar que ele também existe por necessidade factual nesta realidade. Porém, dado o que sabemos ser verdade acerca de Deus, é inadequado dizer que ele somente existe por necessidade factual nesta realidade, e não o possa ser em outros mundos possíveis. Nosso conhecimento dos atributos divinos precisa concluir que Deus existe por necessidade

⁶³ Eu até argumentaria que não há algo como teísmo geral, visto que qualquer perspectiva teística está sempre atada a uma cosmovisão, de modo que não há teísmo cristão, islâmico ou de outras variedades. Nenhum deles se harmoniza com o que é o Deus “teísta”. Portanto, não se pode propugnar pelo teísmo somente para fazer com que todas as religiões teístas sejam possíveis, e então proceder à defesa de outras pretensões dentro de uma cosmovisão teísta particular. Visto que cada cosmovisão tem uma singular opinião sobre Deus, deve-se defender a sua própria (o que já quer dizer que deve-se defender toda sua cosmovisão), e não um Deus genérico que várias cosmovisões possam aceitar, porque não há coisa tal. Logo, para estabelecer a existência do Deus cristão os interesses do Islã ou dos mórmons não servem em absoluto. Na verdade, estabelecer a existência do Deus cristão automaticamente refuta-os, visto suas posições a respeito dele se excluírem mutuamente.

lógica, e não somente factual. Os argumentos dogmático e transcendental da seção anterior também entendem como inconcebível qualquer realidade possível a menos que a cosmovisão bíblica inteira seja primeiramente pressuposta.

Deus é um ser não causado, e visto ser quem criou e ora sustém tudo o que existe, ele tinha existido ainda antes de tudo o mais. Ninguém além dele mesmo sustenta seu ser. Isso faz alusão à ASEIDADE de Deus, algumas vezes chamada de sua AUTO-EXISTÊNCIA ou INDEPENDÊNCIA. Ele existe “por si mesmo⁶⁴”, e não depende de qualquer coisa externa a si próprio para existir. Ele é um Deus “que se auto-contém”, e que existe por sua própria natureza.

A Bíblia diz que “o Pai tem vida em si mesmo” (João 5.26), mas nossa existência é dependente da vontade e do poder de Deus: “Pois nele vivemos, nos movemos e existimos” (Atos 17.28). Apocalipse 4.11 diz: “Tu, Senhor e Deus nosso, és digno de receber a glória, a honra e o poder, porque criaste todas as coisas, e por tua vontade elas existem e foram criadas”. O apóstolo Paulo diz em Atos 17.25 que Deus “não é servido por mãos humanas, como se necessitasse de algo”, mas que é ele “quem dá a todos a vida, o fôlego e as demais coisas”.

O nome divino que Deus revelou a Moisés, “EU SOU O QUE SOU”, aponta para sua auto-existência. Também sugere que Deus existe em um estado eterno. Ele criou o próprio tempo e, portanto, é independente dele. Tal atributo da existência divina é chamado de ETERNIDADE ou ATEMPORALIDADE. Gênesis 21.33 diz que ele é “o Deus eterno”. O Livro de Salmos revela que ele é “de eternidade a eternidade” (41.13), e que ele é “desde a eternidade” (93.2). O apóstolo Pedro escreve: “para o Senhor um dia é como mil anos, e mil anos como um dia” (2 Pedro 3.8).

Uma implicação da eternidade de Deus é que todo conhecimento é para ele uma intuição eterna. Ainda que haja uma sucessão de idéias na mente do homem, tal não é verdade quando se trata de Deus. O homem raciocina das premissas para a conclusão, um processo que requer tempo e uma sucessão de idéias na mente. Entretanto, visto que Deus é atemporal, todas as proposições estão diante de sua mente como uma intuição ou pensamento eterno. Logo, Deus pensa sem associações mentais ou uma sucessão de idéias. Ele o faz por pura intuição, visto que todo conhecimento está imediatamente presente perante ele, mesmo fatos que pertençam ao nosso futuro.

Isso não quer dizer que a lógica seja diferente para ele ou que pressuposições sejam inadequadas para expressar seus pensamentos. A lógica é a mesma para Deus e para nós, mas não há uma sucessão de idéias em sua mente devido à sua atemporalidade e ao seu intelecto ilimitado. Se ele fosse pôr seus pensamentos em palavras para nós, haveria uma sucessão de idéias em sua mensagem, com um pensamento conduzindo a um outro.

Ele seguiria todas as regras lógicas válidas, as quais procedem de sua natureza racional. Afirmamos isso não por especulação vazia, mas visto que a Escritura é a palavra de Deus, sabemos como ele se expressa em palavras. Além disso, o Filho de Deus tomou atributos humanos e entrou no tempo. O relato bíblico a respeito mostra que Cristo articulava sua mente por fala inteligível, seguindo todas as regras válidas de lógica.

⁶⁴ Anselmo: “Mas o que Tu és senão aquele ser supremo, existindo *por meio de Ti Mesmo* apenas, que fez tudo o mais do nada?”; *Anselmo de Canterbury: The Major Works*; p. 89.

Alguns sustentam que nossa constituição mental é tão diferente da de Deus que a própria lógica lhe é diferente. Sugerem que a “lógica divina” é diferente da “humana”, e, portanto, nosso raciocínio em conformidade com a nossa lógica não se aplica a ele. Isso trai um mal-entendido fundamental sobre a natureza mesma da lógica. Essa não é apenas o que torna a comunicação humana conveniente ou inteligível, mas são as regras necessárias para o correto pensamento, tendo sua origem na natureza de Deus. Visto que ele mesmo é racional, todo o pensar acerca dele e a realidade devem aderir às regras lógicas. Um conceito como um círculo quadrado é tão disparatado e inconcebível a Deus quanto o é a nós.

Além disso, argumentar que a “lógica humana” não se aplica a Deus é usá-la para dizer algo sobre Deus, o que refuta a si mesmo. Se a lógica humana é inaplicável a ele, não se pode nunca dizer assim e esperar que faça sentido ao mesmo tempo. Longe de dizer que a lógica humana não se lhe aplica, Jesus foi um mestre debatedor, como se vê dos encontros com os líderes religiosos hostis. Um teólogo-filósofo traduz João 1.1 como segue: “No princípio era a Lógica, e a Lógica estava com Deus, e a Lógica era Deus.” Isso pode deixar horrorizado os cristãos anti-intelectuais, mas a palavra *logos* pode tão facilmente ser vertida como “lógica” ou “razão” como “verbo”.

Que Deus não raciocina de premissas para conclusões não significa que não tenha uma mente racional, mas significa que ele está simultaneamente a par de todas as premissas e conclusões, e, portanto, não necessita pensar por meios de argumentos lógicos como nós. Mas devemos insistir que a lógica é a mesma tanto para ele quanto para nós, e ainda que seu conhecimento exista como uma intuição eterna, ele pode expressar seus pensamentos de forma proposicional, como o fez na Escritura.

A IMUTABILIDADE de Deus decorre de sua eternidade. Visto que não lhe haja “antes” ou “depois”, é ele imutável em seu ser e caráter. Tal atributo é também associado com sua perfeição. Se o ser de Deus tem toda perfeição possível, então qualquer mudança nele deve ser para pior. Mas visto ser ele imutável, não pode piorar. E visto que ele já possui cada perfeição, não tem ele necessidade de alteração ou experimentar desenvolvimento.

Salmo 102.25-27 diz que, ainda que o universo físico sofra decadência e pereça, Deus permanece o mesmo:

No princípio firmaste os fundamentos da terra, e os céus são obras das tuas mãos. Eles perecerão, mas tu permanecerás; envelhecerão como vestimentas. Como roupas tu os trocarás e serão jogados fora. Mas tu permaneces o mesmo, e os teus dias jamais terão fim.

Deus diz em Malaquias 3.6: “eu, o SENHOR, não mudo.” O apóstolo Tiago escreve que ele não “muda como sombras inconstantes” (Tiago 1.17). Deus diz em Isaías 46.11: “O que eu disse, isso eu farei acontecer; o que planejei, isso farei”, e o Salmo 33.11 traz: “os planos do SENHOR permanecem para sempre, os propósitos do seu coração por todas as gerações”. Finalmente, Números 23.19: “Deus não é homem para que minta, nem filho do homem, para que se arrependa. Acaso ele fala, e deixa de agir? Acaso promete, e deixa de cumprir?”.

A imutabilidade de Deus faz supor sua IMPASSIBILIDADE. Isso quer dizer que ele é sem “paixões” — emoções ou sentimentos. Os crentes menos atentos rapidamente protestarão contra dizer que Deus não tenha emoções, visto a Bíblia parecer revelar um Deus que experimenta estados emotivos tais como tristeza, alegria e ira (Salmo 78.40; Isaías 62.5; Apocalipse 19.15).

Os proponentes da impassibilidade divina explicam que as passagens que parecem atribuir emoções a Deus são antropopatismos. A oposição então protesta que isso é querer invalidar o ensino óbvio da Escritura por relegar a antropomorfismo ou antropopatismo tudo que não se queira associar a Deus. Mas tais oponentes da impassibilidade que são de outro modo ortodoxos em suas crenças prontamente aceitam aquelas referências bíblicas como antropomórficas que atribuem a Deus partes corporais tais como mãos e olhos. Portanto, não se deve tirar antropomorfismo ou antropopatismo do pensamento como explicação válida sem boa razão.

Dizer que Deus experimenta emoções de uma maneira similar a dos seres humanos parece incorrer em muitas contradições:

Um homem torna-se irado contra sua vontade no sentido de que não escolhe ficar daquele jeito, nem escolhe experimentar o que o levou à cólera, mas dado seu presente estado mental e desenvolvimento de caráter, o “gatilho” incita essa emoção nele contra sua preferência. O mesmo aplica-se a experiências humanas de alegria, medo e tristeza. Ainda que se possa desenvolver um notável nível de autocontrole pelo poder santificador da Escritura e do Espírito Santo, permanece o fato de que a vontade e a emoção de alguém não mantém um relacionamento harmônico. Um estado emocional de uma pessoa não é sempre exatamente o que ela quer ou decide ser.

Contudo, o que foi dito acima não pode ser verdadeiro acerca de Deus mesmo se ele tivesse de experimentar emoções, visto que tal falta de autocontrole contradiz sua soberania, imutabilidade e onisciência. Por exemplo, que Deus sabe de tudo e assim não possa ser “surpreendido” elimina certos caminhos da experiência das emoções. Assim, só a onisciência já faz com que algumas emoções sejam impossíveis, ou pelo menos os meios ou razões para experimentá-las. Se minhas ações podem entristecer ou irritar a ele do mesmo modo que com um ser humano, então quer dizer que eu posso fazer com que Deus se entristeça ou se irrite a hora que quiser. Por outro lado, se minhas ações podem produzir nele alegria de uma maneira similar àquela com um humano, significa então que sou capaz de levá-lo à alegria pelo meu querer. Dessa forma, poderia eu exercitar uma medida de controle sobre Deus mesmo, o que contradiz sua soberania e imutabilidade.

Podemos, por conseguinte, afirmar alguma forma de impassibilidade divina. Se Deus é entristecido por nossos pecados, é somente porque ele quer ser entristecido por eles, e não devido ao seu estado mental estar além de seu controle ou sujeito a nossa influência. Pelo menos nesse sentido e até esse ponto, podemos afirmar que Deus não possui paixões. Mesmo se Deus tivesse emoções, estariam elas sob seu completo controle, e nunca comprometeriam qualquer de seus atributos conhecidos.

Os cristãos em algumas culturas são mais ligeiros ao defender o papel das emoções, seja em Deus ou no homem, porque foram influenciados pela moderna psicologia, e não apenas porque se recusam a aceitar a explicação de que as descrições bíblicas de Deus

como tendo emoções são antropopatismos. Uma discussão sobre a natureza das emoções ajudar-nos-á a melhor entender como elas se relacionam a Deus e ao homem.

O dicionário define “emoção” como “inquietação, excitação; o aspecto afetivo da consciência; um estado de sentimento; uma reação psíquica e física (como ira ou medo) experimentada subjetivamente como forte sentimento e psicologicamente envolvendo mudanças que preparam o corpo para imediata ação vigorosa”.⁶⁵ A palavra originalmente significa uma inquietação da mente. Ainda que esse significado seja agora obsoleto na fala coloquial, sei de pelo menos um teólogo-filósofo que ainda define emoção como uma inquietação mental. No uso comum mesmo, permanece como uma “*reação* psíquica e física.” Se é uma inquietação ou uma reação, ela não soa mais como boa ou necessária como as pessoas fazem-na parecer.⁶⁶

Contrariamente ao ensinamento popular, a Bíblia nunca diz que a mente consiste de vontade, intelecto e emoção. Isso é emprestado da psicologia secular, não da bíblica. Sob um tal esquema, a vontade, o intelecto e a emoção são partes distintas da mente, de modo que essa é somente real enquanto agregado das três. Visto serem elas independentes, não há necessária relação entre o crescimento e o desenvolvimento de cada parte. Assim, os cristãos que assumem essa falsa estrutura algumas vezes dizem que se deve não apenas desenvolver seu intelecto, mas também sua emoção.

Entretanto, a Bíblia declara que a parte íntima do homem é a mente ou intelecto. A vontade e a emoção não são coisas em si mesmas, mas meramente funções da mente. Por exemplo, a digestão não é um órgão à parte de ou dentro do estômago, mas é esse que existe como um órgão físico, enquanto a digestão é a função que ele desempenha. Do mesmo modo, é a mente que existe como a parte interior e incorpórea do homem. Algumas vezes fica perturbada, e um distúrbio da mente afeta o modo como ela pensa, freqüentemente de maneira negativa. Portanto, a emoção não é um bem em si mesma. Ainda que a Bíblia não chame todas as emoções de pecaminosas, muitas delas podem de fato o ser, e emoções pecaminosas amiúde levam a outros pecados:

O SENHOR disse a Caim: “Por que você está furioso? Por que se transtornou o seu rosto? Se você fizer o bem, não será aceito? Mas se não o fizer, saiba que o pecado o ameaça à porta; ele deseja conquistá-lo, mas você deve dominá-lo.” (Gênesis 4.6,7)

Os cristãos não precisam ser mais emocionais; precisam de mais autocontrole. A Bíblia quase não contém tantas palavras ou frases emocionais quanto as pessoas querem acreditar. Alguns podem mesmo interpretar mal o contentamento em Filipenses 4.12 como uma satisfação emocional, isto é, antes que se dêem conta de que é uma palavra estóica denotando indiferença.⁶⁷ E “feliz” mesmo, é uma emoção na Bíblia? O amor não é uma emoção na Bíblia, mas uma volição.

Uma marca do homem espiritual na Bíblia é o autocontrole, incluindo o domínio sobre suas emoções. A mente de Deus é tão integrada que ele faz apenas o que ele quer, e

⁶⁵ Merriam-Webster's Collegiate Dictionary, Tenth Edition.

⁶⁶ Em minha opinião, uma definição de emoção deveria incluir “uma inquietação da mente que pode interferir com o processo normal do pensamento racional.”

⁶⁷ “Sei o que é passar necessidade e sei o que é ter fatura. Aprendi o segredo de viver *contente* em toda e qualquer situação, seja bem alimentado, seja com fome, tendo muito, ou passando necessidade.”

nunca é “inquietado” contra a sua vontade, se tanto. À medida que crescemos em santificação, nossa emoção deve cada vez mais estar sujeita ao nosso controle consciente, de modo que ficamos excitados porque decidimos assim ficar, tornarmo-nos irados porque assim o decidimos, e podemos parar no momento em que assim decidirmos.

Admito que Jesus experimentou emoções, mas a questão é o que se pode inferir desse fato⁶⁸. Aqueles casos em que Jesus experimentou emoções foram de fato inquietações da mente (Marcos 14.34), mas visto que Hebreus 4.15 diz que ele nunca pecou, temos de concluir que nem toda inquietação mental é pecaminosa. Entretanto, não se pode por isso demonstrar que as emoções sejam boas, ou que não devam ser restringidas ou suprimidas. Jesus também experimentou fome e fadiga (Mateus 21.18; Lucas 4.2; João 4.6), mas tal fato somente prova que o Filho de Deus de fato adquiriu atributos humanos.⁶⁹ Portanto, que Jesus experimentou emoções somente mostra que ele possuía reais atributos humanos e que nem toda inquietação da mente é pecaminosa. O que vemos nos Evangelhos é que Jesus esteve sempre em pleno controle de si próprio.⁷⁰

A Bíblia é a favor do autocontrole sobre a instabilidade mental, o que, com frequência, é o que significa o possuir emoções. Todavia, quando ter uma emoção quer meramente dizer expressar um certo tipo de pensamento, como em forte aprovação ou desaprovação, então ao grau do que a pessoa permanece em controle de sua mente, e ao grau que isso não seja uma inquietação involuntária ou imoral da mente, então talvez ela seja aceitável. Mas isso já exclui quaisquer exemplos de expressão emocional.

Portanto, ao afirmarmos a impassibilidade divina, não estamos roubando Deus de quaisquer qualidades de valor. Antes, estamos dizendo que ele tem perfeita estabilidade mental e autocontrole; ele não pode ser inquietado contra o seu querer. Mas não há realmente razão alguma contra afirmar a plena impassibilidade divina, que a mente dele nunca jamais seja perturbada.

Introduzimos a UNIDADE de Deus por implicação. Ao contrário dos seres humanos, Deus não é dividido em partes, mas existe como um todo eterno com todos os seus atributos como uno e inseparável. Algumas vezes isso é chamado de sua SIMPLICIDADE, visto que Deus não é complexo, ou dividido em partes.

Ainda que uma dada porção bíblica possa enfatizar um atributo divino específico, isso não significa que os atributos divinos sejam completamente separáveis, que um atributo possa às vezes passar por cima de outro, que um seja mais importante que outro, ou que um mais estritamente expresse a essência de Deus que outro. A Escritura mostra-nos

⁶⁸ Devemos ser muito cuidadosos em usar o exemplo de Jesus para justificar nossas próprias ações, ou para produzir argumentos sobre como os cristãos devem se portar. Devemos nos certificar que haja de fato bons paralelos.

⁶⁹ Contudo, assim como Jesus, enquanto segunda pessoa da Trindade não poderia nunca experimentar fome ou fadiga, ele, no que diz respeito aos seus atributos divinos, que nunca foram postos de lado quando ministrou na terra, não seria sem paixões. Somente sua natureza humana conheceu fome, fadiga e paixões.

⁷⁰ Ele ficou tão perturbado antes de sua prisão que derramou sangue por sua pele, mas nunca perdeu o controle. Ele foi capaz de orar, resolver cumprir a vontade de Deus, e repreender seus discípulos por dormirem. Ainda que alguns entendam a passagem como dizendo que ele estava somente suando de um modo similar a sangrar, fica ainda que ele estava sob intensa pressão, mas que ainda detinha pleno controle sobre si mesmo.

que Deus é seus atributos: 1 João 1.5 diz: “Deus é luz”, e 1 João 4.16 diz: “Deus é amor”. Logo, Deus não é um ser que é amor com luz como um atributo, ou vice-versa; antes, é ele amor e luz, tanto quanto seus outros atributos.

Não devemos pensar em Deus enfatizando um certo atributo durante um período histórico, e então dando ênfase a um atributo diferente durante um outro período. Mesmo alguns cristãos pensam que Deus era cheio de ira no Antigo Testamento mas misericordioso no Novo. Contudo, é o primeiro que diz: “O seu amor dura para sempre” (Salmo 136), e é no segundo que está que “terrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo” (Hebreus 10.31). A unidade de Deus significa que ele é tanto amoroso quanto justo em todos os tempos. Ele é sempre misericordioso para seus eleitos e cheio de cólera para com os réprobos, seja no Antigo ou no Novo Testamento.

Um outro atributo metafísico de Deus é a sua ESPIRITUALIDADE. Ele é incorpóreo; não tem corpo. Jesus diz: “Deus é espírito” (João 4.24). Dado alguns dos atributos divinos conhecidos, entendemos que várias passagens bíblicas que aludem a ele como tendo partes corporais são antropomórficas. Por exemplo, 2 Crônicas 16.9 diz: “os olhos do SENHOR estão atentos sobre toda a terra para fortalecer aqueles que lhe dedicam totalmente o coração”. A ARA diz que os olhos do Senhor “passam por toda a terra”. Mas dizer que Deus tenha olhos físicos para ver seria comprometer sua onisciência, visto que, então, ele não poderia ver as áreas onde seus olhos não estão olhando. Também, nossos olhos não atuam por si próprios, mas são órgãos que trabalham com nosso cérebro e nervos óticos. Pois para serem úteis seus olhos físicos, Deus deve então ter um cérebro, nervos óticos, um tendão espinal — exatamente como um homem. Isso é o que algumas heresias sustentam, mas isso contradiz as doutrinas da transcendência e da invisibilidade divinas (1 Timóteo 1.17; Jó 9.11). A citada porção de 2 Crônicas 16.9 deve ser compreendida como figurada — entre outras coisas, está dizendo que Deus está a par de tudo o que ocorre na terra.

Um outro exemplo vem de Isaías 66.1, onde Deus diz: “O céu é o meu trono, e a terra, o estrado dos meus pés”. Alguns insistem que tomamos tais passagens “literalmente”. Mas então as pernas dele teriam de ter exatamente aquele comprimento — o comprimento de suas pernas seriam a distância entre o céu e a terra. Como então ele poderia ter dito “tenho ido de uma tenda para outra, de um tabernáculo para outro” (2 Samuel 7.6), visto que a tenda ser-lhe-ia pequena demais? Algumas versões de tal heresia — que Deus tem um corpo — asseveram que ele é de uma altura similar a dos seres humanos. Mas isso contradiria o versículo de Isaías, visto que nenhum ser humano é mais alto do que vários metros. É mais natural e preciso entender as passagens bíblicas que atribuam partes corporais a Deus como antropomórficas.

Lucas 11.20 também ilustra que as referências bíblicas às partes corporais dele são antropomórficas: “Mas se é pelo dedo de Deus que eu expulso demônios, então chegou a vocês o Reino de Deus”. Jesus indica que ele expelle os demônios pelo “dedo de Deus”, e assim parece a alguns que Deus tem uma mão com dedos como nós. Entretanto, na passagem paralela de Mateus 12.28, Jesus diz que ele lança fora os demônios “pelo Espírito de Deus”. Deveria ser óbvio que o dedo divino é figurativo do seu Espírito, e não que ele possua partes corporais como os dedos humanos.

Em Deuteronômio 4.15-16, Moisés diz ao povo de Israel: “No dia em que o SENHOR lhes falou do meio do fogo em Horebe, vocês não viram forma alguma. Portanto,

tenham muito cuidado, para que não se corrompam fazendo para si um ídolo, uma imagem de alguma forma semelhante a homem ou mulher”. Ao contrário dos seres humanos, Deus não tem “forma alguma”; portanto, Moisés proíbe qualquer um de construir uma imagem que alegue ser semelhante à aparência divina, nem mesmo uma que seja em forma de um ser humano. Se é interdito construir uma imagem física de Deus porque ele não tem forma alguma, então é igualmente injustificável assumir que Deus tenha uma forma em nosso pensamento e em nossa teologia.

Não são poucos os cristãos que sucumbem ao ensinamento de que Deus Pai e Deus Espírito Santo têm corpos. Tais crentes não percebem que essa doutrina é herética, e que está mais próxima do mormonismo do que do cristianismo. Para resumir, Deus Pai e Deus Espírito Santo não possuem corpos, porém Deus Filho tomou atributos humanos, incluindo um corpo físico. Todavia, os atributos divinos não estão misturados ou confundidos com os humanos mesmo nele. Por exemplo, Deus Filho é onipresente no que toca à sua natureza divina, mas sua natureza humana não é onipresente.

Deus possui cada atributo divino de um modo ilimitado e numa extensão ilimitada. Tal é a INFINIDADE divina. O Salmo 119.96 diz: “Tenho constatado que toda perfeição tem limite; mas não há limite para o teu mandamento”, e o 147.5: “Grande é o Senhor nosso, e mui poderoso; o seu entendimento não se pode medir” (ARA). Os atributos de Deus são infinitos e imensos.

Por exemplo, a doutrina da onipotência divina indica que Deus tem poder ou capacidade sem limites. Ora, o que é infinito não é simplesmente maior que o finito em grau, mas também em espécie. Uma pessoa que tem um bilhão de vezes os bens de uma outra ainda opera dentro das limitações humanas e do sistema monetário, mas quem tenha recursos infinitos e ilimitados opera também em um nível diferente. Quem vive mil vezes mais do que uma outra pessoa é ainda mortal, mas quem é imortal não é apenas maior em grau, mas em espécie.

Que Deus é infinito significa que ele não é apenas uma versão maior de nós mesmos; ele é mais do que um “super-homem”. Seu poder e sabedoria são infinitamente maiores que os nossos, não apenas muito maior. Uma compreensão desse fato deve acender o temor de Deus em nós, e por um fim à petulante atitude que até os cristãos têm para com Deus nos dias que correm.

Mesmo aqueles que chamam a si mesmos amantes de Deus freqüentemente desafiam sua revelação verbal e sua maneira de fazer as coisas. Contudo, desafiar a Deus não é uma característica do genuíno crente; aqueles que verdadeiramente amam-no e sabem como ele é também o temem. Ao contrário daqueles a quem Deus resgatou do Egito mas que incessantemente murmuravam contra ele, devemos atentar às palavras de Eclesiastes 5.2: “Não seja precipitado de lábios, nem apressado de coração para fazer promessas diante de Deus. Deus está nos céus, e você está na terra, por isso, fale pouco”.

Os atributos metafísicos de Deus demonstram a sua TRANSCENDÊNCIA. Ainda que a transcendência divina signifique que Deus está “fora” do espaço e do tempo, não é de fato uma idéia que denote sua “localização”, visto ser ele incorpóreo. Antes, a ênfase é que Deus é independente do espaço e do tempo, e não limitado por eles.

Entretanto, a IMANÊNCIA de Deus lembra-nos de que ele não está distante de nós de um modo que torne a atenção e a comunicação pessoais da parte dele impossíveis. A Bíblia retrata um Deus que está envolvido na história humana e nas vidas dos indivíduos. Ele é muito diferente e superior a nós de várias maneiras, mas ainda é capaz de interagir com os seres humanos. Em suma, Deus é tanto transcendente quanto imanente, e esses dois atributos não contradizem nem diminuem um ao outro.

Relacionado a isso está a ONIPRESENÇA divina. Ainda que ele seja transcendente, sua imanência é tal que está presente em todo lugar. Diz o Salmo 139.7-10:

Para onde poderia eu escapar do teu Espírito? Para onde poderia fugir da tua presença? Se eu subir aos céus, lá estás; se eu fizer a minha cama na sepultura, também lá estás. Se eu subir com as asas da alvorada e morar na extremidade do mar, mesmo ali a tua mão direita me guiará e me susterá.

Isso não quer dizer que Deus ocupe cada ponto no espaço, visto que não tem ele dimensões espaciais em hipótese nenhuma. Todavia, podemos afirmar que Deus está de fato presente seja onde for no sentido de que ele conhece tudo o que ocorre em cada ponto do espaço, e pode exercitar seu pleno poder ali. Deus é onipresente porque nada pode escapar a seu conhecimento e poder.

Deus é uma TRINDADE, e todos os atributos divinos aplicam-se a cada membro da Divindade. Ainda que haja somente um Deus, ele subsiste em três pessoas, cada uma delas plenamente participante na única essência divina. Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito cumpriram seus papéis singulares no batismo de Cristo:

Assim que *Jesus* [Deus Filho] foi batizado, saiu da água. Naquele momento o céu se abriu, e ele viu o *Espírito de Deus* [Deus Espírito] descendo como pomba e pousando sobre ele. Então uma *voz dos céus* [Deus Pai] disse: “Este é o meu Filho amado, em quem me agrado” (Mateus 3.16,17).

O que com frequência é chamado de Bênção Apostólica* diz: “A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vocês” (2 Coríntios 13.14).

Mateus 28.19 tem uma relevância particular a uma discussão sobre a Trindade: “Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. Repare que esse versículo não diz:

1. “... nos *nomes* do Pai e do Filho e do Espírito Santo.”
2. “... *no nome* do Pai, e *no nome* do Filho, e *no nome* do Espírito Santo.”
3. “... *no nome* do Pai, Filho e Espírito Santo.”

A primeira e a segunda versão implicariam que estamos lidando com três seres separados. E visto que a terceira conserva a palavra “nome” no singular, não fica uma

* Para os crentes anglo-saxões, *Trinitarian Benediction*. Importante saber que, nas Bíblias em inglês, o capítulo treze de 2 Coríntios tem catorze versículos, não treze, como normalmente encontramos nas edições portuguesas, exceto nas da Sociedade Bíblica Trinitariana e na Nova Versão Internacional (N. do T.)

distinção clara entre as três pessoas. Entretanto, Jesus não põe sua declaração em qualquer dessas três formas.

O que o versículo diz é: “... em nome *do* Pai e *do* Filho e *do* Espírito Santo”. O Pai, o Filho e o Espírito Santo recebem cada um artigo definido, indicando assim uma clara distinção entre os três, mas a palavra “nome” permanece no singular, sinalizando assim a unidade essencial e a igualdade das três.

1 Pedro 1.1,2 é um outro texto que pressupõe a Trindade de Deus e indica o papel singular que cada membro desempenha na obra de redenção:

Pedro, apóstolo de Jesus Cristo, aos eleitos de Deus, peregrinos... escolhidos de acordo com o pré-conhecimento de *Deus Pai*, pela obra santificadora do *Espírito*, para a obediência a *Jesus Cristo* e a aspersão do seu sangue: Graça e paz lhes sejam multiplicadas.

A formulação doutrinária histórica da Trindade diz: “Deus é um em essência e três em pessoa.” Tal proposição não acarreta contradição alguma. Pois para haver uma contradição, devemos afirmar que “A é não-A”. Em nosso caso, isso se traduz por: “Deus é um em essência e três em essência”, ou: “Deus é um em pessoa e três em pessoa.” Afirmar que Deus é um e três (não um) ao mesmo tempo e no mesmo sentido é auto-contraditório.

Entretanto, nossa formulação da doutrina diz que Deus é um em um sentido e três em um sentido diferente: “Deus é um em essência e três em pessoa.” Além disso, ainda que cada uma das três pessoas participe plenamente na Divindade, a doutrina não se transforma em triteísmo, visto que há ainda apenas um Deus e não três.

A “essência” na formulação acima alude aos atributos divinos, ou à própria definição de Deus, de modo que todas as três pessoas da Divindade preenchem completamente a definição de deidade. Mas tal não implica triteísmo porque a própria definição envolve cada membro da Trindade, de modo que cada um deles não é uma deidade independente. O Pai, o Filho e o Espírito são “pessoas” distintas porque representam três centros de consciência dentro da Divindade. Portanto, ainda que todos os três participem completamente na essência divina de forma a torná-la um Deus, esses três centros de consciência representam três pessoas dentro dessa Divindade única.

Por exemplo, todos os três membros da Trindade sabem que Cristo morreria na cruz para salvar os eleitos, mas nem o Pai nem o Espírito pensaram: “Eu morrerei na cruz para salvar os eleitos”, mas antes: “Ele [o Filho] morrerá na cruz para salvar os eleitos.” Por outro lado, Deus Filho afirmou o mesmo pensamento na primeira pessoa: “eu morrerei na cruz para salvar os eleitos.” Assim, ainda que todos os três membros da Trindade possuam onisciência, suas relações para com as proposições sabidas são diferentes.

Além da acusação de auto-contradição, os ataques sobre a Trindade amiúde envolvem comprometer a deidade de uma ou mais pessoas da Divindade. Visto que a deidade de Deus (o Pai) não está em disputa, e visto que num capítulo posterior será discutida a deidade de Cristo, aqui demonstraremos brevemente a personalidade e a deidade do Espírito Santo.

Pedro diz em Atos 5.3,4 que Ananias mentiu ao Espírito Santo, mas pode-se somente mentir a uma pessoa. E Pedro acrescenta que ao mentir a essa pessoa, ele mentia a Deus:

Então perguntou Pedro: “Ananias, como você permitiu que Satanás enchesse o seu coração, ao ponto de você *mentir ao Espírito Santo* e guardar para si uma parte do dinheiro que recebeu pela propriedade? ⁴ Ela não lhe pertencia? E, depois de vendida, o dinheiro não estava em seu poder? O que o levou a pensar em fazer tal coisa? Você não *mentiu aos homens, mas sim a Deus*”.

Mateus 12.31 diz: “Por esse motivo eu lhes digo: Todo pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoadá”, mas somente Deus pode ser blasfemado. Hebreus 9.14 chama o Espírito Santo de “Espírito eterno”, mas somente Deus é eterno. Portanto, esses dois versículos indicam que o Espírito Santo é Deus.

Outras passagens que afirmam ou implicam a deidade do Espírito Santo são as seguintes:

Era a terra sem forma e vazia; trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas. (Gênesis 1.2)

Para onde poderia eu escapar do teu Espírito? Para onde poderia fugir da tua presença? (Salmo 139.7)

O Espírito sonda todas as coisas, até mesmo as coisas mais profundas de Deus. Pois, quem conhece os pensamentos do homem, a não ser o espírito do homem que nele está? Da mesma forma, ninguém conhece os pensamentos de Deus, a não ser o Espírito de Deus. Nós, porém, não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito procedente de Deus, para que entendamos as coisas que Deus nos tem dado gratuitamente. (1 Coríntios 2.10-12)

Vocês não sabem que são santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vocês? (1 Coríntios 3.16)

Acaso não sabem que o corpo de vocês é santuário do Espírito Santo que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que vocês não são de si mesmos? (1 Coríntios 6.19)

As passagens citadas no começo desta seção sobre a Trindade (Mateus 3.16,17; 28.12; 2 Coríntios 13.13; 1 Pedro 1.1,2) também subentendem a igualdade das três pessoas divinas, e assim a deidade do Filho e do Espírito.

Há uma distinção de papéis dentro da Trindade. A Bíblia retrata o Filho como subordinado ao Pai e o Espírito Santo como subordinado ao Pai e ao Filho (João 14.28; 15.26). Contudo, visto que já estabelecemos a igualdade essencial dos três membros da Divindade, reconhecemos que tal subordinação é apenas funcional. Ainda que o Filho execute a vontade do Pai, e o Espírito seja enviado pelo Pai e o Filho, as três pessoas são iguais em essência. Tal submissão dentro da Divindade apenas se dá por consenso mútuo.

Isso fornece uma base para que compreendamos a submissão entre os seres humanos. Ainda que todas as pessoas sejam iguais enquanto seres humanos, Deus nos ordena a obedecer aos líderes designados (Efésios 5.23; Hebreus 13.17; Romanos 13.5). Não é porque os líderes sejam inerentemente superiores como seres humanos, mas a Deus agradou estabelecer certas estruturas de autoridades dentro de instituições legítimas tais como a igreja, a família e o estado. Assim, há tempos em que Deus exige que uma pessoa se submeta a uma outra, mas em essência as duas são iguais. Visto ser ele quem ordena as primeiras, a submissão voluntária aos líderes nomeados demonstra o amor e a obediência de alguém para com Deus.

Avançando a partir da nossa visão panorâmica sobre os atributos metafísicos, examinaremos agora alguns outros, tais como aqueles relacionados ao seu intelecto, caráter e poder.

Os atributos divinos estão estritamente ligados um ao outro, e assim é inevitável que tenhamos mencionado a ONISCIÊNCIA divina várias vezes. Que Deus é onisciente significa que ele conhece todas as proposições. Alguns teólogos e filósofos acrescentam que também ele sabe as relações entre todas elas. Ainda que seja verdadeiro, é redundante porque mesmo essas relações podem ser afirmadas como proposições, as quais naturalmente ele conhece. É ainda desnecessário dizer que Deus conhece a verdade ou a falsidade e a atualidade ou potencialidade de todas as proposições, visto que as tais também podem ser declaradas como proposições. Portanto, é suficiente dizer que a onisciência divina significa que Deus sabe todas as proposições, e isso é afirmar que Deus possui todo conhecimento.

Visto ser ele atemporal, todo conhecimento existe antes em sua mente como intuição eterna. Para nós “pensar através de” algo implica um processo, ou uma sucessão de pensamentos em nossa mente, onde um pensamento conduz a um outro. Que nossas mentes sejam finitas quer dizer que podemos reter somente um limitado número de proposições em nossa consciência imediata em qualquer momento. Apenas um ser onisciente pode reter em sua consciência imediata todas as proposições e estar plenamente inteirado delas. Tal é a mente divina, e ele pode de fato perceber todas as coisas com exaustiva profundidade e clareza em todos os tempos, mesmo coisas pertinentes ao nosso futuro.

A Bíblia diz, “Nada, em toda a criação, está oculto aos olhos de Deus. Tudo está descoberto e exposto diante dos olhos daquele a quem temos de prestar contas.” (Hebreus 4.13). Deus tem “perfeito conhecimento” (Jó 37.16), e “[faz] conhecido o fim, desde tempos remotos, o que ainda virá” (Isaías 46.10).

O conhecimento exaustivo de Deus acerca de tudo inclui até nossos pensamentos e intenções: “O SENHOR vê os caminhos do homem e examina todos os seus passos” (Provérbios 5.21); “o SENHOR conhece a motivação dos pensamentos” (1 Crônicas 28.9); “eu sou aquele que sonda mentes e corações, e retribuirei a cada um de vocês de acordo com as suas obras” (Apocalipse 2.23).

A onisciência divina faz com que seja possível à mente cristã tornar-se um altar de adoração, constantemente ofertando oração e graças a Deus: “Que as palavras da minha boca e a meditação do meu coração sejam agradáveis a ti, SENHOR, minha Rocha e

meu Resgatador” (Salmo 19.14); “O SENHOR detesta os pensamentos dos maus, mas se agrada das palavras ditas sem maldade” (Provérbios 15.26).

Outras passagens bíblicas que ensinam a onisciência divina são as seguintes:

SENHOR, tu me sondas e me conheces. Sabes quando me sento e quando me levanto; de longe percebes os meus pensamentos. Sabes muito bem quando trabalho e quando descanso; todos os meus caminhos são bem conhecidos por ti. Antes mesmo que a palavra me chegue à língua, tu já a conheces inteiramente, SENHOR (Salmo 139.1-4).

Será que você não sabe? Nunca ouviu falar? O SENHOR é o Deus eterno, o Criador de toda a terra. Ele não se cansa nem fica exausto; sua sabedoria é insondável (Isaiás 40.28).

Ó profundidade da riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e inescrutáveis os seus caminhos! (Romanos 11.33).

Um atributo relacionado à onisciência divina é a SABEDORIA de Deus. Dizer que ele é sábio põe ênfase no seu exaustivo conhecimento de todas as coisas, sua capacidade de tomar as melhores decisões, e que ele sempre realizará seus propósitos através dos melhores meios.

Paulo diz que o nosso é “o único Deus sábio” (Romanos 16.27). O profeta Jeremias diz que Deus “firmou o mundo com a sua sabedoria e estendeu os céus com seu entendimento” (Jeremias 10.12). Romanos 11.33 indica que sua sabedoria, tanto como seu conhecimento, é ilimitado: “Ó profundidade da riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e inescrutáveis os seus caminhos!”

A ONIPOTÊNCIA de Deus alude a seu poder e capacidade sem limites para criar o que deseja e controlar sua criação.

Indaga-se freqüentemente se isso quer dizer que ele possa criar algo que chegue a ser uma contradição; entretanto, a questão sofre do que podemos chamar de FALÁCIA CATEGÓRICA. Quer dizer isso que um termo ou conceito foi mal aplicado para um tema em questão de tal modo que um não se aplica mesmo à idêntica categoria do outro, e assim a afirmação ou questão torna-se ininteligível e sem sentido.

Por exemplo, a questão “qual o tamanho de seu gato?” faz sentido, visto que tamanho é uma categoria que pode ser aplicada tendo significado para animais. O mesmo é verdadeiro para “qual a velocidade de seu carro?” e “qual o nível de esperteza de seu filho?” Entretanto, não faz sentido perguntar “a cor verde é rápida ou lenta?” ou “aquela rocha é esperta ou estúpida?” Velocidade não se aplica a cor e inteligência não se aplica a uma rocha. O verde não pode ser rápido nem lento; nem uma rocha ser esperta ou estúpida.

Há um problema similar com a questão sobre se a onipotência divina subentende a capacidade de executar uma contradição, como “Deus pode criar uma rocha tão grande ou pesada que não a possa levantar?” Entretanto, Deus é incorpóreo, e assim forças

físicas não atuam sobre ele de forma alguma. Quando ele “ergue” um objeto, não há força física alguma para restringi-lo. Que força vai fazer com que a rocha fique “pesada” para Deus? Se o objeto é grande ou pesado para nós é completamente irrelevante. Se Deus cria a rocha, ele sempre será capaz de fazer tudo o que quiser com ela.

Ora, um círculo quadrado é um conceito auto-contraditório. A categoria de capacidade não se aplica a criar uma contradição, visto que essa não é algo a ser criado — uma contradição é *nada*. Portanto, é sem sentido perguntar se Deus pode criar um círculo quadrado, visto que não há nada em absoluto a ser feito.

A onipotência divina é definida como sua capacidade de criar o que ele quer e exercer completo controle sobre sua criação. Deus não age contrariamente à sua própria vontade ou natureza, e não faz contradições, visto serem absolutamente nada a se fazer.

Deus revela a si mesmo como “Deus todo-poderoso” a Abraão em Gênesis 17.1. O relato da criação em Gênesis 1 - 3 é, sem dúvida, um testemunho de sua capacidade singular — não apenas é ele capaz de criar objetos inanimados, mas também coisas viventes, com o homem sendo a coroa de sua criação. Diz o Salmo 115.3: “O nosso Deus está nos céus, e pode fazer tudo o que lhe agrada”, e Jó diz a ele: “Sei que podes fazer todas as coisas; nenhum dos teus planos pode ser frustrado” (Jó 42.2). Deus fala em Jeremias 32.27: “Eu sou o SENHOR, o Deus de toda a humanidade. Há alguma coisa difícil demais para mim?”.

Outras passagens bíblicas que ensinam o poder ilimitado de Deus são as seguintes:

SENHOR, Deus dos nossos antepassados, não és tu o Deus que está nos céus? Tu dominas sobre todos os reinos do mundo. Força e poder estão em tuas mãos, e ninguém pode opor-se a ti (2 Crônicas 20.6).

Se ele apanha algo, quem pode pará-lo? Quem pode dizer-lhe: ‘O que fazes?’ (Jó 9.12).

Pois esse é o propósito do SENHOR dos Exércitos; quem pode impedi-lo? Sua mão está estendida; quem pode fazê-la recuar? (Isaías 14.27).

Eu, eu mesmo sou o SENHOR, e além de mim não há salvador algum. Eu revelei, salvei e anunciei; eu, e não um deus estrangeiro entre vocês. Vocês são testemunhas de que eu sou Deus. “Desde os dias mais antigos eu o sou. Não há quem possa livrar alguém da minha mão. Agindo eu, quem o pode desfazer?” (Isaías 43.11-13).

Ah! Soberano SENHOR, tu fizeste os céus e a terra pelo teu grande poder e por teu braço estendido. Nada é difícil demais para ti (Jeremias 32.17).

Todos os povos da terra são como nada diante dele. Ele age como lhe agrada com os exércitos dos céus e com os habitantes da terra. Ninguém é capaz de resistir à sua mão ou dizer-lhe: “O que fizeste?” (Daniel 4.35).

Jesus olhou para eles e respondeu: “Para o homem é impossível, mas para Deus não; todas as coisas são possíveis para Deus” (Marcos 10.27).

Pois nada é impossível para Deus (Lucas 1.37).

O AMOR de Deus é um tópico favorito entre as pessoas. Com freqüência se insiste em que “Deus é amor” (1 João 4.8); entretanto, poucos entendem o significado e a implicação disso.

É popular a declaração de que o amor divino é universal. Ainda que seja verdadeiro que Deus expresse uma benevolência geral a todas as suas criaturas, não é verdade que ele ame a todos de uma mesma maneira e grau. A Bíblia diz que “em Deus não há parcialidade” (Romanos 2.11), mas isso apenas quer dizer que Deus não dispensa seu favor de acordo com algumas condições irrelevantes achadas em suas criaturas. O contexto de Romanos 2.11 não é que “Deus ama a todos incondicionalmente”, como muita gente diz, mas que ele condena todos os pecadores, quer judeus quer gentios: “Todo aquele que pecar sem a Lei, sem a Lei também perecerá, e todo aquele que pecar sob a Lei, pela Lei será julgado.” (Romanos 2.12). Do mesmo modo, Colossenses 3.25 traz: “Quem cometer injustiça receberá de volta injustiça, e não haverá exceção para ninguém”.

Ora, Atos 10.34,35 declara: “Agora percebo verdadeiramente que Deus não trata as pessoas com parcialidade, mas de todas as nações aceita todo aquele que o teme e faz o que é justo.” O tipo de universalismo a que se faz alusão aqui é o de tipo nacional ou étnico, que Deus escolhe alguns para serem salvos de “toda tribo, língua, povo e nação” (Apocalipse 5.9). Não diz que ele aceite a todos “incondicionalmente”, mas que aceita somente aqueles que dele se aproximam em seus termos, e a Bíblia deixa claro que apenas quem Deus escolheu para a salvação virá até ele dessa forma.

Visto que Deus escolhe seus eleitos sem considerar quaisquer condições anteriores ou antevistas neles, e então fornece todas as condições necessárias pelas quais ele os torna retos para com ele mesmo, é exato dizer que Deus incondicionalmente ama os eleitos. Porém, ele não ama incondicionalmente a todos.

Logo, é verdade que Deus não mostra favoritismo, mas isso somente quer dizer que ele condena todos os réprobos e salva seus eleitos sem considerar sua origem étnica e social, ou qualquer outra condição irrelevante neles, e que qualquer condição relevante neles foi decretada por ele em primeiro lugar. Não quer dizer que ele favoreça todas as pessoas.

Entretanto, Deus mostra uma benevolência geral a suas criaturas. Jesus diz: “[ele] faz raiar o seu sol sobre maus e bons e derrama chuva sobre justos e injustos” (Mateus 5.45). Deus manda chuva e fornece outros benefícios não-espirituais através de seu governo providente sobre a criação. Tal é sua benevolência geral, visto que os benefícios incluídos estão disponíveis tanto para crentes quanto para incrédulos. Ninguém pode viver um momento a mais sem isso. Outras provisões naturais tais como o ar, a luz, o alimento, e certas espécies de conhecimento também vêm sob essa categoria da providência divina. Podemos reconhecer que o “amor” de Deus é universal nesse sentido estrito.

Por outro lado, o amor de Deus tem especial significado para quem foi escolhido para a salvação. Deus escolheu salvar os eleitos e condenar os réprobos, e em um tal contexto,

ele ama apenas os eleitos. Como Romanos 9.13 diz, “Amei Jacó, mas rejeitei Esaú.” John H. Gerstner escreve:

“Arrepender ou Perecer” força as pessoas a ponderarem seriamente no popular *slogan* “Deus odeia o pecado e ama ao pecador”. Uma necessidade de arrependimento é consistente com “Deus ama o pecador”? Se Deus ama o pecador enquanto está vivo, é estranho que Deus envie-o ao inferno assim que ele morre. Deus ama o pecador a ponto de levá-lo à morte? Ama-o a ponto de levá-lo ao tormento eterno?

Há alguma coisa de errado aqui. Ou Deus ama o pecador e não o envia à fornalha de Sua ira eterna; ou Ele o envia para Sua eterna ira e não o ama...

O que leva quase todos a acreditarem que Deus ama o pecador é que Deus faz tanto bem ao pecador. Ele lhe concede tão grandes favores, inclusive o de deixá-lo continuar a viver. Como pode Deus deixar o pecador viver e lhe dar tantas bênçãos, a não ser porque Ele o ama? Há uma espécie de amor entre Deus e os pecadores. Podemos chamá-lo o “amor da benevolência”. O que quer dizer o amor da boa vontade... Deus pode fazer bem ao pecador sem amá-lo com a outra espécie de amor...⁷¹

O mandamento de Jesus para que amemos nossos inimigos é dito no mesmo contexto da benevolência universal de Deus:

Mas eu digo a vocês que estão me ouvindo: Amem os seus inimigos, façam o bem aos que os odeiam, abençoem os que os amaldiçoam, orem por aqueles que os maltratam. Se alguém lhe bater numa face, ofereça-lhe também a outra. Se alguém lhe tirar a capa, não o impeça de tirar-lhe a túnica. Dê a todo aquele que lhe pedir, e se alguém tirar o que pertence a você, não lhe exija que o devolva. Como vocês querem que os outros lhes façam, façam também vocês a eles. (Lucas 6.27-31)

Amar os inimigos é “fazer o bem” a eles, da mesma maneira que o Pai para com aqueles que os odeiam. Paulo confirma que isso é o que quer dizer quando somos instruídos a amar nossos inimigos: “Se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer; se tiver sede, dê-lhe de beber. Fazendo isso, você amontoará brasas vivas sobre a cabeça dele.” “Não se deixem vencer pelo mal, mas vençam o mal com o bem” (Romanos 12.20,21). Para sermos fiéis ao mandamento de Jesus de que devemos amar nossos inimigos, devemos fazer o bem a quem nos odeia.

Dito isso, somos também participantes no ódio divino contra os réprobos. Como diz o Salmo 139.21,22: “Acaso não odeio os que te odeiam, SENHOR? E não detesto os que se revoltam contra ti? Tenho por eles ódio implacável! Considero-os inimigos meus!”

Outros versículos que se referem ao santo ódio contra os réprobos e seus feitos incluem os seguintes:

⁷¹ John H. Gerstner, *Repent or Perish*; Soli Deo Gloria Publications, 2000 (original: 1990); p. 208.

O vidente Jeú, filho de Hanani, saiu ao seu encontro e lhe disse: “Será que você devia ajudar os ímpios e amar aqueles que odeiam o SENHOR?” (2 Crônicas 19.2).

Os arrogantes não são aceitos na tua presença; odeia todos os que praticam o mal (Salmo 5.5).

Afastem-se de mim todos vocês que praticam o mal, porque o SENHOR ouviu o meu choro (Salmo 6.8).

Não me associo com homens falsos, nem ando com hipócritas; detesto o ajuntamento dos malfeitores, e não me assento com os ímpios (Salmo 26.4,5).

Odeio aqueles que se apegam a ídolos inúteis; eu, porém, confio no SENHOR (Salmo 31.6).

Amas a justiça e odeias a iniquidade; por isso Deus, o teu Deus, escolheu-te dentre os teus companheiros unguendo-te com óleo de alegria (Salmo 45.7).

Odeiem o mal, vocês que amam o SENHOR, pois ele protege a vida dos seus fiéis e os livra das mãos dos ímpios (Salmo 97.10).

Repudiarei todo mal. Odeio a conduta dos infiéis; jamais me dominará! Longe estou dos perversos de coração; não quero envolver-me com o mal (Salmo 101.3,4).

Odeio os que são inconstantes, mas amo a tua lei (Salmo 119.113).

Afastem-se de mim os que praticam o mal! Quero obedecer aos mandamentos do meu Deus! (Salmo 119.115).

Quem dera matasses os ímpios, ó Deus! Afastem-se de mim os assassinos! (Salmo 139.19).

Minha boca fala a verdade, pois a maldade causa repulsa aos meus lábios (Provérbios 8.7).

Temer o SENHOR é odiar o mal; odeio o orgulho e a arrogância, o mau comportamento e o falar perverso (Provérbios 8.13).

Os justos odeiam o que é falso, mas os ímpios trazem vergonha e desgraça (Provérbios 13.5).

O SENHOR detesta os orgulhosos de coração. Sem dúvida serão punidos (Provérbios 16.5).

Os justos detestam os desonestos, já os ímpios detestam os íntegros (Provérbios 29.27).

Para tudo há uma ocasião certa; há um tempo certo para cada propósito debaixo do céu... tempo de amar e tempo de odiar, tempo de lutar e tempo de viver em paz (Eclesiastes 3.1,8).

Porque eu, o SENHOR, amo a justiça e odeio o roubo e toda maldade. (Isaías 61.8).

O povo de minha propriedade tornou-se para mim como um leão na floresta. Ele rugiu contra mim, por isso eu o detesto (Jeremias 12.8).

Odeiem o mal, amem o bem; estabeleçam a justiça nos tribunais (Amós 5.15).

Eu odeio e desprezo as suas festas religiosas; não suporto as suas assembléias solenes (Amós 5.21).

O amor deve ser sincero. Odeiem o que é mau; apeguem-se ao que é bom (Romanos 12.9).

Não se ponham em jugo desigual com descrentes. Pois o que têm em comum a justiça e a maldade? Ou que comunhão pode ter a luz com as trevas? (2 Coríntios 6.14).

...a outros, salvem, arrebatando-os do fogo; a outros ainda, mostrem misericórdia com temor, odiando até a roupa contaminada pela carne (Judas 23).

Como assinala Gerstner, é popular se ensinar que “Deus odeia o pecado, mas ama o pecador”, e que os crentes devem adotar a mesma atitude. Entretanto, os versículos acima contradizem a noção de que temos de amar os réprobos, mas odiar seus pecados; eles indicam que devemos odiar tanto os perversos quanto seus maus feitos.

Alguns têm tanto preconceito contra dizer que Deus deteste certos indivíduos que suas asserções concernentes ao assunto contradizem seu conhecimento bíblico sadio.

Por exemplo, H. L. Drumwright Jr. está certo ao escrever: “Deve-se... reconhecer que a forma de pensar hebraica não faz distinção clara entre o indivíduo e seus feitos. Um homem no pensamento dos hebreus é a soma total das ações de sua vida...”.⁷² Deve-se seguir disso que não há distinção clara entre aborrecer a um homem e seus feitos.

Mas o que Drumwright pensa é diferente! Ele continua: “...de modo que dizer que Deus odiou um homem não é dizer que ele maliciosamente ficou disposto para com uma personalidade particular, mas notar a oposição divina ao mal que foi registrada naquela vida”.⁷³

Isso é pura insânia. Se A = B, então odiar alguém é odiar o outro; não há diferença alguma. Mas, segundo Drumwright, se A = B, e Deus diz que odeia A, significa que ele somente odeia B e não A.

⁷² *The Zondervan Pictorial Encyclopedia of the Bible, Vol. 3*; Grand Rapids, Michigan: Zondervan Publishing House, 1975, 1976; p. 46.

⁷³ *Ibid.*

Ele está dizendo que, porque uma pessoa (A) é a soma de suas ações (B), quando Deus diz que odeia uma pessoa (A), ele na verdade não odeia a pessoa (A), mas apenas a soma total de suas ações (B). Tal inferência é ridícula. Ele reconhece que uma pessoa é a soma total de suas ações ($A = B$); logo, não pode ser que tudo o que se aplica a A seja de algum modo transferido a B de modo que não mais se aplique a A. Mas se $A = B$, então tudo o que se aplica *seja a A ou a B* aplica-se a ambos A e B. Se Deus odeia *seja A ou B*, ele odeia *tanto A quanto B*, visto que *A é B*. Isso deve ser fácil de entender.

O que controla o pensamento de Drumwright é uma anterior determinação de que Deus não odeia a pessoa nenhuma independente do que a Bíblia ensine, e o resultado é a incompetente erudição. Baseado na primeira porção da citação de Drumwright, pode-se inferir apenas a conclusão aqui oferecida,⁷⁴ que Deus odeia tanto o réprobo quanto seus maus feitos, visto que a pessoa é a soma de suas crenças, pensamentos e ações.

Entretanto, Deus soberanamente escolhe estender misericórdia a seus eleitos, imputando-lhes a própria justiça de Cristo, “que foi morto desde a criação do mundo” (Apocalipse 13.8). Os eleitos são também pecadores, e merecem ser odiados por Deus. Mas ele pôs seu amor sobre eles na eternidade, redimiu-os através da obra de Cristo, determinado a transformá-los pelo seu Espírito (Ezequiel 11.19), e ordenou de antemão as boas obras que eles devem desempenhar (Efésios 2.10). Os eleitos são predestinados “para serem conformes à imagem de seu Filho” (Romanos 8.29). “Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer” (Romanos 9.18).⁷⁵

Ora, a Bíblia diz que Deus considera a impiedade dos réprobos como contínua:

O SENHOR viu que a perversidade do homem tinha aumentado na terra e que toda a inclinação dos pensamentos do seu coração era sempre e somente para o mal (Gênesis 6.5).

... pois o seu [i.e., do homem] coração é inteiramente inclinado para o mal desde a infância... (Gênesis 8.21).

Em sua presunção o ímpio não o busca; não há lugar para Deus em nenhum dos seus planos (Salmo 10.4).

Somos como o impuro — todos nós! Todos os nossos atos de justiça são como trapo imundo. Murchamos como folhas, e como o vento as nossas iniquidades nos levam para longe (Isaías 64.6).

⁷⁴ O que ele diz sobre o pensamento hebraico contradiz sua própria conclusão, mas apóia a que está proposta neste livro.

⁷⁵ Deus enviou Cristo para redimir os eleitos porque os amou, mas como poderia ele amar aqueles que ele deve odiar? Isso é um problema insolúvel sob o INFRALAPSARIANISMO, no qual o decreto para a queda de todos os homens ocorre antes do decreto para redimir os eleitos, de modo que os vários decretos seguem uma ordem histórica. Contudo, o problema não aparece sob o SUPRALAPSARIANISMO, no qual a eleição de alguns para serem salvos em Cristo ocorre antes do decreto para a queda de todos os homens, de modo que os vários decretos seguem uma ordem teleológica. Ao falar da ordem dos decretos eternos, estamos naturalmente apenas considerando uma ordem lógica e não temporal, visto serem todos os pensamentos simultâneos na mente divina.

Semelhantemente, toda árvore boa dá frutos bons, mas a árvore ruim dá frutos ruins. A árvore boa não pode dar frutos ruins, nem a árvore ruim pode dar frutos bons (Mateus 7.17,18).

Mas se uma pessoa é o agregado de seus pensamentos e ações, e os pensamentos e ações dos réprobos são continuamente maus, então é contra-senso dizer que se pode amar o pecador e odiar o pecado, visto que um não pode ser tido como separado do outro. Gerstner concorda: “Até onde o ‘aborrecimento ao pecado’ diz respeito, pecados não existem à parte do pecador. Deus odeia sim o pecado, o assassinato, o furto, a mentira, a lascívia etc., mas isso se refere a quem perpetra tais crimes”.⁷⁶

Peter Kreeft uma vez disse a um professor de faculdade homossexual: “eu amo o pecador mas odeio o pecado”.⁷⁷ Após alguma discussão, o último respondeu:

Bem, suponha estar no outro lado da situação. Suponha que *você* estivesse na minoria. Suponha que o que *você* quisesse fazer fosse ter igrejas e sacramentos e Bíblias e orações, e aqueles investidos de poder lhe dissessem: “Nós odiamos isso. Detestamos o que *você* faz. Faremos tudo o que for do nosso domínio para que pare de fazer o que faz. Mas amamos *você* . Amamos o que *você* é. Amamos os cristãos; apenas odiamos o cristianismo. Amamos os que cultuam; apenas detestamos o culto. E vamos fazer toda a pressão possível sobre *você* para que se sinta envergonhado acerca da adoração e fazer com que se arrependa do pecado de adoração. Porém, amamos *vocês* . Nós afirmamos seu ser. Nós devemos rejeitar o seu fazer.” Diga-me, como isso o faria sentir? *Você* aceitaria tal distinção?.⁷⁸

Kreeft teve de admitir que o ódio dirigido contra o cristianismo é equivalente ao dirigido contra sua própria pessoa: “ *Você* tem razão. Eu não me sentiria confortável com tal distinção. Não seria capaz de aceitá-la. Na verdade, diria muita coisa do que *você* acaba de falar: que está tentando matar a minha identidade”.⁷⁹

Noções errôneas acerca do que significa amar nossos inimigos têm resultado numa perda da santa indignação e da ousada oposição contra aqueles que odeiam a Deus. O desejo de obedecer ao mandamento de Cristo de amar nossos inimigos é recomendável, mas, como mencionado, ele apenas nos disse para fazer o bem a quem nos odeia. Isso é análogo à benevolência geral que Deus mostra a todos os seres humanos (Mateus 5.43-45). Entretanto, a Bíblia jamais diz para se pensar nos réprobos como algo que eles não são; antes, a posição escriturística é que todos eles são tolos depravados e rebeldes malignos. Pensar neles como algo melhor que isso significa uma rejeição da Escritura.

Portanto, ainda que devamos exibir uma benevolência geral para com os réprobos, devemos também imitar o santo ódio de Deus contra eles, e sermos zelosos de sua honra. O modo com que alguns “amam” seus inimigos significa aliar-se a eles contra Deus, mas eles são ainda réprobos mesmo que a nós tenha sido ordenado amá-los. Amamo-los quando nos oferecemos para lhes fazer bem e recusar a lhes fazer mal (Romanos 12.20,21; 13.10). Por outro lado, nós temos “ódio implacável” (Salmo

⁷⁶ Gerstner, *Repent or Perish*; p. 211.

⁷⁷ Peter Kreeft, *How to Win the Culture War*; Downers Grove, Illinois: InterVarsity Press, 2002; p. 90.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 93.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 94.

139.22) pelos réprobos naquilo em que nos opomos à totalidade do que eles são, crêem e fazem. Nós lutamos para diminuir sua influência e resistir a suas agendas pelo poder do evangelho. Contrariamente à popular crença, devemos mesmo nos regozijar pelos julgamentos que Deus inflige a eles:

O monte Sião se alegra, as cidades de Judá exultam por causa das tuas decisões justas (Salmo 48.11).

Os justos se alegrarão quando forem vingados, quando banharem seus pés no sangue dos ímpios (Salmo 58.10).

Quando os justos prosperam, a cidade exulta; quando os ímpios perecem, há cantos de alegria (Provérbios 11.10).

Celebrem o que se deu com ela, ó céus! Celebrem, ó santos, apóstolos e profetas! Deus a julgou, retribuindo-lhe o que ela fez a vocês (Apocalipse 18.20).

O ódio bíblico pode ser definido como “uma intensa aversão ou hostilidade ativa que é expressa em arraigada oposição a uma pessoa ou coisa”.⁸⁰ Amor e ódio em nosso contexto não são emoções, mas volições. São políticas de pensamento e ação para com seus objetos correspondentes. Visto ser Deus impassível, e sua mente imperturbável, significa que o amor divino não é uma inquietação da mente, mas uma disposição intelectual de favor para com seus objetos; o ódio é seu oposto. Da mesma forma, quando a Bíblia ordena aos crentes para que odeiem certas pessoas ou coisas, está ditando nossas disposições intelectuais de favor e disposição, não nossas emoções.

O que a maioria dos cristãos falham em compreender é em que sentido devemos amar aos réprobos e em que odiá-los. Ora, deve ficar claro que amamos os réprobos no estrito sentido de mostrar-lhes benevolência geral, mas mais exatamente os odiamos no sentido irrestrito de sermos nós contrários a tudo acerca deles. Portanto, tanto o amor de Deus quanto dos cristãos para com os réprobos estão num nível mais restrito, oferecendo-lhes amabilidade temporal, enquanto num nível mais profundo os dois grupos estão em oposição direta.

Hostilidade completa aos pensamentos e ações (crenças, desejos, preferências, valores, estilos de vida, hábitos etc.)⁸¹ de uma outra pessoa, que é o mesmo que detestar a própria pessoa, é ódio no nível mais profundo, muito mais profundo que despojá-la de sua batalha superficial e temporal. Por essa definição, Deus e os cristãos odeiam os réprobos no nível mais profundo possível, e do mesmo modo, os réprobos detestam Deus e os cristãos no nível mais profundo possível.

Por exemplo, considerar a fé cristã como falsa é odiar a mim no nível mais profundo possível, visto que o conteúdo daquela permeia todo o meu pensamento e

⁸⁰ *Zondervan Pictorial Encyclopedia of the Bible, Vol 3*; p. 46.

⁸¹ "Boas obras" executadas pelos réprobos são pecaminosas, visto que não as fazem para glorificar a Deus, mas para alguma outra finalidade. Ora, dissemos que qualquer proposição somente encontra seu significado apropriado em relação a Deus, mas visto que os réprobos não possuem uma relação correta com Deus, nem consideram mesmo verdadeiras proposições em suas próprias relações a Deus, todos os pensamentos dos réprobos são pecaminosos.

comportamento. Qualquer aspecto da minha vida que não esteja ainda controlado pelos preceitos bíblicos é apenas porque eu ainda sou imperfeito em santificação, e não que eu me oponha à Escritura naquela área. Portanto, para quem reputa o cristianismo por falso, não há nada em mim para ele amar. Ele não pode amar a mim e odiar minhas crenças — eu *sou* minhas crenças; eu *sou* um cristão.

Da mesma maneira, eu posso tratar o réprobo com amabilidade no falar e no agir (e nesse sentido eu caminho em amor com ele), mas se considero toda sua cosmovisão e estilo de vida como pecaminoso, e se é meu dever da parte de Deus ordenar tanto os aspectos públicos e privados da minha vida em oposição àqueles, então de fato o odeio no mais profundo nível possível.

A razão por que temos de fazer o bem aos réprobos mesmo que devamos ter “ódio implacável” (Salmo 139.22) para com eles é que Deus reservou a si mesmo o direito de vingar sua própria honra e preservar justiça para seus eleitos: “Amados, nunca procurem vingar-se, mas deixem com Deus a ira, pois está escrito: “Minha é a vingança; eu retribuirei”, diz o Senhor.” (Romanos 12.19).

Isso explica por que os cristãos não devem espalhar sua fé e diminuir a influência dos incrédulos através da violência ou de quaisquer outros meios injustos. Cabe a Deus impor a vingança sobre os réprobos. Os cristãos podem sem dúvida endossar as punições legais contra os descrentes, tais como a execução de criminosos perigosos (Romanos 13.4).⁸² Deus ordenou o governo para essa finalidade. Por outro lado, a igreja deve usar as armas espirituais para avançar sua causa, de modo a que nós destruamos os ímpios principalmente através de argumentos bíblicos em pregação e ensino:

Pois, embora vivamos como homens, não lutamos segundo os padrões humanos. As armas com as quais lutamos não são humanas; ao contrário, são poderosas em Deus para destruir fortalezas. Destruímos argumentos e toda pretensão que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levamos cativo todo pensamento, para torná-lo obediente a Cristo (2 Coríntios 10.3-5).

Se o amor de Deus aplica-se a todas as pessoas no supramencionado sentido restrito, isso se refere à sua disposição favorável para com os eleitos sem as mesmas qualificações e restrições: “Aquele que não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós, como não nos dará juntamente com ele, e de graça, todas as coisas?” (Romanos 8.32).⁸³ Ao passo que estávamos falando de uma benevolência geral disponível a todos, agora estamos pondo o foco numa benevolência que é dirigida somente àqueles a quem Deus escolheu, e é um amor eficaz que resulta na salvação deles. Isso é a GRAÇA ESPECIAL ou SALVÍFICA de Deus.

Jesus diz: “Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, não o atrair” (João 6.44), e “ninguém pode vir a mim, a não ser que isto lhe seja dado pelo Pai” (v. 65). Paulo explica:

⁸² Ao passo que Deus perdoa os eleitos por seus pecados, as punições dispensadas pelos governos terrenos aplicam-se também aos cristãos que tenham cometido crimes.

⁸³ O contexto do versículo exige que entendamos “todos nós” como todos os eleitos, e não todos os seres humanos. Assim, Deus prodigaliza seu amor sacrificial e doador sobre aqueles a quem elegeu para salvação.

Como está escrito: “Amei Jacó, mas rejeitei Esaú”. E então, que diremos? Acaso Deus é injusto? De maneira nenhuma! Pois ele diz a Moisés: “Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia e terei compaixão de quem eu quiser ter compaixão”. Portanto, isso não depende do desejo ou do esforço humano, mas da misericórdia de Deus. Pois a Escritura diz ao faraó: “Eu o levantei exatamente com este propósito: mostrar em você o meu poder, e para que o meu nome seja proclamado em toda a terra”. Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer (Romanos 9.13-18).

Devemos nos demorar num tratamento mais completo sobre a eleição divina em porções posteriores deste livro; entretanto, por esses versículos vemos que nem todos neste mundo vão ou podem ser salvos. Somente se pode ser salvo se Deus capacitar, mas ele não capacita a qualquer um.

Portanto, Deus não ama a todos no sentido salvífico, ainda que possamos dizer que ele ame a todos no sentido restrito de uma benevolência geral. Concernente àqueles que são o objeto do amor salvífico de Deus, Paulo escreve: “Pois estou convencido de que nem morte nem vida, nem anjos nem demônios, nem o presente nem o futuro, nem quaisquer poderes, nem altura nem profundidade, nem qualquer outra coisa na criação será capaz de nos separar do amor de Deus que está em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Romanos 8.38,39). Isso não se aplica em absoluto aos réprobos — aqueles a quem Deus não elegeu para a salvação — visto que eles de fato estarão separados na vida além do amor divino, em todos os sentidos do termo.

Outras passagens que aludem ao amor de Deus para com seus eleitos incluem as seguintes:

Mas Deus demonstra seu amor por nós: Cristo morreu em nosso favor quando ainda éramos pecadores (Romanos 5.8).

Todavia, Deus, que é rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, deu-nos vida com Cristo, quando ainda estávamos mortos em transgressões — pela graça vocês são salvos (Efésios 2.4,5).

Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou seu Filho como propiciação pelos nossos pecados (1 João 4.10).

Romanos 5.8 diz que Cristo morreu pelos eleitos enquanto ainda eram eles pecadores. Esse versículo faz supor que é aceitável mas impreciso dizer que Deus ama os eleitos mas aborrece todos os pecadores, visto que ele de fato ama aos pecadores eleitos que ainda não se converteram. Portanto, quando a precisão é preferida, é melhor dizer que Deus ama os eleitos mas odeia os réprobos. Alguns dos eleitos já são convertidos, e outros desse grupo que ainda são pecadores serão convertidos. Mas os réprobos nunca sofrerão conversão e permanecerão para sempre o objeto do ódio e da ira divinos (Romanos 9.13-18).

Um benefício importante, mas negligenciado, que o amor de Deus torna disponível aos cristãos é a iluminação espiritual:

Quem tem os meus mandamentos e lhes obedece, esse é o que me ama. Aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me revelarei a ele (João 14.21).

Já não os chamo servos, porque o servo não sabe o que o seu senhor faz. Em vez disso, eu os tenho chamado amigos, porque tudo o que ouvi de meu Pai eu lhes tornei conhecido (João 15.15).

O conhecimento teológico — ou seja, o conhecimento intelectual acerca das coisas espirituais — é um dos menos apreciados dons de Deus. Mas ser um amigo de Deus significa ter tal conhecimento. O escárnio com que muitos crentes professos consideram os estudos doutrinários mostra que eles de fato não amam a Deus, ainda que gostem de pensar que o amam.

Jeremias 9.23,24 conta-nos que nossa prioridade é obter entendimento e conhecimento a respeito de Deus:

Assim diz o SENHOR: “Não se glorie o sábio em sua sabedoria nem o forte em sua força nem o rico em sua riqueza, mas *quem se gloriar, glorie-se nisto: em compreender-me e conhecer-me*, pois eu sou o SENHOR e ajo com lealdade, com justiça e com retidão sobre a terra, pois é dessas coisas que me agrado”, declara o SENHOR (Jeremias 9.23,24).⁸⁴

O conhecimento de Deus é o tesouro mais valioso, e tudo o mais é “esterco” (Filipenses 3.8 ERC) em comparação. Ao oferecer aos seus eleitos informação confiável acerca de si mesmo, ele está lhes dando um dos maiores dons que pode oferecer.

A Bíblia diz que os filhos dele devem imitar o atributo divino do Pai que é o amor. O primeiro e maior mandamento é amar a Deus, e o segundo é amar os outros seres humanos:

Respondeu Jesus: “ ‘Ame o Senhor, o seu Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu entendimento’. Este é o primeiro e maior mandamento. E o segundo é semelhante a ele: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas” (Mateus 22.37-40).

Para compreender esses dois grandes mandamentos, devemos saber o que quer dizer amar a Deus, e o que quer dizer amar outros seres humanos.

Uma noção errônea comum sobre o amor de Deus é que é apenas uma versão maior do afeto e da cortesia humanos⁸⁵. Isso é o que muitos querem dizer quando declaram amar a Deus — gostam muito dele. Mas porque se tem uma concepção distorcida de Deus, isso significa que se gosta muito da própria noção errônea de Deus, de modo que não se gosta dele de jeito nenhum. Os cristãos nominais se voltariam contra Deus e passariam a odiá-lo uma vez que descobrissem o que ele é verdadeiramente. Deus é a deidade triúna

⁸⁴ O conhecimento de Deus não é um saber místico como o cristianismo extraviado afirma, mas intelectual. O versículo emprega as palavras, “compreender-me e conhecer-me”; é um “saber de” ou “saber sobre” as coisas de Deus.

⁸⁵ *Oxford American Dictionary of Current English*: “afeição ou ternura profundos... deleitar-se em; admirar; tratar com grande carinho”.

que julga cada pensamento e intenção, exige adoração e obediência exclusivas, condena todos os réprobos, redime apenas os eleitos, estabelece o cristianismo apenas como verdade, e faz tudo o que lhe apraz. Um tal Deus é repugnante para o não regenerado.

A fiel pregação bíblica ajuda a diminuir o número de falsos convertidos na igreja, visto que os réprobos descobririam que a verdadeira fé cristã é intolerável uma vez que percebessem o que ela ensina. A verdade atrai os eleitos, mas repele os réprobos (1 Coríntios 1.18):

Ao ouvirem isso, muitos dos seus discípulos disseram: “Dura é essa palavra. Quem pode suportá-la?” Sabendo em seu íntimo que os seus discípulos estavam se queixando do que ouviram, Jesus lhes disse: “Isso os escandaliza?” ... E prosseguiu: “É por isso que eu lhes disse que ninguém pode vir a mim, a não ser que isto lhe seja dado pelo Pai”. Daquela hora em diante, muitos dos seus discípulos voltaram atrás e deixaram de segui-lo (João 6.60,61, 65,66).

Naturalmente, se a igreja estivesse pregando a verdadeira palavra de Deus em primeiro lugar, não haveria tantos falsos crentes em nossas congregações agora.

Reiterando, uma noção errônea comum acerca do amor de Deus é que ele é uma inclinação emocional, e quando muito adicionado a isso um elemento de entrega altruísta. Quanto um tal conceito de amor é aplicado ao que significa amar a Deus, uma espiritualidade superficial e sub-bíblica é o resultado.

A Bíblia nos dá uma definição diferente do que quer dizer amar a Deus:

Portanto, se vocês obedecerem fielmente aos mandamentos que hoje lhes dou, amando o SENHOR, o seu Deus, e servindo-o de todo o coração e de toda a alma... (Deuteronômio 10.13).

Quem tem os meus mandamentos e lhes obedece, esse é o que me ama. Aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me revelarei a ele (João 14.21).

Respondeu Jesus: “Se alguém me ama, obedecerá à minha palavra. Meu Pai o amará, nós viremos a ele e faremos morada nele. Aquele que não me ama não obedece às minhas palavras. Estas palavras que vocês estão ouvindo não são minhas; são de meu Pai que me enviou (João 14.23,24).

Vocês serão meus amigos, se fizerem o que eu lhes ordeno (João 15.14).

Aquele que diz: “Eu o conheço”, mas não obedece aos seus mandamentos, é mentiroso, e a verdade não está nele. Mas, se alguém obedece à sua palavra, nele verdadeiramente o amor de Deus está aperfeiçoado. Desta forma sabemos que estamos nele: aquele que afirma que permanece nele, deve andar como ele andou (1 João 2.4-6).

Porque nisto consiste o amor a Deus: em obedecer aos seus mandamentos. E os seus mandamentos não são pesados (1 João 5.3).

E este é o amor: que andemos em obediência aos seus mandamentos. Como vocês já têm ouvido desde o princípio, o mandamento é este: Que vocês andem em amor (2 João 1.6).

Somente um cristão verdadeiro pode amar a Deus como definido por esses versículos — ele obedece aos seus mandamentos, e submete-se-lhe no pensar e no agir. Naturalmente, um cristão também gosta muito de Deus, mas isso seria fingimento se também não obedecesse ele aos mandamentos divinos na Bíblia. Assim, o amor por Deus não é definido como inclinação ou admiração, mas como obediência.

Visto que amar a Deus significa obedecer ao ensino bíblico, e para obedecer ao ensino bíblico, deve-se primeiro conhecer acerca dele, segue-se que o conhecimento teológico é o pré-requisito de andar em amor. Isso destrói a noção anti-intelectual de que se pode amar a Deus sem estudar teologia, ou que amar a ele seja superior a conhecer acerca dele. Amar a Deus é obedecer ao seu ensino, mas, para obedecer a esse ensino, deve-se primeiro apreendê-lo com o intelecto, e isso é estudar teologia. A teologia torna o amor possível.

Para pôr mais ênfase nisso, podemos olhar mais atentamente para o “primeiro e maior mandamento.” As passagens bíblicas relevantes são:

Ouçã, ó Israel: O SENHOR, o nosso Deus, é o único SENHOR. Ame o SENHOR, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todas as suas forças. Que todas estas palavras que hoje lhe ordeno estejam em seu coração. Ensine-as com persistência a seus filhos. Converse sobre elas quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar. Amarre-as como um sinal nos braços e prenda-as na testa. Escreva-as nos batentes das portas de sua casa e em seus portões (Deuteronômio 6.4-9).

Um deles, perito na lei, o pôs à prova com esta pergunta: “Mestre, qual é o maior mandamento da Lei?” Respondeu Jesus: “ ‘Ame o Senhor, o seu Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma e *de todo o seu entendimento*’. Este é o primeiro e maior mandamento. E o segundo é semelhante a ele: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas” (Mateus 22.35-40).

Um dos mestres da lei aproximou-se e os ouviu discutindo. Notando que Jesus lhes dera uma boa resposta, perguntou-lhe: “De todos os mandamentos, qual é o mais importante?” Respondeu Jesus: “O mais importante é este: ‘Ouve, ó Israel, o Senhor, o nosso Deus, o Senhor é o único Senhor. Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todo o seu entendimento e de todas as suas forças’. O segundo é este: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’. Não existe mandamento maior do que estes”. “Muito bem, mestre”, disse o homem. “Estás certo ao dizeres que Deus é único e que não existe outro além dele. Amá-lo de todo o coração, de todo o entendimento e de todas as forças, e amar ao próximo como a si mesmo é mais importante do que todos os sacrifícios e ofertas” (Marcos 12.28-33).

Mateus 22.35-40 e Marcos 12.28-33 são passagens paralelas nas quais Jesus declara que o maior mandamento é amar a Deus:

1. “...de todo o seu coração”
2. “...de toda a sua alma”
3. “...de todas as suas forças”
4. “...de todo o seu entendimento”⁸⁶

A resposta que Jesus dá vem de Deuteronômio 6.4-9.⁸⁷ Contudo, em Deuteronômio, Moisés somente diz para amar a Deus:

1. “...de todo o seu coração”
2. “...de toda a sua alma”
3. “...de todas as suas forças”

Em sua resposta, Jesus acrescenta sua interpretação do maior mandamento, a saber, que devemos amar a Deus “ com todo o [nosso] entendimento”. Sua interpretação é autorizada e obrigatória, e mesmo a passagem de Deuteronômio por si mesma fornece informação suficiente para tal conclusão, que o mandamento está nos dizendo para amar a Deus com nosso entendimento. O versículo 5 é o único que diz, “Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todo o seu entendimento e de todas as suas forças”. Os versículos seguintes explicam o que significa esse mandamento:

Que todas estas palavras que hoje lhe ordeno estejam em seu coração. Ensine-as com persistência a seus filhos. Converse sobre elas quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar. Amarre-as como um sinal nos braços e prenda-as na testa. Escreva-as nos batentes das portas de sua casa e em seus portões (Deuteronômio 6.6-9).

Devemos tomar notas de, conversar e pensar sobre eles. O que tudo isso significa é reflexão teológica, ou como Jesus deduz, amar a Deus com todo nosso coração, alma, e forças, é amar a Deus com todo nosso entendimento. O professor da lei na passagem de Marcos também percebe isso e dá a paráfrase que o maior mandamento é amar a Deus “de todo o seu entendimento” (Deuteronômio 6.6-9).

Portanto, ao invés de divorciar o amor por Deus da vida intelectual, ou considerá-los como antagônicos um ao outro, a Bíblia explicitamente declara que o amor a Deus repousa sobre nosso próprio intelecto. O maior mandamento é amar a Deus com nossa mente. Paulo escreve aos colossenses: “Antes vocês estavam separados de Deus e, na mente de vocês, eram inimigos” (Colossenses 1.21), e Jesus explica que o pecado se origina da mente: “Pois do coração saem os maus pensamentos, os homicídios, os adultérios, as imoralidades sexuais, os roubos, os falsos testemunhos e as calúnias” (Mateus 15.19).⁸⁸ Os réprobos odeiam a Deus com suas mentes, mas a regeneração

⁸⁶ A passagem de Mateus deixa de fora “força”, mas isso ajuda a reforçar o fato de que os termos, antes de mais nada, são sinônimos.

⁸⁷ “Amar o seu próximo como a si mesmo” vem de Levítico 19.18.

⁸⁸ O homem é uma dicotomia, e consiste de alma (mente, intelecto, coração ou espírito) e corpo. Ele não é uma tricotomia de espírito (coração), alma (mente, intelecto) e corpo. O coração ou o espírito é a alma (mente ou intelecto) do homem. Coração, alma e força nas passagens sob discussão são termos sinônimos, usados por ênfase, referindo-se ao ser íntimo de uma pessoa, que Jesus interpreta como a mente humana. Alguns comentaristas tentam impor distinções fantasiosas entre tais termos nesse

reverte isso, e capacita os eleitos a cumprirem o maior mandamento. Deus diz que a nova aliança é uma pela qual “na mente lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhas escreverei” * (Jeremias 31.33; ainda Hebreus 10.16).

Quanto ao amor para com outros seres humanos, além do que já foi dito acima, Paulo escreve que “o amor é o *cumprimento* da Lei” (Romanos 13.10). Algumas pessoas têm a idéia de que o amor é o *substituto* da lei, fazendo com que as ordenanças morais do Antigo Testamento fiquem irrelevantes. Mas a Bíblia ensina-nos que andar em amor é cumprir a lei, ou fazer o que ela diz ao invés de ignorá-la.⁸⁹

As leis cerimoniais foram plenamente cumpridas em Cristo. O que elas prefiguravam não foi abolido, mas apenas cumpridas na pessoa de Cristo. Como o sacerdócio de Cristo é contínuo, o cumprimento delas ainda está em vigor. Portanto, não há agora necessidade alguma de sacrifícios de animais e ritos de purificação.

Entretanto, as leis morais de Deus permanecem relevantes e obrigatórias para todas as pessoas. Andar em amor para com outros seres humanos é obedecer às leis morais dele concernentes a como devemos tratar os outros. Por exemplo, entre outras coisas, não devemos furtar de outros ou mentir sobre eles; temos de defender a justiça e mostrar misericórdia aos pobres. Paulo escreve:

Estes mandamentos: “Não adulterarás”, “Não matarás”, “Não furtarás”, “Não cobiçarás”, e qualquer outro mandamento, todos se resumem neste preceito: “Ame o seu próximo como a si mesmo”. O amor não pratica o mal contra o próximo. Portanto, o amor é o cumprimento da Lei. (Romanos 13.9,10)

O amor é um resumo das leis morais, não um substituto. Logo, visto que somos ordenados a andar em amor, as leis morais de Deus ainda estão vigentes.

Para recapitular, o amor de Deus compreende a benevolência geral para com todas as suas criaturas, mas para os seus eleitos, auto-sacrifício (ao redimi-los através de Cristo) e auto-revelação (ao lhes dar conhecimento teológico). Entre outras coisas, amar a Deus significa devotar nosso intelecto ao culto e serviço de Deus, adquirir conhecimento a seu respeito e seus mandamentos, e obedecer a todos os preceitos bíblicos. Quanto a amar outros seres humanos, significa obedecer às leis divinas em nossas relações com as pessoas.

O amor de Deus nunca está em competição com sua JUSTIÇA ou RETIDÃO. Visto que Deus é a autoridade definitiva, e todas as proposições encontram significado apenas em relação a ele, todos os conceitos morais são definidos por sua própria natureza. Dizer que Deus ama e é justo é dizer que ele sempre age de acordo com sua própria natureza, com ênfase específica colocada no tipo de ações que tais palavras, amor e justiça, descrevem.

versículo, mas isso é ilegítimo e desnecessário. Assim, mesmo se Jesus não tivesse acrescentado a palavra “mente”, o mandamento significaria a mesma coisa aqui afirmada, visto que o coração e a alma são sinônimos de mente. Vide capítulo 2 de *Godliness with Contentment*, de Vincent Cheung.

* Mais uma vez, a edição portuguesa da *New International Version* não acompanha aqui sua matriz inglesa. Por isso, optamos novamente pela versão Revista e Atualizada da Bíblia de Almeida (N. do T.)

⁸⁹ Jesus diz em Mateus 23.23 que “as mais importantes” coisas “da lei” incluem “a justiça, a misericórdia e a fidelidade”. Tais não são conceitos novos introduzidos no Novo Testamento.

Justiça é definida pela natureza divina, e dizer que ele é justo significa que ele sempre atua em concordância com sua própria natureza quando se trata de questões de certo ou errado ou bem e mal. Ele é reto porque ele sempre faz o que pensa ser reto. Da mesma maneira, somos justos quando fazemos o que Deus pensa ser reto para nós fazermos, e pecamos quando fazemos o que ele acha ser errado para nós. Jeremias diz que Deus é um que executa e se deleita na justiça (Jeremias 9.24), e Isaías o chama “Deus de justiça” (Isaías 30.18). Um dia ele “há de julgar o mundo com justiça” (Atos 17.31).

Aqueles que desejam aprender os caminhos divinos em fazer justos e sábios julgamentos devem se reportar à Escritura. O Salmo 19.9 diz: “As ordenanças do SENHOR são verdadeiras, são todas elas justas”, e o 119.160: “A verdade é a essência da tua palavra, e todas as tuas justas ordenanças são eternas”. Paulo escreve: “De fato, a Lei é santa, e o mandamento é santo, justo e bom” (Romanos 7.12). Jesus ensina-nos: “Não julguem apenas pela aparência, mas façam julgamentos justos” (João 7.24). Fazer um julgamento reto é possível somente se conhecemos alguma coisa sobre como Deus pensa, o que, por seu turno, é possível somente mediante o estudo da Bíblia.

A justiça divina exige que ele puna os malfeitores. Visto que “todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus” (Romanos 3.23), isso significa que ele deve punir todos a menos que haja um meio através do qual sua justiça possa ser satisfeita sem destruir aqueles que ele deseja salvar. Para realizá-la, Deus enviou Jesus Cristo para morrer pelos eleitos, e desse modo salvar da condenação aqueles que criam nele. Por outro lado, “Ele punirá os que não conhecem a Deus e os que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus” (2 Tessalonicenses 1.8).

Deus “o ofereceu [i.e., a Cristo] como sacrifício para propiciação” (Romanos 3.25) para “ele mesmo ser justo e o justificador” (v. 26 ARA) daqueles que tem fé em Cristo. Isso leva à questão de como Deus pode justificar os pecadores se a justiça exige que eles sejam punidos. Deus enviou Jesus para morrer pelos eleitos, para aceitar a punição que eles mereciam. Assim, ele mantém seu próprio padrão de justiça em condenar os réprobos, mas é também justo em perdoar os eleitos, visto que Cristo pagou por seus pecados.⁹⁰

Outras passagens bíblicas que afirmar a justiça e a retidão divinas incluem:

Ele é a Rocha, as suas obras são perfeitas, e todos os seus caminhos são justos (Deuteronômio 32.4).

A tua justiça é firme como as altas montanhas; as tuas decisões insondáveis como o grande mar (Salmo 36.6).

Que ele julgue com retidão e com justiça os teus que sofrem opressão (Salmo 72.2).

⁹⁰ Ainda que nós discutiremos a expiação definitiva em uma seção posterior deste livro, tal explicação de Paulo sobre a obra de Cristo é suficiente para indicar que a expiação foi particular e não universal. Cristo morreu somente pelos seus eleitos, e não para todos os seres humanos. Se Cristo tivesse morrido pelos pecados de todos, não haveria pecado algum por que Deus condenar os réprobos. Contudo, a Bíblia diz que Deus condenará muitos réprobos; portanto, Cristo não morreu por eles.

A retidão e a justiça são os alicerces do teu trono; o amor e a fidelidade vão à tua frente (Salmo 89.14).

Julgará o mundo com justiça e os povos, com retidão (Salmo 98.9).

A minha língua cantará a tua palavra, pois todos os teus mandamentos são justos (Salmo 119.172).

Pois estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio do homem que designou. E deu provas disso a todos, ressuscitando-o dentre os mortos (Atos 17.31).

Visto serem os cristãos filhos de Deus, não é natural que eles tenham suspeitas ou se oponham à IRA divina, mas alguns crentes professos falam e se portam com se isso não fosse uma doutrina bíblica. A Bíblia ensina-nos a saber “a bondade e a severidade de Deus” (Romanos 11.22 ARA). A ira é um atributo divino tanto quanto o é o amor; logo, para termos um conceito apropriado de Deus, devemos tratar de conhecer sua ira.

O porquê de haverem réprobos — “os vasos de sua ira” ou aqueles que estão “preparados para a destruição” — é que Deus possa revelar tal aspecto de sua natureza “aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória” (Romanos 9.22-23). Visto que os cristãos foram “salvos da ira de Deus” (Romanos 5.9) mediante Cristo, isso é um atributo divino que os eleitos jamais experimentarão, e, portanto, deve ser demonstrado a eles em outras pessoas. Recorde-se que um benefício que Deus dá aos eleitos é informação ou conhecimento sobre si mesmo, e isso nos mostra até que ponto ele chega para fazer-se conhecido ao seu povo.

A ira de Deus é sua divina cólera contra tudo que é contrário à santidade e à retidão;⁹¹ é seu intenso aborrecimento para com o pecado e a impiedade. Ao contrário de muito da cólera humana, a divina não é emocional ou mesquinha, mas provém da santa natureza de Deus, e é a um só tempo boa e justificada.

A ira divina é dirigida contra todos os que rejeitam a Jesus Cristo:

Beijem o filho, para que ele não se ire e vocês não sejam destruídos de repente, pois num instante acende-se a sua ira. Como são felizes todos os que nele se refugiam (Salmo 2.12).

Quem crê no Filho tem a vida eterna; já quem rejeita o Filho não verá a vida, mas a ira de Deus permanece sobre ele (João 3.36).

Mas haverá ira e indignação para os que são egoístas, que rejeitam a verdade e seguem a injustiça (Romanos 2.8).

Ninguém os engane com palavras tolas, pois é por causa dessas coisas que a ira de Deus vem sobre os que vivem na desobediência. Portanto, não participem com eles dessas coisas (Efésios 5.6,7).

⁹¹ Repetindo, a impassibilidade de Deus implica que sua cólera é uma política de pensamento e ação em vez de uma emoção, ou de uma inquietação da mente.

Assim, façam morrer tudo o que pertence à natureza terrena de vocês: imoralidade sexual, impureza, paixão, desejos maus e a ganância, que é idolatria. É por causa dessas coisas que vem a ira de Deus (Colossenses 3.5,6).

Que a ira divina será derramada contra aqueles que rejeitam a Cristo não quer dizer que os réprobos que jamais ouviram o evangelho estejam isentos, visto que todo não-cristão que não rejeitou diretamente a pessoa e a obra de Jesus Cristo rebelou-se, contudo, contra o conhecimento de Deus que lhes é inato no íntimo: “A ira de Deus é revelada dos céus contra toda impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça, pois o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou” (Romanos 1.18,19). Portanto, todos os réprobos sofrerão sob a intensa ira divina.

Porém, a ira de Deus não virá sobre os eleitos: “Porque Deus não nos destinou para a ira, mas para recebermos a salvação por meio de nosso Senhor Jesus Cristo” (1 Tessalonicenses 5.9). Deus designou os réprobos para “a ira”, mas ele nos designou para “a salvação” mediante Cristo. Portanto, podemos creditar nossa salvação somente ao soberano decreto de Deus, e não a um inexistente “livre arbítrio” pelo qual nós escolhemos seguir a Cristo, de modo que ninguém poderá se jactar diante dele.

O grosso da discussão a respeito da divina eleição está reservado para o capítulo sobre salvação, mas visto que já trouxemos à baila os assuntos da eleição e da ira, devemos também considerar o atributo divino da VONTADE de Deus.⁹²

Os teólogos distinguem entre a vontade de Deus “secreta” e “revelada”, baseados em Deuterônimo 29.29, que diz: “As coisas *encobertas* pertencem ao SENHOR, o nosso Deus, mas as *reveladas* pertencem a nós e aos nossos filhos para sempre, para que sigamos todas as palavras desta lei”. As coisas “reveladas” incluiriam tudo que está registrado na Escritura — os divinos preceitos, mandamentos, doutrinas e predições. Havendo sido revelados a nós, o conteúdo da Escritura nos “pertencem”. É o objeto imediato ao qual devemos nossa lealdade e obediência — “para que *sigamos todas as palavras* desta lei”.

Por outro lado, as “coisas encobertas” pertencem a Deus. As pessoas experimentam decepção quando tentam descobrir a sua vontade encoberta ao tomarem decisões. Pior ainda, muitos caem em sério erro espiritual e escravidão como consequência. A própria natureza de sua secreta vontade é que seu conteúdo está escondido, e, portanto, aqueles que tentam nele penetrar sempre fracassarão. Tais pessoas vão atrás de visões, sonhos e profecias — algumas vezes, até de práticas proibidas, tais como astrologia e várias espécies de adivinhação. Antes, os cristãos devem afirmar a suficiência da Escritura.

Visto que a Bíblia é capaz de equipar uma pessoa “para *toda* boa obra” (2 Timóteo 3.17), ela já deve conter informação suficiente de modo que quem está familiarizado com seu conteúdo nunca tomará qualquer decisão pessoal ou moral que ofenda ou desagrade a Deus. A Bíblia contém todas as informações de que alguém precisa para viver uma vida que seja plenamente aceitável a Deus. Pode não nos mostrar tudo que desejamos saber, mas contém tudo o que ele deseja que saibamos. A Escritura é suficiente, de modo que, havendo aprendido seu conteúdo, não requereremos instruções

⁹² A vontade descreve a função de fazer decisões da mente; não é uma parte distinta da pessoa que é separada do intelecto.

adicionais e sob medida sobre nossas vidas e circunstâncias para tomarmos decisões que sejam agradáveis a Deus. Quanto à sua vontade encoberta, ela inclui coisas sobre as quais não conhecemos até que aconteçam. Tais coisas incluem eventualidades futuras que não foram preditas na Escritura, sejam eventos históricos de maior monta ou circunstâncias pessoais.⁹³

A vontade de Deus determina cada evento maior ou menor, ao ponto que nem mesmo um pardal morra sem seu querer: “Não se vendem dois pardais por uma moedinha? Contudo, nenhum deles cai no chão sem o consentimento do Pai de vocês” (Mateus 10.29).⁹⁴ Desse modo, a vontade de Deus está inseparavelmente ligada a seu poder. Ele diz em Isaias 46.10: “Desde o início faço conhecido o fim, desde tempos remotos, o que ainda virá. Digo: Meu propósito permanecerá em pé, e farei tudo o que me agrada”. Suas predições, declarando o fim a partir do começo, são mais do que meras previsões, mas são ao mesmo tempo declarações do que ele quer fazer, visto nem mesmo um pardal poder morrer senão por seu querer. Pois Deus predizer o tempo e a maneira da morte de um pardal é revelar seu decreto ativo concernente ao tempo e modo de sua morte. E ele predizer o que acontecerá é revelar o que fará. Tudo o que ocorre tem que ser desejado por Deus, de outra forma todo poder do universo não pode causar sua ocorrência.

Por extensão, devemos ainda afirmar que os recipientes da salvação foram escolhidos pela vontade divina. Logo, a salvação não é dependente da vontade ou da obra do homem, mas da soberana misericórdia de Deus (Romanos 9.16).⁹⁵ Ele não é obrigado a ser misericordioso para com qualquer um, mas “tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer” (Romanos 9.18).

Até as escolhas e as circunstâncias do homem são determinadas por seu soberano querer:

Todos os dias determinados para mim foram escritos no teu livro antes de qualquer deles existir (Salmo 139.16).

O SENHOR faz tudo com um propósito; até os ímpios para o dia do castigo (Provérbios 16.4).

Em seu coração o homem planeja o seu caminho, mas o SENHOR determina os seus passos (Provérbios 16.9).

Os passos do homem são dirigidos pelo SENHOR. Como poderia alguém discernir o seu próprio caminho? (Provérbios 20.24).

O coração do rei é como um rio controlado pelo SENHOR; ele o dirige para onde quer (Provérbios 21.1).

⁹³ Vide “Biblical Guidance e Decision-Making”, em *Godliness with Contentment*, de Vincent Cheung.

⁹⁴ O que o versículo diz é que Deus controla todas as coisas; logo, o pardal não é a menor coisa que ele controla. Mesmo um floco de neve não pode cair onde cai sem o seu decreto ativo.

⁹⁵ NVI: “Portanto, isso não depende do desejo ou do esforço humano, mas da misericórdia de Deus.”

Todos os povos da terra são como nada diante dele. Ele age como lhe agrada com os exércitos dos céus e com os habitantes da terra. Ninguém é capaz de resistir à sua mão ou dizer-lhe: “O que fizeste?” (Daniel 4.35).

Ouçam agora, vocês que dizem: “Hoje ou amanhã iremos para esta ou aquela cidade, passaremos um ano ali, faremos negócios e ganharemos dinheiro”. Vocês nem sabem o que lhes acontecerá amanhã! Que é a sua vida? Vocês são como a neblina que aparece por um pouco de tempo e depois se dissipa. Ao invés disso, deveriam dizer: “Se o Senhor quiser, viveremos e faremos isto ou aquilo” (Tiago 4.13-15).

Todas as coisas estão sujeitas à vontade divina — não há nada que esteja além de seu controle, e ele não preferiu renunciar a tomar decisão sobre qualquer matéria.

Àqueles que abominam o governo e a glória de Deus, tal é uma doutrina repulsiva, e, dessa forma, protestam contra ela. Porém, àqueles que o amam, a absoluta soberania divina é uma fonte de alegria e conforto. Qual a melhor maneira de obtê-la, do que ter Deus governando sobre tudo? A eleição divina para a salvação receberá tratamento adicional; enquanto isso, fica estabelecido que o reino de Deus sobre sua criação é total, e que nada acontece que não seja de seu querer.

Isso contradiz a suposição de que Deus não decreta o mal. Naturalmente, Deus decreta eventos que são contrários aos seus preceitos morais; de outro modo, não poderia haver mal algum. Entretanto, isso não torna a si mesmo maligno. Para pecar ou fazer o mal, deve-se violar uma lei moral de Deus, mas ele não pode pecar, visto suas próprias ações definirem o que seja certo ou errado, a Escritura diz que aquelas são sempre boas e justas. Por conseguinte, o próprio fato de que ele decreta certos eventos maus somente quer dizer que é direito seu assim agir.⁹⁶ Não há autoridade alguma ou padrão mais alto do que ele para condená-lo.

Isso não faz de Deus um tirano? Se a palavra significa somente “um governante absoluto”,⁹⁷ então naturalmente ele o é. E visto ser a única autoridade moral, o próprio fato de que ele é um tirano significa que ele deve ser um, que lhe é bom e justo o ser um. As conotações negativas da palavra aplicam-se somente a seres humanos, visto que nenhum desses deve possuir absoluta autoridade. Mas Deus é um “governante absoluto” — isto é o que significa ser Deus.

A Bíblia amiúde chama a atenção para a SANTIDADE divina. Há dois aspectos desse atributo divino, enfatizando a pureza moral e a transcendência de Deus. Ambos os aspectos implicam separação daquilo que é pecaminoso ou que assume uma forma inferior de existência. Ser santo é ser reto, moral e puro, e também afastado, separado e diferente.

Combinados, esses dois aspectos da santidade divina querem dizer que não há ninguém semelhante a Deus em sua pureza moral e superior estado de existência. Em conexão com sua santidade, a Bíblia enfatiza que ele é único, e que ninguém se lhe aproxima em grandeza: “Não há ninguém *santo* como o SENHOR; não há outro além de ti; não há

⁹⁶ É devido à absoluta soberania de Deus que a existência do mal não põe desafio algum à cosmovisão bíblica. Vide “The Problem of Evil”, em *The Light of Our Minds*, de Vincent Cheung.

⁹⁷ *Webster’s New World College Dictionary, Fourth Edition.*

rocha alguma como o nosso Deus” (1 Samuel 2.2); “Com quem vocês me vão comparar? Quem se assemelha a mim?”, pergunta o *Santo*” (Isaías 40.25).

Isaías 57.15 é um inspirador versículo que nos conta como a santidade de Deus implica seu estado “alto e santo” de existência (transcendência), e todavia ele está perto daqueles que são “humilde[s] de espírito” (imanência): “Pois assim diz o Alto e Sublime, que vive para sempre, e cujo nome é santo: ‘Habito num lugar alto e santo, mas habito também com o contrito e humilde de espírito, para dar novo ânimo ao espírito do humilde e novo alento ao coração do contrito’”.

Alguns desejam acentuar a possibilidade de se ter genuíno companheirismo com Deus, e, portanto, favorecem sua imanência de um modo que nega a sua transcendência. Detectando tal distorção, outros que desejam manter uma elevada opinião sobre Deus super-compensam negando sua imanência. Entretanto, a transcendência divina não obstrui a imanência divina, e essa não diminui sua transcendência. Essas duas qualidades de Deus são verdadeiras e consistentes com outros atributos divinos. Nossa passagem diz que Deus de fato é “alto e sublime”, e que ninguém é como ele, mas por sua própria vontade, ele está também perto daqueles a quem escolheu, e que se humilharão a si mesmos perante ele.

Um entendimento correto sobre a santidade divina deve nos levar a adorar e temer a Deus:

Exaltem o SENHOR, o nosso Deus, prostrem-se diante do estrado dos seus pés. Ele é santo... Exaltem o SENHOR, o nosso Deus; prostrem-se, voltados para o seu santo monte, porque o SENHOR, o nosso Deus, é santo (Salmo 99.5,9).

Quem não te temerá, ó Senhor? Quem não glorificará o teu nome? Pois tu somente és santo. Todas as nações virão à tua presença e te adorarão, pois os teus atos de justiça se tornaram manifestos (Apocalipse 15.4).

O Deus santo é inerentemente digno de culto e de extrema reverência; é um pecado sério negar a ele a devida adoração.

Deus requer que seu povo seja santo como ele o é. Naturalmente, não podemos ser transcendentistas no sentido de assumir um estado de existência *metafisicamente* “alto e sublime”. Entretanto, Deus nos escolheu para si mesmo na eternidade, e uma vez que nos chama à fé em Cristo e nos põe à parte na história, podemos ser *moralmente* separados do mundo, e permanecer puro de sua imundícia. Deus exige viver santo de seu povo tanto no Antigo quanto no Novo Testamento: “Vocês serão santos para mim, porque eu, o SENHOR, sou santo, e os separei dentre os povos para serem meus” (Levítico 20.26); “Mas, assim como é santo aquele que os chamou, sejam santos vocês também em tudo o que fizerem, pois está escrito: ‘Sejam santos, porque eu sou santo’” (1 Pedro 1.15,16).

Além da separação moral do mundo, há um outro sentido no qual existimos de uma maneira distinta dos incrédulos. Como resultado da obra de Deus em nós, nosso pensamento, fonte de ajuda, comunidade social e mesmo de ler literatura deve ser diferente daqueles que chafurdam nas pecaminosas formas de viver neste mundo. Devemos odiar “até a roupa contaminada pela carne” (Judas 23).

Jesus orou não para que Deus removesse os crentes do mundo, mas que protegesse-os do mal enquanto estivessem no mundo: “Não rogo que os tires do mundo, mas que os protejas do Maligno” (João 17.15). Tal versículo é algumas vezes usado como base para se criticar os cristãos que se equivocam ao suporem que o retirar-se do mundo é uma necessária implicação do viver santo. Eles evitam contato com o mundo para evitar serem contaminados por ele. Mas não é isso que Deus ordena, e tal abordagem negligencia algumas de nossas responsabilidades cristãs tais como evangelismo e caridade. O uso correto de João 17.15 encoraja os cristãos a entrarem na esfera de existência dos descrentes para persuadir os inimigos espirituais pela pregação e pelo ensino, e para serem sal e luz para eles mediante nosso falar e conduta santos (Mateus 5.13-16).

Por outro lado, muitos cristãos contemporâneos empregam mal esse versículo, de maneira outra a transformá-lo em licença para se desculparem de uma falta de disciplina pessoal e manterem relações não sadias com o mundo. “Não rogo que os tires do mundo, mas que os protejas do Maligno” somente significa que Jesus não pede a Deus para remover fisicamente os cristãos do mundo, que ele não os tomaria imediatamente para o céu uma vez que viessem à fé em Cristo. Pode-se ver isso examinando o contexto. Jesus discute seu arrebatamento e partida físicos nos versículos 11 e 13: “Não ficarei mais no mundo, mas eles ainda estão no mundo, e eu vou para ti... Agora vou para ti, mas digo estas coisas enquanto ainda estou no mundo”. Jesus certamente não estava “no mundo” no sentido de estar em pecado ou envolvido em demasia com os incrédulos, mas ele quer dizer que ainda estava presente de modo físico com os discípulos. Assim, no versículo 15, Jesus somente pede ao Pai que não removesse imediatamente os cristãos do mundo, mas que os protegesse do maligno.

Logo, aqueles que apresentam o versículo 15 (ou outros similares na Bíblia) como encorajamento para os cristãos tornarem-se envolvidos com o mundo no sentido de amizade com os incrédulos ou de freqüentar suas festas distorcem seu significado. O versículo em seu todo tem um propósito diferente.

Antes, a Bíblia diz que devemos nos refrear dos relacionamentos ilícitos com os descrentes:

Não se ponham em jugo desigual com descrentes. Pois o que têm em comum a justiça e a maldade? Ou que comunhão pode ter a luz com as trevas? Que harmonia entre Cristo e Belial? Que há de comum entre o crente e o descrente? Que acordo há entre o templo de Deus e os ídolos? Pois somos santuário do Deus vivo. Como disse Deus: “Habitaréi com eles e entre eles andarei; serei o seu Deus, e eles serão o meu povo”. Portanto, “saíam do meio deles e separem-se”, diz o Senhor. “Não toquem em coisas impuras, e eu os receberei e lhes serei Pai, e vocês serão meus filhos e minhas filhas”, diz o Senhor todo-poderoso (2 Coríntios 6.14-18).

Vida santa nos impõe separação de nós mesmos do mundo, principalmente, não em sentido físico, mas espiritual. Ou seja, não temos que residir em comunidades exclusivamente cristãs ou monastérios, mas é imperativo que nos distingamos no falar, na conduta, nos hábitos, nas prioridades, nas preferências, na escolha dos amigos, nos materiais de leitura e nas formas de entretenimento. Não é verdade que podemos ter

amizade com quem quisermos — Paulo avisa: “Não se deixem enganar: ‘As más companhias corrompem os bons costumes’” (1 Coríntios 15.33).

Sabemos que devemos pregar aos pecadores, e para essa finalidade entramos em freqüente contato com eles, mas a questão é se devemos ser seus amigos. Em conexão com isso, argumenta-se amiúde que Jesus se associava com pecadores. Isso é verídico, e devemos fazer o mesmo se for no mesmo sentido em que ele o fazia. Não obstante, ele se associava a eles, não por prazer social, mas demandando nada menos do que sua completa conversão espiritual.

Por exemplo, Jesus disse a Zaqueu: “Quero ficar em sua casa hoje” (Lucas 19.5). O povo reprovou isso, e disse: “Ele se hospedou na casa de um ‘pecador’” (v. 7). Não é isso apoio à posição de que ele se associava com pecadores? Porém, Zaqueu disse: “Olha, Senhor! Estou dando a metade dos meus bens aos pobres; e se de alguém extorqui alguma coisa, devolvarei quatro vezes mais” (v. 8). E parece que ele tinha passado por regeneração espiritual, visto que Jesus disse: “Hoje houve salvação nesta casa! Porque este homem também é filho de Abraão” (v. 9). Então, ele acrescentou: “Pois o Filho do homem veio buscar e salvar o que estava perdido” (v. 10). Portanto, tal incidente não nos dá permissão para associarmos-nos com pecadores para qualquer outra finalidade que não seja espiritual. Jesus não o fazia por prazer social, mas para “buscar e salvar o que estava perdido”.

Um outro exemplo vem de Lucas 7: “Ao saber que Jesus estava comendo na casa do fariseu, certa mulher daquela cidade, uma ‘pecadora’, trouxe um frasco de alabastro com perfume, e se colocou atrás de Jesus, a seus pés. Chorando, começou a molhar-lhe os pés com suas lágrimas. Depois os enxugou com seus cabelos, beijou-os e os ungiu com o perfume” (vv. 37-38). Um observador desaprovou: “Ao ver isso, o fariseu que o havia convidado disse a si mesmo: ‘Se este homem fosse profeta, saberia quem nele está tocando e que tipo de mulher ela é: uma ‘pecadora’” (v. 39). Mas mesmo esse encontro tinha uma finalidade espiritual — a ação da mulher expressava seu amor por Deus e arrependimento por seus pecados. Jesus lhe disse: “Seus pecados estão perdoados... Sua fé a salvou; vá em paz” (vv. 48,50).

As bodas de Caná em João 2, onde Jesus transformou água em vinho, é amiúde usado para apoiar a asserção de que ele participava de atividades sociais e de recreio seculares mesmo quando não constituíam nenhuma agenda espiritual explícita. Mas novamente, descobrimos que tal propósito não era social, mas espiritual, visto que aqui ele operou seu primeiro milagre que manifestava sua glória: “Este sinal miraculoso, em Caná da Galiléia, foi o primeiro que Jesus realizou. Revelou assim a sua glória, e os seus discípulos creram nele” (v. 11). Eu não tenho objeção alguma contra um cristão que participa em eventos sociais e recreativos com incrédulos se ele puder consistentemente atrair a atenção deles para a glória de Cristo.⁹⁸

Se listarmos vários exemplos mais, o padrão emergirá, mostrando que ainda que Jesus se associasse com pecadores, seu propósito não era social ou recreativo, mas espiritual.

⁹⁸ Eu não estou objetando contra procedimentos necessários e oficiais com descrentes, mas sou contra usar a Escritura, especialmente quando ela diz respeito à vida de Jesus, para justificar relações sociais e recreativas com aqueles, visto que não há apoio algum disponível nela. Em outras palavras, não há justificação escriturística alguma para qualquer associação desnecessária com pecadores a menos que haja uma agenda espiritual.

Ele requeria mudança espiritual dos pecadores, e aqueles com quem ele ficava eram desejosos de ouvir ao seu ensino e arrepender-se de seus pecados. Ele também ensinava seus discípulos não irem incessantemente atrás daqueles pecadores que se recusam a aceitar o evangelho. Ele disse: “Não dêem o que é sagrado aos cães, nem atirem suas pérolas aos porcos; caso contrário, estes as pisarão e, aqueles, voltando-se contra vocês, os despedaçarão” (Mateus 7.6), e “Se alguém não os receber nem ouvir suas palavras, sacudam a poeira dos pés quando saírem daquela casa ou cidade” (Mateus 10.14).

Outras passagens relacionadas incluem:

Mas os judeus incitaram as mulheres piedosas de elevada posição e os principais da cidade. E, provocando perseguição contra Paulo e Barnabé, os expulsaram do seu território. Estes sacudiram o pó dos seus pés em protesto contra eles e foram para Icônio (Atos 13.50,51).

No sábado seguinte, quase toda a cidade se reuniu para ouvir a palavra do Senhor. Quando os judeus viram a multidão, ficaram cheios de inveja e, blasfemando, contradiziam o que Paulo estava dizendo. Então Paulo e Barnabé lhes responderam corajosamente: “Era necessário anunciar primeiro a vocês a palavra de Deus; uma vez que a rejeitam e não se julgam dignos da vida eterna, agora nos voltamos para os gentios. Pois assim o Senhor nos ordenou: ‘Eu fiz de você luz para os gentios, para que você leve a salvação até aos confins da terra’” (Atos 13.44-47).

Opondo-se eles e lançando maldições, Paulo sacudiu a roupa e lhes disse: “Caia sobre a cabeça de vocês o seu próprio sangue! Estou livre da minha responsabilidade. De agora em diante irei para os gentios” (Atos 18.6).

Muitos cristãos sucumbiram a uma idéia popular em nossa cultura, que quando pessoas de cosmovisões e religiões distintas andam juntas, deve haver um livre e mútuo intercâmbio de idéias. Porém, a Escritura ordena-nos a resistir à influência dos não-cristãos. Jesus e os apóstolos nunca tiveram qualquer livre troca de idéias com os incrédulos, mas para eles a mensagem do evangelho devia dominar todas as situações. Não há apoio escriturístico algum para aquele intercâmbio, exceto se dominado pelos crentes.

Podemos ter conversações amigáveis com descrentes, mas uma *troca* de idéias faz supor aprender delas, e mesmo a possibilidade de adoção de suas crenças. Contudo, da mesma forma que Cristo nada tinha a aprender do diabo, os cristãos nada têm a aprender dos não-cristãos (2 Coríntios 6.15),⁹⁹ e certamente não podemos adotar suas convicções. Jesus nos mandou *ensinar* as nações (Mateus 28.18-20), não aprender delas.

Esse ponto de vista exclusivo e elevado da religião cristã é freqüentemente acusado de ser arrogante. Mas isso é uma acusação tola, visto não estarmos ensinando opiniões particulares, mas “tudo” o que Cristo ordenou (v.20). Ensinar a palavra de Deus como verdade exclusiva é uma marca de obediência e fé, não de arrogância. Por outro lado, sugerir que as idéias bíblicas precisam de modificação ou melhoramento mediante um

⁹⁹ Vide “The Light of Our Minds”, em *The Light of Our Minds*, de Vincent Cheung.

intercâmbio de idéias com cosmovisões não-bíblicas é mais do que arrogante — é cometer o pecado de blasfêmia.

Alguns podem argumentar que ainda que a cosmovisão bíblica não requeira modificação ou aperfeiçoamento algum, um intercâmbio ou diálogo com incrédulos, todavia, auxiliará no aumento do entendimento mútuo. Concordo com isso, contanto que o motivo do cristão para entender o ponto de vista não-bíblico seja para refutá-lo. Não devemos nunca conceder aos descrentes pensar que estejamos preparados para aceitar suas crenças ou fazer o mais leve ajuste à cosmovisão bíblica que afirmamos.

Os cristãos devem “destruir” todas as idéias não-cristãs e “[levar] cativo todo pensamento, para torná-lo obediente a Cristo” (2 Coríntios 10.5). A Escritura nos proíbe assim de mostrar respeito a ou aprender de cosmovisões e religiões não-cristãs. Ela condena todas essas, e subentender mesmo por um momento que tenhamos um jota de respeito por idéias e crenças não-bíblicas denuncia uma falta de fidelidade a Cristo e chega a ser traição espiritual. Devemos continuamente indicar nosso expresse desdém por qualquer idéia que “se levanta contra o conhecimento de Deus” (2 Coríntios 10.5). A menos que se esteja verdadeiramente inclinado a considerar idéias não-bíblicas, nas quais a autenticidade dessa esteja em questão, é desonesto permitir a outros pensar que somos abertos e respeitosos para com suas crenças.¹⁰⁰

Voltando ao nosso tópico, aqueles que usam o argumento de que Jesus se associava com pecadores como razão para travarem amizade com os incrédulos podem livremente participar em atividades sociais e recreativas, mas somente se tiverem alguma espécie de agenda espiritual em mente, e apenas se levarem-na a termo quando se associarem com aqueles.

Naturalmente, trabalhar num ambiente secular necessita alguma espécie de interação com pecadores, mas estamos falando de sermos seus amigos num nível pessoal. Pouquíssimos cristãos que travam amizade com pecadores na base de que “Jesus o fazia” são efetivos em ministrar aos pecadores, assumindo que tenham isso em mente antes de mais nada. A maioria deles está mentindo para Deus e para si mesmos — eles não têm intenção alguma de exigir a conversão daqueles com quem fazem amizade.

Repetindo a admoestação de Paulo: “*Não se deixem enganar: ‘As más companhias corrompem os bons costumes’*” (1 Coríntios 15.33). Isto é, não sejam enganados em pensar que faz pouca diferença com quem alguém se associa; não suponha que quem desfrute da companhia dos incrédulos não colherá nenhuma consequência trágica.

Outros versículos relevantes incluem:

Não me associo com homens falsos, nem ando com hipócritas; detesto o ajuntamento dos malfeitores, e não me assento com os ímpios (Salmo 26.4,5).

¹⁰⁰ Pedro nos diz para responder aos descrentes com “mansidão e respeito” (1 Pedro 3.16), mas isso se refere ao comportamento polido que os crentes devem comumente exibir, e não respeito num nível ideológico. Entretanto, há também ocasiões em que é apropriado abertamente ridicularizar o descrente e expor sua tolice por tudo que compreende. Os profetas e apóstolos constantemente zombavam e condenavam todo pensamento não-cristão. Em todo caso, Pedro nunca diz que devemos dar valor ao que os não-cristãos acreditam.

Longe estou dos perversos de coração; não quero envolver-me com o mal. Farei calar ao que difama o próximo às ocultas. Não vou tolerar o homem de olhos arrogantes e de coração orgulhoso (Salmo 101.4,5).

Afastem-se de mim os que praticam o mal! Quero obedecer aos mandamentos do meu Deus! (Salmo 119.115).

Não permitas que o meu coração se volta para o mal, nem que eu me envolva em práticas perversas com os malfeitores. Que eu nunca participe dos seus banquetes... A minha oração é contra as práticas dos malfeitores. Quando eles caírem nas mãos da Rocha, o juiz deles, ouvirão as minhas palavras com apreço (Salmo 141.4-6).

Não siga pela vereda dos ímpios nem ande no caminho dos maus. Evite-o, não passe por ele; afaste-se e não se detenha (Provérbios 4.14,15).

Aquele que anda com os sábios será cada vez mais sábio, mas o companheiro dos tolos acabará mal (Provérbios 13.20).

Não te juntes ao homem irascível, nem freqüentes o homem colérico, para que não te acostumes com os seus modos e não encontres uma cilada para tua vida* (Provérbios 22.24,25).

Vocês não sabem que um pouco de fermento faz toda a massa ficar fermentada? (1 Coríntios 5.6).

Entre vocês não deve haver nem sequer menção de imoralidade sexual como também de nenhuma espécie de impureza e de cobiça; pois essas coisas não são próprias para os santos. Não haja obscenidade, nem conversas tolas, nem gracejos imorais, que são inconvenientes, mas, ao invés disso, ações de graças (Efésios 5.3,4).

Timóteo, guarde o que lhe foi confiado. Evite as conversas inúteis e profanas e as idéias contraditórias do que é falsamente chamado conhecimento; professando-o, alguns desviaram-se da fé. A graça seja com vocês (1 Timóteo 6.20,21).

Evite as conversas inúteis e profanas, pois os que se dão a isso prosseguem cada vez mais para a impiedade (2 Timóteo 2.16).

A maioria dos crentes professos fica envolvida com o mundo porque gosta dele, e não por estar determinada a mudá-lo rumo a um curso mais piedoso. Mas a Bíblia diz: “Quem quer ser amigo do mundo faz-se inimigo de Deus” (Tiago 4.4). Portanto, ainda que não esteja nas Escrituras o retirar-se do mundo e de suas estruturas sociais, econômicas e políticas, devemos avaliar nosso motivo para se associar a pecadores, e certificarmos-nos de que sempre nos lembremos de nossa missão espiritual.

* Optamos aqui pela tradução da Bíblia de Jerusalém, mais condizente com a versão inglesa usada pelo autor (N. do T.)

A Bíblia também dá instrução concernente às relações entre os crentes. Ainda que muitas das restrições aplicáveis ao se lidar com incrédulos sejam levantadas, permanece que a agenda primeira e o conteúdo da conversação nas relações entre os crentes devam ser espirituais, e dominadas por discussões teológicas.

Passagens bíblicas relevantes incluem:

Que todas estas palavras que hoje lhe ordeno estejam em seu coração. Ensine-as com persistência a seus filhos. Converse sobre elas quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar. Amarre-as como um sinal nos braços e prenda-as na testa. Escreva-as nos batentes das portas de sua casa e em seus portões (Deuteronômio 6.6,9).

Sou amigo de todos os que te temem e obedecem aos teus preceitos (Salmo 119.63).

Venham apoiar-me aqueles que te temem, aqueles que entendem os teus estatutos (Salmo 119.79).

Fira-me o justo com amor leal e me repreenda, mas não perfume a minha cabeça o óleo do ímpio, pois a minha oração é contra a prática dos malfeitores (Salmo 141.5).

Aquele que anda com os sábios será cada vez mais sábio, mas o companheiro dos tolos acabará mal (Provérbios 13.20).

Depois, aqueles que temiam o SENHOR conversaram uns com os outros, e o SENHOR os ouviu com atenção. Foi escrito um livro como memorial na sua presença acerca dos que temiam o SENHOR e honravam o seu nome. “No dia em que eu agir”, diz o SENHOR dos Exércitos, “eles serão o meu tesouro pessoal. Eu terei compaixão deles como um pai tem compaixão do filho que lhe obedece. Então vocês verão novamente a diferença entre o justo e o ímpio, entre os que servem a Deus e os que não o servem (Malaquias 3.16-18).

Eles se dedicavam ao ensino dos apóstolos e à comunhão, ao partir do pão e às orações (Atos 2.42).

Este, ali chegando e vendo a graça de Deus, ficou alegre e os animou a permanecerem fiéis ao Senhor, de todo o coração (Atos 11.23).

Portanto, que diremos, irmãos? Quando vocês se reúnem, cada um de vocês tem um salmo, ou uma palavra de instrução, uma revelação, uma palavra em uma língua ou uma interpretação. Tudo seja feito para a edificação da igreja (1 Coríntios 14.26).

Nenhuma palavra torpe saia da boca de vocês, mas apenas a que for útil para edificar os outros, conforme a necessidade, para que conceda graça aos que a ouvem (Efésios 4.29).

[Falem] entre si com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e louvando de coração ao Senhor, dando graças constantemente a Deus Pai por todas as coisas, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo (Efésios 5.19,20).

E não nos cansemos de fazer o bem, pois no tempo próprio colheremos, se não desanimarmos. Portanto, enquanto temos oportunidade, façamos o bem a todos, especialmente aos da família da fé (Gálatas 6.9,10).

Por isso, exortem-se e edifiquem-se uns aos outros, como de fato vocês estão fazendo (1 Tessalonicenses 5.11).

[Antes,] encorajem-se uns aos outros todos os dias, durante o tempo que se chama “hoje”, de modo que nenhum de vocês seja endurecido pelo engano do pecado (Hebreus 3.13).

E consideremos uns aos outros para nos incentivarmos ao amor e às boas obras (Hebreus 10.24).

Nós lhes proclamamos o que vimos e ouvimos para que vocês também tenham comunhão conosco. Nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo (1 João 1.3).

Ainda que os cristãos nada tenham a aprender com os descrentes, conversar com outros fiéis para obter um melhor entendimento da Escritura é proveitoso. Os verdadeiros cristãos desfrutarão tal companhia, na qual Deus permanece no centro de nosso pensamento e conversas, mesmo quando estivermos ocupados com atividades sociais e recreativas. Por conseguinte, ainda que os cristãos possam livremente ser amigos de outros crentes autênticos e participar com eles dessas atividades, ainda assim suas prioridades consistem de interesses espirituais e teológicas todo o tempo.

Isso conclui nosso estudo dos atributos divinos. Há alguns que não mencionamos, e podemos dizer muito mais sobre aqueles que foram discutidos, mas o tema é rico demais para que tentemos uma introdução exaustiva. Entretanto, a presente seção sobre esses fornece um fundamento que evitará qualquer distorção séria na opinião de alguém sobre Deus. Podemos agora prosseguir para a seção final deste capítulo, que é uma discussão acerca das obras divinas.

AS OBRAS DE DEUS

Ainda que a Bíblia nos apresente um Deus transcendente, ela também nos lembra que ele está profundamente envolvido nos assuntos do universo e da humanidade, trazendo em seu início o ensino a respeito da CRIAÇÃO do universo por ele. Gênesis 1 e 2 contêm o relato histórico no qual Deus produz a terra, as estrelas, as estações, a vida das plantas e todas as espécies de animais. A coroa de sua criação é o homem, a quem ele fez à sua própria imagem. Estaremos estudando a criação e a natureza do homem no próximo capítulo.

Deus criou o universo *ex nihilo*, ou “do nada”. Nenhum material pré-existente estava disponível quando ele criou o universo, mas ele criou toda matéria por sua palavra e seu poder:

Só tu és o SENHOR. Fizeste os céus, e os mais altos céus, e tudo o que neles há, a terra e tudo o que nela existe, os mares e tudo o que neles existe. Tu deste vida a todos os seres, e os exércitos dos céus te adoram (Neemias 9.6).

Mediante a palavra do SENHOR foram feitos os céus, e os corpos celestes, pelo sopro de sua boca (Salmo 33.6).

Assim diz o SENHOR, o seu redentor, que o formou no ventre: “Eu sou o SENHOR, que fiz todas as coisas, que sozinho estendi os céus, que espalhei a terra por mim mesmo (Isaías 44.24).

Ah! Soberano SENHOR, tu fizeste os céus e a terra pelo teu grande poder e por teu braço estendido. Nada é difícil demais para ti. (Jeremias 32.17).

Pois nele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis,¹⁰¹ sejam tronos ou soberanias, poderes ou autoridades; todas as coisas foram criadas por ele e para ele (Colossenses 1.16).

Pela fé entendemos que o universo foi formado pela palavra de Deus, de modo que aquilo se vê não foi feito do que é visível (Hebreus 11.3).

Tu, Senhor e Deus nosso, és digno de receber a glória, a honra e o poder, porque criaste todas as coisas, e por tua vontade elas existem e foram criadas (Apocalipse 4.11).

Só Deus existia antes de haver ele criado todas as coisas — exceto ele próprio, todas elas foram feitas por ele. João escreve em seu Evangelho: “Todas as coisas vieram à existência por intermédio dele, e à parte dele nem mesmo uma só coisa veio à existência” (João 1.3, Tradução do Novo Mundo). Tudo absolutamente que há fora de Deus deve sua existência a ele.

Deus não deixa o universo existir por si mesmo, visto esse de fato não o poder, mas continuamente ele sustenta sua existência e ativamente governa sua operação. Não é uma opinião bíblica a que diz que Deus criou o universo com certas leis que governam sua operação. A posição bíblica é a de que Deus está sustentando o universo continuamente, e controlando o mais diminuto evento dentro dele. Em outras palavras, esse universo, em sua integridade, está sendo governado por uma mente pessoal em vez de por leis e poderes impessoais.¹⁰²

Essa é a doutrina da PROVIDÊNCIA de Deus. Os teólogos distinguem a PROVIDÊNCIA GERAL e a PROVIDÊNCIA ESPECIAL de Deus. A primeira refere-se a seu controle e supervisão precisos¹⁰³ dos eventos que ele causa através de meios ordinários. O último alude a seu controle e intervenção precisos dos eventos que ele causa mediante meios extraordinários. Juntos, a providência geral e a especial de Deus abarcam todo evento que ocorre.

¹⁰¹ A criação de Deus inclui as coisas “invisíveis”, tais como os anjos e a esfera espiritual.

¹⁰² Essa opinião bíblica do universo significa uma rejeição de todas as teorias que atribuem o controle das vidas humanas e dos eventos do mundo a forças impessoais, de modo que todos os ensinamentos sobre astrologia, carma e assim por diante são negados. A ciência mecanicista também fica excluída.

¹⁰³ O sentido intencionado aqui é de causação, e não meramente de observação.

Paulo escreve que Deus Pai, através da intervenção de Deus Filho, havia criado não somente todas as coisas “visíveis e invisíveis”, mas que “é antes de todas as coisas, e nele tudo subsiste” (Colossenses 1.17). Cristo é anterior a toda a criação, e mesmo agora ele está sustentando sem interrupção o universo inteiro. Deus havia criado o universo por sua palavra, e precisamente agora ele está “sustentando todas as coisas por sua palavra poderosa” (Hebreus 1.3). Paulo observa em Atos 17.28: “Pois nele vivemos, nos movemos e existimos”.

Aprendemos daqui que todos os seres contingentes devem não apenas vir à existência por Deus através de seu poder criativo, mas eles podem continuar a existir somente por seu poder sustentador, visto que apenas ele é auto-existente. Nada pode existir separado de Deus, e pretensões de autonomia, sejam em que nível for, pelas coisas criadas, estão excluídas.

Além de preservar a existência de sua criação, Deus também governa e causa todo aspecto dessa. Nem mesmo um animal aparentemente insignificante pode morrer à parte de seu querer (Mateus 10.29). Isso implica que tudo o mais está sujeito a seu governo, mas há muitas outras passagens bíblicas que descrevem a extensão e o escopo de sua supervisão sobre a criação:

Assim, não foram vocês que me mandaram para cá, mas sim o próprio Deus. Ele me tomou ministro do faraó, e me fez administrador de todo o palácio e governador de todo o Egito... Vocês planejaram o mal contra mim, mas Deus o tornou em bem, para que hoje fosse preservada a vida de muitos (Gênesis 45.8; 50.20).

Dá grandeza às nações, e as destrói; faz crescer as nações, e as dispersa. Priva da razão os líderes da terra, e os envia a perambular num deserto sem caminhos. Andam tateando nas trevas, sem nenhuma luz; ele os faz cambalear como bêbados (Jó 12.23-25).

Os dias do homem estão determinados; tu decretaste o número de seus meses e estabeleste limites que ele não pode ultrapassar (Jó 14.5).

Ele enche as mãos de relâmpagos e lhes determina o alvo que deverão atingir (Jó 36.32).

Acaso você sabe como Deus comanda as nuvens e faz brilhar os seus relâmpagos? (Jó 37.15).

Sei que podes fazer todas as coisas; nenhum dos teus planos pode ser frustrado (Jó 42.2).

Pois do SENHOR é o reino; ele governa as nações (Salmo 22.28).

Deus reina sobre as nações; Deus está assentado em seu santo trono (Salmo 47.8).

Não é do oriente nem do ocidente nem do deserto que vem a exaltação. É Deus quem julga: Humilha a um, a outro exalta (Salmo 75.6,7).

É o SENHOR que faz crescer o pasto para o gado, e as plantas que o homem cultiva, para da terra tirar o alimento (Salmo 104.14).

Meus ossos não estavam escondidos de ti quando em secreto fui formado e entretecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos viram o meu embrião; todos os dias determinados para mim foram escritos no teu livro antes de qualquer deles existir. (Salmo 139.15,16).

Ele cobre o céu de nuvens, concede chuvas à terra e faz crescer a relva nas colinas. Ele dá alimento aos animais, e aos filhotes dos corvos quando gritam de fome (Salmo 147.8,9).

Pois esse é o propósito do SENHOR dos Exércitos; quem pode impedi-lo? Sua mão está estendida; quem pode fazê-la recuar? (Isaías 14.27).

Ao som do seu trovão, as águas dos céus rugem, e formam-se nuvens desde os confins da terra. Ele faz os relâmpagos para a chuva e dos seus depósitos faz sair o vento (Jeremias 10.13).

Eu sei, SENHOR, que não está nas mãos do homem o seu futuro; não compete ao homem dirigir os seus passos (Jeremias 10.23).

Eu fiz a terra, os seres humanos e os animais que nela estão, com o meu grande poder e com meu braço estendido, e eu a dou a quem eu quiser. Agora, sou eu mesmo que entrego todas essas nações nas mãos do meu servo Nabucodonosor, rei da Babilônia; sujeitei a ele até mesmo os animais selvagens. Todas as nações estarão sujeitas a ele, a seu filho e a seu neto; até que chegue a hora em que a terra dele seja subjugada por muitas nações e por reis poderosos (Jeremias 27.5-7).

Ele muda as épocas e as estações; destrona reis e os estabelece. Dá sabedoria aos sábios e conhecimento aos que sabem discernir (Daniel 2.21).

A decisão é anunciada por sentinelas, os anjos declaram o veredicto, para que todos os que vivem saibam que o Altíssimo domina sobre os reinos dos homens e os dá a quem quer, e põe no poder o mais simples dos homens (Daniel 4.17).

Todos os povos da terra são como nada diante dele. Ele age como lhe agrada com os exércitos dos céus e com os habitantes da terra. Ninguém é capaz de resistir à sua mão ou dizer-lhe: “O que fizeste?” (Daniel 4.35).

Observem as aves do céu: não semeiam nem colhem nem armazenam em celeiros; contudo, o Pai celestial as alimenta. Não têm vocês muito mais valor do que elas? (Mateus 6.26).

De fato, Herodes e Pôncio Pilatos reuniram-se com os gentios e com o povo de Israel nesta cidade, para conspirar contra o teu santo servo Jesus, a quem ungiste. Fizeram o que o teu poder e a tua vontade haviam decidido de antemão que acontecesse (Atos 4.27,28).

Contudo, Deus não ficou sem testemunho: mostrou sua bondade, dando-lhes chuva do céu e colheitas no tempo certo, concedendo-lhes sustento com fartura e um coração cheio de alegria. (Atos 14.17).

Ele não é servido por mãos de homens, como se necessitasse de algo, porque ele mesmo dá a todos a vida, o fôlego e as demais coisas. De um só fez ele todos os povos, para que povoassem toda a terra, tendo determinado os tempos anteriormente estabelecidos e os lugares exatos em que deveriam habitar (Atos 17.25,26).

Pois é Deus quem efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele (Filipenses 2.13).

Que Deus exerça tal controle preciso e extremo sobre toda criação é perturbador para muitas pessoas, incluindo alguns que alegam ser cristãos. Portanto, amiúde tentam distorcer as passagens bíblicas relevantes para justificarem uma falsa teologia que lhes permita manter o senso de liberdade e dignidade que eles entesouram acima da verdade e da honra de Deus.

Mas procurar ficar livre de Deus é uma coisa má. Aqueles que o amam estão contentes de que ele possua controle absoluto sobre tudo. Eles podem dizer com Isaiás 33.22: “Pois o SENHOR é o nosso juiz, o SENHOR é o nosso legislador, o SENHOR é o nosso rei; é ele que nos vai salvar”, e não o teriam de qualquer outra forma. Eles são ousados de dizer entre as nações: “O SENHOR reina!” (Salmo 96.10).

Ainda que tudo esteja sob o controle providencial direto de Deus, há épocas quando seu envolvimento é especialmente evidente, tanto assim que podemos descrever cada uma dessas ocasiões como uma intervenção divina. Tais ocorrências são distintas de seu governo ordinário do curso natural dos eventos, mas são casos em que Deus escolhe usar meios extraordinários para executar seus propósitos. São algumas vezes tão espetaculares de modo que são chamados de “milagres”. As obras da sua providência especial também incluem as de redenção, mas visto que em um capítulo posterior nos dirigiremos ao assunto da salvação, aqui somente focalizaremos seus atos milagrosos.

A Bíblia testifica de um Deus que efetua milagres e opera maravilhas:

Quem entre os deuses é semelhante a ti, SENHOR? Quem é semelhante a ti? Majestoso em santidade, terrível em feitos gloriosos, autor de maravilhas? (Êxodo 15.11).

Realiza maravilhas que não se pode perscrutar, milagres incontáveis (Jó 9.10).

Pois tu és grande e realizas feitos maravilhosos; só tu és Deus! (Salmo 86.10).

Dêem graças ao Senhor dos senhores. O seu amor dura para sempre! Ao único que faz grandes maravilhas, o seu amor dura para sempre! (Salmo 136.3,4).

Jesus obrou tantos milagres durante seu tempo na terra que o milagroso foi reconhecido como uma característica proeminente de seu ministério: Ele

respondeu... “Expulsarei demônios e curarei o povo hoje e amanhã, e no terceiro dia estarei pronto” (Lucas 13.32).

Quando Herodes viu Jesus, ficou muito alegre, porque havia muito tempo queria vê-lo. Pelo que ouvira falar dele, esperava vê-lo realizar algum milagre (Lucas 23.8).

Israelitas, ouçam estas palavras: Jesus de Nazaré foi aprovado por Deus diante de vocês por meio de milagres, maravilhas e sinais que Deus fez entre vocês por intermédio dele, como vocês mesmos sabem (Atos 2.22).

Jesus fez também muitas outras coisas. Se cada uma delas fosse escrita, penso que nem mesmo no mundo inteiro haveria espaço suficiente para os livros que seriam escritos. (João 21.25).

Os discípulos de Jesus também operaram milagres pelo poder do Espírito Santo: Então, os discípulos saíram e pregaram por toda parte; e o Senhor cooperava com eles, confirmando-lhes a palavra com os sinais que a acompanhavam (Marcos 16.20).

Todos estavam cheios de temor, e muitas maravilhas e sinais eram feitos pelos apóstolos (Atos 2.43).

Os apóstolos realizavam muitos sinais e maravilhas entre o povo. Todos os que creram costumavam reunir-se no Pórtico de Salomão (Atos 5.12).

Paulo e Barnabé passaram bastante tempo ali, falando corajosamente do Senhor, que confirmava a mensagem de sua graça realizando sinais e maravilhas pelas mãos deles (Atos 14.3).

Deus fazia milagres extraordinários por meio de Paulo, ¹² de modo que até lenços e aventais que Paulo usava eram levados e colocados sobre os enfermos. Estes eram curados de suas doenças, e os espíritos malignos saíam deles (Atos 19.11,12).

Não me atrevo a falar de nada, exceto daquilo que Cristo realizou por meu intermédio em palavra e em ação, a fim de levar os gentios a obedecerem a Deus, pelo poder de sinais e maravilhas e por meio do poder do Espírito de Deus. Assim, desde Jerusalém e arredores, até o Ilírico, proclamei plenamente o evangelho de Cristo (Romanos 15.18,19).

As marcas de um apóstolo — sinais, maravilhas e milagres — foram demonstradas entre vocês, com grande perseverança (2 Coríntios 12.12).

Esta salvação, primeiramente anunciada pelo Senhor, foi-nos confirmada pelos que a ouviram. Deus também deu testemunho dela por meio de sinais, maravilhas, diversos milagres e dons do Espírito Santo distribuídos de acordo com a sua vontade (Hebreus 2.3,4).

Os cristãos modernos estão também autorizados a testemunhar de Cristo através da pregação do evangelho acompanhada de sinais milagrosos:

Estes sinais acompanharão os que crerem: em meu nome expulsarão demônios; falarão novas línguas; pegarão em serpentes; e, se beberem algum veneno mortal, não lhes fará mal nenhum; imporão as mãos sobre os doentes, e estes ficarão curados (Marcos 16.17,18).

A cada um, porém, é dada a manifestação do Espírito, visando ao bem comum. Pelo Espírito, a um é dada a palavra de sabedoria; a outro, pelo mesmo Espírito, a palavra de conhecimento; a outro, fé, pelo mesmo Espírito; a outro, dons de curar, pelo único Espírito; a outro, poder para operar milagres; a outro, profecia; a outro, discernimento de espíritos; a outro, variedade de línguas; e ainda a outro, interpretação de línguas. Todas essas coisas, porém, são realizadas pelo mesmo e único Espírito, e ele as distribui individualmente, a cada um, como quer (1 Coríntios 12.7-11).

Os adversários do cristianismo rejeitam o sobrenaturalismo bíblico, negando a própria possibilidade de milagres. Ora, todo argumento procede de uma dada cosmovisão e não de um vácuo. E se o cristianismo é uma *verdadeira* cosmovisão, a *única* que o é, e se é ela verdadeira em sua *inteireza*,¹⁰⁴ então todo argumento que pressuponha uma outra não tem justificação, e toda afirmação que contradiga qualquer pressuposição bíblica deve ser falsa. Do que se originam as teorias de epistemologia e metafísica contrárias a origem dos milagres? Certamente, não daquela mesma cosmovisão, e desse modo falham antes de começar. Se a Bíblia toda é verdadeira, então o que ela diz acerca da criação e da providência também o é.

¹⁰⁴ Vide *Ultimate Questions*, de Vincent Cheung, e a seção inicial do presente capítulo.

4. HOMEM

Visto que Cristo precede o homem em preeminência, pode parecer que a doutrina de Cristo mereça receber atenção primeira em relação a doutrina do homem. Mas, visto que a obra redentora de Cristo permeia o estudo de Cristo, e visto que foi por seres humanos — isto é, os pecadores eleitos — que Cristo fez expiação, é, portanto, razoável estudar primeiramente a doutrina do homem. Além do que, visto que Cristo tomou sobre si os atributos humanos na encarnação, ter um entendimento prévio da antropologia bíblica facilitará nosso entendimento desse e de outros aspectos da cristologia.

Portanto, embora Cristo seja a segunda pessoa da Trindade, e venha imediatamente após a doutrina de Deus numa estrutura trinitariana de teologia sistemática, no presente curso do estudo colocaremos a doutrina do homem imediatamente após a doutrina de Deus, de forma que possamos entender algo sobre a outra parte na relação Deus-homem, que é tão central para a teologia cristã.

A CRIAÇÃO DO HOMEM

Após criar a terra, as plantas e os animais, Deus criou o homem. Ao criar as coisas anteriores, Deus simplesmente ordenou que elas viessem à existência. Por exemplo, em Gênesis 1.3, ele diz, “Haja luz”, e no versículo 11 ele diz, “Cubra-se a terra de vegetação”. Quanto à criação do homem, o relato de Gênesis registra o que parece ser uma conferência entre os membros da Trindade, concordando em criá-lo à imagem de Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (1.26). Mesmo sem a informação anterior contida nos versículos 26-30, isso sugere uma relação especial entre Deus e o homem, e que um cuidado especial foi dado em sua criação.

Talvez a objeção contemporânea mais popular contra o relato de Gênesis da criação do homem seja a teoria da evolução. Ele nega a criação direta do homem por Deus, e propõe que a vida se originou da não-vida, e que o homem é o produto de mutações a partir de espécies inferiores.

A teoria da evolução contradiz o que a Escritura diz sobre a origem do homem. Gênesis 2.7, 21-22 reconta a criação do homem da seguinte forma:

Então o SENHOR Deus formou o homem do pó da terra e soprou em suas narinas o fôlego de vida, e o homem se tornou um ser vivente.... Então o SENHOR Deus fez o homem cair em profundo sono e, enquanto este dormia, tirou-lhe uma das costelas, fechando o lugar com carne. Com a costela que havia tirado do homem, o SENHOR Deus fez uma mulher e a levou até ele.

O homem foi criado antes da mulher, e visto que já existia um membro da espécie humana na criação da mulher, Deus tomou material pré-existente a partir do homem para criá-la. Contudo, quando Deus criou o homem, a Bíblia não diz que ele usou

material pré-existente a partir dos animais que ele já tinha criado, mas que ele pegou diretamente “o pó da terra” e diretamente “soprou em suas narinas o fôlego de vida”.

Portanto, a Bíblia ensina que o homem foi criado por um ato direto de Deus, e não através de evolução biológica. Embora haja outros detalhes em Gênesis 1-2 que reforcem tal entendimento,¹ o acima exposto é suficiente para mostrar que a teoria da evolução contradiz a revelação bíblica.

Ora, a própria Bíblia reivindica que toda Escritura é revelação divina (2 Timóteo 3.16) e, assim, ela toda fala com tal autoridade. Em outras palavras, visto que a própria Bíblia reivindica que toda parte da Bíblia é inspirada por Deus, rejeitar qualquer proposição bíblica necessariamente acarreta a rejeição da própria reivindicação da Bíblia de que toda ela é inspirada por Deus.

Visto que ela própria reivindica que cada parte sua é verdadeira, julgar qualquer parte como sendo falsa requer um apelo a uma autoridade ou padrão de verdade alheio à Bíblia. Mas, se alguém rejeita a reivindicação de infalibilidade dela própria por julgar uma de suas proposições falsas, então ele não pode aceitar a reivindicação da própria Bíblia de infalibilidade quando ele julga outra de suas proposições verdadeira. Isto é, se uma pessoa apela a uma autoridade ou padrão não-bíblico ao rejeitar uma determinada proposição bíblica, então deve continuar a apelar a uma autoridade ou padrão não-bíblico quando concordar com outra proposição bíblica.

Por exemplo, visto que a própria Bíblia afirma a deidade de Cristo, quem rejeita isso somente pode fazê-lo admitindo uma autoridade ou padrão não-bíblico pelo qual ele julga falsa a Bíblia.² Mas então, se esse mesmo indivíduo concorda com o ensino bíblico de que o assassinato é imoral, ele não pode fazê-lo pelo fato de a Bíblia ensinar isso. Pelo contrário, ele deve novamente apelar a uma autoridade ou padrão não-bíblico para justificar sua crença de que o assassinato é imoral.

Visto que ele rejeitou a autoridade da Bíblia para justificar suas próprias afirmações quando recusou seus ensinamentos sobre a deidade de Cristo, não pode agora apelar à autoridade da Bíblia para justificar suas próprias declarações quando afirma que o assassinato é errado. Contudo, se a autoridade ou padrão não-bíblico ao qual ele apela é injustificável — e nossa posição é que toda autoridade ou padrão não-bíblico é injustificável³ — então ele não pode nem justificar sua rejeição da deidade de Cristo, nem sua afirmação de que o assassinato é errado.

Se por uma autoridade ou padrão estranho à Bíblia alguém aceita uma parte da Bíblia e rejeita outra, então a que ele aceita não é mais verdadeira porque ela assim o diz, mas porque a autoridade a qual ele é leal assim o diz. Portanto, ele não pode justificar

¹ Por exemplo, entender a palavra hebraica “dia” em Gênesis 1 como indicando um período de vinte e quatro horas rejeita a teoria da evolução, que reivindica que a vida humana levou muitos anos para vir à existência.

² A deidade de Cristo é apenas um exemplo. O ponto é que alguém que rejeita qualquer proposição bíblica, até mesmo uma aparentemente insignificante, não pode ao mesmo tempo concordar com outra proposição bíblica reconhecendo sua autoridade divina. Visto que ele julga uma como sendo falsa por um padrão não-bíblico, ele também deve julgar outra como sendo correta por um padrão não-bíblico.

³ Veja o capítulo anterior desse livro e *Ultimate Questions e The Light of Our Minds*, de Vincent Cheung.

sua crença na parte da Bíblia que ele afirma por ela dizer, mas deve justificá-la pela autoridade ou padrão epistemológico pelo qual ele a avalia. Todavia, se sua epistemologia carece de justificação, seu veredicto sobre qualquer parte da Bíblia também carece daquela, e o que ele diz não tem valor.

Por conseguinte, uma pessoa que rejeita uma parte da Bíblia não pode reivindicar aceitar outra sobre a base de a segunda ser a revelação de Deus, visto que rejeitou o *status* de revelação da primeira. Da mesma forma, aceitar qualquer uma das proposições da Bíblia porque ela é uma parte dessa, obriga uma pessoa a aceitar toda a Bíblia como verdadeira, visto que a autoridade por detrás de todas as proposições bíblicas é uma, e não muitas.

Uma pessoa que rejeita uma proposição bíblica não pode ao mesmo tempo apelar à autoridade divina para sustentar suas outras crenças. Ela deve confiar nessa autoridade ou padrão pela qual julga que uma proposição bíblica é falsa. Contudo, se somente a autoridade divina pode justificar qualquer proposição ou sustentar qualquer crença em qualquer hipótese, então essa pessoa que se fia numa autoridade ou padrão não-bíblico imediata e simultaneamente perde a justificação para tudo o que afirma. Visto que a reivindicação da própria Bíblia de supremacia e infalibilidade está ligada a todas as suas proposições, alguém que rejeita qualquer de suas partes, deve rejeitá-la toda, e alguém que aceita qualquer parte sua, deve fazê-lo para toda a Bíblia.

Para o nosso propósito, isso significa que alguém que rejeita o relato bíblico da criação direta do homem não pode ao mesmo tempo afirmar a criação do universo por Deus sobre o fundamento da Escritura. Se alguém aceita a criação do universo por ele porque a Bíblia o ensina, ele também deve afirmar a criação direta do homem por Deus porque ela ensina isso.

Ora, a teoria da evolução trata com o que se formou de materiais pré-existentes. Visto que nenhuma evolução poderia ter ocorrido se não houvesse nada para evoluir, a teoria da evolução pressupõe a existência do universo. Isto é, a biologia pressupõe a cosmologia. Mas tanto a biologia como a cosmologia pressupõe a possibilidade do conhecimento humano, ou epistemologia. Assim, epistemologia é anterior a cosmologia, que é anterior a biologia.

Mostramos que a biologia evolucionária é uma biologia não-cristã. Mostramos também que não se pode rejeitar um aspecto da cosmologia cristã e depois aceitar outro dessa. Portanto, uma biologia não-cristã pressupõe uma cosmologia não-cristã, e uma cosmologia não-cristã pressupõe uma epistemologia não-cristã. Entretanto, se todas as teorias não-cristãs de epistemologia são demonstravelmente falsas, então todas as teorias não-cristãs de cosmologia ficam destruídas. E se todas as teorias não-cristãs de cosmologia ficam destruídas, então teorias não-cristãs de biologia são destruídas também, incluindo a biologia evolucionária.

Afirmar a biologia evolucionária pressupõe uma epistemologia não-cristã, resultando na destruição da cosmologia inteira de uma pessoa. Mas pressupor uma epistemologia cristã na qual a infalibilidade exclusiva da Escritura é afirmada, rejeita a biologia evolucionária desde o princípio. Portanto, a biologia cristã, que afirma a criação direta do homem por Deus, é verdadeira por necessidade dedutiva, mas é impossível para a biologia evolucionária ser verdadeira.

Certamente, dentro do contexto do debate, podemos também temporariamente assumir as proposições da ciência secular por causa do argumento, e a partir dessa base argumentar que a evolução é “uma teoria em crise” e que “os fósseis ainda dizem *Não*”.⁴ Mas como eu tenho assinalado em outros lugares, todo raciocínio científico é formalmente falacioso e não pode alcançar a certeza dedutiva. Assim, os argumentos científicos contra a evolução são mais fracos do que os argumentos bíblicos contra a evolução que estou apresentando aqui.⁵ Um argumento que destrói a cosmovisão evolucionista inteira em seu próprio ponto de partida é certamente superior.

A seguir, um resumo do argumento exposto acima contra a biologia evolucionária:

1. A teoria da evolução contradiz a Bíblia.
2. Portanto, o evolucionista não pode tomar emprestada nenhuma premissa cristã para a sua cosmovisão.
3. Um universo deve primeiro existir para a vida existir nele (ou se desenvolver a partir dele).
4. Portanto, qualquer teoria biológica pressupõe uma teoria de cosmologia.
5. O conhecimento deve ser possível antes que uma teoria de cosmologia possa ser formulada.
6. Portanto, qualquer teoria de cosmologia pressupõe uma teoria de epistemologia.
7. Somente a epistemologia cristã é justificável e verdadeira.
8. Portanto, somente a cosmovisão cristã é justificável e verdadeira, e assim somente a cosmologia cristã é justificável e verdadeira e, assim, apenas a biologia cristã é justificável e verdadeira.
9. A biologia cristã afirma a criação direta do homem por Deus.
10. Portanto, a visão de que Deus fez o homem por criação direta é verdadeira, e a teoria da evolução é falsa.

Exijo que o evolucionista me diga como um não-cristão pode saber *algo* antes que ele me apresente suas teorias de cosmologia e biologia. Mas, visto que o evolucionista não pode encontrar uma epistemologia para suportar sua cosmologia, e visto que ele

⁴ Michael Denton, *Evolution: A Theory in Crisis*; Adler & Adler Publishers, 1997; Duane T. Gish, *Evolution: The Fossils Still Say No!*; Institute for Creation Research, 1985. Ver também Michael J. Behe, *Darwin's Black Box: The Biochemical Challenge to Evolution*; Touchstone Books, 1998; William Dembski, *No Free Lunch: Why Specified Complexity Cannot be Purchased Without Intelligence*; Rowman & Littlefield, 2001.

⁵ Isso não é porque os argumentos científicos contra a evolução sejam fracos, mas porque a própria ciência é incapaz de descobrir qualquer verdade.

não pode encontrar uma cosmologia para suportar sua biologia, sua biologia existe somente em seu próprio mundo imaginário, e sua teoria da evolução é uma fantasia tanto quanto o seu universo. Assim, o evolucionista não tem nem mesmo o direito de apresentar seus argumentos sobre a biologia evolucionária, a menos que eu escolha ouvi-la.

A biologia não existe num vácuo. Não podemos simplesmente concordar que o universo existe e discutir apenas sobre biologia, visto que o tipo de universo assumido determina o que é possível dentro dele. Se a epistemologia não-cristã é impossível, então não é possível a cosmologia não-cristã, e se não é possível a cosmologia não-cristã, então a biologia não-cristã é impossível. Contudo, uma vez que aceitamos uma epistemologia cristã, e assim uma cosmologia cristã, então a criação direta do homem por Deus segue-se por necessidade, e todas as teorias não-cristãs de biologia são rejeitadas.

Tudo isso é apenas para aplicar o argumento dogmático à teoria da evolução. O poder do argumento dogmático é tal que ele conclusivamente estabelece toda a fé cristã como verdadeira, e simultaneamente serve como uma refutação conclusiva de todas as idéias e cosmologias não-cristãs, quer conhecidas ou desconhecidas. Visto que temos mostrado que toda a Escritura é exclusivamente verdadeira pelo argumento dogmático, e visto que a evolução contradiz a Escritura, então a evolução é automaticamente falsa. Isto é, visto que apenas a Bíblia está certa, e visto que a evolução contradiz a Bíblia, então a evolução está errada. Nenhum argumento adicional é requerido.

Podemos proceder agora com o entendimento de que Deus fez o homem através de uma criação direta e completa, sem qualquer tipo de processo evolucionário. Tendo diretamente formado o corpo do homem usando material pré-existente da terra (mas não de animais), Deus lhe deu vida, e o homem se tornou um ser vivo: “Então o SENHOR Deus formou o homem do pó da terra e soprou em suas narinas o fôlego de vida, e o homem se tornou um ser vivente” (Gênesis 2.7).

Quanto ao propósito da criação do homem, a Bíblia ensina que o homem foi criado pela vontade divina para a glória de Deus:

Tu, Senhor e Deus nosso, és digno de receber a glória, a honra e o poder, porque criaste todas as coisas, e *por tua vontade* elas existem e foram criadas (Apocalipse 4.11).

Direi ao norte: “Entregue-os!” e ao sul: “Não os retenha”. De longe tragam os meus filhos, e dos confins da terra as minhas filhas; todo o que é chamado pelo meu nome, a quem criei *para a minha glória*, a quem formei e fiz (Isaías 43.6-7).

Nele fomos também escolhidos, tendo sido predestinados conforme o plano daquele que faz todas as coisas segundo o propósito da sua vontade, a fim de que nós, os que primeiro esperamos em Cristo, sejamos *para o louvor da sua glória* (Efésios 1.11-12).

Então endurecerei o coração do faraó, e ele os perseguirá. Todavia, eu *serei glorificado* por meio do faraó e de todo o seu exército; e os egípcios saberão que eu sou o SENHOR” (Êxodo 14.4).

E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, preparados para a destruição? Que dizer, se ele fez isto para *tornar conhecidas as riquezas de sua glória* aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória, ou seja, a nós, a quem também chamou, não apenas dentre os judeus, mas também dentre os gentios? (Romanos 9:22-24).

Alguns ensinam que a natureza amorosa de Deus o compeliu a criar objetos com afeição adequados para satisfazer sua necessidade de exercer o amor sacrificial e doador. Mas é herético dizer que ele tenha qualquer necessidade. Paulo diz em Atos 17:25: “Ele não é servido por mãos de homens, *como se necessitasse de algo*, porque ele mesmo dá a todos a vida, o fôlego e as demais coisas”. Sendo eternamente auto-existente, Deus é auto-suficiente. Visto que o homem não é eterno, mas teve um tempo definido de origem antes do qual ele não existia, e visto que “para o Senhor um dia é como mil anos, e mil anos como um dia.” (2 Pedro 3:8), se Deus já pôde existir sem o homem, ele poderia ter continuado a existir no mesmo estado para sempre. Portanto, a criação do homem não foi devido a qualquer necessidade em Deus.

As passagens acima mostram que Deus criou tanto os eleitos como os réprobos para a sua própria glória. Embora os réprobos não o glorifiquem conscientemente, ele alcança glória para si mesmo através deles, de forma que é glorificado pelos eleitos na salvação desses e pelos réprobos, na sua destruição.

Somente a ordem dos decretos eternos no SUPRALAPSARIANISMO, oposto ao INFRALAPSARIANISMO, é consistente com o registro bíblico:

1. A eleição de alguns pecadores para salvação em Cristo; a condenação do resto da humanidade pecadora.
2. A aplicação da obra redentora de Cristo aos pecadores eleitos.
3. A redenção dos pecadores eleitos pela obra de Cristo.
4. A queda do homem.
5. A criação do mundo e do homem.

Ainda que todos os pensamentos sejam simultâneos na mente de Deus, a disposição lógica dos decretos eternos começa com o decreto de que Deus glorificaria a si mesmo através da salvação dos eleitos por Cristo e a destruição dos réprobos. Cada decreto subsequente é então feito como o meio pelo qual o anterior seria realizado.

Logo, Deus escolheu glorificar a si mesmo, e o meio pelo qual ele seria glorificado é a salvação de alguns por Cristo e a condenação de todos os outros. O meio pelo qual o primeiro seria realizado é a obra redentora de Cristo. E o meio pelo qual a obra redentora de Cristo tem significado é a queda da humanidade. Para a queda da humanidade ser possível, Deus decretou a criação do mundo e do homem.

O infralapsarianismo confunde a *execução* do plano eterno com sua *formulação*, de forma que ele começa onde a ordem supralapsariana termina. Contudo, uma mente

racional formula um plano primeiramente determinando o fim, e só então o meio pelo qual alcançará o fim determinado. A execução de um tal plano, contudo, inverte a ordem da formulação, de forma que ele começa onde a formulação termina.

O supralapsarianismo é a ordem teleológica e o infralapsarianismo, a ordem histórica. Visto que a intenção de discutir a ordem dos decretos eternos é descobrir o arranjo lógico da formulação, e não a ordem histórica da execução do plano, o supralapsarianismo é a posição bíblica.

Isso significa que Deus decretou ativamente a queda da humanidade como um dos meios pelos quais ele cumpriria seu plano eterno. O pecado não foi um acidente e a redenção não foi uma mera reação da parte de Deus. Como a Escritura diz: “O Senhor faz *tudo* com um propósito; até os ímpios para o dia do castigo” (Provérbios 16:4).

A NATUREZA DO HOMEM

De acordo com a Bíblia, Deus criou o homem à sua imagem: “Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou” (Gênesis 1.27). Seja o que for que imagem de Deus signifique, ela não pode se referir a alguma coisa que ele próprio não possuía. Visto que foi provado que Deus é incorpóreo, a imagem não deve, portanto, estar relacionada com o corpo do homem.

Todavia, visto que há aqueles que afirmam outra coisa, devemos tomar algum tempo para tratar com o assunto aqui. Devemos abordar a questão perguntando de que modo o homem é semelhança a Deus, e o que constitui o seu ponto de contato com Deus. Devemos considerar também em que sentido o homem é superior aos animais.

Se a imagem de Deus é vista no corpo do homem, então se pode defender que alguns animais também foram criados à imagem de Deus, visto que as diferenças físicas entre o homem e alguns animais não são tão vastas a ponto de dizer que um foi criado à imagem de Deus e o outro não — ou seja, se a imagem inclui as aparências físicas do homem.⁶ Mas isso é inaceitável, visto que a Escritura nos diz que o que distingue o homem dos animais é precisamente a imagem de Deus. Portanto, essa não pode se referir ao corpo do homem ou à sua aparência, mas a algo mais.

Deuteronômio 4.15-18 diz que Deus não tem “forma alguma” e, portanto, é proibido fazer qualquer ídolo ou imagem para representar a deus, mesmo que seja na aparência de um ser humano:

No dia em que o SENHOR lhes falou do meio do fogo em Horebe, *vocês não viram forma alguma*. Portanto, tenham muito cuidado, para que não se corrompam fazendo para si um ídolo, *uma imagem de alguma forma semelhante a homem ou mulher*, ou a qualquer animal da terra, a qualquer ave que voa no céu, a qualquer criatura que se move rente ao chão ou a qualquer peixe que vive nas águas debaixo da terra.

⁶ Havendo confirmado a cosmovisão cristã como verdadeira, similaridades entre o corpo humano e os dos animais implica *design* comum, não descendência comum.

Apenas essa passagem já é suficiente para provar que qualquer substância com uma forma ou aparência não pode ser a imagem de Deus. Visto que ele próprio não tem “forma alguma”, o corpo físico ou a aparência do homem não podem ser a imagem de Deus; eles não podem ser nem mesmo uma parte dela.

Uma análise do registro bíblico exige que a imagem de Deus seja definida em termos do intelecto. Embora o homem tenha a vantagem de ser um primata bípede ereto que possui dedos opostos, os corpos de muitos animais são superiores ao do homem de várias formas. Contudo, nenhum dos animais pode se comparar ao homem em capacidades intelectuais.

Que Deus fez o homem à sua própria imagem significa que esse é uma mente racional. Muitos animais correm mais rapidamente que o homem, muitos são mais fortes, e alguns podem até voar, mas nenhum pode entender silogismos dedutivos ou resolver equações algébricas. Os animais algumas vezes parecem realizar tarefas que requerem pensamento ou desígnio racional, tal como construir ninhos elaborados. Mas após uma observação adicional, descobrimos que a criatividade e capacidades deles de adaptar são limitadas, e que são capazes de realizar essas tarefas somente por instinto, e não através de pensamento deliberado e racional. Mais importante, nenhum animal pode realizar reflexões teológicas.

A mente racional do homem é a semelhança de Deus e seu ponto de contato com ele. As qualidades intelectuais do homem são evidentes desde o princípio de Gênesis. Deus o abençoou em Gênesis 1.28-30, dando-lhe domínio sobre a natureza por um pronunciamento verbal. Adão cuidou de Eva, não por instinto, mas em obediência às instruções verbais de Deus. Ele deu ao homem um mandamento moral em Gênesis 2.16, proibindo-o de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, mas permitindo que comesse de todas as outras. O homem foi advertido de que violar tal mandamento resultaria em sua morte. Somente uma mente racional poderia entender conceitos tais como dever, pecado e morte.

A Bíblia explicitamente distingue homem de animais sobre a base de seus poderes intelectuais:

Então o SENHOR Deus formou o homem do pó da terra e *soprou em suas narinas o fôlego de vida*, e o homem se tornou um ser vivente... Mas é o espírito dentro do homem que *lhe dá entendimento; o sopro do Todo-poderoso* (Gênesis 2.7, Jó 32.8).

[Deus] *nos ensina mais* que aos animais da terra e *nos faz mais sábios* que as aves dos céus (Jó 35:11).

Isso porque Deus não lhe deu *sabedoria* [aos avestruzes] nem parcela alguma de *bom senso* (Jó 39:17).

Não sejam como o cavalo ou o *burro*, que *não têm entendimento* mas precisam ser controlados com freios e rédeas, caso contrário não obedecem (Salmos 32:9).

“O novo [homem]... está sendo renovado *em conhecimento, à imagem* do seu Criador” (Colossenses 3:10).

É impossível negar a conclusão que a imagem divina é a mente racional do homem, mas alguns tentam adicionar outros elementos a essa definição, tais como a moralidade do homem e o seu domínio sobre a natureza. Embora isso seja consistente com nossa posição (Efésios 4.24), devemos sustentar que a racionalidade permanece o elemento básico na definição da imagem de Deus no homem.

O homem tem uma natureza moral que o distingue dos animais e, assim, parece para alguns que deveríamos incluir isso como parte da imagem de Deus, embora a racionalidade possa ser um elemento. Ora, até mesmo animais e objetos inanimados “obedecem” aos mandamentos de Deus, mas ao invés de fazê-lo por uma mente racional, eles são compelidos pelo poder de Deus. Mas, visto que o homem tem uma mente racional, ele escolhe obedecer a Deus através do intelecto, e ele peca ao desafiar os mandamentos divinos. O homem pode compreender os conceitos de bem e mal, e pode discuti-los através do uso de linguagem. Isso significa que o homem é moral precisamente porque ele é racional; a moralidade é uma função da racionalidade. Portanto, embora possamos reconhecer que ter uma natureza moral é parte do que significa ser um ser humano, não é necessário incluí-la como parte de nossa definição para a imagem de Deus.

O domínio do homem sobre os animais também é uma extensão ou resultado de sua superioridade intelectual (Gênesis 1.28-30), e não deve ser confundida com parte da imagem de Deus. Tiago escreve: “Toda espécie de animais, aves, répteis e criaturas do mar *doma-se* e tem *sido domada* pela espécie humana” (Tiago 3:7). Embora o homem seja fisicamente mais fraco do que muitos animais, seu entendimento e conhecimento o capacitam a inventar métodos, ferramentas e armas para domá-los e explorá-los. O domínio do homem sobre a natureza torna-se possível por suas faculdades intelectuais, e não por qualquer poder sobrenatural ou místico dados por Deus.

O forte interesse nos direitos dos animais e no vegetarianismo justificará uma breve digressão nesse ponto. A Escritura ensina que os seres humanos são de mais valor do que os animais e que podem comê-los para se alimentar:

Todos os animais da terra tremerão de medo diante de vocês: os animais selvagens, as aves do céu, as criaturas que se movem rente ao chão e os peixes do mar; eles estão entregues em suas mãos. Tudo o que vive e se move servirá de alimento para vocês. Assim como lhes dei os vegetais, agora lhes dou todas as coisas (Gênesis 9.2-3).

Observem as aves do céu: não semeiam nem colhem nem armazenam em celeiros; contudo, o Pai celestial as alimenta. Não têm vocês muito mais valor do que elas? (Mateus 6.26).

Ele lhes respondeu: “Qual de vocês, se tiver uma ovelha e ela cair num buraco no sábado, não irá pegá-la e tirá-la de lá? Quanto mais vale um homem do que uma ovelha! Portanto, é permitido fazer o bem no sábado” (Mateus 12.11-12).

Até os cabelos da cabeça de vocês estão todos contados. Não tenham medo; vocês valem mais do que muitos pardais! (Lucas 12.7).

Observem os corvos: não semeiam nem colhem, não têm armazéns nem celeiros; contudo, Deus os alimenta. E vocês têm muito mais valor do que as aves! (Lucas 12.24).

Pois está escrito na Lei de Moisés: “Não amordace o boi enquanto ele estiver debulhando o cereal”. Por acaso é com bois que Deus está preocupado? (1 Coríntios 9.9).

O Espírito diz claramente que nos últimos tempos alguns abandonarão a fé e seguirão espíritos enganadores e doutrinas de demônios. Tais ensinamentos vêm de homens hipócritas e mentirosos, que têm a consciência cauterizada e proíbem o casamento e o consumo de alimentos que Deus criou para serem recebidos com ação de graças pelos que crêem e conhecem a verdade. Pois tudo o que Deus criou é bom, e nada deve ser rejeitado, se for recebido com ação de graças, pois é santificado pela palavra de Deus e pela oração (1 Timóteo 4:1-5).

A prioridade do cristão sempre deve ser os seres humanos, não os animais. Dado o que a Bíblia diz sobre o valor superior dos seres humanos, deveríamos reservar nossos recursos de tal forma que ajude a causa de Cristo entre eles, até mesmo à custa do conforto e das vidas dos animais. Muito do que é feito em nome dos direitos dos animais rouba os recursos que deveriam ser devotados à ajuda da humanidade. Isso é uma negação indireta de que o homem foi criado à imagem divina, que ele é especial entre as criaturas de Deus e, portanto, é uma rejeição indireta da Escritura.

Quanto ao vegetarianismo, Deus concedeu ao homem permissão para consumir “tudo o que vive e se move” (Gênesis 9.3). A Escritura declara que o homem não está restrito a comer apenas vegetal: “Assim como lhes dei os vegetais, agora lhes dou todas as coisas.” (v. 3). Portanto, abster-se de comer carne por razões espirituais ou como um reconhecimento dos “direitos animais” afronta o ensino bíblico.

Embora os ativistas dos direitos animais estejam errados, isso não significa que o homem pode abusar e torturar animais da forma como lhe agrada. A Escritura dá instruções de como devemos tratá-los.⁷ Por exemplo, animais deveriam se beneficiar do descanso sabático, e deve ser permitido a eles que comam enquanto trabalham (Deuteronômio 5.13-14, 25.4). Provérbios 12.10 diz: “O justo cuida bem dos seus rebanhos”. Podemos concluir a partir de tais passagens que é errado torturar animais por esporte ou causar-lhes sofrimento injustificado. Mas permanece o fato de que somos livres para matá-los para comida, visto que a Escritura consente que isso seja legítimo. Dada a tendência contemporânea para favorecer os animais, mesmo à custa da humanidade, devemos nos esforçar para dar prioridade aos seres humanos quando pensando sobre o tratamento de animais.

⁷ Humanos e animais não têm direitos intrínsecos; somente Deus os tem. Aqueles têm “direitos” somente no sentido de que a Escritura ordena que devam ser tratados da maneira que ela prescreve. Tais direitos existem somente em relação a outras criaturas, visto que Deus é livre para tratá-las da forma como desejar. Veja meus escritos sobre direitos humanos, direitos de animais e vegetarianismo.

Deus sempre coloca a humanidade antes dos animais. Após citar o mandamento bíblico que diz: “Não amordace o boi enquanto ele estiver debulhando o cereal”, Paulo adiciona, “Por acaso é com bois que Deus está preocupado?” (1 Coríntios 9.9). Até mesmo tal mandamento sobre o tratamento dos animais tem o benefício da humanidade e o justo tratamento do homem em vista: “Não é certamente por nossa causa que ele o diz? Sim, isso foi escrito em nosso favor. Porque ‘o lavrador quando ara e o debulhador quando debulha, devem fazê-lo na esperança de participar da colheita’ ” (v. 10). Portanto, devemos dizer com Atos 10:13, onde Deus chama Pedro o apóstolo, “Levante-se, Pedro; mate e coma”.

Retornando ao nosso tópico, alguns que admitem que a imagem de Deus é vista no intelecto do homem, todavia, argumentam que, visto que o corpo é necessário para expressar a mente racional de uma pessoa, quer em palavras ou em ações, ele deve ser pelo menos uma parte da imagem de Deus. Contudo, a referência anterior a Deuteronômio 4.15-18 já eliminou essa possibilidade; o corpo do homem não pode ser nem mesmo uma parte da imagem de Deus. Além disso, o argumento confunde a imagem de Deus com o equipamento requerido para expressá-la no mundo físico. A mente pode certamente se ocupar numa comunicação racional com Deus sem o corpo; podemos precisar do corpo apenas para interagir com o mundo físico. De fato, antes da consumação da nossa salvação, “estar ausentes do corpo” é “habitar com o Senhor” (2 Coríntios 5.8). A Bíblia vê o corpo físico como muito importante, e o Novo Testamento até diz que o corpo do crente é o templo de Deus (2 Coríntios 6.16); porém, o corpo não é parte da imagem de Deus.

Uma outra objeção contrária a igualar a imagem de Deus ao intelecto do homem é fundamentada na visão de que o homem é uma TRICOTOMIA consistindo de espírito, alma e corpo. Proponentes desse ponto de vista afirmam que a Bíblia retrata o homem como uma tricotomia, e visto que “Deus é espírito” (João 4:24), a imagem de Deus deve, portanto, ser o espírito do homem em oposição à sua alma ou corpo. Isso sendo assim, a imagem de Deus não é o intelecto racional do homem, mas é uma parte não-intelectual do homem chamada de “espírito”. O problema com essa visão é que a Bíblia não endossa a tricotomia, mas ao invés disso, ela ensina que o homem é uma DICOTOMIA consistindo de alma e corpo.

Embora os tricotomistas frequentemente citem Hebreus 4:12 em apoio à sua opinião, uma leitura apropriada do versículo tornará a posição deles impossível. O versículo diz: “Pois a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais afiada que qualquer espada de dois gumes; ela penetra até o ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e julga os pensamentos e intenções do coração”. Os tricotomistas declaram que, embora seja difícil distinguir entre a alma e o espírito, esse versículo diz que elas podem ser divididas pela palavra divina. Portanto, a alma e o espírito são duas partes diferentes de uma pessoa.

Contudo, o versículo não diz que a palavra de Deus pode dividir a “alma, o espírito e o corpo”, mas que ela pode dividir “alma e espírito, juntas e medulas”. Visto que “juntas e medulas” pertencem ao corpo, ou a parte material do homem, a interpretação natural é que “alma e espírito” também pertencem à mesma parte de uma pessoa, ou seja, à parte imaterial do homem.

Se X = alma, Y = espírito e Z = corpo, então o entendimento tricotomista desse versículo fa-lo-á dizer: “dividindo X e Y, Z e Z”, o que geraria uma estupidez ao versículo que está ausente na interpretação dicotomista. Dicotomistas compreendem que a alma = espírito, e, portanto, X = Y. Assim, lemos o versículo assim, “dividindo X e X, Z e Z”, o que preserva a simetria intencionada pelo autor bíblico.

Robert Reymond fornece um argumento gramatical sobre esse versículo, e escreve:

Aqui o tricotomista insiste, visto que a alma pode ser “dividida” do espírito, fica evidente que elas são duas entidades ontológicas separadas e distintas. Mas isso é ignorar o fato de que “alma” e “espírito” são ambos genitivos governados pelo partícipto “dividindo”. O versículo está dizendo que a Palavra de Deus “divide” a alma, *até mesmo* o espírito. Mas ele não diz que a Palavra de Deus divina faça divisão *entre* alma e espírito... ou que divida a alma *do* espírito.⁸

Além do mais, esse versículo, na realidade, não se refere a algum poder de dividir na palavra de Deus, mas à sua habilidade de penetrar. Aquela é tão poderosa que alcança, afeta e transforma até mesmo as regiões mais profundas da mente de uma pessoa — isto é, “ela julga os pensamentos e intenções do coração” (v. 12).⁹ O próximo versículo confirma essa interpretação: “Nada, em toda a criação, está oculto aos olhos de Deus. Tudo está descoberto e exposto diante dos olhos daquele a quem havemos de prestar contas”. O ponto é que nada sobre nós está escondido dele, nem mesmo nossos pensamentos e intenções.

Um outro versículo que os tricotomistas usam para apoiar a sua posição é 1 Tessalonicenses 5:23, que diz: “Que o próprio Deus da paz os santifique inteiramente. Que todo o espírito, a alma e o corpo de vocês sejam preservados irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo”. É verdade que as três palavras traduzidas como “*espírito, alma e corpo*” são palavras gregas diferentes. Alguns tomam esse versículo como significando que Paulo está se referindo à preservação de Deus de “todo” ser humano, que o apóstolo afirma consistir de três partes: espírito, alma e corpo.

Contudo, Marcos 13:30 torna tal interpretação impossível. O versículo diz: “Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todo o seu mente e de todas as suas forças”. Ele menciona quatro itens com os quais devemos amar a Deus, a saber, o coração, alma, entendimento* e força. Se 1 Tessalonicenses 5:23 demanda o entendimento que o homem consiste de *três* partes, então Marcos 13:30 demanda o entendimento que o homem consiste de *quatro* partes. Assim, o argumento tricotomista a partir de 1 Tessalonicenses 5:23 fracassa.

Muitos versículos bíblicos empregam repetição para se enfatizar algo. O fato dos versículos acima usarem palavras diferentes para se referir ao homem não significa

⁸ Robert Reymond, *A New Systematic Theology of the Christian Faith*, p. 421-422.

⁹ As “atitudes” são tão mentais ou intelectuais quanto os “pensamentos”. Assim, a simetria do versículo se estende até essa última parte, de forma que, se Q representa o intelecto, o versículo seria lido assim, “... dividindo X e Z, Z e Z; e julga o Q e Q do coração”. X e Q, então estariam se referindo à mesma parte do homem.

* Mente, em algumas versões (N. do T.)

necessariamente que cada palavra designe uma parte diferente dele; antes, a intenção é se referir à pessoa como um todo.

A pregação cristã popular freqüentemente assume uma distinção rígida entre o espírito e a alma do homem, identificando o “coração” com o espírito, e a mente com a alma. Contudo, o *Exegetical Dictionary of the New Testament* define “coração” (grego: *kardia*) como “a pessoa interior, o centro do entendimento, conhecimento e vontade...”.¹⁰ Kittel contém um artigo extenso sobre a palavra, e diz: “o coração é o centro do entendimento, a fonte do pensamento e da reflexão”.¹¹ Assim como outros léxicos, ele confirma que “o uso neotestamentário das palavras concorda com o do Antigo Testamento...”.¹² A palavra “coração” na Bíblia inclui uma gama de significados, mas a menos que ela aponte para o órgão físico, ela está falando da mente, com o contexto da passagem dando ênfase às suas funções particulares.

Gordon Clark estima que “o termo *coração* denota emoção em aproximadamente dez ou no máximo quinze por cento das vezes. Ela denota vontade talvez trinta por cento das vezes; e ela significa mui claramente o intelecto em sessenta ou setenta por cento [das vezes]”.¹³ Visto que tanto emoção como vontade são funções do intelecto, ou da mente, a menos que ela se refira ao órgão físico, a palavra “coração” na Bíblia significa mente.

Tendo apresentado diversas páginas de passagens relevantes, Clark conclui: “Portanto, quando alguém no banco da igreja ouvir o pregador estabelecendo contraste entre a cabeça e o coração, ele perceberá que o pregador não conhece ou não crê no que a Bíblia diz. Para que o evangelho possa ser proclamado em sua pureza e poder, as igrejas devem eliminar o freudismo delas e outras formas de psicologia contemporânea, e retornarem à Palavra de Deus...”.¹⁴

É antibíblico distinguir entre “fé da cabeça” e “fé do coração” ou “conhecimento da cabeça” e “conhecimento do coração”. Em primeiro lugar, a mente do homem não é sua “cabeça” ou seu cérebro. A mente do homem é incorpórea, feita à imagem de Deus; ela não é parte do corpo de forma alguma. Assim, fazer um contraste entre a “cabeça” e o “coração” é cometer erro teológico em mais de um nível.

O tricotomista distingue entre o espírito e a alma, ou o coração e a mente, não a cabeça, visto que a cabeça pertence ao corpo. Portanto, o contraste é entre fé no espírito e fé na mente, ou conhecimento no espírito e conhecimento na mente.

Mas, visto que a tricotomia é falsa, tal contraste também é falso. Já que as palavras *espírito*, *alma*, *coração* e *mente* se referem todas elas à mesma parte imaterial do homem, fé no espírito é fé na mente, e conhecimento no espírito é conhecimento na

¹⁰ *Exegetical Dictionary of the New Testament*, Vol. 2; Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1981; p. 250.

¹¹ Gerhard Kittel, ed., *Theological Dictionary of the New Testament*, Vol. 3; Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1999 (Original: 1965); p. 612.

¹² *Ibid.*, p. 611.

¹³ Gordon H. Clark, *The Biblical Doctrine of Man*; Jefferson, Maryland: The Trinity Foundation, 1984; p. 82.

¹⁴ *Ibid.*, p. 87-88.

mente. Elas são apenas palavras diferentes para a mesma parte do homem. Isso também significa que fé e conhecimento são sempre intelectuais.

Em *A Treatise Concerning Religious Affections*, Jonathan Edwards escreve com respeito à inclinação e vontade do homem, que “a mente, com respeito aos exercícios dessa faculdade, é frequentemente chamada de coração”.¹⁵ Também, Thayer escreve: “*kardia*... a alma ou a mente, com a fonte e centro dos pensamentos, paixões, desejos, apetites, afeições, propósitos, esforços... é usada do entendimento, a faculdade e centro da inteligência”.¹⁶ O ponto é que o coração é intelectual.

Após uma extensa apresentação da evidência relevante, Robert Morey conclui em seu *Death and the Afterlife*:

Na Escritura, é dado vários nomes diferentes à parte imaterial do homem. Ela é chamada de “espírito”, “alma”, “mente”, “coração”, “partes interiores” etc., do homem. Os nomes não deveriam ser vistos como referindo à entidades separadas, mas como descrições de diferentes funções ou relações que o lado imaterial do homem tem... De fato, alma e espírito são usados intercambiavelmente em várias passagens...¹⁷

Portanto, um ser humano consiste de mente e corpo. Podemos considerar os termos *espírito*, *alma*, *coração* e *mente* como geralmente intercambiáveis:

Não tenham medo dos que matam o *corpo*, mas não podem matar a *alma*. Antes, tenham medo daquele que pode destruir tanto a *alma* como o *corpo* no inferno (Mateus 10:28).

Amados, visto que temos essas promessas, purifiquemo-nos de tudo o que contamina o *corpo* e o *espírito*, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus (2 Coríntios 7:1).

Porque não entra em seu *coração*, mas em seu estômago, sendo depois eliminado de seu *corpo* (Marcos 7:19).

Visto que muitos leitores tendem a pensar no *espírito* e no *coração*, ou até mesmo na *alma*, como mais ou menos não-intelectual, eu frequentemente prefiro a palavra *mente*, de forma a lembrar o leitor que, não importa como ele a chame, a parte imaterial do homem é intelectual em natureza. Palavras tais como *espírito*, *alma*, *coração* e *mente* se referem à mesma parte imaterial e intelectual do homem.

Resumindo, a Bíblia ensina que o homem consiste de duas partes — a material e a imaterial. “Por isso, não desfalecemos; mas, ainda que o nosso *homem exterior* se corrompa, o *interior*, contudo, se renova de dia em dia” (2 Coríntios 4.16, ERC). O

¹⁵ *The Works of Jonathan Edwards*; Peabody, Massachusetts: Hendrickson Publishers, Inc., 2000 (Original: 1834); p. 237.

¹⁶ Joseph H. Thayer, *Thayer's Greek-English Lexicon of the New Testament*; Peabody, Massachusetts: Hendrickson Publishers, Inc., 2002 (original: 1896); p. 325-326.

¹⁷ Robert A. Morey, *Death and the Afterlife*; Minneapolis, Minnesota: Bethany House Publishers, 1984; p. 65.

homem é uma alma e um corpo. A alma entrou no homem quando Deus soprou vida nele, e é esse sopro divino que lhe dá poderes intelectuais. Nossa conclusão é que a imagem de Deus é o intelecto do homem; isto é, esse é feito à imagem e semelhança divinas no sentido de que possui uma mente racional.

Gênesis 1.27 diz que Deus criou os seres humanos como macho e fêmea: “Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou”. Esse versículo indica que ambos foram feitos à imagem de Deus, e ambos pertencem à categoria de homem ou humanidade. O domínio que Deus deu ao homem pertence tanto ao macho como à fêmea, visto que o versículo 28 diz: “Deus *os* abençoou, e *lhes* disse: ‘Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra’ ” (v. 28).

A implicação desses dois versículos é que um gênero não é intrinsecamente superior ao outro. Contudo, embora o valor ontológico dos homens e das mulheres seja o mesmo, Deus impôs uma estrutura de autoridade sobre eles para definir as suas funções dentro da sociedade, especialmente na relação do casamento e no governo da igreja.¹⁸ Em conexão com isso, examinaremos diversas passagens relevantes abaixo.

Após a queda da humanidade, Deus diz à mulher: “Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará” (Gênesis 3.16). Uma interpretação comum dessa declaração a entende como dizendo que a mulher experimentará grande desejo sexual por seu marido, ou pelo menos um desejo por sua companhia. Refletindo esse ponto de vista, a *Living Bible* parafraseia o versículo assim: “Você desejará as afeições do seu marido, e ele te dominará”. Mas essa interpretação não consegue relacionar a primeira oração da frase com a segunda. Além disso, uma declaração similar aparece em Gênesis 4.7, mas dessa vez ela é traduzida assim: “Ele deseja conquistá-lo, mas você deve dominá-lo”. Portanto, um entendimento correto desse versículo seria lido assim: “Seu desejo será *dominar* o seu marido, *mas* ele te governará”.

Alguns afirmam que o homem e a mulher tinham autoridade igual na relação do casamento antes da Queda, e que somente após a humanidade transgredir a lei de Deus é que foi dado ao homem o governo sobre a mulher como parte da maldição sobre a humanidade. De acordo com essa opinião, a subordinação da mulher é apenas um resultado do pecado, e ela tem sido negada após a morte e ressurreição de Cristo.

Entretanto, nem todos os efeitos da Queda foram eliminados após a ressurreição de Cristo. Há algumas coisas que devem esperar a consumação da nossa salvação na segunda vinda. Por exemplo, a doença e a morte se originaram por causa do pecado, mas elas ainda estão em efeito hoje. Mas, se a obra de Cristo removeu todos os resultados do pecado para esse estágio da história da humanidade, eles deveriam estar agora completamente ausentes da sua experiência, pelo menos para o cristão. Portanto, mesmo que a subordinação da mulher fosse resultado do pecado, não se segue que ela tenha sido negada após a ressurreição de Cristo, a menos que a Bíblia ensine explicitamente isso.

¹⁸ George W. Knight III, *The Role Relationships of Men and Women*; Phillipsburg, New Jersey: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1985. Focaremos a estrutura de autoridade dentro do relacionamento do casamento nos parágrafos seguintes.

Mas, antes de tudo, a autoridade do homem sobre a mulher não se originou por causa da Queda. Mesmo antes de Deus criar a mulher, ele disse que ela seria a “ajudadora” do homem (Gênesis 2.18). Paulo ensina que a autoridade do homem sobre a mulher não se originou por causa do pecado, mas que ela é uma ordenança da criação. Isto é, pela natureza e ordem da criação do homem e da mulher, ele tem autoridade sobre essa.

Pois o homem não se originou da mulher, mas a mulher do homem; além disso, o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem (1 Coríntios 11.8-9).

A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva (1 Timóteo 2:11-13).

É apenas de natureza que qualquer ordenança de Deus instituída por causa da própria natureza da criação ainda esteja em efeito, enquanto formos seres humanos.¹⁹

Além do que, tanto Paulo como Pedro escreveram aos crentes dizendo que as esposas cristãs deveriam obedecer a seus maridos. Assim, a obra de Cristo e o ensino apostólico não fizeram nada para abolir a estrutura de autoridade instituída por Deus na criação, mas antes a reforçaram com uma lei moral absoluta.

Assim, poderão orientar as mulheres mais jovens a amarem seus maridos e seus filhos, a serem prudentes e puras, a estarem ocupadas em casa, e a serem *bondosas e sujeitas a seus maridos*, a fim de que a palavra de Deus não seja difamada (Tito 2.4-5).

Do mesmo modo, mulheres, *sujeite-se cada uma a seu marido*, a fim de que, se ele não obedece à palavra, seja ganho sem palavras, pelo procedimento de sua mulher, observando a conduta honesta e respeitosa de vocês (1 Pedro 3.1-2).

O argumento que diz que a obra redentora de Cristo removeu a “maldição” da subordinação da mulher ao homem dentro do relacionamento do casamento é uma posição anti-bíblica. A Bíblia ensina que o marido tem autoridade sobre a esposa na criação do homem, após a queda do homem, e após a obra de Cristo.

Ao invés de ensinar que a subordinação das mulheres resultou do pecado, Gênesis 3.16 indica que o pecado produziu a usurpação delas da autoridade dos homens. Mulheres cristãs se submeteram à liderança masculina em casa e na igreja é um sinal de justiça e regeneração; contudo, a rejeição da liderança masculina em casa e na igreja é uma manifestação de pecado e impiedade. Ao invés de abolir a liderança

¹⁹ “Embora o homem e mulher sejam iguais em termos de *ser* ou *natureza*... as Escrituras também ensinam que eles não são iguais em termos de *função* ou *ofício*. A liderança do homem não surgiu por causa da queda ou com um resultado da cultura hebraica. O homem era a cabeça da mulher na criação como uma instituição direta do próprio Deus...”; Robert Morey, *Introduction to Defending the Faith*; Nevada: Christian Scholars Press, 2002; p. 34.

masculina em casa e na igreja, a obra de Cristo restaurou e reforçou o desígnio divino original.

Um aspecto importante do movimento e da teologia feministas é alterar ou abolir a estrutura bíblica do relacionamento matrimonial e do governo da igreja. Em seus esforços de promoverem uma “igualdade” anti-bíblica, as feministas têm facilitado a erosão da unidade mais básica da sociedade, a família. Deus designou que o homem deveria ser o cabeça da casa desde o princípio, mas o pecado produziu na mulher uma desejo de usurpar a autoridade do marido, e a ser “libertada” do seu governo. Mas a alegria e a esperança da humanidade dependem de conhecer e obedecer aos mandamentos bíblicos, e não lutar contra eles.²⁰

A liderança do homem na família tem sido um tópico controverso, tanto dentro como fora dos círculos teológicos. A razão para tanto debate não é porque a Escritura não é clara sobre o assunto, mas antes porque o estado psicológico e ideológico dos dias de hoje e a tendência pecaminosa dos seres humanos se ofendem com a autoridade legítima. Como *Keil & Delitzsch* diz em relação a Gênesis 3.16, o desejo dentro da mulher de desafiar a autoridade do homem é tal que está “beirando a doença”.²¹

Nossa segunda passagem vem de 1 Pedro 3.1-6. Os versículos 1-4 dizem:

Do mesmo modo, mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, a fim de que, se ele não obedece à palavra, seja ganho sem palavras, pelo procedimento de sua mulher, observando a conduta honesta e respeitosa de vocês. A beleza de vocês não deve estar nos enfeites exteriores, como cabelos trançados e jóias de ouro ou roupas finas. Ao contrário, esteja no ser interior, que não perece, beleza demonstrada num espírito dócil e tranqüilo, o que é de grande valor para Deus.

A passagem mostra que não somente as esposas devem se sujeitar aos seus maridos cristãos, mas que devem ser submissas mesmo que seus maridos forem incrédulos. Visto que em outros lugares encontramos que uma mulher cristã pode ser casar somente com um homem cristão (1 Coríntios 7:39), Pedro está se dirigindo aqui àquelas mulheres que se tornaram cristãs após terem se casado com homens não-cristãos.

A parte com respeito à submissão entra em discussão quando o apóstolo diz que os homens podem ser “ganhos sem palavras”. Isso não significa que uma pessoa pode trazer outra à fé sem comunicar verbalmente a mensagem do evangelho. É popular supor hoje em dia que a “ação fala mais alto do que as palavras”, mas isso é contrário ao ensinamento bíblico.

²⁰ “Visto que o matrimônio e a família pertencem a Deus, devemos seguir a estrutura de casamento que ele instituiu no Jardim. Adão era o cabeça da família e Eva era submissa à sua liderança. Essa estrutura é a que ‘deve’ existir em todo casamento. Assim, o Movimento de Libertação das Mulheres é uma violação aberta da criação da ordenança de casamento por Deus, quando ele nega a liderança do homem sobre a mulher”; Ibid.

²¹ C. F. Keil and F. Delitzsch, *Commentary on the Old Testament, Vol. 1*; Peabody, Massachusetts: Hendrickson Publishers, Inc., 2001; p. 64.

Desses maridos a quem Pedro exorta as esposas a serem submissas é dito já terem rejeitado o evangelho comunicado verbalmente, quer por suas esposas ou por qualquer outra pessoa. Assim, o conteúdo intelectual da fé cristã já tinha sido transmitido a esses homens, mas eles tinham recusado dar-lhe assentimento. Pedro, então, está dizendo às esposas que Deus ainda pode usar a “pureza e reverência” delas como meios pelos quais os maridos delas serão impressionados e convertidos, de forma que eles possam assentir ao que já tinham ouvido. Portanto, essa passagem pressupõe a pregação do evangelho, ao invés de negar sua necessidade.

Pedro continua nos versículos 5-6:

Pois era assim que também costumavam adorar-se as santas mulheres do passado, que colocavam sua esperança em Deus. Elas se sujeitavam cada uma a seu marido, como Sara, que obedecia a Abraão e o chamava senhor. Dela vocês serão filhas, se praticarem o bem e não derem lugar ao medo.

Como as mulheres tornam a si mesmas bonitas? “Quando Abrão chegou ao Egito, viram os egípcios que Sarai era uma mulher muito bonita” (Gênesis 12.14) em termos de aparência. Pedro cita o caso dela como um exemplo de alcançar beleza interior através da submissão e da obediência. Ser fisicamente atrativa não é suficiente — Sara se tornou bela porque ela “obedecia a Abraão e o chamava senhor”.

Assim como os cristãos se tornam filhos de Abraão imitando sua fé (Gálatas 3.7), as mulheres se tornam filhas de Sara imitando a obediência dela ao seu marido. Pedro não nega a existência de maridos que abusam, mas diz: “Dela vocês serão filhas, se praticarem o bem e não derem lugar ao medo” (v. 6). O comportamento ímpio de alguns maridos não serve de desculpa para as esposas não seguirem os preceitos divinos. A instrução bíblica é para “praticar o bem e não dar lugar ao medo” no contexto de ser submissa e obediente ao marido, de forma que “se qualquer deles não crê na palavra, seja ganho sem palavras, pelo comportamento de suas mulheres, quando eles vêm a pureza e reverência de suas vidas” (v. 1-2).

Nossa próxima passagem é Efésios 5.22-24. Ela diz:

Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos.

O significado dessa passagem é muito claro, mas muitos comentaristas tentam subvertê-lo. Por exemplo, o estudioso do Novo Testamento Walter L. Liefeld escreve o seguinte:

Sujeitar significa abrir mão de seus próprios direitos. Se o relacionamento exigir isso, como no militarismo, o termo pode conotar obediência, mas esse significado não é requerido aqui. De fato, a palavra “obedecer” não aparece na Escritura com respeito a esposas, embora apareça com respeito aos filhos (6.1) e escravos (6.5).²²

²² *The NIV Study Bible, 10th Anniversary Edition*; Grand Rapids, Michigan: The Zondervan Corporation, 1995; Notas sobre Efésios 5:22.

Ele admite que a palavra traduzida como “sujeição” pode significar obediência se a relação descrita exige-lo, mas ele diz que a relação matrimonial não exige esse significado.

Ora, Paulo escreve: “Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, *como ao Senhor*”, e “*assim como a igreja está sujeita a Cristo*, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos” (v. 24). As esposas devem se sujeitar aos seus maridos como a igreja deve se sujeitar a Cristo, e Liefeld reivindica que a sujeição das esposas não inclui obediência. Mas, se isso é verdade, então nem a sujeição da igreja inclui obediência. Portanto, de acordo com Liefeld, as esposas e a igreja não precisam ser obedientes aos seus maridos ou a Cristo, mas uma pessoa deve ser obediente aos seus superiores no militarismo.

Ao invés de supor que a sujeição não inclui obediência, deveríamos permitir que o ensino bíblico com respeito à autoridade absoluta de Cristo sobre os crentes e a igreja ditasse o significado da submissão. E visto que os crentes e a igreja devem obedecer a Cristo em sua submissão a ele, as esposas também devem obedecer aos seus maridos “em tudo”.

Definir “sujeição” como “abrir mão de seus próprios direitos” é, antes de tudo, problemático. Visto que a passagem também aplica “sujeição” em nosso relacionamento com Cristo, essa definição implica que temos direito de desafiar o Senhor, mas que devemos abrir mão de tal direito. Contudo, visto que outras passagens bíblicas negam que tenhamos um direito de desafiar a Deus, a definição é falsa.²³

Essas tolices refletem apenas uma erudição terrível, e produzem implicações blasfemas. Contudo, os erros de Liefeld não param aqui, visto que sua alegação de que “a palavra ‘obedecer’ não aparece na Escritura com respeito a esposas” é tanto enganosa como falsa.

A afirmação é enganosa, visto que, embora a palavra traduzida como “sujeite-se” (*hypotassō*) em 5.22 seja uma forma diferente da traduzida como “obedeçam” (*hypakouō*) em 6.1 e 6.5, ambas as palavras portam o mesmo sentido de obediência. Por exemplo, Lucas 2.51 usa a palavra *hypotassō*, mas dessa vez ela é traduzida como “obediente”: “Então [Jesus] foi com eles para Nazaré, e era-lhes *obediente* [*hypotassō*].”

Efésios 6.1 usa *hypakouō* quando ele diz: “Filhos, *obedeçam* a seus pais no Senhor, pois isso é justo”. Em Efésios 6.2, Paulo pressupõe que o mandamento, “Honra teu pai e tua mãe”, significa que os filhos devem *obedecer* aos seus pais. Visto que a palavra em Lucas 2.51 é *hypotassō*, Liefeld está insinuando que Jesus meramente se *sujeitou* aos seus pais,²⁴ mas que ele não os obedeceu? Se Jesus obedeceu ao mandamento, “Honra teu pai e tua mãe”, e esse mandamento equivale a *obediência*

²³ *Thayer's Greek-English Lexicon*: “arranjar sob, subordinar; sujeitar, colocar em sujeição; sujeitar-se, obedecer; submeter-se ao controle de alguém; ceder à admoestação ou conselho de alguém”; p. 645.

²⁴ Isto é, sujeição como definida por Liefeld – como algo menor do que obediência.

aos pais, segue-se que Jesus obedeceu seus pais, e que é correto traduzir *hypotassō* como “obediente” em Lucas 2.51.

Contudo, a declaração de Liefeld não é apenas enganosa — ela é simplesmente falsa. Visto que ele afirma que *hypotassō* é corretamente traduzida como “sujeição” em 5:22 e que *hypakouō* é corretamente traduzida como “obedecer” em 6.1 e 6.5, sua alegação de que “a palavra ‘obedecer’ não aparece na Escritura com respeito a esposas” significaria que *hypakouō* nunca é usada na Escritura quando se referindo às esposas. Mas 1 Pedro 3.5-6 aplica a palavra *hypakouō* à Sara:

Pois era assim que também costumavam adomar-se as santas mulheres do passado, que colocavam sua esperança em Deus. Elas se *sujeitavam* [*hypotassō*] cada uma a seu marido, como Sara, que *obedecia* [*hypakouō*] a Abraão e o chamava senhor. Dela vocês serão filhas, se praticarem o bem e não derem lugar ao medo.²⁵

Visto que Sara era a *esposa* de Abraão, e ela *obedeceu* [*hypakouō*] ao seu marido, e visto que as esposas são ordenadas nessa passagem a imitarem a obediência dela, segue-se necessariamente que *hypakouō* está sendo igualmente aplicada a todas esposas. Essa passagem aplica *hypakouō* a Sara como uma *esposa*, e por extensão a todas *esposas*. Então, como Liefeld pode afirmar que “a palavra ‘obedecer’ não aparece na Escritura com respeito a esposas”? Em todo caso, quer *hypakouō* ou *hypotassō* seja usada, a Bíblia ensina que as mulheres devem obedecer seus maridos.

As esposas podem protestar que isso é difícil de cumprir, mas pode-se argumentar que o dever do marido é até mesmo mais desafiador: “Maridos, ame cada um a sua mulher, assim como Cristo amou a igreja e entregou-se por ela” (Efésios 5:25). A ordem não é para os maridos meramente mostrarem afeição pelas suas esposas, mas a amá-las até a morte, e cuidarem dela mais do que de sua própria vida e bem-estar. Na medida que alguém não possua tal amor por sua esposa, ele está sendo inferior a um homem na aceção bíblica. Nossa estima de um homem nunca deveria ser diferente do que seu amor por Deus, pela Bíblia e por sua esposa.

Pode ser verdade que é difícil obedecer a muitos homens, mas também é verdade que muitas mulheres são difíceis de se amar. Contudo, assim como Deus capacita os homens cristãos a amarem suas esposas como Cristo ama sua igreja, ele capacita mulheres cristãs a obedecerem a seus maridos como a igreja deve obedecer a Cristo. Em todo caso, toda pessoa é responsável para com Deus, a despeito do que o outro [cônjuge] faz, como o apóstolo Pedro afirma (1 Pedro 3:1-7). O fato de um marido não ser amoroso não serve de escusa à desobediência da esposa, e um marido deve amar sua esposa a despeito de seus defeitos.

Uma objeção popular à estrutura bíblica de autoridade para a família vem de um emprego incorreto de Gálatas 3.28, e argumenta que o versículo fala contra todo gênero de “desigualdade” ou distinções: “Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus”. Visto que não há “homem nem mulher” em Cristo, alguns constroem o argumento de que não deveria haver

²⁵ Sujeição e obediência são intercambiáveis nesse versículo: “Elas se *sujeitavam* cada uma a seu marido, como Sara, que *obedecia* a Abraão...”.

nenhuma distinção de papel ou diferença em autoridade dentro do relacionamento matrimonial.

Entretanto, tal não pode ser o intuito do versículo, visto que em outro lugar Paulo prescreve distinções de função e reconhece diferenças de autoridade entre maridos e esposas e senhores e escravos, dizendo: “Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como ao Senhor” e “Escravos, obedçam a seus senhores terrenos com respeito e temor, com sinceridade de coração, como a Cristo” (Efésios 5.22, 6:5). Portanto, Gálatas 3.28 não abole todo tipo de distinções de gênero, e não contradiz ou anula aquelas passagens bíblicas que ensinam a liderança masculina da família.

Quando lemos o versículo em seu contexto, torna-se óbvio que ele refere-se apenas à igualdade de todo indivíduo eleito em seu pronto acesso à justificação pela fé:

Todos vocês são filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus, pois os que em Cristo foram batizados, de Cristo se revestiram. Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus. E, se vocês são de Cristo, são descendência de Abraão e herdeiros segundo a promessa (Gálatas 3.26-29).

O versículo não ensina a igualdade social ou de gênero de forma alguma, mas uma igualdade espiritual entre os eleitos. Todos aqueles a quem Deus escolheu para receberem a salvação têm acesso igual à justificação através de Cristo pela fé, quer sejam homens ou mulheres, judeus ou não-judeus, senhores ou escravos. Gênero, raça e posição social são irrelevantes para o acesso de alguém à salvação mediante Cristo pela fé, embora somente os eleitos a obtenham (Romanos 11.7). O versículo não traz nenhuma referência à igualdade de gênero em qualquer outra situação, e não tem nenhuma relevância para distinções de função entre homens e mulheres.²⁶

Examinamos várias passagens bíblicas que afirmam a liderança masculina no relacionamento matrimonial, mas há muito mais que afirmam ou fazem supor a estrutura de autoridade divinamente instituída na família como exposto acima. Elizabeth Handford escreve: “Se você é intelectualmente honesto, você deve admitir que é impossível encontrar uma simples abertura, uma simples exceção, um ‘se’ ou ‘a menos que’. A Escritura diz, sem qualificação... que uma mulher deve obedecer ao seu marido”.²⁷ Paulo diz que uma esposa deve obedecer ao seu marido, “a fim de que a palavra de Deus não seja difamada” (Tito 2.5); uma esposa desobediente traz vergonha para o reino de Deus.

A QUEDA DO HOMEM

Adão foi criado à imagem divina, e no princípio ele era bom e justo (Eclesiastes 7.29). Então Deus o colocou no Éden para arar a terra, e lhe ordenou que não comesse da árvore do conhecimento do bem e do mal.

²⁶ Richard W. Hove, *Equality in Christ? Galatians 3:28 and the Gender Dispute*; Crossway Books, 1999.

²⁷ Elizabeth Rice Handford, *Me? Obey Him?*; Murfreesboro, Tennessee: Sword of the Lord Publishers, 1994; p. 31.

O SENHOR Deus colocou o homem no jardim do Éden para cuidar dele e cultivá-lo. E o SENHOR Deus ordenou ao homem: “Coma livremente de qualquer árvore do jardim, mas não coma da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque no dia em que dela comer, certamente você morrerá” (Gênesis 2.15-17).

Mas Satanás veio na forma de uma serpente, enganou a mulher e a fez comer da árvore, e ela, conseqüentemente, deu a Adão do fruto da árvore para comer. Dessa maneira, ambos pecaram contra Deus (Gênesis 3.1-13; 1 Timóteo 2.14). Então Deus pronunciou uma maldição contra eles que incluiu dor, trabalho duro e morte (Gênesis 3.16-19), e expeliu os dois do Éden (Gênesis 3.23). Assim o homem caiu do seu estado original.

O pecado produziu efeitos devastadores na humanidade. A REPRESENTATIVIDADE FEDERAL de Adão refere-se ao seu papel como o representante de toda a humanidade no Éden. A Escritura ensina que, quando ele pecou, agiu no lugar de todos os seus descendentes na mente divina.²⁸ Portanto, quando Adão caiu em pecado, toda a humanidade caiu com ele: “... o pecado entrou no mundo por um homem, e pelo pecado a morte, assim também a morte veio a todos os homens... uma só transgressão resultou na condenação de todos os homens...” (Romanos 5.12,18).

Adão representou a raça humana no Éden como um “cabeça federal” e não como um “cabeça orgânico”. Toda a humanidade está condenada por seu pecado, não por causa de relação física com ele, mas porque ele a representava na mente divina; isto é, Deus soberanamente determinou que Adão representasse toda a humanidade no Éden.²⁹ Portanto, toda pessoa concebida após Adão está condenada pela culpa herdada mesmo antes do indivíduo ter uma oportunidade de cometer quaisquer pecados pessoais. Quando ele pecou, toda a humanidade pecou; quando ele ficou sob condenação, toda a humanidade ficou sob condenação (Romanos 5.18).

O termo PECADO ORIGINAL refere-se à culpa herdada, antes do que ao pecado cometido por Adão. Concordo com Wayne Grudem que o termo é enganoso.³⁰ As alternativas incluiriam “culpa original” e “pecado herdado”, mas “culpa original” por ser compreendida incorretamente como se referindo ao pecado de Adão, e “pecado herdado” pode ser compreendido incorretamente como se referindo à transmissão de culpa baseada na nossa relação física com ele. Mas como Adão foi o nosso representante na mente de Deus, assim a sua culpa nos foi imputada na mente divina.

²⁸ Para ser mais preciso, ele representou somente cada membro pertencente ao grupo de pessoas atribuídas a ele na mente de Deus, que é todo membro da raça humana, exceto Cristo. Cristo foi descendente de Adão no sentido de que ele tomou os atributos humanos em sua encarnação, mas ele não tinha pecado, e nasceu sem culpa imputada ou corrupção herdada. Isso confirma que os efeitos do pecado de Adão foram soberanamente imputados aos seus descendentes, e não passados por sua relação física com eles. O próprio Cristo foi o cabeça federal dos eleitos, e a Escritura o chama de outro “Adão” (1 Coríntios 15.45).

²⁹ Algumas pessoas podem objetar que é injusto Deus escolher ter Adão como o nosso cabeça federal sem o nosso assentimento. Uma vez mais, a resposta é que visto que Deus é a única autoridade moral, tudo o que ele faz é justo por definição.

³⁰ Wayne Grudem, *Systematic Theology*; Grand Rapids, Michigan: Zondervan Publishing House, 1994; p. 494-495.

Assim, CULPA IMPUTADA é um termo mais acurado, e estabelece um bom paralelo à JUSTIÇA IMPUTADA que o eleito recebe pela fé na obra de Cristo.

Além de Romanos 5.12-19, os seguintes versículos bíblicos também apontam para a culpa imputada que recebemos de Adão:

Sei que sou pecador desde que nasci, sim, desde que me concebeu minha mãe (Salmo 51.5).

Os ímpios erram o caminho desde o ventre; desviam-se os mentirosos desde que nascem (Salmo 58.3).

Pois da mesma forma como em Adão todos morrem, em Cristo todos serão vivificados (1 Coríntios 15.22).³¹

Não somente herdamos de Adão a culpa do pecado, mas uma natureza pecaminosa. Isso significa que não somos culpados aos olhos de Deus apenas por causa do seu pecado, mas que também possuímos uma disposição para pecar e nos rebelar contra as leis divinas. Grudem usa o termo CORRUPÇÃO HERDADA para designar essa disposição pecaminosa que recebemos de Adão³². Muitas pessoas são a favor do ensino da filosofia secular de que os seres humanos nascem com uma disposição para o bem; contudo, a Bíblia ensina outra coisa. Provérbios 22.15 diz: “A insensatez está ligada ao coração da criança”. Paulo declara que todos seguíamos nossa “*natureza pecaminosa*” antes de Deus nos regenerar, e que “somos *por natureza* objetos de ira” (Efésios 2.3).

Muitas pessoas resistem ao ensino bíblico sobre a culpa imputada e a corrupção herdada. Mesmo alguns cristãos professos negariam que eles tenham pecado alguma vez.³³ Eles podem admitir ter feito várias coisas por causa de sua “fraqueza humana”, e que cometeram “enganos”, mas eles insistem que seria um exagero rotular o que eles fazem como “pecados”. O problema é que a definição de pecado deles está longe daquela dada na Escritura.

A Bíblia define pecado como a transgressão da lei moral de Deus: “Todo aquele que pratica o pecado transgredir a Lei; de fato, o pecado é a transgressão da Lei” (1 João 3.4). Uma pessoa peca quando não consegue fazer o que Deus ordena que ela faça, ou quando faz o que ele a proíbe fazer. Ora, se pecado é uma violação da lei moral de Deus, então se uma ação particular é pecaminosa deve ser definido por sua relação com essa lei, isto é, deve ser verificado se uma violação realmente ocorreu. E visto que a lei moral de Deus trata de todas as áreas de pensamento e conduta, quer por

³¹ Esse versículo não ensina a salvação universal ou a expiação universal. Na verdade, dado o fato de que a Escritura nega em outros lugares a salvação universal, o versículo necessariamente ensina a expiação particular com Cristo como o cabeça federal dos eleitos. Adão representou cada membro em seu grupo, e todos da humanidade morreram nele. Cristo também representou todo membro em seu grupo, e todo membro nesse grupo foi vivificado. Contudo, nem todo membro da raça humana será salvo; logo, Cristo não representou todo membro da raça humana, mas somente os eleitos.

³² Grudem, p. 496.

³³ Certamente, os tais não são cristãos genuínos.

mandamento explícito ou por inferência necessária, nossos pensamentos e ações nunca são moralmente neutros (1 Coríntios 10.31).

Jesus deixa claro que cada mandamento moral de Deus não somente governa as ações de uma pessoa, mas seus pensamentos também. O assassinato não inclui somente o ato físico de matar outro ser humano sem justificação bíblica,³⁴ mas ele é um pecado da mente também:

Vocês ouviram o que foi dito aos seus antepassados: ‘Não matarás’, e ‘quem matar estará sujeito a julgamento’. Mas eu lhes digo que qualquer que se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento. Também, qualquer que disser a seu irmão: ‘Racá’, será levado ao tribunal. E qualquer que disser: ‘Louco!’, corre o risco de ir para o fogo do inferno (Mateus 5.21-22).

Da mesma forma, a lei moral que proíbe o adultério não se aplica apenas ao ato de infidelidade sexual, mas adultério é um pecado da mente também: “Vocês ouviram o que foi dito: ‘Não adulterarás’. Mas eu lhes digo: Qualquer que olhar para uma mulher para desejá-la, já cometeu adultério com ela no seu coração” (Mateus 5.27-28).

Jesus explica que o pecado procede da mente: “Pois do interior do coração dos homens vêm os maus pensamentos, as imoralidades sexuais, os roubos, os homicídios, os adultérios, as cobiças, as maldades, o engano, a devassidão, a inveja, a calúnia, a arrogância e a insensatez” (Marcos 7.21-22). O que parecem ser pecados físicos são, em realidade, primeiramente concebidos na mente; portanto, embora nem todos pecados da mente resultem em expressão física, todos pecados físicos implicam pecados anteriores da mente. Algumas pessoas cometem menos pecados físicos do que outras, mas todos nós freqüentemente desagradamos a Deus em nossos pensamentos. Além disso, Jesus diz em Mateus 12.36: “Mas eu lhes digo que, no dia do juízo, os homens haverão de dar conta de toda palavra descuidada que tiverem falado”. Quantos de nós nunca pronunciamos uma “palavra descuidada” que seja?.

Paulo escreve que “todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus” (Romanos 3.23), e João diz: “Se afirmarmos que estamos sem pecado, enganamos a nós mesmos, e a verdade não está em nós... Se afirmarmos que não temos cometido pecado, fazemos de Deus um mentiroso, e a sua palavra não está em nós” (1 João 1.8,10). O Salmo 130.3-4 indica que, a menos que Deus perdoe a alguns de nós, ninguém pode ser justificado em sua presença: “Se tu, Soberano Senhor, registrasses os pecados, quem escaparia? Mas contigo está o perdão para que sejas temido”. Por conseguinte, ninguém pode dizer que é inocente diante dele.

Não somente toda pessoa é culpada desde o nascimento por causa da imputação do pecado de Adão, mas toda pessoa herdou dele uma disposição pecaminosa, que a faz desafiar a Deus em pensamento e ação durante toda a sua vida. O resultado é que todo homem caminha para a eterna condenação, a menos que haja algum tipo de intervenção.

³⁴ Matar um ser humano com justificação bíblica não é assassinato, tal como a execução de um criminoso violento.

O pecado operou um dano considerável na pessoa humana. Algumas pessoas vão ao ponto de argumentar que, embora Deus tenha criado Adão à imagem divina, a Queda arruinou e distorceu de tal forma essa imagem que o que Adão passou à sua posteridade não foi mais a imagem de Deus, mas a imagem de homem. Proponentes dessa opinião frequentemente elaboram o seu argumento partindo de Gênesis 5.1-3, que diz: “Este é o registro da descendência de Adão: Quando Deus criou o homem, à semelhança de Deus o fez; homem e mulher os criou. Quando foram criados, ele os abençoou e os chamou Homem. Aos 130 anos, Adão gerou um filho à sua semelhança, conforme a sua imagem; e deu-lhe o nome de Sete”.

Contudo, a passagem não indica que ela foi de tal forma alterada ou arruinada que não seja mais a imagem divina. Ela diz que Deus fez Adão à imagem de Deus, e Adão, por sua vez, teve uma descendência à sua própria imagem. Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$. A passagem não declara se a imagem havia mudado ou como havia mudado. Seu propósito é retratar a continuação da imagem de Deus na humanidade, ao invés de sua abolição. Se a imagem permaneceu a mesma em Adão, então certamente sua descendência também nasceria à imagem de divina.

Outras passagens bíblicas indicam que a imagem de Deus no homem realmente permaneceu intacta. Algumas gerações após o tempo de Adão, Deus disse a Noé que o assassinato seria punido por morte, pois “porque à imagem de Deus foi o homem criado” (Gênesis 9.6). O apóstolo Tiago raciocina da mesma forma, que é errado amaldiçoar outros seres humanos, pois eles foram “feitos à semelhança de Deus” (Tiago 3.9).

Apelar à imagem de Deus no homem seria ilegítimo se esse não mais existisse como imagem daquele, mas esses dois exemplos de apelo à imagem divina são obviamente autorizados e legítimos, visto que o primeiro vem de Deus e o segundo de um apóstolo. Também, se o homem é definido por essa imagem, então ele não mais seria homem se ela estivesse tão desfigurada ou distorcida de sua forma original que nem pudesse ser mais chamada de imagem de Deus.

Contudo, isso não significa que a imagem de Deus no homem ficou completamente intacta pelo pecado. Após a queda do homem, e já em Gênesis 6.5, “O SENHOR viu que a perversidade do homem tinha aumentado na terra e que toda a inclinação dos pensamentos do seu coração era sempre e somente para o mal”. Esse versículo fornece uma descrição apropriada da natureza pecaminosa do homem, que é a “inclinação dos pensamentos” para o mal. Paulo diz que satisfazer “as paixões da nossa natureza humana” é seguir “seus desejos e pensamentos” (Efésios 2.3). Da mesma forma, Jesus diz: “Pois do coração saem os maus pensamentos, os homicídios, os adultérios, as imoralidades sexuais, os roubos, os falsos testemunhos e as calúnias” (Mateus 15.19).

Assim, a Bíblia define a natureza pecaminosa no homem como a disposição maligna da mente, ou a disposição para pensar e agir contrariamente aos preceitos da Escritura. Todos os descendentes de Adão, exceto Cristo, herdaram tal disposição:

Quem vive segundo a *natureza pecaminosa* tem a *mente* voltada para o que essa natureza deseja; mas quem vive de acordo com o Espírito, tem a mente voltada para o que o Espírito deseja. A mentalidade da natureza pecaminosa é

morte, mas a mentalidade do Espírito é vida e paz; a mentalidade da natureza pecaminosa é inimiga de Deus porque não se submete à Lei de Deus, nem pode fazê-lo (Romanos 8.5-7).

O deus desta era *cegou a mente* dos descrentes, para que não vejam a luz do evangelho da glória de Cristo, que é a imagem de Deus (2 Coríntios 4.4).

Antes vocês estavam separados de Deus e eram *inimigos em suas mentes*, [conforme demonstrado pelo]³⁵ mau procedimento de vocês (Colossenses 1:21).

Entre outras coisas, e de acordo com o exposto acima, a Bíblia retrata o pecado como um lapso na racionalidade. Eclesiastes 7.25 menciona “a estupidez da impiedade”,³⁶ e Provérbios 6.32 diz, “o que adultera com uma mulher é falto de entendimento” (ERC). Falando daqueles que recusam adorar o Deus verdadeiro, Paulo escreve: “Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos” (Romanos 1.22). A rebelião contra Deus definitivamente não tem sentido. Enquanto alguém desobedecer a Escritura, ele é deficiente em julgamento e entendimento. Por outro lado, “O temor do Senhor é o princípio da sabedoria; todos os que cumprem os seus preceitos revelam bom senso” (Salmos 111.10).

A inferência desses versículos é que, embora o equipamento intelectual do incrédulo permaneça em existência, a disposição pecaminosa de sua mente lhe faz arrazoar a partir de premissas falsas. Sua mente tem viés contrário à verdade de Deus, e lhe faz selecionar os primeiros princípios errados com os quais ele constrói sua cosmovisão. O resultado é um ponto de vista completamente falso e ilusório de toda realidade. Mesmo que o incrédulo comece a partir de premissas verdadeiras, tais como as proposições bíblicas, sua mente pecaminosa ainda errará no raciocínio, e produzirá falsas conclusões através de deduções falaciosas.³⁷

Isso corresponde a uma declaração anterior nesse livro de que todos os não-cristãos são intelectualmente defeituosos. Seus pensamentos são controlados por preconceitos e falácias, de forma que eles consistentemente chegam a conclusões hostis a Deus. Lembre-se de que é a mente racional do homem que reflete sua semelhança com Deus; portanto, que o mal afetou o intelecto do homem significa que ele penetrou no cerne do seu ser. O que está acima colocado demonstra que, embora ele ainda retenha sua semelhança a Deus no fato de ainda possuir uma mente racional, sua racionalidade foi tão arruinada que ele agora já nasce com uma disposição para o mal. As consequências destrutivas do pecado na mente do homem são chamadas de EFEITOS NOÉTICOS DO PECADO.

Para compreender o plano redentor de Deus, precisamos captar até onde o homem caiu. O efeito do pecado sobre o aspecto espiritual do homem foi mais do que um

³⁵ Essa é uma tradução alternativa que consta nas notas de rodapé da NVI.

³⁶ Uma tradução alternativa é “a impiedade da estupidez”. Ambas as traduções relacionam o mal no homem à sua racionalidade diminuída ou inconsistente.

³⁷ Isso significa que o incrédulo nunca pode descobrir a verdade por si mesmo, e mesmo que a verdade seja-lhe dada, ele não logrará captá-la ou reconhecer suas implicações. Assim, Jesus diz: “Ninguém pode ver o Reino de Deus, se não nascer de novo” (João 3.3), e tal novo nascimento deve ser iniciado e completado por Deus sem qualquer cooperação do homem.

golpe mutilador; ele foi um golpe fatal. Os não-regenerados não estão apenas espiritualmente doentes e cegos (Lucas 5.31; Mateus 15.14), mas também espiritualmente mortos. E, visto estarem espiritualmente mortos, eles são completamente incapazes quando diz respeito a operações espirituais. Eclesiastes 9.3 diz: “Também o coração dos filhos dos homens está cheio de maldade; há desvios no seu coração durante a sua vida” (ARA), e o profeta Jeremias observa: “O coração é mais enganoso que qualquer outra coisa e sua doença é incurável” (Jeremias 17:9). O homem em sua condição não-regenerada é aqui descrito como mal, louco e incurável. Assim como uma pessoa morta não pode pedir ou responder a qualquer ajuda, um pecador não pode alcançar ou se preparar para a salvação por sua própria vontade ou esforço, e em si mesmo ele não pode nem mesmo decidir se arrepender ou aceitar a misericórdia divina.

Os versículos bíblicos que indicam que o incrédulo está espiritualmente morto incluem os seguintes:

Mas Jesus lhe disse: “Siga-me, e deixe que os mortos sepultem os seus próprios mortos” (Mateus 8.22).

“Pois este meu filho estava morto e voltou à vida; estava perdido e foi achado”. E começaram a festejar o seu regresso... “Mas nós tínhamos que celebrar a volta deste seu irmão e alegrar-nos, porque ele estava morto e voltou à vida, estava perdido e foi achado” (Lucas 15.24,32).

Pois, da mesma forma que o Pai ressuscita os mortos e lhes dá vida, o Filho também dá vida a quem ele quer (João 5.21).

Vocês estavam mortos em suas transgressões e pecados... Todavia, Deus, que é rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, deu-nos vida com Cristo, quando ainda estávamos mortos em transgressões pela graça vocês são salvos (Efésios 2.1, 4-5).

Sabemos que já passamos da morte para a vida porque amamos nossos irmãos. Quem não ama permanece na morte (1 João 3.14).

Desse modo, a Bíblia ensina o que é chamado de a DEPRAVAÇÃO TOTAL do homem; contudo, o termo pode ser enganoso. Ele não pretende dizer que todo ser humano é tão maligno quanto possa ser, e sim que o dano efetuado pelo pecado no homem é abrangente e penetrante, de forma que toda parte da pessoa humana foi afetada pelo mal.

Esse dano é de tal extensão que o homem está espiritualmente morto, e assim ele é incapaz de até mesmo cooperar com Deus quando diz respeito à salvação. Isso significa que a menos que os incrédulos experimentem a regeneração, ou ressurreição espiritual, eles nunca reconhecerão a verdade da mensagem do evangelho, e nunca aceitarão a Cristo. Todavia, visto que eles não podem realizar ou facilitar sua própria regeneração espiritual, o novo nascimento ocorre somente pela divina graça soberana.

5. CRISTO

Embora somente Deus determine o destino humano escolhendo salvar alguns e condenar todos os outros, ele salva seus eleitos produzindo dentro deles fé em Cristo. Isso significa que o destino de uma pessoa é revelado pela forma como ele pensa sobre Cristo. Dependendo do grau e maneira de desvio da revelação bíblica, sustentar um falso ponto de vista sobre Cristo pode resultar em condenação eterna. Portanto, devemos estudar a doutrina bíblica de Cristo com cuidado e reverência, rejeitando toda posição que comprometa ou distorça o que a Escritura ensina sobre ele.

Neste capítulo, começarei com uma discussão sobre a pessoa de Cristo com uma ênfase em sua natureza dual. Consideraremos então diversos pontos significativos acerca da sua vida e obra, especialmente com relação à sua obra de expiação. O capítulo conclui com alguns comentários sobre a supremacia de Cristo e suas implicações para o viver cristão e as religiões do mundo.

A PESSOA DE CRISTO

O cristianismo bíblico afirma que Cristo possui duas naturezas, que ele é tanto divino quanto humano. Ele existe junto com Deus Pai na eternidade como a segunda pessoa da Trindade, mas tomou a natureza humana na ENCARNAÇÃO. O que resulta disso não compromete nem confunde, seja a natureza divina, seja a humana, de modo que Cristo era totalmente Deus e totalmente homem, e permanecerá nessa condição para sempre. Às duas naturezas de Cristo subsistindo em uma pessoa dá-se o nome de UNIÃO HIPOSTÁTICA.

Algumas pessoas alegam que tal doutrina gera uma contradição; logo, antes de fornecermos respaldo bíblico para ela, vamos primeiro defender sua consistência lógica.

Recordemos nossas primeiras discussões sobre a Trindade. A formulação doutrinária histórica da Trindade diz: “Deus é um em essência e três em pessoa”. Essa proposição não acarreta contradição nenhuma. Para haver uma contradição nós precisamos afirmar que “A é não-A”. Em nosso caso, isso se traduz assim: “Deus é um em essência e três em essência”, ou “Deus é um em pessoa e três em pessoa”. Afirmar que Deus é um e três (não um) ao mesmo tempo e no mesmo sentido é autocontraditório. Porém, nossa formulação da doutrina diz que Deus é um em um sentido e três em um outro diferente: “Deus é um em essência e três em pessoa”. Além disso, embora cada uma das três pessoas participe na Divindade única, a doutrina não se torna um triteísmo visto que ainda há um único Deus, não três.

A “essência” na formulação acima se refere aos atributos divinos, ou à própria definição de Deus, de forma que todas as três pessoas da Divindade preenchem completamente a definição de deidade. Mas isso não faz supor um triteísmo, pois a própria definição de deidade inclui o atributo ontológico da Trindade, de modo que cada membro não é um Deus independente. O Pai, o Filho e o Espírito são “pessoas” distintas porque representam três centros de consciência dentro da Divindade. Logo, embora todos os três participem completamente da essência divina de modo a fazê-los

um só Deus, esses três centros de consciência resultam em três pessoas dentro dessa Divindade única.

De modo similar, a formulação doutrinária da pessoalidade e encarnação de Cristo diz que ele é um num sentido e dois num outro diferente. Ou seja, ele é um em *pessoa*, mas dois em *naturezas*.

Para esclarecer essa formulação doutrinária, nós precisamos definir os termos e relacioná-los à formulação doutrinária da Trindade. O modo com que o termo “natureza” é usado na formulação doutrinária da encarnação é similar ao com que “essência” o é na da Trindade. Eles se referem à definição de algo, e a definição de algo, por seu turno, muda de acordo com os atributos ou propriedades dele. Pessoalidade é novamente definido pela consciência ou intelecto. Ora, a definição de Deus inclui o atributo ontológico da Trindade e, por conseguinte, existe um só Deus, embora haja três pessoas divinas que compartilham completa e igualmente os mesmo atributos que definem a deidade.

Na encarnação, Deus Filho tomou sobre si a natureza humana; isto é, ele acrescentou à sua pessoa o conjunto dos atributos que definem o homem. Ele fez isso sem misturar as duas naturezas, de maneira que ambos os atributos permaneceram independentes. Assim, sua natureza divina não foi diminuída pela humana, e essa não foi deificada por aquela. Essa formulação também protege a imutabilidade de Deus Filho, uma vez que a natureza humana não modifica em nada a sua outra divina.

A objeção de que os atributos divino e humano necessariamente se contradizem quando possuídos por uma mesma pessoa erra em não levar em conta que os dois são independentes em Deus Filho. Por exemplo, Cristo não era onisciente segundo seus atributos humanos, mas o era em relação aos divinos, e isso é verdade ainda hoje. Esses não deificaram seus atributos humanos.

Essa formulação doutrinária da encarnação é imune à acusação de contradição, visto não afirmarmos que Cristo é um e dois ao mesmo tempo e no mesmo sentido. O que asseveramos é que Cristo é uma pessoa com dois conjuntos de atributos. Visto que essa formulação gera uma contradição lógica, ela se prova verdadeira se pudermos demonstrar que Cristo é tanto Deus quanto homem através de exegese bíblica.

Consideraremos primeiro várias passagens que indicam a DEIDADE de Cristo. No início de seu Evangelho, o apóstolo João refere-se a Jesus Cristo como o *logos*, ou a *Palavra*:

“No princípio era aquele que é a Palavra. Ele estava com Deus, e era Deus. Ele estava com Deus no princípio. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele; sem ele, nada do que existe teria sido feito.” (João 1.1-3)

O versículo 1 começa afirmando a pré-existência de Cristo, dizendo que ele existira antes do evento da criação. O próprio Cristo confessou sua pré-existência em João 8, dizendo, “Eu lhes afirmo que antes de Abraão nascer, Eu Sou” (v. 58) A palavra *Deus* (grego: *theos*) nesse verso se refere ao Pai, e “a Palavra estava com Deus” indica que Cristo não é idêntico ao Pai em termos de sua pessoalidade. Contudo, ele não é menos que Deus em termos de seus atributos, pois o verso continua a dizer, “a Palavra era Deus.” Essa é uma indicação explícita da atribuição de deidade a Jesus Cristo. As

palavras, “Ele estava com Deus no princípio”, no verso 2, novamente afirmam sua pré-existência e o fato de que ele é distinguível do Pai.

O verso 3 fala de Cristo como o agente da criação, dizendo, ‘Todas as coisas foram feitas por intermédio dele; sem ele, nada do que existe teria sido feito’. Isso concorda com a cristologia de Paulo, que escreveu em Colossenses 1.16, “Pois nele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam troncos ou soberanias, poderes ou autoridades; todas as coisas foram criadas por ele e para ele”. Cristo não somente é o criador do universo, mas presentemente está sustentando própria existência desse. Paulo diz que “nele tudo subsiste” (v. 17). Foi através dele que Deus “fez o universo” e é também Cristo que “sustenta todas as coisas por sua palavra poderosa” (Hebreus 1. 2,3).

Colossenses 2.9 diz, “Pois em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da divindade”. Tito 2.13 diz, “aguardamos a bendita esperança: a gloriosa manifestação de nosso grande Deus e Salvador, Jesus Cristo”. Em Hebreus 1.3 lemos, “O Filho é o resplendor da glória de Deus e a expressão exata do seu ser”. Hebreus 1.8 faz uma aplicação messiânica do Salmo 45.6-7, quando Deus diz a Cristo: “O teu trono, ó Deus, subsiste para todo o sempre; cetro de equidade é o cetro do teu Reino”. Assim, Deus Pai mesmo declara que Jesus é Deus, e diz que seu domínio é “para todo o sempre”. Finalmente, Paulo escreve em Filipenses 2.6 que Cristo, “embora existindo na forma de Deus,” tomou sobre si atributos humanos.

Veremos agora algumas passagens que indicam a HUMANIDADE de Cristo. Após afirmar fortemente a deidade de Cristo, o apóstolo João escreve em seu Evangelho: “A Palavra tornou-se carne e viveu entre nós” (João 1.14). Hebreus 2.14 diz, “Portanto, visto que os filhos são pessoas de carne e sangue, ele também participou dessa condição humana, para que, por sua morte, derrotasse aquele que tem o poder da morte...”. Paulo é muito explícito a respeito da humanidade de Cristo quando escreve em 1 Timóteo 2.5: “Pois há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens: *o homem* Cristo Jesus”.

Várias passagens na Bíblia indicam que, *em sua natureza humana*, Jesus tinha verdadeiras limitações. Por exemplo, ele esteve “cansado da viagem” em João 4.6, faminto em Mateus 21.18 e sedento em João 19.28. E o mais significativo, “ele sofreu a morte” (Hebreus 2.9) para comprar a salvação para os seus eleitos.

Algumas passagens na Bíblia afirmam ou fazem supor tanto a divindade quanto a humanidade de Cristo. Por exemplo, João 5.18 diz que os judeus procuravam matar a Jesus porque ele “estava dizendo que Deus era seu próprio Pai, igualando-se a Deus”. Eles o viram como um homem, mas ele reivindicava ser Deus. João 8.56-59 descreve outro conflito semelhante a esse:

‘Abraão, pai de vocês, regozijou-se porque veria o meu dia; ele o viu e alegrou-se’. Disseram-lhe os judeus: ‘Você ainda não tem cinquenta anos, e viu Abraão?’. Respondeu Jesus: ‘Eu lhes afirmo que antes de Abraão nascer, Eu Sou!’. Então eles apanharam pedras para apedrejá-lo, mas Jesus escondeu-se e saiu do templo.

As pessoas reconheceram que em sua vida humana, Jesus não tinha ainda cinquenta anos de idade e afirmava conhecer pessoalmente a Abraão. Aqueles que o ouviram

não contestaram sua humanidade, mas entenderam que suas palavras continham uma reivindicação de divindade.

Mateus 22.41-45 também afirma que Jesus é tanto Deus quanto homem:

Estando os fariseus reunidos, Jesus lhes perguntou: “O que vocês pensam a respeito do Cristo? De quem ele é filho?”. “É filho de Davi”, responderam eles. Ele lhes disse: “Então, como é que Davi, falando pelo Espírito, o chama ‘Senhor’? Pois ele afirma: ‘O Senhor disse ao meu Senhor: Senta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo de teus pés’. Se, pois, Davi o chama ‘Senhor’, como pode ser ele seu filho?”.

Os fariseus reconheceram que o Cristo seria o filho de Davi, e tal, seria humano. Contudo, enquanto estava “falando pelo Espírito”, de modo que não poderia estar errado, Davi chamou-o de “Senhor”, como uma designação de deidade. Portanto, o Cristo seria tanto o descendente humano e quanto o divino Senhor de Davi –seria Deus e homem ao mesmo tempo.

A VIDA DE CRISTO

Jesus Cristo foi milagrosamente concebido na virgem Maria. Como Mateus 1.18 explica: “Foi assim o nascimento de Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava prometida em casamento a José, mas, antes que se unissem, achou-se grávida pelo Espírito Santo”. O versículo 20 enfatiza que ela não foi engravidada por um homem, mas que a criança veio “do Espírito Santo”. Cristo “nasceu de uma mulher” (Gálatas 4.4), mas em vez de ser concebido pela união de um homem e uma mulher, ele foi concebido pelo “poder do Altíssimo” (Lucas 1.35). Assim, a pessoa nascida era tanto divina como humana.

Diferente de todos os outros seres humanos após Adão, Jesus não tinha culpa imputada ou corrupção herdada. Ora, a Bíblia não diz que a culpa imputada e a corrupção herdada venham somente do pai, e nós sabemos também que Maria era pecadora assim como o resto da humanidade. Embora a concepção virginal testifique que ele não era um ser humano ordinário, por si mesma ela era insuficiente para proteger a criança de toda contaminação. Portanto, a impecabilidade de Cristo não pode ser devido à concepção virginal somente, mas foi o decreto soberano de Deus de que nenhuma culpa seria imputada sobre Cristo e que nenhuma corrupção seria herdada por ele. O “poder do Altíssimo” não somente causou a concepção de Cristo sem um pai humano, mas também guardou a criança tanto da culpa legal de Adão como da natureza corrupta resultante do pecado. Isso foi assim para que a criança pudesse ser corretamente chamada de “o santo” (Lucas 1.35).

Algumas pessoas argumentam que Cristo deve ter sido sujeito tanto ao erro como ao pecado simplesmente por ser uma pessoa humana; a imunidade completa ao pecado significaria que ele não era genuinamente humano. As tendências a incorrer em enganos e cometer pecados parecem ser intrínsecas ao que significa ser humano. Logo, dizer que ele era humano significa que ele também era propenso ao erro e ao pecado. Se Cristo não fosse sujeito a esses defeitos, ele não teria sido humano. Afinal de contas, tais pessoas afirmam: “Errar é humano”.

Contudo, essa opinião esquece do fato que toda a raça humana existe num estado depravado que é diferente da condição original do homem. Adão e Eva não foram criados pecadores e, todavia, eles eram plenamente humanos. Isso significa que a pecaminosidade não é um atributo humano essencial. Que o nosso estado pecaminoso é um fator universal da vida humana impede alguns de verem que esse é um fato anormal. Em outras palavras, é possível ser um ser humano sem culpa imputada e corrupção herdada; entretanto, somente Adão, Eva e Jesus nasceram sem pecado.

Isso se relaciona ao que Paulo diz sobre Cristo como o “último Adão” ou o “segundo homem” (1 Coríntios 15.45, 47). O “primeiro homem”, Adão, como um cabeça federal representando todo membro pertencente ao grupo de pessoas atribuídas a ele na mente de Deus, a saber, a raça humana. O “segundo homem”, Jesus, também foi um cabeça federal, e representou todo membro pertencente ao grupo de pessoas atribuídas a ele na mente divina, a saber, os eleitos.

Quanto ao ministério de Jesus, ele foi caracterizado pela pregação, ensino e cura:

Jesus foi por toda a Galiléia, ensinando nas sinagogas deles, pregando as boas novas do Reino e curando todas as enfermidades e doenças entre o povo. (Mateus 4.23)

Jesus ia passando por todas as cidades e povoados, ensinando nas sinagogas, pregando as boas novas do Reino e curando todas as enfermidades e doenças. (Mateus 9.35)

Mas ele disse: “É necessário que eu pregue as boas novas do Reino de Deus noutras cidades também, porque para isso fui enviado”. (Lucas 4.43)

Sua pregação e seus milagres trouxeram crescente hostilidade de seus inimigos. Após vários anos de ministério, ele foi traído por seu discípulo Judas, e entregue às mãos daqueles que desejavam matá-lo. Após um período de tratamento severo e injusto pelas autoridades judaicas e pelos soldados romanos, ele foi sentenciado por Pilatos à morte por crucificação. Jesus morreu na cruz, e até mesmo sua morte testemunhou o que ele era: “Quando o centurião que estava em frente de Jesus ouviu o seu brado e viu como ele morreu, disse: ‘Realmente este homem era o Filho de Deus!’ ” (Marcos 15.39).

Jesus tinha um corpo humano real, e sua morte foi literal e física. Os evangelhos deixam claro que ele morreu de fato:

Vieram, então, os soldados e quebraram as pernas do primeiro homem que fora crucificado com Jesus e em seguida as do outro. Mas quando chegaram a Jesus, constatando que já estava morto, não lhe quebraram as pernas. Em vez disso, um dos soldados perfurou o lado de Jesus com uma lança, e logo saiu sangue e água*.

* João 19.32-34 (N. do T.)

Os soldados romanos eram bem-treinados, e sem dúvida tinham realizado diversas crucificações antes dessa; eles poderiam ter facilmente determinado se suas vítimas estavam mortas ou vivas. Quando eles descobriam que Jesus “já estava morto” (João 19.33), não viram nenhuma necessidade de quebrar suas pernas para apressar a sua morte. Mas apenas para se certificar, um dos soldados perfurou o seu lado, do qual “saiu sangue e água” (João 19.34), provando sua morte de um ponto de vista médico.

Assim como a morte de Cristo foi literal e física, assim o foi sua ressurreição. A Bíblia registra que ele ressuscitou dentre os mortos ao terceiro dia. Ressuscitou com o mesmo corpo que tinha antes, mas transformado e aprimorado. Paulo escreve que os cristãos também receberão tal corpo quando Jesus retornar e ressuscitar os mortos: “Assim será com a ressurreição dos mortos. O corpo que é semeado é perecível e ressuscita impercível” (1 Coríntios 15.42). Em todo caso, o corpo ressurreto ou “glorificado” ainda poderia manifestar funções no mundo físico, de forma que, quando Jesus apareceu aos seus discípulos, ele lhes disse: “Vejam as minhas mãos e os meus pés. Sou eu mesmo! Toquem-me e vejam; um espírito não tem carne nem ossos, como vocês estão vendo que eu tenho” (Lucas 24.39).

Após sua ressurreição, Jesus apareceu aos seus discípulos diversas vezes num período de quarenta dias, mostrando-lhes “muitas e infalíveis provas” (Atos 1.3) de que estava vivo. Depois, a Bíblia registra que ele foi elevado ao céu e que lhe foi dada uma posição de autoridade pelo Pai: “Tendo dito isso, foi elevado às alturas enquanto eles olhavam, e uma nuvem o encobriu da vista deles” (Atos 1.9); “Depois de lhes ter falado, o Senhor Jesus foi elevado aos céus e assentou-se à direita de Deus” (Marcos 16.19).

A OBRA DE CRISTO

A obra de Jesus Cristo é usualmente caracterizada pela EXPIAÇÃO que ele obteve pelos eleitos. A natureza da expiação é de morte penal substitutiva. Paulo escreve, “o salário do pecado é a morte” (Romanos 6.23), mas ao invés de requerer nossa própria morte, Deus enviou Jesus Cristo para pagar por nossos pecados, levando a nossa culpa e morrendo na cruz em nosso lugar.

Uma questão com respeito à expiação é se a morte substitutiva de Cristo era necessária para redimir os pecadores. Duas respostas significativas a essa pergunta são os pontos de vista da NECESSIDADE HIPOTÉTICA e da NECESSIDADE CONSEQÜENTE E ABSOLUTA da expiação. John Murray explica-os da seguinte forma:

O conceito conhecido como *necessidade hipotética* assevera que Deus podia perdoar o pecado e salvar os seus eleitos sem expiação ou satisfação — outros meios estavam disponíveis a ele, a quem todas as coisas são possíveis. Porém, a forma de sacrifício vicário do seu Filho foi simplesmente o meio que Deus, em sua graça e sabedoria soberanas, escolheu, porque este é o meio pelo qual o maior número de vantagens concorrem, e o meio pelo qual a graça é mais maravilhosamente revelada...

Chamamos o outro conceito de necessidade *conseqüente e absoluta*. A palavra “conseqüente” nessa designação se refere ao fato de que a vontade ou decreto divino para salvar alguém é de livre e soberana graça. Salvar homens perdidos não foi uma necessidade absoluta, e sim o beneplácito de Deus. Os termos “necessidade absoluta”, porém, indicam que Deus, havendo elegido alguns para vida eterna, meramente por seu beneplácito, teve a necessidade de cumprir esse propósito através do sacrifício do seu próprio Filho, uma obrigação que emanou das perfeições de sua própria natureza.¹

Se apenas essas duas opções estivessem disponíveis, a necessidade conseqüente absoluta seria preferível. A expiação não era necessária no sentido de que Deus não tinha que salvar ninguém em absoluto. Pedro escreve: “Pois Deus não poupou os anjos que pecaram, mas os lançou no inferno, prendendo-os em abismos tenebrosos a fim de serem reservados para o juízo” (2 Pedro 2.4). Assim como não foi necessário que um Deus amoroso salvasse os anjos do pecado, ele também não estava obrigado a salvar o homem por sua própria natureza ou algo externo a ele. Todavia, por causa do seu amor pelos eleitos, ele enviou Jesus Cristo para salvar pecadores, embora ele não estivesse obrigado a fazê-lo.

Embora não fosse necessário que Deus salvasse pecadores, uma vez que a decisão foi feita, a morte de Jesus se tornou necessária para pagar o preço pelos pecados dos homens. Com referência à sua morte, Jesus orou: “Meu Pai, *se for possível*, afasta de mim este cálice; contudo, não seja como eu quero, mas sim como tu queres” (Mateus 26.39). Ele pediu que se fosse de alguma forma possível, que os efeitos pretendidos pela expiação fossem realizados de outra forma, enquanto insistindo que, de qualquer forma, a vontade divina fosse cumprida. Após orar dessa forma: “Apareceu-lhe então um anjo do céu que o fortalecia” (Lucas 22.43). A vontade do Pai era que Jesus levasse a cabo a obra da expiação, subentendendo assim que a morte de Cristo era inevitável para alcançar os resultados pretendidos. Após sua ressurreição, Jesus disse aos seus discípulos: “Não era *necessário* que o Cristo sofresse essas coisas e entrasse na sua glória?” (Lucas 24.26, Tradução do Novo Mundo), significando que esse era realmente o único caminho.

Podemos prosseguir adiante para inquirir o porquê que a morte de Cristo era o único caminho. Se não houvesse nenhuma expiação, todos morreriam por seus próprios pecados (João 8.24), e a Bíblia indica que o castigo seria torturante e sem fim. Pode-se ficar livre de receber o justo castigo somente outro morrer no lugar. Mas um ser humano pecador não pode morrer para redimir outro, visto que qualquer pecador que sofresse a ira divina estaria fazendo-o apenas por causa dos seus próprios pecados. Assim, a expiação exigia uma oferenda perfeita e inocente. Embora Deus tivesse instituído a prática do sacrifício animal sob a Antiga Aliança, ela somente antecipava a morte expiatória de Cristo, visto que “é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados” (Hebreus 10.4). Portanto, Cristo era o único sacrifício aceitável e suficiente.

¹ John Murray, *Redemption – Accomplished and Applied*; Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1955; p. 11-12.

A necessidade conseqüente absoluta é a “posição protestante clássica”,² mas há uma resposta melhor para a questão da necessidade da expiação. A partir da perspectiva do supralapsarianismo,³ o decreto para redimir o eleito é logicamente anterior ao decreto da queda do homem:

1. A eleição de alguns pecadores para a salvação em Cristo; a condenação do resto da humanidade pecadora.
2. A aplicação da obra redentora de Cristo aos pecadores eleitos.
3. A redenção dos pecadores eleitos pela obra de Cristo.
4. A queda do homem.
5. A criação do mundo e do homem.

A obra redentora de Cristo não foi uma reação ao pecado do homem; antes, Deus decretou a queda do homem de forma que a expiação pudesse ocorrer.

Cristo foi “escolhido *antes* da criação do mundo” (1 Pedro 1.20) para ser o cordeiro de Deus. Paulo escreve que a “vida eterna” foi “prometida *antes* dos tempos eternos” aos “eleitos de Deus” (Tito 1.1,2), e que Deus escolheu aqueles a quem ele redimiria “antes da criação do mundo” (Efésios 1.4). Deus determinou a identidade dos eleitos, preferiu redimi-los, e selecionou Cristo como o redentor *antes* da criação do mundo.

Visto que Deus é eterno ou atemporal, isso significa que nunca existiu a possibilidade de que ele não redimiria os seus eleitos através da morte substitutiva de Cristo. Em realidade, o plano de redenção era logicamente uma certeza mesmo antes de Deus decretar a queda do homem. Portanto, dada a ordem supralapsariana dos decretos eternos, a expiação substitutiva de Cristo era uma NECESSIDADE ABSOLUTA.

Embora muitas pessoas tendam a associar a obra redentora de Cristo somente com sua morte e ressurreição, é impossível ignorar os outros eventos de sua vida quando discutindo a redenção. As ações que ele realizou para salvar seus eleitos do pecado não foram limitadas aos eventos após sua prisão, mas incluem aquelas que foram realizadas antes dela. Devemos considerar sua vida inteira como uma vida cujo propósito foi o de redimir aqueles a quem Deus lhe tinha dado. Por exemplo, até mesmo seu ato de adotar os atributos humanos para se tornar como nós e se identificar conosco é parte de sua obra redentora.

Por conseguinte, alguns teólogos distinguem entre a OBEDIÊNCIA ATIVA e a OBEDIÊNCIA PASSIVA de Cristo em nosso favor. Ambos esses termos sugerem que ele veio para lograr êxito no ponto onde Adão falhou, a saber, para viver em perfeita obediência para com Deus. Paulo escreve: “E, sendo encontrado em forma humana, humilhou-se a si mesmo e foi obediente até a morte, e morte de cruz!” (Filipenses 2.8). Esses dois termos designam os dois aspectos da obediência através da qual Cristo pagou pelos pecados dos eleitos e alcançou para eles justiça perfeita.

A obediência ativa de Cristo refere-se à sua perfeita devoção em nosso favor às leis divinas. Ele satisfaz completamente as exigências morais de Deus, que, por sua vez, credita tal justiça àqueles que crerem em Cristo. Romanos 5.19 diz: “Logo, assim

² Ibid., p. 11.

³ Provamos anteriormente a verdade do supralapsarianismo, oposto ao infralapsarianismo.

como por meio da desobediência de um só homem muitos foram feitos pecadores, assim também, por meio da obediência de um único homem muitos serão feitos justos”. Muitas pessoas tendem a negligenciar esse aspecto da obra redentora de Cristo, mas ela é uma parte necessária do que ele fez pelos eleitos.

Sustentar que Cristo precisava apenas morrer pelos pecados dos eleitos para redimi-los não consegue explicar o porquê que ele fez tantas outras coisas, tais como obedecer às lei de Deus, suportar tentações severas, realizar numerosas boas obras e atos de misericórdia, e viver uma vida ímpar de justiça. A verdade é que, além de nos salvar do pecado, Cristo também mereceu uma justiça positiva em nosso favor.

Isso ajuda a explicar porque somente um breve período de tempo na vida de Jesus consiste de ministério público ativo, enquanto antes ele vivia em relativa obscuridade. Antes de seu ministério público, ele não apenas estava se preparando para a sua obra de pregação e esperando o momento certo. A redenção dos eleitos dependia não somente dos seus anos ou dias finais, mas também da obediência e justiça que ele demonstrou durante toda a sua vida como o cabeça federal dos eleitos. Pelo que fez antes do seu ministério, durante o seu ministério, e em sua morte e ressurreição, ele assegurou uma justiça perfeita para ser creditada àqueles que criam nele.

A obediência passiva de Cristo refere-se à penalidade dos pecados dos eleitos que ele sofreu. O pecado requer punição, e a justa penalidade da provocação contra Deus é o tormento sem fim no inferno. Visto que o castigo é interminável, não há escape ou restauração para aqueles que estiverem sob a ira divina. Um outro teria que morrer no lugar do pecador para que esse ficasse livre e para que a justiça de Deus fosse satisfeita ao mesmo tempo. Contudo, “todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus” (Romanos 3.23) e, assim, nenhum ser humano está qualificado para morrer pelos pecados de outro, visto que cada um mesmo é culpado disso, e receberia o justo castigo somente por seus próprios pecados, se tivesse de sofrer sob a ira divina.

A única solução é um ser humano inocente morrer por outro, e assim sofrer verdadeiramente a penalidade do pecado que ele mesmo não merecia. Isso foi o que Jesus fez pelos eleitos: “Deus tornou pecado por nós aquele que não tinha pecado, para que nele nos tornássemos justiça de Deus” (2 Coríntios 5.21). Embora Jesus não tivesse pecado (Hebreus 4.15), ele sofreu como um pecador, visto que Deus soberanamente imputou a culpa dos eleitos sobre ele. Assim, aqueles por quem ele agiu como um cabeça federal — a saber, os eleitos — receberiam sua justiça perfeita também por imputação.

Jesus sofreu muitas coisas durante sua vida terrena. Isso inclui as tentações intensas que experimentou de Satanás (Lucas 4.1-14), a oposição por parte dos líderes religiosos (Hebreus 12.3), e o próprio fato de que ele tivesse de suportar diversas limitações e problemas humanos, tais como fome e cansaço, coisas às quais ele estava imune em sua natureza divina. Isaías 53.3 diz, “Foi desprezado e rejeitado pelos homens, um homem de dores e experimentado no sofrimento”, e o escritos aos Hebreus declara o seguinte:

Ao levar muitos filhos à glória, convinha que Deus, por causa de quem e por meio de quem tudo existe, tornasse perfeito, mediante o sofrimento, o autor da

salvação deles... Embora sendo Filho, ele aprendeu a obedecer por meio daquilo que sofreu (Hebreus 2.10, 5.8).

Seus sofrimentos se intensificaram desde a hora de sua prisão até a morte sobre a cruz. Essa é a porção de tempo que mais temos em mente quando nos referimos ao sofrimento de Cristo:

Então, os soldados do governador levaram Jesus ao Pretório e reuniram toda a tropa ao seu redor. Tiraram-lhe as vestes e puseram nele um manto vermelho; fizeram uma coroa de espinhos e a colocaram em sua cabeça. Puseram uma vara em sua mão direita e, ajoelhando-se diante dele, zombavam: “Salve, rei dos judeus!” Cuspiram nele e, tirando-lhe a vara, batiam-lhe com ela na cabeça. Depois de terem zombado dele, tiraram-lhe o manto e vestiram-lhe suas próprias roupas. Então o levaram para crucificá-lo (Mateus 27.27-31).

Embora o que Jesus tivesse de sofrer aqui fosse doloroso e humilhante, e grandemente diferente do tratamento apropriado a Deus Filho, ele, todavia, suportou tudo isso pelos seus eleitos. Mas não tinha acabo, pois após tudo isso, “o levaram para crucificá-lo” (v. 31). A crucificação era uma forma de infligir morte que produzia sofrimento extremo para a vítima.

Ainda mais terrível do que a dor física foi o sofrimento espiritual ou psicológico de carregar a culpa dos eleitos. Jesus era perfeitamente santo e sem pecado; ele nunca tinha sentido os efeitos do pecado sobre a consciência. Mas naquela hora Deus imputou sobre ele todo o peso da culpa dos eleitos:

Todos nós, tal qual ovelhas, nos desviamos, cada um de nós se voltou para o seu próprio caminho; e o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós... Por isso eu lhe darei uma porção entre os grandes, e ele dividirá os despojos com os fortes, porquanto ele derramou sua vida até a morte, e foi contado entre os transgressores. Pois ele levou o pecado de muitos, e pelos transgressores intercedeu (Isaías 53.6,12).

Ele mesmo levou em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro, a fim de que morrêssemos para os pecados e vivêssemos para a justiça; por suas feridas vocês foram curados (1 Pedro 2.24).

Algumas pessoas podem se perguntar o porquê a morte de uma pessoa é suficiente para pagar os pecados de muitas. A resposta é encontrada em Romanos 5.15, 18-19:

Entretanto, não há comparação entre a dádiva e a transgressão. Pois se muitos morreram por causa da transgressão de um só, muito mais a graça de Deus, isto é, a dádiva pela graça de um só homem, Jesus Cristo, transbordou para muitos!

Conseqüentemente, assim como uma só transgressão resultou na condenação de todos os homens, assim também um só ato de justiça resultou na justificação que traz vida a todos os homens. Logo, assim como por meio da desobediência de um só homem muitos foram feitos pecadores, assim também, por meio da obediência de um único homem muitos serão feitos justos.

Assim como Adão representou toda a raça humana quando pecou, assim Jesus representou os eleitos em sua perfeita justiça e obra expiatória.

Quanto ao porquê um tão breve período de castigo foi suficiente para tirar os pecados de tantos indivíduos, e aceito como um substituto suficiente para o castigo sem fim dos pecadores, precisamos apenas considerar o valor do sacrifício e a intensidade do sofrimento. A perfeição de Cristo era tal que Deus aceitou seu sacrifício de uma vez por todas e seu sofrimento em favor dos eleitos como suficiente para obter a “eterna redenção” para eles: “Não por meio de sangue de bodes e novilhos, mas pelo seu próprio sangue, ele entrou no Santo dos Santos, de uma vez por todas, e obteve eterna redenção” (Hebreus 9.12); “Pois também Cristo sofreu pelos pecados uma vez por todas, o justo pelos injustos, para conduzir-nos a Deus. Ele foi morto no corpo, mas vivificado pelo Espírito” (1 Pedro 3.18).

Em todo caso, foi a aceitação soberana de Deus da expiação que determinou e provou sua suficiência. Assim como Adão foi um cabeça e representante federal apropriado e legítimo daqueles que foram identificados com ele na mente de divina (a raça humana), assim Jesus foi um cabeça e representante federal apropriado e legítimo daqueles que foram identificados com ele na mente de Deus (os eleitos). No final das contas, a expiação foi suficiente e eficaz porque ela satisfaz o próprio padrão de justiça de Deus.

Quanto à extensão ou o escopo da expiação, muitas pessoas presumem que Jesus morreu por todo ser humano; contudo, a Bíblia ensina que morreu somente por aqueles a quem Deus tinha escolhido para salvação, isto é, os eleitos. Essa doutrina é frequentemente chamada de EXPIAÇÃO LIMITADA, mas o termo é enganoso, visto que, embora somente indivíduos específicos tenham sido escolhidos para salvação, Cristo realmente os salva no mais alto grau (Hebreus 7.25). Assim, muitos partidários dessa doutrina bíblica defendem que ela é mais apropriadamente chamada de EXPIAÇÃO PARTICULAR ou EXPIAÇÃO DEFINIDA. Eu considero o termo EXPIAÇÃO ESPECÍFICA EFICAZ como sendo até mais descritivo, como a seguinte exposição da doutrina há de mostrar.

A popular contestação ao ensino bíblico da expiação definida é o ponto de vista que diz que a obra de Cristo tornou a salvação somente possível para todos, mas efetiva para ninguém. A salvação é aplicada a uma pessoa quando ela se apropria dos benefícios da obra redentora de Cristo. Contudo, a Escritura ensina que ele alcançou com sucesso salvação real do pecado para todos por quem a sua obra redentora foi tencionada, e que apenas tentou assegurar a salvação para os eleitos.

A doutrina da expiação definida está intimamente relacionada com a eleição de indivíduos por Deus para salvação. Embora tratarei da doutrina da eleição com maiores detalhes no próximo capítulo, ela já foi suficientemente provada nos capítulos anteriores deste livro, de forma que podemos prosseguir com a suposição de que ela é realmente o que a Bíblia ensina. Isto é, ele escolheu na eternidade um número definido de indivíduos para serem salvos, enquanto que o restante foi rejeitado. A expiação definida ensina que Cristo veio para morrer somente pelos eleitos, isto é, por aqueles a quem Deus escolheu para salvação.

Se Cristo pagara o preço por todos os pecados de cada ser humano, então porque alguém seria condenado? Realmente, há aqueles que ensinam que, em sua obra de expiação, ele pagara completamente o preço pelos pecados de todo ser humano e, portanto, ninguém sofrerá a condenação. Essa posição do UNIVERSALISMO é escandalosamente falsa, visto que a Escritura ensina que muitos serão enviados para o inferno por seus pecados no dia do julgamento. A Escritura ensina que há um inferno eterno e que muitas pessoas serão realmente enviadas para lá. Os versículos abaixo são apenas alguns exemplos:

Se a sua mão ou o seu pé o fizerem tropeçar, corte-os e jogue-os fora. É melhor entrar na vida mutilado ou aleijado do que, tendo as duas mãos ou os dois pés, ser lançado no *fogo eterno*. E se o seu olho o fizer tropeçar, arranque-o e jogue-o fora. É melhor entrar na vida com um só olho do que, tendo os dois olhos, ser lançado no *fogo do inferno* (Mateus 18.8-9).

Serpentes! Raça de víboras! Como vocês escaparão da condenação ao inferno? (Mateus 23.33).

Então ele dirá aos que estiverem à sua esquerda: ‘Malditos, apartem-se de mim para o *fogo eterno*, preparado para o Diabo e os seus anjos... E estes irão para o *castigo eterno*, mas os justos para a vida eterna’ (Mateus 25.41,46).

No Hades, onde estava sendo atormentado, ele olhou para cima e viu Abraão de longe, com Lázaro ao seu lado. Então, chamou-o: “Pai Abraão, tem misericórdia de mim e manda que Lázaro molhe a ponta do dedo na água e refresque a minha língua, porque *estou sofrendo muito neste fogo*...Então eu te suplico, pai: manda Lázaro ir à casa de meu pai, pois tenho cinco irmãos. Deixa que ele os avise, a fim de que eles não venham também para este *lugar de tormento*” (Lucas 16.23-24, 27-28).

Mas os covardes, os incrédulos, os depravados, os assassinos, os que cometem imoralidade sexual, os que praticam feitiçaria, os idólatras e todos os mentirosos — o lugar deles será no *lago de fogo que arde com enxofre*. Esta é a segunda morte (Apocalipse 21.8).

Mas a maioria das pessoas que se opõe à doutrina bíblica da expiação definida não afirma o universalismo real; antes, defendem uma posição que pode ser chamada UNIVERSALISMO HIPOTÉTICO. Eles sustentam que Cristo tornou a salvação possível para todos os seres humanos, e que todos deles podem ser salvos apenas se crerem no evangelho. Contudo, se Cristo realmente pagara o preço do pecado por todos, então porque alguém ainda seria mandado para o inferno? A resposta usual é que uma pessoa deve aceitar pela fé o que Cristo fez, pois embora o preço do pecado tenha sido completamente pago, Deus ainda a condenará. Mas isso significa que ele puniria os mesmos pecados duas vezes, uma vez na cruz sobre Cristo, e uma segunda vez sobre a pessoa que cometera aqueles pecados.

Um pregador tentou escapar desse problema dizendo que o único pecado pelo qual Deus enviará pessoas ao inferno é o da rejeição a Jesus Cristo. Mas essa posição contradiz passagens bíblicas que dizem que Deus de fato levará em conta os pecados pessoais dos réprobos:

Portanto, a ira de Deus é revelada dos céus contra toda impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça, pois o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou (Romanos 1.18-19).

Porque vocês podem estar certos disto: nenhum imoral, ou impuro, ou ganancioso, que é idólatra, tem herança no Reino de Cristo e de Deus. Ninguém os engane com palavras tolas, pois é por causa dessas coisas que a ira de Deus vem sobre os que vivem na desobediência (Efésios 5.5-6).

Assim, façam morrer tudo o que pertence à natureza terrena de vocês: imoralidade sexual, impureza, paixão, desejos maus e a ganância, que é idolatria. É por causa dessas coisas que vem a ira de Deus sobre os que vivem na desobediência (Colossenses 3.5,6).

Também, esse ponto de vista que diz que Deus condenará pessoas apenas por sua rejeição a Cristo, e não por seus pecados pessoais, faz supor que o pecado mais fundamental e mais comum de incredulidade é aquele que Cristo não conseguiu pagar, tornando assim a sua obra expiatória desesperadamente incompleta. Um outro problema é que, visto que a culpa imputada de Adão é por si mesma suficiente para condenar, a posição desse pregador infere, talvez sem intenção, que ninguém mais nasceu com a culpa imputada após a obra expiatória de Cristo ter sido completada.

Essa é uma ilação que até mesmo esse pregador não pode aceitar. Entretanto, pelo menos ele percebe que a expiação de Cristo fez um pagamento real e completo pelos pecados, e não um pagamento meramente potencial; contudo, uma vez que ele insistiu em afirmar a expiação universal, sua posição se tornou inconsistente e anti-bíblica.

O universalismo real é claramente falso e herético, mas o universalismo hipotético parece para muitas pessoas como a posição que melhor se encaixa com a justiça, visto que todos têm uma chance de serem salvos. Mas, como confirmamos anteriormente, ao discutirmos a depravação total do homem (Romanos 3.10-12, 23), o homem está num estado de morte espiritual (Efésios 2.1). Se for assim, não há possibilidade nenhuma de que alguém terá fé positiva em Cristo se deixado a si mesmo. Isso significa que, a menos que Deus escolhesse quem receberia a salvação através da eleição soberana, e os redimisse através da expiação definida, ninguém seria salvo, visto que ninguém aceitaria a Cristo.

Adversários da expiação definida podem alegar que, embora todos estejam espiritualmente mortos em pecado, alguns na verdade respondem em fé a Cristo, não porque fossem escolhidos para salvação, mas porque eles decidiram ser salvos por suas próprias vontades. Porém, o próprio sentido de morte espiritual faz disso algo impossível, visto que um homem morto não pode responder a ou cooperar com qualquer assistência, ou mesmo de solicitá-la. Consequentemente, a Bíblia diz que a fé e o arrependimento são coisas que Deus concede como dons aos seus eleitos (Efésios 2.8,9; 2 Timóteo 2.25-26), mas ele não concede isso a todos, e assim “a fé não é de todos” (2 Tessalonicenses 3.2). Visto que a fé em Cristo é o único caminho para salvação, e é Deus quem escolhe a quem concede fé e arrependimento, segue-se que é ele quem escolhe aqueles que recebem a salvação, e não os próprios indivíduos.

Por amor ao argumento, suponhamos por um momento que, embora todos estejam espiritualmente mortos, alguns realmente respondam ao evangelho, em fé, por si mesmos. Mas isso significaria que pessoas espiritualmente mortas não precisam de nenhuma graça especial da parte de Deus para fazer a decisão espiritual mais importante de suas vidas. Como então explicamos por que uma pessoa espiritualmente morta aceitou a Cristo, enquanto outra da mesma forma espiritualmente morta não conseguiu fazer o mesmo? Não se segue que aqueles que são capazes de fazer a decisão espiritual positiva são mais justos do que aqueles incapazes? Nesse caso, então teremos que dizer que Cristo veio salvar somente os indivíduos relativamente justos, e não os relativamente pecadores. Mas isso contradiz a premissa de todo o evangelho.

Dizer que Deus exerce uma certa dose de influência sobre indivíduos para fazer-lhes crer apenas prolonga o problema. Alguns parecem dele requerer uma influência mais forte do que outros. Mas se ele exerce uma influência mais forte sobre algumas pessoas do que sobre outras, então ele está na verdade escolhendo quem seria salvo, especialmente se a quantidade de influência exercida não corresponder exatamente ao grau de impiedade nos indivíduos. Por outro lado, se Deus exerce aproximadamente a mesma dose de influência sobre indivíduos, então uma vez mais somente as pessoas relativamente justas responderiam, o que novamente significaria que Cristo veio para salvar somente os relativamente justos, uma noção que contradiz o ensino escriturístico.

A conclusão necessária é a seguinte. Dado outros aspectos do ensino da Escritura, a EXPIAÇÃO ILIMITADA ou UNIVERSAL é impossível. Visto que a natureza da expiação envolve pagamento real e completo pelo pecado, a expiação universal necessariamente acarretaria à salvação universal; contudo, a Escritura ensina que nem todos serão salvos, mas que muitas pessoas se perderão e sofrerão o tormento sem fim no inferno. Portanto, a única possibilidade escriturística é que na eternidade Deus selecionou um grupo definido de indivíduos para serem salvos. Então, em sua obra de expiação, Cristo morreu somente por esses indivíduos e, assim, assegurando a salvação real de cada um deles, não a fazendo meramente possível. Eis o porquê de a obra redentora de Cristo ser uma expiação eficaz e específica.

O acima exposto mostra que a expiação definida é uma dedução necessária de doutrinas bíblicas sabidamente verdadeiras. Especificamente, a doutrina da eleição, a expiação como um pagamento completo pelo pecado, e a negação do universalismo real, convergem para tornar a expiação definida uma necessidade lógica. Portanto, que a expiação é específica e eficaz parece ser verdadeiro mesmo sem a evidência escriturística direta; todavia, há muitas passagens que afirmam ou implicam essa doutrina, e nos voltaremos agora para algumas delas. Também discutiremos a reivindicação de que algumas passagens bíblicas parecem ensinar a expiação universal.

Começamos repetindo, a partir da Escritura, que a natureza da expiação é de substituição penal, de forma que a morte de Cristo fez um pagamento real e pleno pelos pecados daqueles a quem ele representou:

Cuidem de vocês mesmos e de todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo os colocou como bispos, para pastorearem a igreja de Deus, que *ele comprou com o seu próprio sangue* (Atos 20.28).

Acaso não sabem que o corpo de vocês é santuário do Espírito Santo que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que vocês não são de si mesmos? Vocês foram *comprados por alto preço*. Portanto, glorifiquem a Deus com o seu próprio corpo (1 Coríntios 6.19-20).

E eles cantavam um cântico novo: “Tu és digno de receber o livro e de abrir os seus selos, pois foste morto, e com teu sangue *compraste para Deus gente* de toda tribo, língua, povo e nação. Tu os constituíste reino e sacerdotes para o nosso Deus, e eles reinarão sobre a terra” (Apocalipse 5.9,10).

Cristo fez um pagamento completo para adquirir aqueles por quem ele morreu; portanto, a linguagem dessas e de outras passagens semelhantes (Marcos 10.45; 1 Pedro 1.18,19) exclui a conclusão de que ele tornou a salvação meramente possível para aqueles por quem morreu, mas que fez com que a salvação fosse real para eles.

Visto que Cristo foi “morto desde a criação do mundo” (Apocalipse 13.8) na mente de Deus, e sua morte lhe deu posse legal real de todos aqueles por quem ele morreu, as identidades de todos aqueles que seriam salvos tinha sido imutavelmente determinada desde a eternidade. Cristo então veio no tempo histórico para morrer somente por esses indivíduos.

Outra clara indicação da expiação definida vem de João 10.14-15, 25-29, onde Jesus diz o seguinte:

Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem, assim como o Pai me conhece e eu conheço o Pai; *e dou a minha vida pelas ovelhas...*

Eu já lhes disse, mas vocês não crêem. As obras que eu realizo em nome de meu Pai falam por mim, mas vocês não crêem, *porque* não são minhas ovelhas. As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna, e elas jamais perecerão; ninguém as poderá arrancar da minha mão. Meu Pai, que as deu para mim, é maior do que todos; ninguém as pode arrancar da mão de meu Pai.

Jesus diz, “Eu dou a minha vida pelas ovelhas”, e diz para alguns, “Vocês não crêem, porque não são minhas ovelhas”. Ele veio para morrer por aquelas, mas algumas pessoas não são suas ovelhas; logo, ele não morreu por todo ser humano. Aqueles que são ovelhas de Cristo pertencem a ele, visto que o Pai “as deu para [ele]”, e todas elas crerão no evangelho, visto que ele diz: “As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem”. Por outro lado, assim como as identidades dos eleitos já tinham sido determinadas na eternidade, não há possibilidade alguma de que aqueles que não são suas ovelhas creiam, e assim ele diz: “Vocês não crêem, porque não são minhas ovelhas”. Todos aqueles a quem Deus escolheu serão salvos, e uma vez salvos, nunca perderão sua salvação, visto que Jesus diz: “Eu lhes dou a vida eterna, e elas jamais perecerão; ninguém as poderá arrancar da minha mão”. Assim, em

diversos versículos, Cristo não somente ensina a doutrina da expiação definida, mas também as doutrinas da eleição, condenação e preservação, as quais discutiremos adiante, no próximo capítulo.

Os adversários da expiação definida afirmam que algumas passagens bíblicas parecem ensinar que a obra redentora de Cristo foi universal, em vez de específica. Aqui responderei a duas passagens dessas:

O Senhor não demora em cumprir a sua promessa, como julgam alguns. Ao contrário, ele é paciente com vocês, não querendo que *ninguém* pereça, mas que *todos* cheguem ao arrependimento (2 Pedro 3.9).

Isso é bom e agradável perante Deus, nosso Salvador, que deseja que *todos os homens* sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade. Pois há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens: o homem Cristo Jesus, o qual se entregou a si mesmo *como resgate por todos*. Esse foi o testemunho dado em seu próprio tempo (1 Timóteo 2.3-6).

Somente o exegeta mais despreparado e ingênuo suporia sem argumento que as palavras “todos” e “todos os homens” na Bíblia devem sempre se referir a todos os seres humanos. Podemos encontrar inúmeros exemplos em nosso falar diário no qual o escopo desses termos aparentemente universais é limitado pelo contexto. Contudo, para o nosso argumento ficar completo, demonstra-lo-emos primeiro utilizando exemplos bíblicos, antes de examinar as duas passagens acima.

Jesus diz em Mateus 10.22: “*Todos os homens* odiarão vocês por minha causa, mas aquele que perseverar até o fim será salvo”. Mas a declaração não pretende dizer que todos os seres humanos sem exceção odiariam os discípulos de Cristo, visto que pelo menos os cristãos amariam uns aos outros. Também, podemos presumir que aqueles que não sabem acerca dos cristãos não podem odiá-los. Pode ser verdade que as crenças e as práticas até mesmo daqueles incrédulos que não conhecem nada sobre cristãos equivalham a ódio contra Deus e os cristãos, mas tal não parece ser o intento desse versículo.

O significado do versículo torna-se mais claro quando lemos os versículos que vêm antes e após ele, para obtermos o seu contexto:

O irmão entregará à morte o seu irmão, e o pai, o seu filho; filhos se rebelarão contra seus pais e os matarão. Todos odiarão vocês por minha causa, mas aquele que perseverar até o fim será salvo. Quando forem perseguidos num lugar, fujam para outro. Eu lhes garanto que vocês não terão percorrido todas as cidades de Israel antes que venha o Filho do homem (Mateus 10.21-23).

Os versículos 21 e 23 contêm informação que restringe o escopo do versículo 22. Parece que as palavras “todos os homens” no versículo 22 se refere primariamente àqueles mencionados nos versículos 21 e 23. Isto é, “todos os homens” significa todos

os tipos de pessoas, tais como os membros incrédulos da família de alguém e aqueles que rejeitam a mensagem do evangelho ou ouvi-la.⁴

Em Atos 26.4, Paulo diz: “*Todos* os judeus sabem como tenho vivido desde pequeno, tanto em minha terra natal como em Jerusalém”. Ele queria dizer que toda pessoa judia sem exceção o conhecia? O próximo versículo diz: “Eles me conhecem há muito tempo e podem testemunhar, se quiserem, que, como fariseu, vivi de acordo com a seita mais severa da nossa religião” (v. 5). Parece que “*todos*” no versículo 4 não tem a intenção de designar toda pessoa judia sem exceção, mas *todos* os judeus que eram relevantes para a situação em questão.

Salmo 8.6 diz: “Tu o fizeste dominar sobre as obras das tuas mãos; sob os seus pés *tudo* puseste”. Paulo aplica esse versículo a Cristo em 1 Coríntios 15.27, mas ele explicitamente restringe o significado de “*tudo*”: “Porque ele ‘*tudo*’ sujeitou debaixo de seus pés’. Ora, quando se diz que ‘*tudo*’ lhe foi sujeito, fica claro que isso não inclui o próprio Deus, que *tudo* submeteu a Cristo”.

Romanos 8.32 é especialmente relevante para a expiação: “Aquele que não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por *todos nós*, como não nos dará juntamente com ele, e de graça, todas as coisas?”. Oponentes da expiação definida podem ser tentados a entender “*todos nós*” como se referindo a *todos* seres humanos sem exceção, mas os exemplos acima têm mostrado que não devemos admitir isso sem razão adequada. Devemos permitir que o contexto do versículo dite o escopo das palavras “*todos nós*”.

Paulo indica em Romanos 1.7 que essa carta é endereçada aos cristãos em Roma: “A *todos* os que em Roma são amados de Deus e chamados para serem santos: A vocês, graça e paz da parte de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo”. A menos que o contexto imediato amplie o escopo para incluir *todos* os seres humanos sem exceção, o significado de “*todos nós*” em Romanos 8.32 deve ser restringido por Romanos 1.7.

Mas os próprios versículos em torno de Romanos 8.32 restringem o significado de “*todos nós*” em termos explícitos:

Sabemos que Deus age em todas as coisas para o bem daqueles que o amam, *dos que foram chamados de acordo com o seu propósito...* Aquele que não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por *todos nós*, como não nos dará juntamente com ele, e de graça, todas as coisas? Quem fará alguma acusação *contra os escolhidos de Deus*? É Deus quem os justifica (Romanos 8.28, 32,33).

É claro que as palavras “*todos nós*” se refere somente a “aqueles a quem Deus escolheu”, ou “os eleitos de Deus” (ARA). Portanto, o versículo 32 não dá nenhum apoio à expiação universal; antes, ele favorece a expiação definida.

⁴ O significado de “*todos os homens*” fica ainda mais restrito quando alguém considera o contexto histórico da passagem. Jesus estava falando aos cristãos do primeiro século, dizendo que eles não terminariam de evangelizar as cidades de Israel antes que ele viesse em julgamento para destruir Jerusalém, em 70 d.C.

Um outro exemplo vem de Atos 2, que começa com uma descrição do que aconteceu no dia de Pentecoste:

Chegando o dia de Pentecoste, estavam todos reunidos num só lugar. De repente veio do céu um som, como de um vento muito forte, e encheu toda a casa na qual estavam assentados. E viram o que parecia línguas de fogo, que se separaram e pousaram sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito os capacitava. (v. 1-4)

Pedro então se levantou para pregar, citando a profecia de Joel: “Nos últimos dias, diz Deus, derramarei do meu Espírito sobre *todos os povos*” (v. 17). Já provamos que as palavras “todos” e “todos os homens” nem sempre se referem a todos os seres humanos, mas devemos permitir que o contexto dos versículos relevantes restrinja o significado dessas palavras. Esse simples princípio vale tanto para a hermenêutica bíblica como para as conversações ordinárias; é a maior tolice e irracionalidade ignorá-lo.

Pedro está aqui falando dentro do contexto da manifestação poderosa do Espírito no dia de Pentecoste, dizendo que Deus derramaria seu Espírito sobre “todos os povos”. Contudo, o escopo do versículo é restringido pelos versículos que o rodeiam, citados abaixo:

Havia em Jerusalém judeus, tementes a Deus, vindos de *todas as nações do mundo* (v. 5).

Pedro respondeu: “Arrependam-se, e cada um de vocês seja batizado em nome de Jesus Cristo para perdão dos seus pecados, e receberão o dom do Espírito Santo. Pois a promessa é para vocês, para os seus filhos e para todos os que estão longe, *para todos quantos o Senhor, o nosso Deus, chamar*” (v. 38, 39).

As palavras “todos os povos” * são ditas no contexto de se dirigir às pessoas de “todas as nações do mundo” e, assim, a universalidade pretendida aqui é de étnica, não uma universalidade absoluta. Isto é, Deus derramaria seu Espírito sobre pessoas de todas etnias, e não apenas sobre judeus. Os versículos 38,39 dizem que a promessa do Espírito é de veras “para todos”; entretanto, tais palavras não indicam uma universalidade absoluta, mas elas apenas se aplicam “para todos *quantos o Senhor, o nosso Deus, chamar*”, restringindo assim a promessa do evangelho a um grupo selecionado, eleito pela vontade soberana de Deus.

Voltaremos agora para 2 Pedro 3.9 e 1 Timóteo 2.3-6, que são duas das passagens favoritas citadas pelos oponentes da expiação definida:

O Senhor não demora em cumprir a sua promessa, como julgam alguns. Ao contrário, ele é paciente com vocês, não querendo que *ninguém* pereça, mas que *todos* cheguem ao arrependimento (2 Pedro 3.9).

* Nota do tradutor: Na NIV, versão do autor, Atos 2:17 traz “todas as pessoas”, onde o significado não fica tão claro quanto na NVI, que traz “todos os povos”.

Isso é bom e agradável perante Deus, nosso Salvador, que deseja que *todos os homens* sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade. Pois há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens: o homem Cristo Jesus, o qual se entregou a si mesmo *como resgate por todos os homens*. Esse foi o testemunho dado em seu próprio tempo (1 Timóteo 2.3-6).

2 Pedro 1.1 indica que Pedro está se dirigindo “àqueles que, mediante a justiça de nosso Deus e Salvador Jesus Cristo, receberam conosco uma fé igualmente valiosa”, e 2 Pedro 3.8 refere-se aos “amados”, que é um termos designando os cristãos. Então, o versículo 9 diz: “Ele é paciente com vocês, não querendo que *ninguém* pereça, mas que *todos* cheguem ao arrependimento”. A palavra “vocês” aqui obviamente se refere ao grupo ao qual os crentes pertencem, e não aos incrédulos. Portanto, o versículo está dizendo que o Senhor tarda para que os eleitos tenham tempo de se tomarem cristãos.

1 Timóteo 2.3-6 diz que Deus “deseja que todos os homens sejam salvos”, e que Cristo “entregou a si mesmo como resgate por todos os homens”. Ora, já demonstramos que as palavras “todos” e “todos os homens” nem sempre se referem a todos os seres humanos, e provamos ainda a doutrina da expiação definida apelando a outras passagens bíblicas; portanto, não devemos admitir que essa passagem ensine a expiação universal. Na realidade, visto que outras passagens tornam a expiação universal impossível, podemos ter por certo que essa passagem não a ensina.

Entretanto, quanto às outras passagens, há evidência direta a partir do contexto da passagem indicando que Paulo não quer dizer todos os seres humanos quando escreve “todos os homens”. Os versículos 1 e 2 dizem: “Antes de tudo, recomendo que se façam súplicas, orações, intercessões e ações de graças *por todos os homens*; pelos reis e por todos os que exercem autoridade, para que tenhamos uma vida tranqüila e pacífica, com toda a piedade e dignidade”. Ele diz que os crentes deveriam orar “por todos os homens”, e prossegue explicando que por “todos os homens” ele quer dizer “reis e todos os que exercem autoridade”. Portanto, por “todos os homens” Paulo pretende designar tipos ou grupos de pessoas — os cristãos devem orar por todos os tipos de pessoas.

Apocalipse 5.9,10 foi anteriormente citado para mostrar que a natureza da expiação envolve uma aquisição real e completa por Cristo daqueles por quem ele morreu, mas os mesmos versículos também sugerem que a universalidade da expiação não é de tipo absoluta, mas somente étnica:

E eles cantavam um cântico novo: “Tu és digno de receber o livro e de abrir os seus selos, pois foste morto, e com teu sangue *compraste* para Deus *gente de toda tribo, língua, povo e nação*. Tu os constituíste reino e sacerdotes para o nosso Deus, e eles reinarão sobre a terra”.

A Bíblia consistentemente ensina que a expiação é universal somente no sentido de que Cristo morreu por pessoas de todas as etnias e classes sociais; nenhuma passagem ensina que ele morreu por todos os seres humanos. Visto que tal expiação não é um pagamento meramente potencial de pecados, mas um real, aqueles por quem ele morreu certamente serão salvos. Assim, as boas novas é que “a graça de Deus se manifestou salvadora a *todos os homens*” (Tito 2:11), e não apenas aos judeus.

As “boas novas” do Cristianismo nunca foram que Cristo morreu para salvar todo ser humano, mas que ele o fez para salvar gente “de toda tribo, língua, povo e nação”. A grandeza da expiação de Cristo é que seus efeitos não são limitados por fronteiras étnicas e sociais: “Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus” (Gálatas 3.28). Essas são as boas novas, e é como devemos entender as passagens bíblicas que dizem que Cristo morreu por todos.

Um anjo diz a José em Mateus 1.21: “[Maria] dará à luz um filho, e você deverá dar-lhe o nome de Jesus, porque ele *salvará o seu povo* dos seus pecados”. A doutrina da expiação definida encara com seriedade esse versículo e muitos outros como ele, afirmando que Jesus veio para realmente *salvar* e não para tornar a salvação meramente possível, e para salvar *o seu povo* e não aqueles a quem Deus não escolheu. Assim, a obra redentora de Cristo consiste de uma expiação eficaz e específica.

A SUPREMACIA DE CRISTO

Paulo escreve que após Cristo sofrer um tempo de grande humilhação, Deus o exaltou à mais alta posição:

Seja a atitude de vocês a mesma de Cristo Jesus, que, embora sendo Deus, não considerou que o ser igual a Deus era algo a que devia apegar-se; mas esvaziou-se a si mesmo, vindo a ser servo, tornando-se semelhante aos homens. E, sendo encontrado em forma humana, humilhou-se a si mesmo e foi obediente até a morte, e morte de cruz! Por isso Deus o exaltou à mais alta posição e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai (Filipenses 2.5-11).

Oro também para que os olhos do coração de vocês sejam iluminados, a fim de que vocês conheçam a esperança para a qual ele os chamou, as riquezas da gloriosa herança dele nos santos e a incomparável grandeza do seu poder para conosco, os que cremos, conforme a atuação da sua poderosa força. Esse poder ele exerceu em Cristo, ressuscitando-o dos mortos e fazendo-o assentar-se à sua direita, nas regiões celestiais, muito acima de todo governo e autoridade, poder e domínio, e de todo nome que se possa mencionar, não apenas nesta era, mas também na que há de vir. Deus colocou todas as coisas debaixo de seus pés e o designou cabeça de todas as coisas para a igreja, que é o seu corpo, a plenitude daquele que enche todas as coisas, em toda e qualquer circunstância (Efésios 1.18-23).

Assim, a Bíblia ensina que Cristo está num estado de exaltação sob o Pai, inigualável por ninguém mais:

Porque ele “tudo sujeitou debaixo de seus pés”. Ora, quando se diz que “tudo” lhe foi sujeito, fica claro que isso não inclui o próprio Deus, que tudo submeteu a Cristo. Quando, porém, tudo lhe estiver sujeito, então o próprio

Filho se sujeitará àquele que todas as coisas lhe sujeitou, a fim de que Deus seja tudo em todos (1 Coríntios 15.27-28).

Romanos 14.9 diz: “Cristo morreu e voltou a viver, para ser Senhor de vivos e de mortos”. Uma confissão cristã primitiva era: “Jesus é o Senhor” (Romanos 10.9; 1 Coríntios 12.3), e o próprio Jesus diz aos seus em Mateus 28.18: “Foi-me dada toda a autoridade nos céus e na terra”.

A *supremacia* de Cristo ilustrada pelas passagens bíblicas supõe a *suficiência* de Cristo. Paulo diz em Colossenses 1.18 que em tudo Cristo tem “a supremacia”, depois do que ele adiciona: “Pois foi do agrado de Deus que nele habitasse toda a plenitude” (v. 19). Essa “plenitude” inclui “todas as bênçãos espirituais” (Efésios 1.3) e “todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento” (Colossenses 2.3). Não há mancha ou carência alguma nele: “Pois em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da divindade, e, por estarem nele, que é o Cabeça de todo poder e autoridade, vocês receberam a plenitude” (Colossenses 2.9,10).

A *suficiência* de Cristo significa que mediante ele temos “tudo de que necessitamos para a vida e para a piedade” (2 Pedro 1.3), e que não há necessidade de procurar outras fontes de poder e orientação espirituais além das que estão disponíveis através dele. Todavia, muitos cristãos professos em nossos dias estão procurando ajuda a partir de fontes ilegítimas, ao passo que as soluções para os seus problemas estão prontamente disponíveis através da oração em nome de Jesus e do conhecimento da Escritura.

Muitas pessoas que alegam ser cristãs, no entanto, ficam envolvidas com práticas ocultas tais como astrologia, horóscopo, necromancia e todas as variedades de adivinhação. Porém, essas coisas são proibidas por Deus.

Não pratiquem adivinhação nem feitiçaria (Levítico 19.26).

Não recorram aos médiuns, nem busquem a quem consulta espíritos, pois vocês serão contaminados por eles. Eu sou o SENHOR, o Deus de vocês (Levítico 19.31).

Voltarei o meu rosto contra quem consulta espíritos e contra quem procurar médiuns para segui-los, prostituindo-se com eles. Eu o eliminarei do meio do seu povo (Levítico 20.6).

Os homens ou mulheres que, entre vocês, forem médiuns ou consultarem os espíritos, terão que ser executados. Serão apedrejados, pois merecem a morte (Levítico 20.27).

Não permitam que se ache alguém entre vocês que queime em sacrifício o seu filho ou a sua filha; que pratique adivinhação, ou se dedique à magia, ou faça presságios, ou pratique feitiçaria ou faça encantamentos; que seja médium, consulte os espíritos ou consulte os mortos. O SENHOR tem repugnância por quem pratica essas coisas, e é por causa dessas abominações que o SENHOR, o seu Deus, vai expulsar aquelas nações da presença de vocês (Deuteronômio 18.10-12).

Saul morreu dessa forma porque foi infiel ao SENHOR; não foi obediente à palavra do SENHOR e chegou a consultar uma médium em busca de orientação, em vez de consultar o SENHOR. Por isso o SENHOR o entregou à morte e deu o reino a Davi, filho de Jessé (1 Crônicas 10.13,14).

No dia do julgamento, nenhum astrólogo ou médium poderá salvar os seus seguidores do inferno, e certamente eles mesmos serão condenados:

Continue, então, com suas palavras mágicas de encantamento e com suas muitas feitiçarias, nas quais você tem se afadigado desde a infância. Talvez você consiga, talvez provoque pavor. Todos os conselhos que você recebeu só a deixaram extenuada! Deixe seus astrólogos se apresentarem, aqueles fitadores de estrelas que fazem predições de mês a mês, que eles a salvem daquilo que está vindo sobre você; sem dúvida eles são como restolho; o fogo os consumirá. Eles não podem nem mesmo salvar-se do poder das chamas. Aqui não existem brasas para aquecer ninguém; não há fogueira para a gente sentar-se ao lado. Isso é tudo o que eles podem fazer por você, esses com quem você se afadigou e com quem teve negócios escusos desde a infância. Cada um deles prossegue em seu erro; não há ninguém que possa salvá-la (Isaías 47.12-15).

Ora, as obras da carne são manifestas: imoralidade sexual, impureza e libertinagem; idolatria e *feitiçaria*; ódio, discórdia, ciúmes, ira, egoísmo, dissensões, facções e inveja; embriaguez, orgias e coisas semelhantes. Eu os advirto, como antes já os adverti: Aqueles que praticam essas coisas não herdarão o Reino de Deus (Gálatas 5.19-21).

Mas os covardes, os incrédulos, os depravados, os assassinos, os que cometem imoralidade sexual, os que *praticam feitiçaria*, os idólatras e todos os mentirosos — o lugar deles será no lago de fogo que arde com enxofre. Esta é a segunda morte (Apocalipse 21.8).

Alguém que procura assistência ou conselho espiritual fora daquelas fontes aprovadas pela Escritura torna-se uma prostituta espiritual, e comete adultério contra Deus. A Bíblia reserva alguns dos termos mais fortes na condenação contra tais pessoas. Os cristãos não têm por que se envolver com atividades espirituais extra-bíblicas, e aqueles que participam delas tornam a sua profissão de fé questionável.

Isaías 8.19 diz: “Quando vos disserem: Consultai os necromantes e os adivinhos, que chilreiam e murmuram, acaso, não consultará o povo ao seu Deus? A favor dos vivos se consultarão os mortos?” (ARA). Os cristãos por definição confiam tudo de suas vidas a Deus e, portanto, o propósito de obter orientação é, antes de tudo, para conformá-las à vontade dele. Por que, então, deveriam consultar os representantes de Satanás sobre como ordenar as suas vidas em conformidade com a vontade de Deus?

Os cristãos devem obter orientação somente das fontes aprovadas pela Escritura. Naturalmente, alguém pode buscar conhecimento a partir de líderes sábios da igreja, mas até mesmo a autoridade e direção deles são legítimas somente até o ponto em que

se derivam da Escritura. Assim, nesse próprio sentido real, a Escritura sozinha é suficiente.

Pessoas cometem adultério espiritual não porque examinaram a revelação verbal de Deus e a acharam inadequada; antes, nunca se esforçaram para ganhar a sabedoria divina sobre o assunto em questão estudando a Escritura. Cristo é indubitavelmente suficiente para tudo da vida, mas o apóstolo Pedro explica que é obtendo *conhecimento* sobre as coisas de Deus que podemos andar nas provisões que ele nos tem dado:

Graça e paz lhes sejam multiplicadas, pelo *pleno conhecimento* de Deus e de Jesus, o nosso Senhor. Seu divino poder nos deu tudo de que necessitamos para a vida e para a piedade, por meio do *pleno conhecimento* daquele que nos chamou para a sua própria glória e virtude (2 Pedro 1.2,3).

Esse é o porquê de o estudo de teologia ser a atividade humana mais importante. Contudo, por causa da preguiça e da impiedade suas, muitas pessoas preferem gastar o tempo consultando fontes que são proibidas por Deus. O envolvimento com práticas ocultas é razão adequada para excomunhão; negligência na disciplina da igreja só permite que tais abominações aumentem e se espalhem.

A *suficiência* de Cristo, conseqüentemente, implica a *exclusividade* de Cristo. Isso significa que Cristo é o único caminho para salvação, e que o Cristianismo é a única religião ou cosmovisão verdadeira:

O SENHOR será rei de toda a terra. Naquele dia haverá um só SENHOR e o seu nome será o único nome (Zacarias 14.9).

Quem nele crê não é condenado, mas quem não crê já está condenado, por não crer no nome do Filho Unigênito de Deus (João 3.18).

Respondeu Jesus: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao Pai, a não ser por mim” (João 14.6).

Não há salvação em nenhum outro, pois, debaixo do céu não há nenhum outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos (Atos 4.12).

Pois há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens: o homem Cristo Jesus (1 Timóteo 2.5).

Quem tem o Filho, tem a vida; quem não tem o Filho de Deus, não tem a vida (1 João 5.12).

Todos os outros líderes espirituais são indignos de adoração, e aqueles que aceitam ou exigem adoração são mentirosos e fraudulentos. Todas as religiões e cosmovisões não-cristãs são falsas, incluindo aquelas que retêm o nome de Cristianismo sem sustentar a ortodoxia bíblica; todas elas levam à condenação eterna e castigo sem fim no inferno.

Jesus chamou a si mesmo de “o caminho” — não há muitos caminhos para Deus. Ele se autodenomina “a verdade” — a verdade não é relativa ou mutável. Há somente um ser eterno que é a verdade, e os escritores do Novo Testamento identificam Cristo como esse *logos*, ou o eterno e imutável princípio de razão e ordem no universo (João 1.1; Colossenses 1.17; Hebreus 1.1-3, 13.8). Por conseguinte, Jesus chama a si mesmo de “a vida” — todas as outras opções levam à morte e ao tormento eternos. Ninguém pode rejeitar a Jesus Cristo e ao mesmo tempo encontrar Deus e a vida; fora dele só há desespero, morte e condenação.

Jesus diz em Mateus 12.30: “Aquele que não está comigo, está contra mim; e aquele que comigo não ajunta, espalha”. Qualquer religião ou cosmovisão que não afirme a ortodoxia bíblica total é anticristã. Algumas religiões reivindicam elevar Jesus Cristo, mas eles o admiram somente como um exemplo de moralidade ou iluminação mística. Contudo, a fé bíblica demanda a afirmação e adoração do Cristo completo e não-adulterado. Isso acarreta crença em sua pré-existência e deidade, nascimento virginal, encarnação e humanidade, vida e ministério terrenos, expiação através do sofrimento e morte substitutivos e sua ressurreição física.

O Cristo da Escritura é Deus manifesto em carne humana. Ele é completamente Deus e completamente homem. O apóstolo João testifica: “Aquele que é a Palavra tornou-se carne e viveu entre nós. Vimos a sua glória, glória como do Unigênito vindo do Pai, cheio de graça e de verdade” (João 1.14). Ele também nos dá uma advertência em 1 João 4:2,3:

Vocês podem reconhecer o Espírito de Deus deste modo: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne procede de Deus; mas todo espírito que não confessa Jesus não procede de Deus. Esse é o espírito do anticristo, acerca do qual vocês ouviram que está vindo, e agora já está no mundo.

O verdadeiro Cristo é o Jesus histórico de Nazaré. Paulo nos dá um resumo do evangelho em 1 Coríntios 15.1-8, colocando grande ênfase sobre a natureza histórica da obra redentora de Cristo.

Irmãos, quero lembrar-lhes o evangelho que lhes preguei, o qual vocês receberam e no qual estão firmes. Por meio deste evangelho vocês são salvos, desde que se apeguem firmemente à palavra que lhes preguei; caso contrário, vocês têm crido em vão. Pois o que primeiramente lhes transmiti foi o que recebi: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, foi sepultado e ressuscitou no terceiro dia, segundo as Escrituras, e apareceu a Pedro e depois aos Doze. Depois disso apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma só vez, a maioria dos quais ainda vive, embora alguns já tenham adormecido. Depois apareceu a Tiago e, então, a todos os apóstolos; depois destes apareceu também a mim, como a um que nasceu fora de tempo.

A fé no Jesus histórico e na sua obra de é de “importância primária” (v. 3*). O apóstolo declara que é “por meio deste evangelho [que] vocês são salvos”, e que devemos nos “apegar firmemente” a ele. O Cristo bíblico não é uma figura mística ou

* Tradução direta do trecho da NIV original usada pelo autor, já que sua versão em português, a NVI, não a acompanha aqui (N. do T.)

ideológica, mas a segunda pessoa do Deus Triúno manifestada no tempo e no espaço. Sua morte, sepultamento, ressurreição e ascensão foram eventos históricos com significância espiritual, e não simbólicos ou mitológicos. Pedro diz: “De fato, não seguimos fábulas engenhosamente inventadas, quando lhes falamos a respeito do poder e da vinda de nosso Senhor Jesus Cristo; ao contrário, nós fomos testemunhas oculares da sua majestade” (2 Pedro 1.16).

Há várias religiões falsas nas quais Cristo é apresentado como pouco menos do que um símbolo ideológico ou exemplo moral. Quando muito é ele reconhecido como um verdadeiro profeta, mas não como Deus Filho. Mas qualquer religião que não afirme a pessoa e obra de Cristo no sentido bíblico e histórico é do anticristo. Um Cristo simbólico que não é nada mais do que uma idéia e privado de sua obra redentora realizada na história não pode salvar a ninguém. Um Cristo que não é completamente Deus e completamente homem não é o Cristo bíblico de forma alguma.

O verdadeiro cristianismo deve sustentar a supremacia e exclusividade de Cristo. Contudo, os fundadores de algumas religiões não-cristãs declararam a si mesmos como os últimos profetas da parte de Deus; eles declararam que substituíram a autoridade de Cristo e que tiveram a autoridade de adicionar algo à revelação bíblica. Embora alguns desses que vieram após Cristo reivindicuem, cada um deles, ser o profeta final, outros se levantaram e declararam os anteriores como sendo obsoletos, que agora eles é que eram as vozes autorizadas de Deus para a humanidade, e os únicos verdadeiramente iluminados.

O estudante de apologética ou religião comparada deve honrar a Cristo examinando os erros e contradições dentro desses falsos sistemas de pensamento, e aniquilar totalmente suas pretensões de verdade. Todas as religiões falsas, tais como islamismo, o mormonismo e budismo, facilmente se demonstram como sendo tolas e incoerentes.

Ora, Paulo diz o seguinte:

Esforço-me para que eles sejam fortalecidos em seu coração, estejam unidos em amor e alcancem toda a riqueza do pleno entendimento, a fim de conhecerem plenamente o mistério de Deus, a saber, Cristo. Nele estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento... Pois foi do agrado de Deus que nele habitasse toda a plenitude (Colossenses 2.2,3, 1.19).

Em Cristo estão “ocultos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento”. Certamente, isso tem quer ser verdadeiro se Jesus é o Deus onisciente. Cristo possui toda sabedoria e conhecimento, e ele “se tornou sabedoria de Deus para nós” (1 Coríntios 1.30).

Nenhum profeta anterior podia reivindicar ter possuído “todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento” ou ter sido a encarnação de Deus. Como Hebreus 1.1-3 diz:

Há muito tempo Deus falou muitas vezes e de várias maneiras aos nossos antepassados por meio dos profetas, mas nestes últimos dias falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e por meio de quem fez o universo. O Filho é o resplendor da glória de Deus e a expressão

exata do seu ser, sustentando todas as coisas por sua palavra poderosa. Depois de ter realizado a purificação dos pecados, ele se assentou à direita da Majestade nas alturas.

Deus falou através dos profetas no passado, mas agora ele havia falado através do seu Filho, em quem estão “ocultos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento”. Ele é também aquele que criou e até agora sustenta o universo. Portanto, o Cristo bíblico tem conhecimento exaustivo de todas as coisas.

Se toda sabedoria e conhecimento estão em Cristo, então, diferentemente dos profetas que vieram antes dele, ele foi a revelação completa e final de Deus para a humanidade. Visto que era a expressão completa de Deus (Hebreus 1.3), não há nada mais que alguém após ele possa revelar, que já não esteja em Cristo. Tanto os profetas antes de Cristo e os apóstolos depois proclamaram a ele como a revelação completa de Deus, e nenhum escritor bíblico reivindicou suplantá-lo. Visto ser ele a expressão ou revelação completa de Deus, não há ninguém após ele que possa por direito pretender ser seu equivalente ou superior, nem que possa oferecer “revelações” que contradigam, atualizem ou substituam a revelação cristã na Escritura.

É estranho que muitos dos profetas que alegam substituir Cristo, ao mesmo tempo tentaram honrá-lo como um verdadeiro profeta de Deus. Não obstante, essa pessoa a quem reconhecem ter vindo de Deus também disse: “Quem me vê, vê o Pai” (João 14.9). Jesus era a revelação divina perfeita e completa porque era o próprio Deus. Como então pode alguma vez existir um mensageiro ou revelação maior, mais atual e relevante?

Se alguém admite que o cristianismo é verdadeiro, então deve confessar também que todas as outras religiões e cosmovisões são falsas; de outra forma, ele não estaria admitindo realmente sua veracidade, visto que a exclusividade é integral para ele. Se ele afirma que o cristianismo é falso, então se distancia da cosmovisão cristã e assume uma outra. Isso gera uma colisão de cosmovisões, dando ao cristão uma oportunidade para aniquilar totalmente as crenças de seus oponentes em debate e para torná-lo um exemplo público.

Ou alguém crê que o cristianismo é verdadeiro, ou crê que ele é falso. Se crê que o cristianismo é verdadeiro, então todas as outras religiões e cosmovisões são falsas; se crê que esse é falso, então ele deve derrotá-lo no campo de batalha da argumentação racional. Alegar que o cristianismo é só parcialmente verdadeiro ou mesmo na sua maior parte, é equivalente a dizer que ele é falso, visto o próprio cristianismo reivindicar ser totalmente verdade em todo aspecto e detalhe.

Está popular dizer que há alguma verdade em toda religião, que não se deve afirmar sua própria religião pela exclusão total das outras, e que se tem sempre que respeitar a religião alheia. Mas esse é um ato de covarde transigência. Que até mesmo alguns cristãos professos considerem isso uma opção legítima reflete o seu comprometimento fraco ou inexistente para com Cristo e as faltas de ensinamento bíblico adequado e de disciplina na igreja.

Se uma cosmovisão religiosa é uma revelação divina, então nenhum aspecto do sistema pode ser falso ou irrelevante. Deus não revela falsidade, e se o fizesse, seria

impossível para alguém distingui-la da verdade. Se uma dada cosmovisão consiste tanto de proposições verdadeiras como de falsas, ninguém seria capaz de distinguir as primeiras das segundas baseando-se nessa própria cosmovisão.

Se alguém distingue o que é verdadeiro do que é falso numa determinada cosmovisão, isso necessariamente implica que ele está pressupondo outra cosmovisão como seu padrão de verdade, a qual ele sabe ou admite ser totalmente correto, pela qual ele está agora avaliando a outra cosmovisão em questão. Ele deve presumir seu padrão de verdade como tal, visto que de outra forma ele não seria capaz de avaliar se diferentes aspectos de outra cosmovisão são verdadeiros ou falsos. Sendo esse o caso, ele não estaria aprendendo algo da cosmovisão que está sob escrutínio, visto que já adotou uma que ele supõe como sendo inteiramente verdadeira.

Por exemplo, alguém que testa uma reivindicação de verdade com o “método científico” pressupõe uma cosmovisão na qual tal método para testar reivindicações de verdade é admitido como confiável. Mas, se a cosmovisão baseada na qual ele faz essa suposição não é totalmente verdadeira, então ele não pode, antes de tudo, saber se o método científico é confiável. Portanto, uma cosmovisão que é apenas parcialmente verdadeira também é uma cosmovisão inútil; ela descamba logicamente para o ceticismo epistemológico completo, de forma que nenhum conhecimento é possível em hipótese alguma.

A reivindicação cristã é que toda a Bíblia é verdadeira, e se toda a sabedoria e conhecimento estão em Cristo, então tudo o que é verdade nas outras religiões e cosmovisões foi roubado do cristianismo. Se os não-cristãos alegarem então que tal informação vem da própria cosmovisão deles, eles se tornam plagiários e hipócritas, mesmo se partindo de uma perspectiva humana. Mas isso é muito mais sério da perspectiva divina:

Portanto, a ira de Deus é revelada dos céus contra toda impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça, pois o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou... Porque, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe renderam graças, mas os seus pensamentos tornaram-se fúteis e o coração insensato deles obscureceu-se. Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos (Romanos 1.18,19, 21,22).

Paulo afirma que todos os seres humanos tem um conhecimento inato e inescapável do Deus cristão, mas os não-cristãos recusam reconhecê-lo. Eles não o glorificam ou o agradecem como Deus e criador. Pelo contrário, eles pervertem seu conhecimento e tendências inatos, resultando em idolatria. Então, creditam qualquer coisa que seja verdadeira no sistema de pensamento deles aos ídolos que adoram. Romanos 1.25 diz: “Eles trocaram a verdade de Deus pela mentira, e adoraram e serviram a coisas e seres criados, em lugar do Criador”. Essa condenação se aplica igualmente aos cientistas não-cristãos, bem como aos budistas e aos mórmons.

Portanto, dizer que as religiões e cosmovisões não-cristãs possuem alguma verdade serve apenas para condená-los, e não faz nada para apoiar a credibilidade ou utilidade delas de forma alguma. Todavia, o reconhecimento de que as falsas religiões têm algo de verdadeiro a dizer não implica que devemos respeitá-las, mas somente quer dizer

que nós os pegamos “em flagrante” no crime de roubo espiritual contra Deus. Eles receberam dele e, todavia, o negam.

Não estamos dizendo que Deus se revela de uma forma limitada pelas religiões não-cristãs, enquanto o faz mais plena e verdadeiramente através da cristã. Antes, estamos dizendo que ele não se revela por meio de nenhuma religião ou cosmovisão não-cristã, de forma alguma. Cada pessoa nasce com um conhecimento inato do Deus cristão mas, desafiando a ele, os não-cristãos suprimem esse conhecimento e constroem suas próprias cosmovisões baseadas sobre premissas não-cristãs. Contudo, eles não podem suprimir completamente todos os traços da verdade cristã e, assim, vemos que todas as religiões e cosmovisões não-cristãs se apropriam de princípios cristãos que são impossíveis de se justificarem sobre a base de premissas não-cristãs. Isto é, os princípios cristãos nas suas religiões e cosmovisões não podem ser deduzidos de seus princípios primeiros não-cristãos. Logo, qualquer “verdade” nelas é evidência de engano e impiedade, e não de genuína orientação divina.

Eles erigem seus “bezerros de ouro” e declaram em alta voz: “Eis aí os seus deuses, ó Israel, que tiraram vocês do Egito!” (Êxodo 32.4)! Entretanto, Deus disse: “Eu sou o Senhor; este é o meu nome! Não darei a outro a minha glória nem a imagens o meu louvor” (Isaías 42.8). Em vez de dar a glória devida ao Deus da Bíblia cristã, suprimem o seu conhecimento desse Deus verdadeiro e, no lugar desse, dão glória aos ídolos. Portanto, adeptos de religiões e cosmovisões não-cristãs são “indesculpáveis” (Romanos 1.20).

Deus “faz raiar o seu sol sobre maus e bons e derrama chuva sobre justos e injustos” (Mateus 5.45). Um idólatra não consegue dar a glória a quem ela é devida, visto que ele não recebe chuva e outras provisões de seu ídolo, mas do Deus cristão. Embora esse tenha lhe dado um conhecimento inato com respeito a si mesmo, a pessoa suprime a verdade por causa de sua impiedade (Romanos 1.18), e prefere honrar um ídolo em vez disso (Romanos 1.21). Da mesma forma, um ateu recebe chuva e outras provisões de Deus mas, em vez disso, credita-as às causas naturais. Por essa razão, a ira divina está derramada sobre todos os não-cristãos.

Se Cristo possui toda sabedoria e conhecimento, então o fato de que qualquer não-cristão pode saber que $1 + 1 = 2$ significa que Cristo, que é “a verdadeira luz, que ilumina todos os homens” (João 1.9), lhe deu esse conhecimento. Esse não se origina ou reside em sua religião ou cosmovisão não-cristãs, mas é uma parte integral do sistema cristão. Se não dá graças ao Deus cristão por esse conhecimento, então está cometendo roubo espiritual e intelectual ao falhar em dar o crédito à fonte apropriada de seu conhecimento.

Por outro lado, os cristãos recebem conhecimento livremente daquele a quem eles adoram: “É, porém, por iniciativa dele [de Deus] que vocês estão em Cristo Jesus, o qual se tornou sabedoria de Deus para nós” (1 Coríntios 1.30). Visto que Cristo tem um monopólio sobre a verdade, qualquer pessoa que conhece algo, seja o que for, deve seu conhecimento a Cristo, e um fracasso em adorá-lo e dar-lhe graças é um pecado que merece o castigo derradeiro.

Portanto, segue-se que é pecaminoso para os cristãos dizerem que podem aprender algo das religiões e cosmovisões não-cristãs. Suponha que uma religião não-cristã

tenha dentro de si um pedaço de informação verdadeira. A partir de nossa premissa que Cristo é o possuidor de toda sabedoria e conhecimento, esse pedaço de informação deve necessariamente ser uma verdade “cristã” que essa outra religião furtou e, portanto, é primeiro uma parte da revelação cristã. Tentar aprender uma verdade cristã a partir de uma fonte não-cristã é irreverente e tolo. Somente a revelação bíblica apresenta a verdade sem mistura ou distorção.

Voltando a uma questão mencionada anteriormente, se um sistema religioso é apenas parcialmente, mas não inteiramente verdadeiro, seria impossível distinguir o verdadeiro do falso sobre a base dessa própria religião. Os cristãos que dizem que outras religiões contêm algumas verdades são capazes de reconhecer a essas pelo que elas são, precisamente porque eles já as aprenderam a partir da cosmovisão cristã, a qual eles afirmam ser inteiramente verdadeira; de outra forma, não há forma de dizer o verdadeiro e o falso.

Suponha um determinado sistema de pensamento que inclua as seguintes proposições: (1) X é um homem, e (2) X é um contador. Se na realidade (1) é verdade, mas (2) é falso, como alguém afirmará (1) e negará (2), a menos que ele já conheça X? A menos que uma determinada cosmovisão A seja verdadeira em sua inteireza, não há forma alguma de dizer qual proposição é verdadeira sem introduzir o conhecimento obtido fora do sistema, tal como uma determinada cosmovisão B, em cujo caso o sistema na questão (A) seria avaliado pelo sistema a partir do qual a pessoa obteve o dito conhecimento introduzido (B). Mas se alguém já obteve esse conhecimento a partir de outro sistema de pensamento (B), como ele está aprendendo a partir desse sistema em questão (A)? Ele está julgando-o, não aprendendo a partir dele.

Não há nada para aprender a partir de uma religião ou cosmovisão que não seja inteiramente verdadeira. Alguém pode aprender somente a partir de um sistema de pensamento se o mesmo for verdadeiro em sua inteireza, e então pode usar o conhecimento adquirido para avaliar outro sistema não inteiramente verdadeiro, mas não aprender dele. Dizer que uma determinada religião ou cosmovisão possui “alguma verdade” é, pois, condená-la como inapropriada para crença, e não louvá-la ou honrá-la em hipótese nenhuma.

Não há nada verdadeiro que alguma religião ou cosmovisão não-cristã possa ensinar que não seja primeiramente uma parte do sistema cristão. Toda informação verdadeira e conhecível já está declarada ou subentendida na cosmovisão cristã; qualquer informação verdadeira não declarada ou subentendida pela revelação bíblica é incognoscível. Dizer outra coisa seria negar nossa premissa básica de que toda sabedoria e conhecimento estão em Cristo, em cuja caso podemos questionar, antes de tudo, se a pessoa que está fazendo a negação é um cristão.

Portanto, eu concludo que não há nada que os cristãos possam aprender dos não-cristãos que já não esteja incluído ou subentendido na cosmovisão cristã, só que a Bíblia revela essas verdades sem impureza ou mistura, e de um modo que é completo e coerente. Para mim, dizer que outras religiões têm “alguma verdade” é insultá-las — eu estou pressupondo que os profetas delas são ladrões ímpios, certamente não dignos da confiança e do respeito de ninguém.

Paulo diz: “A intenção dessa graça era que agora, mediante a igreja, a multiforme sabedoria de Deus se tornasse conhecida dos poderes e autoridades nas regiões celestiais” (Efésios 3.10). Deus pretende que a igreja o glorifique manifestando sua sabedoria no contexto da proclamação de uma mensagem exclusiva. Ele certamente não tencionou que a igreja louvasse religiões e cosmovisões não-cristãs pela sabedoria e conhecimento que elas têm roubado de nós, e menos ainda que a igreja afirmasse a falsidade nas outras religiões e cosmovisões como verdades. As religiões e cosmovisões não-cristãs podem conter diversas proposições verdadeiras — sempre suficientes para fazê-las culpadas, mas nunca para tornar a salvação possível.

A mesma crítica contra as religiões não-cristãs se aplicam às cosmovisões que reivindicam ser não-religiosas. Por exemplo, os cristãos não podem aprender nada a partir da cosmovisão ateísta, a menos que o ateísmo seja verdadeiro sem sua inteireza. O ateu não pode conhecer nada, de forma alguma, se não for por Cristo, o *logos*, que facilita o conhecimento e a comunicação entre os homens. Não há nada na cosmovisão não-cristã que possa oferecer alguma verdade ao cristão que já não esteja na cosmovisão cristã.

Por exemplo, um cristão pode obter um gole de água de um ateu, que a tem para oferecer através da coleta de chuva. Mas a chuva não vem de, e não pode ser definitivamente explicada por nada inerente à cosmovisão ateísta; antes, a chuva vem do Deus cristão. A diferença é que o cristão dá graças a Deus pela água, mas o ateu não, e não consegue reconhecer o verdadeiro Deus que é a fonte última da chuva; o ateu peca e compromete sua alma à condenação eterna.

Da mesma forma, um estudante cristão pode aprender que $1 + 1 = 2$ a partir de um tutor ateu, mas esse pedaço de informação pertence a Cristo, que tem toda sabedoria e conhecimento. O ateu está simplesmente ensinando ao cristão algo que é inerente à cosmovisão cristã, que ele aprendeu de Cristo, o *logos*, sem dar as devidas graças a Deus. Por outro lado, o cristão reconhece que todo conhecimento pertence a Cristo, e dá graças a Deus por esse pedaço de informação.

Para falar em termos de proposições, todas as proposições verdadeiras são, na verdade, proposições cristãs — elas são a propriedade de Cristo; portanto, são muito mais apropriada e corretamente expressas dentro do contexto da cosmovisão cristã. Assim, dizer que os cristãos podem, de fato, aprender o verdadeiro conhecimento a partir dos não-cristãos, tal como $1 + 1 = 2$, não significa que é desejável assim o fazer, visto que algum grau de distorção e limitação inevitavelmente ocorrerá por causa das pressuposições não-cristãs daqueles que ensinam.

Até mesmo o conhecimento que é aparentemente não-religioso em natureza é mais bem expresso e ensinado dentro de um contexto explicitamente cristão. Por exemplo, se Deus é o governador e planejador da história, então um livro-texto sobre as civilizações ocidentais que deixa de mencionar a providência divina não é um bom texto de história de forma alguma, visto que negligencia o próprio fator que determina todos os eventos e progressos históricos. Se o que a Escritura diz sobre a criação é verdade, então “No princípio Deus criou os céus e a terra” (Gênesis 1.1) é uma explicação superior para a existência do universo do que qualquer sistema sofisticado de cosmologia que falhe em reconhecê-lo como a causa primeira e sustentadora de

tudo o que existe (Colossenses 1.17; Hebreus 1.3). Coisas similares podem ser ditas nos campos de economia, literatura, música e até mesmo esporte.

Aquele que insiste em pensar independentemente das proposições bíblicas reveladas por Deus, deve refutar a cosmovisão desafiadora apresentada pelo sistema cristão. Se todas as coisas foram criadas e são agora sustentadas pelo divino *logos*, Jesus Cristo, então o próprio pensamento não tem justificação última sem primeiro se pressupor a cosmovisão cristã. O raciocínio não pode nem mesmo ser inteligível sem a existência de uma mente eterna, onipotente, onisciente e racional, de quem nós, que somos feitos à imagem divina, e, assim, modelados segundo a mente dele, recebemos as leis da lógica e da gramática. O não-cristão deve mostrar baseado em sua cosmovisão, sem tomar emprestadas pressuposições cristãs, que as leis da lógica não são regras arbitrárias nem meras convenções; de outra maneira, qualquer argumento que ele faça pode ser descartado enquanto baseado sobre regras arbitrárias ou meras convenções. Não conseguindo sobrepujar tal obstáculo, o não-cristão não pode nem mesmo debater com o cristão sobre nenhum assunto antes de pressupor a cosmovisão cristã inteira.

Os incrédulos freqüentemente acusam a exclusividade dos cristãos como indicando uma falta de amor para com as pessoas. Contudo, a Bíblia ensina que o verdadeiro amor “não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade” (1 Coríntios 13.6). Os cristãos não estão sob obrigação alguma de permitir aos não-cristãos que definam para nós o significado de amor.

O covarde intelectual que não pode refutar a cosmovisão bíblica diz que os cristãos têm mente estreita, são cheios de ódio e santarrões. Mas nós rejeitamos todas as religiões e cosmovisões não-cristãs por serem falsas. Uma “abertura” que aceitasse a mentira tão rapidamente quanto assente à verdade denuncia uma mente estúpida, depravada e distorcida, e não um sinal de acuidade intelectual ou progresso moral. Os cristãos que ousadamente condenam todas as religiões e cosmovisões não-cristãs por falsas não o fazem porque sejam santarrões, mas porque crêem na verdade ao invés da mentira, e por não serem estúpidos.

Portanto, submetamo-nos às seguintes declarações apostólicas:

Se alguém não ama o Senhor, seja amaldiçoado. Vem, Senhor! (1 Coríntios 16.22).

Mas ainda que nós ou um anjo dos céus pregue um evangelho diferente daquele que lhes pregamos, que seja amaldiçoado! Como já dissemos, agora repito: Se alguém lhes anuncia um evangelho diferente daquele que já receberam, que seja amaldiçoado! (Gálatas 1.8,9).

Que assim seja. Que seja eternamente condenado qualquer pessoa que advogue uma religião ou cosmovisão que discorde do cristianismo bíblico.

Devemos insistir no fato de que somente o cristianismo é verdadeiro e que todas as religiões e cosmovisões não-cristãs são falsas, pois essa crença é uma parte integral e necessária do cristianismo bíblico, e aqueles que afirmam ser cristão não têm a opção de rejeitá-la. Como cristãos, devemos nos gloriar na natureza exclusiva da nossa fé ao

invés de nos envergonharmos dela. A questão não é se alguém acha a afirmação emocionalmente satisfatória, embora devamos achá-lo, mas se é objetivamente verdadeiro que Cristo, e, portanto, o cristianismo, é o único detentor da verdade, e que quaisquer pretensas verdades em outras religiões e cosmovisões não são nada mais do que mercadorias roubadas e evidência da culpa delas.

A própria Bíblia reivindica um *status* exclusivo, e nenhum epíteto contra o cristão, dizendo que está defendendo o ódio e o fanatismo, pode mudar a verdade dessa reivindicação. Qualquer pessoa que rejeite a reivindicação cristã de exclusividade deve estar pronta para confrontar a cosmovisão cristã com sua própria não-cristã. Aqueles cristãos professos que se opõem à total exclusividade e superioridade do cristianismo devem reconhecer que rejeitaram a infalibilidade bíblica, que repudiaram a autoridade de Cristo, dos profetas e dos apóstolos e, assim, que não têm fundamento bíblico algum para que se autodenominem cristãos.

Se o cristianismo ousa se declarar como tendo monopólio sobre a verdade e espera que os outros cedam, então é apenas de direito que ele deva demonstrar sua superioridade quando assaltado por outras cosmovisões. Todavia, seria intelectualmente desonesto e moralmente desprezível para o não-cristão permanecer resistindo à cosmovisão cristã, incluindo sua reivindicação de exclusividade, após o cristão ter triunfado em argumentação.

Em conexão com isso, a igreja em geral está em falta por não fornecer aos crentes um treinamento melhor em apologética, de forma que muitos deles têm sucumbido covardemente ao apelo dos incrédulos para praticar a “tolerância” e, assim, cessado de confrontar as falsas religiões e cosmovisões abraçadas por aqueles. Embora os cristãos devam ser corteses para com os incrédulos num nível social, aqueles que são simpáticos para com os não-cristãos num nível teológico ou ideológico, cometem traição contra Cristo e seu reino.

Colossenses 2,9,10 diz: “Pois em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da divindade, e, por estarem nele, que é o Cabeça de todo poder e autoridade, vocês receberam a plenitude”. Se “toda a plenitude da divindade” está em Jesus Cristo, nenhum profeta subsequente pode ser maior do que ele, pois não há nada deixado para ser revelado por outro profeta que já não o tenha sido por Cristo, e aqueles que afirmam ter tal revelação adicional, devem ser falsos profetas. Cristo é “o Cabeça de todo poder e autoridade”, e ninguém que veio após ele pode substituí-lo. Se temos “recebido a plenitude em Cristo”, o qual, por sua vez, tem “toda a plenitude da divindade”, então não há nada para se aprender a partir de religiões e cosmovisões não-cristãs. Se Cristo não é meramente um mensageiro ou uma manifestação de Deus, mas ele próprio, nenhum profeta pode alterar, atualizar, contradizer ou adicionar algo à revelação cristã. Aqueles que o fazem são impostores e mentirosos.

Alguém pode pensar que esse tipo de linguagem é, com certeza, demasiadamente severa e indelicada; contudo, a Bíblia fala de incrédulos como brutos, víboras, cães, porcos, tolos, hipócritas, sepulcros caiados e filhos do diabo. Não usamos palavras desagradáveis por amargura, ira ou descortesia, mas como uma tentativa de dar descrições adequadas da estupidez e depravação da incredulidade. Além do que, não afirmamos que os não-cristãos devam permanecer como estão. Aqueles dentre nós que foram salvos, “também vivíamos entre eles, satisfazendo as vontades da nossa

carne, seguindo os seus desejos e pensamentos. Como os outros, éramos por natureza merecedores da ira” (Efésios 2.3). Contudo, “pelo grande amor com que nos amou, deu-nos vida com Cristo, quando ainda estávamos mortos em transgressões pela graça vocês são salvos” (v. 4,5). Não nos gloriamos e nem triunfamos sobre os fracassos dos não-cristãos por causa de algumas qualidades superiores inerentes em nós mesmos, mas “quem se gloriar, glorie-se no Senhor” (1 Coríntios 1.31). E mesmo agora, não podemos fazer nada aparte de Cristo (João 15.5).

Os cristãos que professam fé em Cristo devem entender a quem e pelo que eles se comprometeram. Aqueles que se chamam de cristãos e que, ao mesmo tempo, experimentam grande dificuldade com as reivindicações bíblicas de exclusividade deveriam examinar a si mesmos para ver se são cristãos autênticos (2 Coríntios 13.5), ou se compreenderam mui erroneamente a mensagem do evangelho e, portanto, experimentaram falsas conversões. Muitas pessoas aceitaram uma versão diluída e distorcida do cristianismo, pessoas essas que rejeitariam imediatamente uma apresentação correta do cristianismo bíblico se essa lhes houvesse sido apresentada na ocasião.

Se eles entendem a verdadeira natureza do cristianismo como uma religião e cosmovisão exclusivas, mas continuam a negar a supremacia e autoridade exclusiva de Cristo, repudiando assim a fé cristã, então por qual definição eles são cristãos genuínos? Em que sentido pode alguém ser um cristão se declara que Cristo pode ser somente uma opção entre muitas, e que suas próprias reivindicações de autoridade e verdade exclusiva estão equivocadas (Mateus 28.18; João 14.6)? Em que sentido uma pessoa que conscientemente contradiz os apóstolos Pedro e Paulo (Atos 4.12; 1 Timóteo 2.5) pode ser cristã? Ela falsamente chama sua fé de “cristianismo”, visto que desafia declarações bíblicas sobre um assunto dos mais importantes.

Devemos confrontar os cristãos professos indecisos dentro da igreja, de forma que devam escolher de uma vez por todas a quem eles servirão (Josué 24.15), e parem de ter uma mente dúbia ou de “oscilar para um lado e para o outro” (1.º Reis 18.21). Se o cristianismo é verdadeiro, então todas as religiões e cosmovisões não-cristãos são falsas; se qualquer outra religião ou cosmovisão é verdadeira, então o cristianismo não pode ser ao mesmo tempo verdadeiro.

Muitos cristãos condenam prontamente o roubo, o adultério e o assassinato, com uma posição aparentemente inamovível e não passível de transigência. Contudo, ao mesmo tempo fomentam um tipo de diálogo de não-confrontação com religiões e cosmovisões não-cristãs que denuncia uma atitude de ver a idolatria como não sendo tão ímpia como o são os pecados. Isso revela que seu padrão ético é, antes de tudo, mais humanístico do que bíblico, mas antropocêntrico do que teocêntrico. Ficam horrorizados com os crimes violentos, mas consideram o ateísmo e a idolatria com uma bondade e empatia humanísticas.

Contudo, a falsa adoração é um pecado muito maior do que o assassinato ou estupro. Jesus diz que “o primeiro e maior mandamento” é “Ame o Senhor, o seu Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu entendimento” (Mateus 22.37,38), enquanto amar seus companheiros seres humanos é designado como o segundo mandamento (v. 39). Logo, é contra o padrão bíblico de ética lamentar crimes contra a humanidade mais do que pecados contra o único Deus verdadeiro.

Minha preocupação é se cristãos consideram o ateísmo e a idolatria como sendo os mais sérios dos pecados, ou se podem ignorar os quatro primeiros mandamentos do Decálogo enquanto que obedecem ao restante. Estou convencido de que a atitude indiferente e acomodada de muitos cristãos para com os pecados do ateísmo e da idolatria deixa de refletir a denúncia extrema da Escritura contra eles. E, na medida em que nossos pensamentos discordam dos pensamentos de Deus, pecamos contra ele, fazendo-o um mentiroso.

Temos de apelar aos cristãos para que se decidam, pois se professam a Jesus Cristo como Senhor, devem renunciar permanentemente a suas predisposições de idolatria e sincretismo, e defender que o conhecimento da salvação é encontrado na Escritura somente, que a obra redentora de Deus é apropriada apenas através de Cristo, e que essa só é aplicada ao indivíduo pela fé.

Quem rejeita a noção de que uma religião ou cosmovisão possa ser exclusivamente verdadeira já está praticamente excluindo ao dizer que é exclusivamente verdade que nenhuma religião pode fazer reivindicações exclusivas. Todas as religiões exclusivas devem ser excluídas de aceitação. O apelo à tolerância ou para sermos inclusivos em nossa teologia é freqüentemente uma escusa para evitar tratar com várias e irreconciliáveis contradições entre as cosmovisões. O não-cristão deveria parar de ser um covarde intelectual, encarar a realidade, e admitir que por causa dessas reivindicações contraditórias, nem toda cosmovisão pode ser verdadeira.

O que dá aos incrédulos o direito de serem intolerantes para com as nossas reivindicações exclusivas, antes de mais nada? Se eles são verdadeiramente tolerantes, por que eles não toleram nossos ataques e não se defendem como resposta? Mas eles se defendem sim, veementemente atacando o cristianismo, mas não atacam alvos fáceis, tais como o islamismo ou budismo com freqüência, se é que alguma vez o fazem. Não obstante, essas outras religiões também fazem fortes reivindicações exclusivas. É apenas um caso de ignorância no estudo das religiões, ou é um caso de preconceito seletivo equivalente a uma conspiração satânica contra a verdadeira fé?

Por que os incrédulos focalizam seus esforços no ataque ao cristianismo? Várias coisas podem se passar em suas mentes distorcidas e depravadas, mas há duas possibilidades óbvias. Primeiro, somente a cosmovisão cristã se coloca como uma ameaça para eles, de um ponto de vista intelectual. Segundo, na realidade há apenas dois grupos de pessoas no mundo — cristãos e não-cristãos (Gênesis 3.15). Jesus diz: “Aquele que não está comigo, está contra mim” (Mateus 12.30). Do ponto de vista de Deus, todos os não-cristãos estão do mesmo lado, quer sejam eles ateus, budistas ou mórmons. Trata-se, definitivamente, de um caso da verdade única contra uma variedade de falsidades, e não de várias cosmovisões dignas competindo por domínio.

Há aqueles que dizem que a intolerância intelectual e ideológica resulta de ignorância; contudo, esses próprios indivíduos rejeitam certas proposições baseados no que eles alegam ser conhecimento, não ignorância. Por exemplo, rejeitam a idéia de que a terra é chata devido ao conhecimento que afirmam ter. Por conseguinte, a intolerância intelectual e ideológica é amiúde uma reivindicação de conhecimento. Podemos argumentar sobre se esse conhecimento alegado é verdadeiro, mas o próprio ato de debate pressupõe que cada um considera os outros como estando errados, e que cada

um está disposto a expor os erros dos outros. Por outro lado, a tolerância é uma marca de ignorância — alguém que não sabe o que é verdade ou falso não tem base sobre a qual rejeitar qualquer idéia ou crença.

Jamais devemos tolerar a falsidade, mas sim expô-la e destruí-la. Todavia, não fazemos isso através de violência física, mas por irrestrita e sem piedade atitude intelectual no diálogo e na argumentação racional. Como Paulo diz:

As armas com as quais lutamos não são humanas; ao contrário, são poderosas em Deus para destruir fortalezas. Destruímos argumentos e toda pretensão que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levamos cativo todo pensamento, para torná-lo obediente a Cristo (2 Coríntios 10.4,5).

A honestidade e a coragem exigem que promovamos o confronto das cosmovisões em debate privado e público, e que decidamos de antemão que aquelas que não podem suportar o escrutínio intenso devem ser abandonadas como sendo falsas. O cristianismo será a única [cosmovisão] que permanecerá de pé quando a poeira se assentar.

6. SALVAÇÃO

ELEITOS

A doutrina bíblica da ELEIÇÃO ensina que Deus escolheu um número definido de indivíduos para obter salvação mediante a fé em Cristo. As identidades exatas dessas pessoas foram determinadas e são inalteráveis. Deus elegeu tais indivíduos sem qualquer consideração por suas decisões, ações e outras condições neles, mas a base de sua opção foi somente seu querer. Ele as escolheu para a salvação tão somente porque quis escolhê-los, e não porque ele previu qualquer coisa que eles fossem decidir ou fazer.

Ainda que eu vá mais completamente discutir a doutrina da eleição e responder a várias objeções na presente seção, já tenho estado explicando e defendendo a doutrina através deste livro, e todos os argumentos em apoio à absoluta soberania e à eleição divinas que haviam aparecido nos capítulos anteriores também se aplicam a esta seção. Lembrando isso, a necessidade de repetição será reduzida.

Nossa primeira passagem bíblica vem de Romanos 9. Ainda que o Israel nacional fosse supostamente a nação escolhida de Deus, a maioria de seu povo tinha rejeitado a Cristo, e assim foram tirados da salvação. Isso significa que a promessa divina para com Israel havia falhado? Paulo resolve essa questão em sua carta aos romanos:

Não pensemos que a palavra de Deus falhou. Pois nem todos os descendentes de Israel são Israel. Nem por serem descendentes de Abraão passaram todos a ser filhos de Abraão. Ao contrário: “Por meio de Isaque a sua descendência será considerada”. Noutras palavras, não são os filhos naturais que são filhos de Deus, mas os filhos da promessa é que são considerados descendência de Abraão. Pois foi assim que a promessa foi feita: “No tempo devido virei novamente, e Sara terá um filho.” (Romanos 9.6-9)

Ainda que “Israel” fosse a nação escolhida por Deus, nem todos os israelitas de nascimento natural eram israelitas genuínos. Deus nunca fez a promessa de salvação ao Israel nacional, mas somente aos verdadeiros descendentes de Abraão, que constituem o Israel espiritual. Quando seus adversários alegavam ser descendentes de Abraão, Jesus respondia: “Se vocês fossem filhos de Abraão, fariam as obras que Abraão fez. Mas vocês estão procurando matar-me, sendo que eu lhes falei a verdade que ouvi de Deus; Abraão não agiu assim” (João 8.38-40). Ainda que tais pessoas fossem descendentes naturais de Abraão, Jesus disse que eles não eram de fato filhos dele, mas que tinham por pai o diabo (v. 44).

Por outro lado, Paulo escreve: “Se vocês são de Cristo, são descendência de Abraão e herdeiros segundo a promessa” (Gálatas 3.29). Aqueles que tem a fé de Abraão são seus genuínos filhos (Romanos 4.16). A promessa divina foi feita aos descendentes espirituais de Abraão, não aos naturais. Naturalmente, esses últimos que crêem em Cristo são também seus descendentes espirituais e, assim, também herdeiros da promessa, mas herdeiros somente devido à sua herança espiritual e não à natural.

Paulo então cita o exemplo de Jacó e Esaú:

E esse não foi o único caso; também os filhos de Rebeca tiveram um mesmo pai, nosso pai Isaque. Todavia, antes que os gêmeos nascessem ou fizessem qualquer coisa boa ou má — a fim de que o propósito de Deus conforme a eleição permanecesse, não por obras, mas por aquele que chama — foi dito a ela: “O mais velho servirá ao mais novo”. Como está escrito: “Amei Jacó, mas rejeitei Esaú.” (Romanos 9.10-13)

Ainda que tanto Jacó quanto Esaú fossem descendentes naturais de Isaque, Deus os tratou diferentemente, ao favorecer o mais novo em detrimento do mais velho. Tal decisão não foi baseada em “qualquer coisa boa ou má” que tivessem feito, mas foi para que “o propósito de Deus conforme a eleição permanecesse.” A escolha foi incondicional, significando que não foi “por obras, mas por aquele que chama.” Jacó foi favorecido devido à soberana vontade de Deus, não por algo que tivesse feito ou fosse fazer; a escolha divina foi completamente independentemente de qualquer condição em Jacó. Como diz o versículo 15: “Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia e terei compaixão de quem eu quiser ter compaixão.” O verso 16 expressa a condição necessária: “Portanto, isso não depende do desejo ou do esforço humano, mas da misericórdia de Deus”.

Paulo diz que Deus nos salvou “por causa da *sua própria* determinação e graça,” não devido a qualquer condição que ele viu em nós, e ele nos deu essa graça salvífica “desde os tempos eternos” (2 Timóteo 1.9). Ele “nos destinou”, escreve Paulo, “conforme o *bom propósito da sua vontade*” (Efésios 1.5), não devido ao que ele soubesse que iríamos decidir ou fazer. Somos “chamados de acordo com *o seu propósito*” (Romanos 8.28). Aos tessalonicenses, Paulo escreve: “Ele os escolheu [a vocês]” (1 Tessalonicenses 1.4), e não: “Vocês o escolheram”. Ele repete isso em sua próxima carta a eles e diz: “Deus os escolheu [a vocês] para serem salvos” (2 Tessalonicenses 2.13), e não: “Vocês escolheram a si próprios para serem salvos.” A eleição não depende das decisões ou ações do homem, mas da misericórdia divina que é dispensada por sua vontade soberana somente.

Jesus diz em João 6.37,44:

Todo aquele que o Pai me der virá a mim, e quem vier a mim eu jamais rejeitarei.

Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, não o atrair; e eu o ressuscitarei no último dia.

O versículo 37 diz que todos os que são pelo Pai dados a Jesus virão a esse, e o 44 exclui todos os demais de vir a Jesus. Ou seja, serão salvos todos a quem o Pai lhe dá (v. 37), e ninguém que o Pai não dê a Jesus será salvo (v. 44). Visto que outras passagens bíblicas indicam que nem todos serão salvos, segue-se necessariamente que o Pai não dá toda pessoa a Jesus para ser salva.

A palavra traduzida por “atrair” no versículo 44 também quer dizer “arrastar”, “puxar” ou até “forçar”, de modo que pode ser lido: “Ninguém pode vir a mim a não

ser que o Pai que me enviou o *arraste*, o *puxe* e o *force*.” Por exemplo, a palavra é traduzida por “arrastaram” e “arrastam” na NVI nos seguintes versículos:

Percebendo que a sua esperança de lucro tinha se acabado, os donos da escrava agarraram Paulo e Silas e os *arrastaram* para a praça principal, diante das autoridades. (Atos 16.19)

Toda a cidade ficou alvoroçada, e juntou-se uma multidão. Agarrando Paulo, *arrastaram-no* para fora do templo, e imediatamente as portas foram fechadas. (Atos 21.30)

Mas vocês têm desprezado o pobre. Não são os ricos que oprimem vocês? Não são eles os que os *arrastam* para os tribunais? (Tiago 2.6)

Tendo em mente a total depravação do homem (Romanos 3.10-12,23), que está espiritualmente morto e não pode responder a ou mesmo requisitar qualquer assistência, Jesus está dizendo que ninguém pode ter fé nele a menos que seja escolhido e compelido pelo Pai. Visto que a fé em Cristo é o único caminho para a salvação (Atos 4.12), e visto que é o Pai apenas e não os próprios indivíduos humanos quem escolhe aqueles que virão a Cristo, segue-se que é o Pai que elege quem receberá salvação, e não os indivíduos humanos mesmos.¹

Jesus repete esse ensino em João 6.63-66:

O Espírito dá vida; a carne não produz nada que se aproveite. As palavras que eu lhes disse são espírito e vida. Contudo, há alguns de vocês que não crêm”. Pois Jesus sabia desde o princípio quais deles não criam e quem o iria trair. E prosseguiu: “É por isso que eu lhes disse que *ninguém pode vir a mim, a não ser que isto lhe seja dado pelo Pai*”. Daquela hora em diante, muitos dos seus discípulos voltaram atrás e deixaram de segui-lo.

Ninguém pode vir a Jesus a não ser que lhe seja dado pelo Pai; ou seja, ninguém tem a faculdade de aceitar Jesus se o Pai não lha der. Essa mesma passagem mostra que o segundo não dá tal capacidade a todos, visto que muitos deles não crêm e que “muitos dos seus discípulos voltaram atrás e deixaram de segui-lo”.²

Jesus diz a seus discípulos: “Vocês não me escolheram, mas eu os escolhi” (João 15.16; também v. 19). Diz que “ninguém conhece o Pai a não ser o Filho e aqueles a quem o Filho o quis revelar” (Mateus 11.27). E, em Mateus 22.14, que “muitos são chamados, mas *poucos são escolhidos*”, não que “muitos são convidados, mas poucos

¹ “E quem, neste mundo de morte e pecado, não digo meramente querer, mas que pode querer o bem? Não é sempre verdade que uvas não são colhidas de espinheiros, nem figos dos cardos; que é somente a boa árvore que produz bom fruto enquanto que a má, sempre e em todo lugar, só fruto mau? ...É inútil conversar sobre salvação sendo a favor do ‘todos que a quiserem’ num mundo em que o ‘não a quero’ é universal”; Benjamin B. Warfield, *The Plan of Salvation*; Eugene, Oregon: Wipf and Stock Publishers, 2000 (original de 1915); p. 43.

² Jesus contradiz a suposição comum de que responsabilidade pressupõe capacidade — isto é, que se alguém é incapaz de aceitar o evangelho, então ele não deve ser censurado por rejeitá-lo. Contudo, ele diz que todos os seres humanos são incapazes disso a menos que capacitadas por Deus, mas todos os que recusam o Evangelho serão também punidos por sua incredulidade. Deste modo, a responsabilidade não pressupõem capacidade. Discutiremos isso mais adiante no texto.

aceitam o convite.” Isto é, muitos podem ouvir a pregação do evangelho, mas apenas aqueles “designados para a vida eterna” (Atos 13.48) podem e vão crer. Os eleitos são aqueles “por ele [Deus] escolhidos” (Marcos 13.20). Os crentes foram “escolhido[s] *pela graça*” (Romanos 11.5), e são eles “os que *pela graça* haviam crido” (Atos 18.27). Assim, não se pode eleger a si mesmo para a salvação aceitando a Cristo, mas recebe-se salvação aceitando a ele porque Deus escolhe primeiro. A fé não é a causa da eleição, mas a eleição é a causa da fé. Cremos em Cristo porque Deus primeiro nos elegeu para sermos salvos e então nos levou a acreditar naquele. Somos salvos porque Deus nos escolheu, não porque o escolhemos.

A seguir, uma lista de várias passagens bíblicas relevantes para a doutrina da eleição, incluindo citações mais completas daquelas passagens que estão citadas apenas parcialmente acima. Algumas dessas passagens são também relevantes para os outros tópicos que discutiremos posteriormente neste capítulo:

Como são felizes aqueles que *escolhes* e trazes a ti, para viverem nos teus átrios! Transbordamos de bênçãos da tua casa, do teu santo templo! (Salmo 65.4)

Todas as coisas me foram entregues por meu Pai. Ninguém conhece o Filho a não ser o Pai, e ninguém conhece o Pai a não ser o Filho e aqueles a quem *o Filho* o *quiser* revelar. (Mateus 11.27)

Pois muitos são chamados, mas *poucos são escolhidos*. (Mateus 22.14)

Se o Senhor não tivesse abreviado tais dias, ninguém sobreviveria. Mas, por causa *dos eleitos por ele escolhidos*, ele os abreviou. (Marcos 13.20)

Vocês não me escolheram, mas eu os escolhi para irem e darem fruto, fruto que permaneça, a fim de que o Pai lhes conceda o que pedirem em meu nome. (João 15.16)

Se vocês pertencessem ao mundo, ele os amaria como se fossem dele. Todavia, vocês não são do mundo, mas *eu os escolhi*, tirando-os do mundo; por isso o mundo os odeia. (João 15.19)

Ouvindo isso, os gentios alegraram-se e bendisseram a palavra do Senhor; e creram todos os que haviam sido *designados para a vida eterna*. (Atos 13.48)

Querendo ele [Apolo] ir para a Acaia, os irmãos o encorajaram e escreveram aos discípulos que o recebessem. Ao chegar, ele auxiliou muito os que *pela graça* haviam crido. (Atos 18.27)

Sabemos que Deus age em todas as coisas para o bem daqueles que o amam, dos que foram *chamados de acordo com o seu propósito*. (Romanos 8.28)

E Isaías diz ousadamente: “Fui achado por aqueles *que não me procuravam*; revelei-me àqueles *que não perguntavam* por mim”. (Romanos 10.20)

E qual foi a resposta divina? “*Reservei para mim* sete mil homens que não dobraram os joelhos diante de Baal.” Assim, hoje também há um *remanescente escolhido pela graça*. E, se é pela graça, já não é mais pelas obras; se fosse, a graça já não seria graça. Que dizer então? Israel não conseguiu aquilo que tanto buscava, mas *os eleitos o obtiveram*. Os demais foram endurecidos, como está escrito: “*Deus lhes deu um espírito de atordoamento, olhos para não ver e ouvidos para não ouvir, até o dia de hoje.*” (Romanos 11.4-8)

Porque *Deus nos escolheu* nele antes da criação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis em sua presença. Em amor *nos destinou* para sermos adotados como filhos, por meio de Jesus Cristo, *conforme o bom propósito da sua vontade*, para o louvor da sua gloriosa graça, a qual nos deu gratuitamente no Amado. (Efésios 1.4-6)

Nele fomos também *escolhidos*, tendo sido *predestinados* conforme o plano daquele que faz todas as coisas segundo o propósito da *sua vontade*, a fim de que nós, os que primeiro esperamos em Cristo, sejamos para o louvor da sua glória. (Efésios 1.11,12)

Porque somos criação de Deus realizada em Cristo Jesus para fazermos boas obras, as quais *Deus preparou antes* para nós as praticarmos. (Efésios 2.10)

Pois *a vocês foi dado* o privilégio de não apenas *crer em Cristo*, mas também de sofrer por ele, já que estão passando pelo mesmo combate que me viram enfrentar e agora ouvem que ainda enfrento. (Filipenses 1.29,30)³

Assim, meus amados, como sempre vocês obedeceram, não apenas na minha presença, porém muito mais agora na minha ausência, ponham em ação a salvação de vocês com temor e tremor, pois é *Deus quem efetua* em vocês tanto *o querer quanto o realizar*, de acordo com a *boa vontade dele*. (Filipenses 2.12,13)⁴

Sabemos, irmãos, amados de Deus, que *ele os escolheu* porque o nosso evangelho não chegou a vocês somente em palavra, mas também em poder, no Espírito Santo e em plena convicção. Vocês sabem como procedemos entre vocês, em seu favor. (1 Tessalonicenses 1.4,5)

Porque *Deus não nos destinou* para a ira, mas *para recebermos a salvação* por meio de nosso Senhor Jesus Cristo. (1 Tessalonicenses 5.9)⁵

Mas nós devemos sempre dar graças a Deus por vocês, irmãos amados pelo Senhor, porque desde o princípio *Deus os escolheu para serem salvos*

³ Ninguém pode decidir crer no evangelho contra sua disposição pecaminosa, mas a fé tem de ser soberanamente concedida por Deus como um dom (Efésios 2.8), e ele não a dá a todos os seres humanos.

⁴ Deus continua a dirigir-se tanto a nossas decisões quanto a nossas ações de acordo com seu próprio propósito mesmo após nos tornarmos cristãos. Temos consciência de nossos esforços espirituais, mas tais esforços ainda são produtos do soberano poder divino.

⁵ Deus designou os réprobos “para a ira”, mas os eleitos, “para receber salvação”.

mediante a obra santificadora do Espírito e a fé na verdade. (2 Tessalonicenses 2.13) ⁶

Portanto, não se envergonhe de testemunhar do Senhor, nem de mim, que sou prisioneiro dele, mas suporte comigo os meus sofrimentos pelo evangelho, segundo o poder de Deus, que nos salvou e nos chamou com uma santa vocação, não em virtude das nossas obras, mas *por causa da sua própria determinação e graça.* Esta graça nos foi dada em Cristo Jesus desde os tempos eternos, sendo agora revelada pela manifestação de nosso Salvador, Cristo Jesus. Ele tornou inoperante a morte e trouxe à luz a vida e a imortalidade por meio do evangelho. (2 Timóteo 1.8-10)

Vocês, porém, são geração eleita, sacerdócio real, nação santa, povo exclusivo de Deus, para anunciar as grandezas daquele que os chamou das trevas para a sua maravilhosa luz. (1 Pedro 2.9) ⁷

A besta que você viu, era e já não é. Ela está para subir do Abismo e caminha para a perdição. Os habitantes da terra, *cujos nomes não foram escritos no livro da vida desde a criação do mundo,* ficarão admirados quando virem a besta, porque ela era, agora não é, e entretanto virá. (Apocalipse 17.8) ⁸

Guerrearão contra o Cordeiro, mas o Cordeiro os vencerá, pois é o Senhor dos senhores e o Rei dos reis; e vencerão com ele os seus *chamados, escolhidos e fiéis.* (Apocalipse 17.14)

A Bíblia não pinta a humanidade como um grupo de pessoas se afogando no mar do pecado, e que seriam resgatados tantos quanto queiram cooperar com Cristo. Antes, traz a figura na qual todos os seres humanos estão mortos na água (Efésios 2.1; Romanos 3.10), e que afundaram todos rumo ao fundo (Jeremias 17.9). Visto estarem mortos, são incapazes de cooperar com qualquer assistência, ou mesmo de requerê-la. Na verdade, não prefeririam ser resgatados se deixados a si mesmos (Romanos 8.7;

⁶ A fé é uma condição necessária para a justificação, mas a primeira não é a razão ou a causa da eleição, e sim o produto da eleição. A fé em Cristo é o meio pelo qual Deus salva aqueles a quem tem elegido.

⁷ Ainda que a eleição não seja coletiva, o grupo dos indivíduos escolhidos formam naturalmente um povo “eleito.”

⁸ Em alguns casos, o “livro da vida” refere-se à vida natural (Salmo 69.28; Êxodo 32.32; Daniel 12.1), mas o termo é usado para vida eterna no judaísmo tardio e no Novo Testamento (Filipenses 4.3; Apocalipse 3.5). Desse modo, em algumas passagens onde aparece que Deus pode apagar os nomes de alguns do seu livro, está se referindo à vida natural, enquanto no Novo Testamento, a ênfase é mais na vida eterna, e os nomes escritos naquele livro não serão apagados. Apocalipse 3.5 diz que Deus não riscará os nomes daqueles que vencerem, e alguns compreendem-no errado, supondo que de fato pode alguém ter seu nome tirado após seu nome haver sido escrito ali. Mas 1 João 5.4 promete-nos que “O que é nascido de Deus vence o mundo.” Visto que todos os verdadeiros crentes vencerão, e aqueles que vencem nunca serão riscados de lá, segue-se que eles também não o serão. Portanto, ao invés de admitir a possibilidade dos verdadeiros crentes perderem sua salvação, Apocalipse 3.5 a torna impossível. Ora, Apocalipse 17.8 diz que os nomes de todos os indivíduos ou foram escritos ou excluídos do livro da vida “desde a criação do mundo,” de modo que as identidades dos eleitos e dos réprobos foram imutavelmente determinadas. Ainda, visto que Deus elege ou rejeita indivíduos pelo nome, a eleição não é coletiva em sua natureza. Vide *New Bible Dictionary, Third Edition*; Downers Grove, Illinois: InterVarsity Press, 1996; p. 144-145.

Colossenses 1.21). Contra uma tal situação, o Pai escolheu alguns para serem salvos por Cristo (2 Tessalonicenses 2.13; Efésios 1.4,5) arrastando-os para fora da água (João 6.44,65), meramente por sua própria iniciativa (Romanos 9.15). Tendo assim agido, ele os ressuscita dos mortos para nova vida em Cristo (Lucas 15.24; Romanos 6.13).

A doutrina bíblica da eleição ensina que ainda que todos os seres humanos mereçam o tormento sem fim no inferno devido aos pecados seus, Deus preferiu mostrar misericórdia para com alguns deles. Ele os elegeu antes da criação do universo e da queda do homem, e o fez sem levar em consideração de qualquer condição neles, seja boa ou má. Tendo elegido alguns para salvação, enviou Cristo para morrer como pagamento completo por seus pecados, de modo que Deus pode creditar a justiça merecida por esse para eles quando vêm a Cristo. Por outro lado, aqueles que não foram eleitos para a salvação são designados para a condenação eterna, e receberão a punição apropriada por seus pecados, a qual é o tormento sem fim no inferno.

Responderemos agora a várias objeções. Isso também nos dá a oportunidade de aclarar e expandir certos aspectos de tal doutrina.

Muitos daqueles que se recusam a aceitar o ponto de vista bíblico da eleição asseveram que Deus de fato escolheu alguns para salvação, mas a base para tal escolha foi seu CONHECIMENTO ANTECIPADO. Isto é, ele sabia de antemão quais indivíduos livremente aceitariam Cristo, e sobre essa base ele os elegeu. Tal opinião antibíblica destrói o significado de eleição, visto querer dizer que Deus não elege as pessoas para a salvação em absoluto, mas que simplesmente aceita as escolhas daqueles que a si mesmo escolheram para salvação.

Quando a locução “conhecimento antecipado” é usada da maneira acima, está se referindo à percepção cognitiva divina dos fatos futuros, tais como as decisões e as ações dos indivíduos. Desse modo, os proponentes desse ponto de vista definem o conhecimento divino antecipado como presciência. Além disso, fica suposto que tal conhecimento é passivo, de modo que não é Deus que causa os eventos futuros que ele sabe, mas que ele passivamente entende o que suas criaturas farão acontecer. No trecho seguinte, estarei mostrando que definir “conhecimento antecipado” como presciência passiva gera problemas insuperáveis, e que o termo significa algo diferente na Bíblia.

Primeiramente, já expusemos que todo ser humano é em si mesmo tanto incapaz quanto nada disposto a vir a Cristo para salvação; uma pessoa pode e vai vir a Cristo somente se o Pai a capacitar e a compelir a assim fazer (João 6.44,65). Provamos ainda que o Pai não capacita nem compele todo ser humano a vir a Cristo. Isso significa que uma pessoa vem a Cristo somente porque o Pai o leva a assim agir.

Visto que isso é verdadeiro, então dizer que a eleição é baseada na presciência divina das decisões futuras do homem é somente dizer que Deus conhece quem ele mesmo fará com que aceite Cristo, e que tal presciência não seria passiva. Se Deus elege uma pessoa porque sabe que essa aceitará Cristo, mas se tal pessoa aceitá-lo somente porque Deus a levará a isso, então dizer que Deus sabe que ela o fará é o mesmo que dizer que ele sabe que levará essa pessoa a aceitar Cristo. A eleição divina dela, então, ainda está baseada em sua decisão soberana de elegê-la para a salvação, e não num

conhecimento antecipado passivo de que ela aceitará Cristo sem que Deus a leve a assim fazer.

Isso é o que a Bíblia ensina, mas então significa que a presciência divina não é um conhecimento passivo do que uma pessoa decidirá ou executará, mas que é um conhecimento do que Deus a levará a decidir ou executar. A presciência divina é uma forma do autoconhecimento de Deus — um conhecimento dos seus próprios planos, e um conhecimento do que ele realizará no futuro. Portanto, dizer que a eleição é baseada na presciência não desafia nossa posição absolutamente, visto que o conhecimento divino do futuro nunca é passivo, mas é ele mesmo que causa todas as coisas que ele sabe que acontecerá no futuro (Isaías 46.10).

Em segundo lugar, a Bíblia declara que a eleição divina não está baseada nas decisões ou ações do homem, que Deus não elege alguns para a salvação devido ao que essa pessoa decidirá ou fará.

Pois ele diz a Moisés: “Farei misericórdia a quem eu fizer misericórdia, e terei piedade de quem eu tiver piedade.” *Não depende*, portanto, daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus que faz misericórdia... De modo que ele faz misericórdia a quem quer e endurece ele quer. (Romanos 9.15-16, 18; Bíblia de Jerusalém)

A eleição divina não é baseada numa presciência passiva, e, em primeiro lugar, a presciência divina não é passiva. Deus escolhe uma pessoa porque quer escolher aquela pessoa, e sabe que ela crerá no evangelho por saber quem ele fará crer no evangelho.

Em terceiro lugar, definir o conhecimento divino antecipado como presciência passiva, na verdade, não logra fazer sentido com as passagens bíblicas que dizem que a eleição divina é baseada em conhecimento antecipado:

Pois aqueles que *de antemão conheceu*, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, também chamou; aos que chamou, também justificou; aos que justificou, também glorificou. (Romanos 8.29,30)

Pedro, apóstolo de Jesus Cristo, aos eleitos de Deus, peregrinos dispersos no Ponto, na Galácia, na Capadócia, na província da Ásia e na Bitínia, *escolhidos de acordo com o pré-conhecimento* de Deus Pai, pela obra santificadora do Espírito, para a obediência a Jesus Cristo e a aspensão do seu sangue: Graça e paz lhes sejam multiplicadas. (1 Pedro 1.1,2)

Nossos adversários interpretariam essas duas passagens como dizendo que a eleição divina está baseada em conhecimento antecipado no sentido de presciência passiva; isto é, Deus escolhe aqueles a quem ele passivamente sabia que aceitaria Cristo.

Ora, a estrutura de Romanos 8.29,30 necessariamente implica que todos os indivíduos incluídos numa fase da ordem de salvação também entrariam em todas as fases subsequentes, e que todos os indivíduos em qualquer fase da ordem de salvação estão também incluídos em todas as fases anteriores. Desse modo, todos aqueles de

antemão conhecidos foram também predestinados; todos aqueles predestinados são também chamados; todos aqueles chamados são também justificados; e todos aqueles justificados são também glorificados.

Michael Magill traduz a passagem como segue:

Porque *a quem* Ele conheceu de antemão, [*os tais*] Ele também predestinou...
 E *a quem* Ele predestinou, *os tais* Ele também chamou
 E *a quem* Ele chamou, *aos tais* Ele também declarou justos
 E *a quem* Ele declarou justo, *aos tais* Ele também glorificou⁹

Logo, seja o que for que o conhecimento antecipado queira dizer, todos os que são conhecidos de antemão por Deus são também por ele justificados. Entretanto, a passagem não diz que é a *fé* ou as *escolhas* das pessoas que são antecipadamente conhecidas por Deus, mas sim as *pessoas*. Nossos adversários assumem que o conhecimento de antemão significa presciência nessa passagem. Mas visto serem as *pessoas* que são conhecidas antecipadamente, visto ser o conhecimento divino do futuro exaustivo, e visto que todos os que são de antemão conhecidos são também justificados, então necessariamente segue que se alguém define conhecimento de antemão como presciência nessa passagem, deve ele também entendá-lo como ensinando a salvação universal.

Ou seja, se conhecimento de antemão aqui se refere àquele de Deus sobre os fatos futuros (especialmente uma presciência passiva), se é ele aplicado a pessoas nesta passagem e não à sua fé ou às suas escolhas, se Deus sabe sobre todos os seres humanos, e se todos os que são conhecidos por antecipação são justificados, então todos os seres humanos são também justificados; por conseguinte, o conhecimento de antemão quando relacionado à divina eleição, e quando usado nesta passagem em particular, não pode querer dizer presciência (especialmente uma de tipo passivo). O conhecimento antecipado deve significar alguma coisa a mais.

Provaremos que, em um contexto salvífico, o “conhecimento” divino faz alusão a sua soberana escolha e afeição propositada por pessoas e não à sua percepção passiva dos fatos. Por exemplo, Mateus 7.23 diz: “Então eu lhes direi claramente: Nunca os *conheci*. Afastem-se de mim vocês, que praticam o mal!” Visto Jesus como Deus é onisciente, “nunca os conheci” não pode significar que ele nunca tivesse estado a par da existência, dos pensamentos e das ações dessas pessoas. Na verdade, ele sabe que “praticam o mal.” Portanto, a negação do “conhecimento” aqui é uma negação de uma relação salvífica, e não uma percepção passiva dos fatos. Em conseqüência, “conhecimento *de antemão*” referir-se-ia a um relacionamento salvífico estabelecido na mente divina antes da existência dos indivíduos eleitos; ou seja, quer dizer ordenar de antemão.

Muitas passagens bíblicas empregam o conceito de antemão neste sentido. Por exemplo, Deus diz a Jeremias*: “Antes mesmo de te formar no ventre materno, *eu te conheci*; antes que saíesses do seio, *eu te consagrei*. *Eu te constituí* profeta para as

⁹ Michael Magill, *New Testament Transline*; Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2002; p. 540.

* Seguimos aqui a Bíblia de Jerusalém. A NVI em português não acompanha fielmente a *New International Version* do original (N. do T.)

nações.” Naturalmente Deus conheceria uma pessoa a quem ele mesmo se propôs criar; isto é, Deus conhece seus próprios planos. O principal sentido aqui é que antes que Jeremias fosse concebido, Deus o escolheu — não que Deus se agradou com o que passivamente soube acerca de Jeremias, mas que ele o designou e o fez.

O conhecimento divino antecipado como eleição e ordenação de antemão fica mais evidente pelo paralelismo das linhas neste versículo. Quando uma linha ou expressão é posta em paralelo com uma outra linha ou expressão em um versículo, uma parte expande ou esclarece o significado da outra. Por exemplo, “pois foi ele quem fundou-a sobre os mares e firmou-a sobre as águas” não necessariamente quer dizer que além de haver fundado-a “sobre as águas”, ele também “firmou-a” sobre essas. Antes, “firmou-a sobre as águas” porta um significado similar a “fundou-a sobre os mares”, e ajuda a esclarecê-lo. Um outro exemplo vem da Oração Dominical, onde Jesus diz: “Não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal” (Mateus 6.13). Não é que devemos pedir a Deus para livrar-nos “do mal” além de não nos deixar “cair em tentação”, mas que “livra-nos do mal” é o que significa “não nos deixe cair em tentação”.

Com isso em mente, o paralelismo na chamada divina de Jeremias ajuda-nos a aclarar o significado de “eu te conheci.” Repetindo, Jeremias 1.5 diz: “Antes mesmo de te formar no ventre materno, *eu te conheci*; antes que saíesses do seio, *eu te consagrei*. *Eu te constituí* profeta para as nações.” Ou então, podemos traduzir assim o versículo:

Eu te conheci antes que te formasse no útero,
Eu te consagrei antes que tivesses nascido;
Eu te constituí um profeta às nações.

As palavras “eu te conheci” corresponde a “eu te consagrei” e “eu te constituí,” e as três expressões carregam significados similares. Pois Deus conhecer Jeremias no sentido aqui proposto é consagrá-lo e constituí-lo para o próprio propósito divino.

S. M. Baugh também usa essa passagem para ilustrar o sentido do conhecimento antecipado de Deus, e escreve:

Um outro exemplo notável do conhecimento divino de antemão está expresso em Jeremias 1.5, onde Deus diz a Jeremias:

Eu te conheci antes mesmo de te formar no ventre materno,
 Eu te consagrei antes que saíesses do seio.
 Eu te constituí profeta para as nações.

As primeiras duas linhas são estritamente paralelas no número de sílabas e na ordem das palavras...

Mas como pôde Deus ter conhecido Jeremias antes mesmo de concebido? Porque ele pessoalmente formou seu profeta, como a Adão do pó (Gn 2.7), e todas as pessoas (Sl 139.13-16; Is 44.24). Deus soube de antemão não apenas a possibilidade da existência de Jeremias — de fato ele conhece todas as

possibilidades — mas o conheceu por nome antes de ser concebido, pois sabia como ele formaria e moldaria sua existência.¹⁰

Huey escreve: “Aqui está envolvida um relacionamento *de escolha* (Gn 18.19; Dt 34.10). O Senhor estava pensando acerca de Jeremias antes desse nascer. Naquele tempo Deus já o tinha designado para ser um profeta”.¹¹

O ponto é que o conhecimento antecipado de Deus refere-se a um relacionamento pessoal originado por sua soberana decisão, e não por uma passiva percepção das futuras pessoas e eventos. Visto que nada ocorre fora de seu decreto ativo (Mateus 10.29), seu conhecimento do futuro está arraigado em sua vontade soberana. O *Evangelical Dictionary of Theology* diz: “O conhecimento divino de antemão permanece relacionado ao seu querer e poder. O que ele sabe, ele não o sabe meramente como informação. Ele não é mero espectador. O que ele antecipadamente conhece, ordena. Ele o quer”.¹²

No *Dictionary of Paul and His Letters*, J. M. Gundry-Volf escreve:

Em vez de se referir a conhecimento especulativo ou neutro (i.e., conhecimento de quem acreditará), a noção paulina do conhecimento divino antecipado é entendida por muitos intérpretes como um saber no sentido semítico de reconhecer, ter propensão a alguém, conhecimento o qual expressa um movimento do querer estendendo a mão para o relacionamento pessoal com alguém. Tal espécie de conhecimento é ilustrado pelo significado do hebraico *yada*, “conhecer,” em textos como os de Amós 3.2; Oséias 13.5; e Jeremias 1.5... No emprego que Paulo faz de *proginosko* o aspecto de pré-temporalidade adiciona-se ao sentido hebraico de “conhecer” como “ter consideração por” ou “favorecer a.” O resultado é um verbo que alude à eterna eleição do amor divino.¹³

O artigo sobre conhecimento antecipado em *The International Standard Bible Encyclopedia* ajuda a reforçar vários pontos que estamos discutindo:

A teologia arminiana, em todas as suas variantes, propugna que o conhecimento antecipado de Deus é simplesmente um conhecimento presciente, um saber de antemão se uma dada pessoa crerá em Cristo ou rejeita-lo-á. A eleição divina, portanto, diz-se ser simplesmente a escolha de Deus para a salvação daqueles que Ele sabe antecipadamente que preferirão crer em Cristo. Ele prevê a ação livre contingente da fé e, prevendo quem crerá em Cristo, elege-os porque eles assim o fazem. Mas isso destrói o ponto de vista bíblico da eleição. No pensamento bíblico a eleição significa que Deus elege pessoas, não que elas o elegend. Na Escritura é Deus que em

¹⁰ Thomas R. Schreiner & Bruce A. Ware, ed., *Still Sovereign*; Grand Rapids, Michigan: Baker Books, 2000; p. 186.

¹¹ F. B. Huey, Jr., *Jeremiah & Lamentations* (The New American Commentary); Nashville, Tennessee: Broadman Press, 1993; p. 50.

¹² *Evangelical Dictionary of Theology*; Grand Rapids, Michigan: Baker Books, 1984; “Foreknowledge,” p. 420.

¹³ *Dictionary of Paul and His Letters*; Downers Grove, Illinois: InterVarsity Press, 1993; “Foreknowledge, Divine,” p. 310-311.

Cristo decide por nós — não nós que, fazendo uma decisão por Cristo, decidimos por Deus.

A teologia reformada propugna que o conhecimento divino antecipado contém o ingrediente da determinação divina. Os reformadores sustentavam que de fato Deus sabe de antemão quem crerá, porque crer em Cristo não é uma realização pessoal, mas um dom divino comunicado aos homens pela graça divina e pelo Espírito. Desse modo, esse conhecimento antecipado não é meramente presciência, mas um conhecimento que por si mesmo determina o evento. Ou seja, no pensamento reformado o que Deus sabe por antecipação, ele ordena de antemão...

Que o conhecimento antecipado divino contenha a idéia da determinação divina não repousa meramente em uns poucos textos bíblicos, mas reflete uma verdade acerca de Deus que vem a expressar-se numa variedade de conceitos bíblicos descritivos do caráter misterioso e singular das ações divinas. Esse conhecimento é por si próprio uma forma de determinação que explica a realidade daquilo que é divinamente sabido de antemão...¹⁴

Assim, é um engano definir conhecimento antecipado como presciência passiva, porque a Bíblia quer dizer algo mais com esse termo.

Agora que esclarecemos o significado de conhecimento antecipado, devemos aplicar a definição correta à passagem em disputa, que lemos:

Pois aqueles que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, também chamou; aos que chamou, também justificou; aos que justificou, também glorificou. (Romanos 8.29,30)

A respeito dessa passagem, Baugh escreve:

A interpretação arminiana clássica de Romanos 8.29, que o conhecimento antecipado de Deus da fé é que está em vista, está claramente lendo a própria teologia no texto. Paulo não diz: “cuja fé ele soube antecipadamente,” mas “quem ele conheceu de antemão.” Ele nos conheceu antecipadamente... Porém, em Romanos 8.29, a predestinação não depende da fé; antes, Deus nos predestina sobre a base de seu gracioso compromisso para conosco antes que houvesse o mundo...

Talvez uma outra tradução expresse melhor o conceito por trás de Romanos 8.29: “Aqueles a quem ele previamente se devotou...” Repetindo, isso não é dizer que o conhecimento antecipado de Deus está vazio da cognição intelectual; ter uma relação pessoal com alguém, como uma relação marital, inclui conhecimento acerca daquela pessoa... Deus nos conheceu de

¹⁴ *The International Standard Bible Encyclopedia*, Vol. 2; Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1982; "Foreknowledge," p. 336-337.

antemão porque moldou a cada um de nós pessoal e intimamente de acordo com seu plano...

Que Paulo se refere a esse conceito de um relacionamento com compromisso na frase *a quem ele de antemão conheceu* em Romanos 8.29 é confirmado pelo contexto...

Confirmação adicional de “conhecimento de antemão” em Romanos 8.29 como aludindo a um compromisso prévio é encontrado em uma passagem próxima, Romanos 11.1,2, onde *proginosko* só pode ter esse sentido: “Deus não rejeitou seu povo, rejeitou? De jeito nenhum! Pois eu também sou um israelita... Deus não rejeitou seu povo a quem dantes conheceu”. Como em Romanos 8.29, o objeto do conhecimento antecipado são as pessoas mesmas em vez de eventos históricos a fé de uma pessoa em particular...

A noção arminiana de “fé prevista” é impossível como interpretação do conhecimento antecipado em Romanos 11.1,2 e, por conseguinte, na passagem anterior, Romanos 8.29, também o é. A última explica que Deus iniciou uma relação de compromisso desde a eternidade com certos indivíduos a quem destinou por graça.¹⁵

F. F. Bruce concorda, dizendo que “o conhecimento divino antecipado aqui tem a conotação de ser a graça eletiva freqüentemente subentendida pelo verbo ‘conhecer’ no Antigo Testamento. Quando Deus tem conhecimento das pessoas dessa maneira especial, ele põe sobre elas sua preferência.”¹⁶

Douglas Moo também defende que conhecimento antecipado tem o sentido de ordenar de antemão quando utilizado em Romanos 8.29:

No [arminianismo] a resposta humana de fé torna-se o objeto do “conhecimento antecipado” divino; e tal conhecimento, por sua vez, é a base para a predestinação: pois “a quem ele dantes conheceu, ele destinou.” Porém, considero improvável que seja ela a correta interpretação. (1) O uso do verbo no NT e seu substantivo cognato não se conforma ao padrão geral de utilização... os três outros além da ocorrência neste texto, todos os quais têm a Deus como seu sujeito, não querem dizer “conhecer dantes” — no sentido de conhecimento intelectual, ou cognição — mas “entrar antes em relacionamento com” ou “escolher, ou determinar, antes” (Rm 11.2; 1Pd 1.20; At 2.23; 1Pd 1.2). (2) Que o verbo aqui contenha esse sentido bíblico particular de “conhecer” é sugerido pelo fato de que ele tem um objeto pessoal simples. Paulo não diz que Deus soube de algo *sobre* nós mas que *nos* conheceu, e isso é reminiscência do sentido de “conhecer” no AT. (3) Além do mais, é somente *alguns* indivíduos... que são objetos de sua atividade; e isso mostra que uma ação aplicável apenas aos cristãos deve estar indicada pelo verbo. Se, então, a palavra significa “conhecer intimamente”, “ter

¹⁵ *Still Sovereign*, p. 194-195.

¹⁶ F. F. Bruce, *The Letter of Paul to the Romans* (Tyndale New Testament Commentaries), Revised Edition;

Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1985; p. 166.

consideração por”, tal deve ser um conhecimento ou amor que é peculiar aos crentes e que os leva a serem predestinados. Sendo esse o caso, a diferença entre “conhecer ou amar de antemão” e “escolher antecipadamente” praticamente deixa de existir.¹⁷

Ainda que o conhecimento antecipado em Romanos 8.29 não pode querer dizer presciência passiva, John Murray propugna que mesmo que fosse esse o caso, isso ainda assim não desafia a doutrina da eleição:

Pois certamente é verdade que Deus prevê a fé; ele prevê tudo que acontece. A questão então seria simplesmente: de onde provém essa fé que Deus prevê? E a única resposta bíblica é que a fé que ele prevê é a que ele mesmo cria... Logo, o interesse é simplesmente de interpretação, como ela deve ser aplicada a essa passagem... Sobre fundamentos exegéticos, devemos rejeitar a opinião de que “dantes conheceu” refere-se à previsão de fé...¹⁸

Como diz *Nelson's Illustrated Bible Dictionary*, “em Romanos 8.29 e 11.2, o uso da locução dantes conheceu pelo apóstolo Paulo tem o sentido de ‘escolher’ ou ‘pôr especial afeto sobre.’ O amor eletivo de Deus, não a previsão da ação humana, é a base de Sua predestinação e salvação”.¹⁹

Alguns que não concordam com esse entendimento de conhecimento antecipado argumentam que, se esse conhecimento em Romanos 8.29 significa ordenação de antemão, então seria redundante traduzir a palavra “predestinado”, visto que o versículo diz: “Pois aqueles que de antemão conheceu, também os predestinou.” Parece que as duas palavras estão se referindo a conceitos separados no verso; logo, argumentam que devemos adotar a presciência passiva como a definição de conhecimento antecipado.

Entretanto, eles falham em não ler o versículo cuidadosamente. Se a locução *dantes conheceu* significa *ordenado de antemão* ali, ela seria uma referência à obra divina de eleição, ou seja, sua escolha de indivíduos específicos a quem ele salvaria. Então, o versículo diz que esses a quem Deus elegeu, ele também *predestinou*, não para repetir o conceito de eleição, mas que ele expõe uma “destinação” ou intenção antecipadamente para os eleitos — a saber, a vontade divina é para eles “serem conformes à imagem de seu Filho.” Conhecimento antecipado nesse versículo refere-se à eleição divina de indivíduos para a salvação, e a predestinação revela o propósito específico ou fim que Deus tem designado para seus eleitos.

Em outras palavras, Deus não apenas escolhe os eleitos para receberem salvação do pecado, mas também para tornarem-se semelhantes a seu Filho, Jesus Cristo. O versículo está dizendo que as mesmas pessoas a quem Deus elegeu são também aquelas a quem ele deu a “destinação” ou propósito de se tornarem como Cristo, e que ele tomou uma tal decisão antecipadamente, e assim os “predestinou.”

¹⁷ Douglas J. Moo, *The Epistle to the Romans* (The New International Commentary on the New Testament); Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1996; p. 532-533.

¹⁸ John Murray, *The Epistle to the Romans*, Vol. 1; Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1997; p. 316-317.

¹⁹ *Nelson's Illustrated Bible Dictionary*; Thomas Nelson Publishers, 1986; "Foreknowledge."

Em consequência, escreve Gundry-Volf:

Paulo faz distinção entre o conhecimento divino antecipado e a predestinação divina em Romanos 8.29: “aqueles a quem ele antes conheceu, também predestinou.” Enquanto o conhecimento de antemão indica o exercício da vontade de Deus para estabelecer um relacionamento especial com aqueles a quem ele graciosamente elegeu antes dos séculos, a predestinação expressa a nomeação daqueles para uma meta específica antes dos séculos... Em Romanos 8.29 tal meta é a conformidade com a imagem do Filho, uma referência à salvação final dos eleitos. O conhecimento de antemão, como escolha divina, é dessa forma a base da predestinação para a glorificação com Cristo. Esse conhecimento não deve ser compreendido como previsão da fé de modo que se distinga da predestinação.²⁰

Baseado nas observações e argumentos acima, é necessário entender conhecimento de antemão em Romanos 8.29 como ordenação antecipada. Kenneth Wuest reconhece isso, e traduz os versículos 29 e 30 como segue:

Porque, aqueles a quem Ele *de antemão ordenou* também *dantes marcou* como aqueles que eram para serem conformados à imagem derivada de Seu Filho, resultando que Ele é o primogênito entre muitos irmãos. Além disso, aqueles a quem Ele assim assinalou antecipadamente, aos tais Ele também chamou. E aqueles a quem chamou, aos tais também justificou. Além do mais, aqueles a quem Ele justificou, também aos tais glorificou.²¹

A locução “ordenou de antemão” aqui corresponde a conhecimento antecipado, e a frase “dantes marcou” corresponde a predestinação. De modo similar, tais versículos no NT grego se traduzem como segue:

Aqueles a quem Deus *já* havia *escolhido* ele também *reservou* para tornarem-se como seu Filho, de modo que o Filho pudesse ser o primeiro entre muitos crentes. E assim aqueles a quem Deus reservou, chamou; e àqueles que chamou, ele pôs em retidão consigo mesmo, e compartilhou sua glória com eles.

Podemos ademais confirmar tal entendimento de conhecimento antecipado examinando Atos 2.23 e 4.28. O primeiro versículo diz: “Este homem lhes foi entregue por *propósito determinado* e *pré-conhecimento* de Deus; e vocês, com a ajuda de homens perversos, o mataram, pregando-o na cruz.” Isso não significa que Deus estivesse passivamente a par do que os homens fariam a Jesus, mas que seu sofrimento era na verdade “propósito determinado” divino, que é também o sentido de conhecimento antecipado aqui. Atos 4.28 também se refere à morte de Cristo, mas diz: “Fizeram o que o teu poder e a tua vontade haviam *decidido de antemão* que acontecesse.” Mas acabamos de ver que em 2.23 Pedro credita o incidente ao

²⁰ *Dictionary of Paul and His Letters*, p. 311.

²¹ Kenneth S. Wuest, *The New Testament: An Expanded Translation*; Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company.

“propósito determinado” e “pré-conhecimento” de Deus. É evidente que tais termos tem sentidos equivalentes, de modo que o conhecimento antecipado dele faz referência a seu “propósito determinado” ou ao que ele “decidiu de antemão.” Na realidade, as palavras de 4.28 nos dão uma boa definição do conhecimento antecipado de Deus — é o que o seu “poder” e a sua “vontade haviam decidido de antemão que acontecesse.” Como escreve Martinho Lutero: “É, então, fundamentalmente necessário e salutar para os cristãos saber que Deus não conhece nada de antemão de modo contingente, mas que Ele prevê, tenciona e faz todas as coisas de acordo com Sua própria vontade imutável, eterna e infalível”.²²

Sem mais argumentação, podemos concluir que o conhecimento antecipado em 1 Pedro 1.2 também não pode fazer alusão a uma presciência passiva. O versículo diz que somos “escolhidos de acordo com o pré-conhecimento de Deus Pai.” Naturalmente o somos — o versículo quer dizer que os cristãos foram escolhidos e ordenados por antecipação para salvação pela soberana vontade divina.

Muita gente faz a observação de que a eleição bíblica contradiz o “livre arbítrio” do homem, e visto insistirem em que o homem tem livre arbítrio, eles conseqüentemente recusam as doutrinas da soberania absoluta e da divina eleição como apresentada neste livro. Contra tal objeção, podemos simplesmente responder que os seres humanos não têm livre arbítrio em absoluto. Ainda que muitos cristãos suponham que eles o possuam, essa é uma noção pagã que não consegue achar apoio algum na Bíblia.²³

R. K. McGregor define “livre arbítrio” como segue: “Pelo termo *livre arbítrio* quero dizer a crença de que a vontade humana tem um poder inerente de escolher com igual facilidade entre alternativas. Isso é comumente chamado ‘o poder de escolha contrária’ ou ‘a liberdade de indiferença...’ Definitivamente, a vontade fica livre de qualquer causação necessária. Em outras palavras, ela é autônoma de determinação exterior.”²⁴ Livre arbítrio subentende “a ausência de qualquer poder controlador, até Deus e sua graça, e por conseqüência a igual faculdade em qualquer situação de

²² Martin Luther, *The Bondage of the Will*; Grand Rapids, Michigan: Fleming H. Revell, 2000 (reimpressão da edição de 1957); p. 80.

²³ R. K. McGregor Wright traça o conceito de livre arbítrio a sistemas filosóficos humanísticos e anti-cristãos, e nota sua infiltração histórica na igreja. Naturalmente, a obsessão humana com autonomia foi de fato introduzida a Adão e Eva pelo próprio diabo (Gênesis 3.1-7). Algumas traduções inglesas da Bíblia contém o termo “freewill” [“livre arbítrio”] em vários versículos, mas tais exemplos não se relacionam ao nosso tópico, visto somente aludirem a “freewill offerings” [“ofertas espontâneas”] em oposição àquelas exigidas e de lei. “O ponto é uma distinção na Lei, não uma declaração metafísica sobre se a faculdade de escolha é causada ou não”; *No Place for Sovereignty: What's Wrong with Freewill Theism*; Downers Grove, Illinois: InterVarsity Press, 1996; p. 157. Da mesma forma, escreve Lutero: “Ou seja, o homem deve dar-se conta de que, no que toca a seu dinheiro e posses ele tem um direito a usá-los, para fazer ou deixar de fazer, conforme seu próprio ‘livre arbítrio’ — ainda que o próprio ‘livre arbítrio’ seja dirigido pelo livre-arbítrio de Deus, a seu bel-prazer. Entretanto, com respeito a Deus, e em tudo que se relacione com salvação ou condenação, ele não tem ‘livre arbítrio’ algum, mas é um cativo, um prisioneiro e um escravo...” Ele sugere que “a coisa mais cristã e mais segura a fazer” é “deixar esse termo totalmente” quando falando do homem. Lutero, *The Bondage of the Will*; p. 107.

²⁴ *Ibid.*, p. 43-44.

escolher um curso de ação dentre dois que sejam incompatíveis entre si.”²⁵ Assumindo uma tal definição, afirmo que o homem não tem livre arbítrio.

Em primeiro lugar, é impossível para seres finitos terem livre arbítrio. Se pensarmos no exercício da vontade como o movimento da mente rumo a uma certa direção,²⁶ surge a questão quanto ao que move a mente, e por que ela se move em direção aonde se move. Mesmo se supormos que a mente possa mover-se por si própria, ainda nos fica a questão do porquê dela mover-se à uma dada direção, isto é, porque escolhe uma opinião em vez de uma outra. Se se traça o movimento e a direção da mente a fatores externos à própria mente — fatores que se inculcam sobre a consciência vindos de fora, e assim influenciando ou determinando a decisão — então como esse movimento da mente é livre? Por outro lado, se se traça a causa às propensões inatas da pessoa, então tal movimento da mente, igualmente, não é livre, visto que tais inclinações embutidas não foram livremente escolhidas (ou seja, sem influências externas) pela pessoa em primeiro lugar, todavia determinam as decisões que ela toma. Se as decisões de uma pessoa são determinadas por uma mistura de propensões inatas e influências externas, fica que ela não tem livre arbítrio.

Se a mente toma decisões baseada em fatores, causas e influências não escolhidas pela mente mesma, então tais decisões não são livres. Ainda que possamos afirmar que o homem tenha uma vontade, de modo que a mente possa realmente mover-se para diferentes opções, a faculdade e a razão para tal movimento nunca é determinada pela mente em si própria, mas por alguma outra coisa que não ela mesma. Visto tal ser verdade para todos os seres finitos, segue que somente Deus possui livre arbítrio. Como Lutero escreve contra o humanista Erasmo:

É uma verdade estabelecida, então... que fazemos todas as coisas por necessidade, e nenhuma por “livre arbítrio”; pois o poder de “livre arbítrio” é nada... Segue, portanto, que “livre arbítrio” é obviamente um termoaplicável somente à Majestade Divina; pois apenas Ele pode fazer, e faz (como canta o salmista) “tudo o que deseja, no céu e na terra”. Se é atribuído o “livre arbítrio” aos homens, o é com não mais propriedade do que à divindade mesma o seria — e nenhuma blasfêmia poderia exceder a isso!²⁷

Ninguém sob o domínio do pecado pode simplesmente “decidir” ficar livre dele sem a intervenção divina, nem a pessoa desejaria ficar liberta dele antes que uma tal intervenção ocorra. A salvação é totalmente a obra de Deus, de modo que ninguém pode se orgulhar de suas obras ou mesmo de seu “bom senso” no que tem “escolhido” (João 15.16; Efésios 2.8). Mesmo após alguém haver se tornado cristão, “é Deus quem efetua em vocês tanto o *querer* quanto o *realizar*, de acordo com a boa vontade dele” (Filipenses 2.13).

²⁵ Gordon H. Clark, *Predestination*; Phillipsburg, New Jersey: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1987 (original: 1969); p. 113.

²⁶ O ponto de vista bíblico da soberania divina necessariamente implica que Deus é a causa definitiva e imediata de todas as “moções” ou eventos, sejam físicos ou mentais. Visto que as decisões humanas não são auto-causadas ou não-causadas, mas causadas e determinadas por Deus, livre arbítrio como definido aqui não existe.

²⁷ Lutero, *The Bondage of the Will*; p. 105.

A Escritura ensina que Deus é quem determina os pensamentos e decisões do homem. Ele exerce controle imediato sobre a mente desse, e determina todas as propensões inatas e fatores externos relevantes a ele. É Deus quem forma uma pessoa no útero, que determina suas disposições íntimas, e que dispõe suas circunstâncias exteriores pela divina providência. É verdade que a doutrina da eleição contradiz o livre arbítrio do homem,²⁸ mas isso é uma invenção humana — uma suposição ou aspiração pecaminosa — e não um conceito escriturístico. Logo, a objeção do “livre arbítrio” contra a eleição divina erra porque não há livre arbítrio.

Muitos pensam que há uma contradição entre a soberania divina e a responsabilidade humana. Supõe que a segunda pressuponha a autonomia humana, ou livre arbítrio. Mas se Deus tem controle absoluto e penetrante sobre todas as decisões e ações humanas, então o homem não é livre e, portanto, aquelas duas não se afiguram estar em conflito.

Ora, a primeira definição de “responsável” no *Webster’s New World College Dictionary* é “de quem se espera ou que está obrigado a prestar contas (*por* alguma coisa, *para* alguém); quem responde; quem explica.”²⁹ Independente de o homem ser livre ou não, dele certamente “se espera ou está obrigado a prestar contas” por suas ações a Deus. Diz a Bíblia: “Pois Deus trará a julgamento tudo o que foi feito, inclusive tudo o que está escondido, seja bom, seja mau” (Eclesiastes 12.14). Ele recompensará o justo e punirá o ímpio; logo, o homem é responsável.

O homem é responsável precisamente porque Deus é soberano, visto que ser responsável significa nada mais do que ser considerado alguém que presta contas de suas próprias ações, que vai ser recompensado ou punido de acordo com um dado padrão de certo e errado. A responsabilidade moral tem tudo a ver se Deus decidiu julgar o homem e se ele tem o poder e a autoridade para fazer cumprir uma tal decisão, mas isso não depende de qualquer “livre arbítrio” no homem. Esse é responsável porque Deus recompensará a obediência e punirá a rebelião, mas tal não supõe em hipótese alguma que esteja livre para obedecer ou se rebelar.

Diz Romanos 8.7: “a mentalidade da carne é inimiga de Deus porque não se submete à Lei de Deus, *nem pode* fazê-lo.” O homem é responsável por seus pecados não porque seja livre ou capaz de não cometê-los; esse versículo diz que ele não o é. Mas o homem é responsável porque Deus decidiu julgá-lo por seus pecados. Portanto, a responsabilidade humana não pressupõe a autonomia humana ou o livre arbítrio, mas a absoluta soberania divina. Essa contradiz a autonomia, mas não a responsabilidade humana.³⁰

Para muitas pessoas, a questão agora se toma de justiça. Insistem elas que seria injusto para Deus condenar aqueles pecadores que nunca foram livres para decidir ou fazer de outra forma, e que foram criados para e predestinados à condenação eterna

²⁸ “Uma das objeções padrão à predestinação é que ela entra em conflito com o livre arbítrio. A pessoa que faz tal objeção está indubitavelmente correta numa coisa, a saber, que livre arbítrio e predestinação são conceitos contraditórios. Ninguém que conheça os significados dos termos pode acreditar em ambas as doutrinas, a menos que seja totalmente insano”; Clark, *Predestination*; p. 110.

²⁹ *Webster’s New World College Dictionary, Fourth Edition.*

³⁰ “O erro do arminianismo não é defender a doutrina bíblica da responsabilidade, mas que a iguale com uma doutrina antibíblica do livre arbítrio”; Charles Spurgeon, “Free Will — a Slave”. Ver também Iain H. Murray, *The Forgotten Spurgeon*; The Banner of Truth Trust, 1988.

por ele em primeiro lugar. Visto que tal objeção será relevante quando discutirmos a doutrina da condenação, trataremos dela lá.

Alguns acham impossível negar que a Bíblia de fato ensine a eleição divina, e que essa é para a salvação; contudo, não estão preparados para afirmar que Deus escolhe *indivíduos* específicos. Eles sugerem que ele de fato elege alguns para a salvação, mas que essa eleição é *coletiva* em sua natureza. Alegam que Efésios 1.4 apóia tal posição: “Porque Deus nos escolheu nele antes da criação do mundo.” Visto que o versículo diz que a eleição divina é *em Cristo*, a objeção contra a eleição de indivíduos para a salvação é que o objeto da eleição é Cristo, e qualquer um que venha a Cristo torna-se um dos eleitos.

Contudo, Paulo escreve em 1 Coríntios 1.27-30: “Mas *Deus* escolheu... a fim de que ninguém se vanglorie diante dele. É, porém, *por iniciativa dele* que vocês estão em Cristo Jesus, o qual se tornou sabedoria de Deus para nós, isto é, justiça, santidade e redenção.” O apóstolo diz que é Deus quem fez a escolha em eleição para que “ninguém se vanglorie diante dele.” Contra aqueles que dizem que somente Cristo é o objeto da eleição, e que qualquer um que venha a ele torna-se eleito de Deus, a passagem diz: “É... *por iniciativa dele* que vocês estão em Cristo Jesus.” Ele escolhe quem se torna “em Cristo” e, por conseguinte, a eleição divina é realmente uma seleção de indivíduos.

Além do mais, a eleição coletiva falha ao explicar porque qualquer um quereria vir a Cristo sem ter sido individualmente escolhido e então “arrastado” a ele por Deus.³¹ Conforme o que já provamos acerca da depravação do homem e de sua escravidão ao pecado, se Cristo devesse ser o único objeto da eleição, ninguém entraria a ele, e ninguém seria salvo. Para uma dada pessoa ser salva, Deus deve primeiro escolher e então direta e poderosamente agir sobre sua mente. Portanto, concluímos que a eleição divina consiste da escolha de indivíduos por Deus para a salvação, e não a igreja coletivamente ou Cristo.

Em todo caso, é possível refutar a eleição coletiva diretamente lidando com a passagem em questão. Efésios 1.4-6 diz:

Porque Deus *nos escolheu* nele antes da criação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis em sua presença. Em amor *nos predestinou* para sermos adotados como filhos, por meio de Jesus Cristo, conforme o bom propósito da sua vontade, para o louvor da sua gloriosa graça, a qual nos deu gratuitamente no Amado.

O versículo 4 diz que ele nos escolheu “nele,” com o objeto da seleção divina como “nós” e não Cristo. Isto é, diz que ele “nos escolheu,” e não que ele “o escolheu.” O 5

³¹ A eleição coletiva destrói o sentido da eleição divina por retornar a um ponto de vista de salvação que significa auto-eleição, visto que o pecador deve de certo modo ser capaz de escolher Cristo sem ser primeiro escolhido e capacitado por Deus. Assim, a eleição coletiva tem que enfrentar todos os problemas associados à auto-eleição e à autonomia humana, os quais refutamos. Essa posição antibíblica ignora aquelas passagens da Bíblia que ensinam que Deus seleciona indivíduos para a salvação, algumas das quais já listamos ou discutimos aqui. João 10.3 diz: “Ele chama as suas ovelhas *pelo nome* e as leva para fora.”

exclui a eleição coletiva quando diz que “em amor nos predestinou para sermos adotados como filhos, por meio de Jesus Cristo.” Deus *nos* predestinou — não Cristo, mas os indivíduos — para sermos adotados como filhos seus *por meio* de Jesus Cristo. Da mesma forma, diz o verso 6 que “nos deu gratuitamente no Amado.” Deus *nos* dá salvação em Cristo; ele não dá salvação a Cristo e então nos espera para entrarmos a Cristo por algum tipo de auto-eleição.

Cristo é de fato o eleito ou escolhido para nos *conseguir salvação*, mas não é ele o eleito quando alguém vem a *receber salvação*. A eleição no contexto da salvação refere-se a *indivíduos* que Deus escolheu para salvar *por meio de* Jesus Cristo. Ele é o escolhido *para salvar*, e os eleitos são os escolhidos *para serem salvos*. O “nele” no versículo 4 corresponde ao “por meio de Jesus Cristo” no 5 e ao “no Amado” no versículo 6, com todas as três expressões aludindo a ele como o *meio* de salvação, e não o *objeto* da salvação.

Uma outra objeção contra a doutrina bíblica da eleição divina é que ela destrói a razão ou o motivo para se fazer evangelismo. Parece a alguns que, se Deus predetermina as identidades daqueles que serão salvos, isso faria com que a obra de evangelismo ficasse sem sentido.

Superficialmente, isso parece ser uma objeção que surge de uma preocupação nobre e piedosa por evangelismo, mas a suposição é que a única razão ou motivo suficiente para se obedecer à ordem divina de evangelizar é que desobedecê-la resultará na condenação eterna de muitos.

Em outras palavras, alguém que faça tal objeção contra a eleição divina está subentendendo que somente vê sentido em obedecer a Deus em pregar o evangelho apenas se sua desobediência levar sua potencial audiência a sofrer o tormento sem fim no inferno. Ainda que Deus tenha-lhe ordenado pregar o evangelho, ele não tem incentivo algum em fazê-lo a menos que saiba que as outras pessoas serão condenadas para sempre por sua desobediência. A menos que seu papel na salvação ou condenação dos outros seja determinante, para ele não há significado em obedecer à ordem divina. Tal objeção serve para expor a depravação moral de quem a levanta, mas não oferece desafio algum à doutrina da eleição.

Os cristãos fiéis podem afirmar que o mandamento de Deus de pregar o evangelho é mais do que suficiente para dar sentido e propósito ao evangelismo. Suas ordens são inerentemente cheias de sentido, e demandam obediência. Além disso, devemos compreender que ele controla tanto os meios quanto os fins. Ele não somente determina *o que* ele quer que aconteça, mas também *como* ele quer que aconteça, e decidiu que os crentes seriam os meios pelos quais outros indivíduos a quem escolheu sejam trazidos a Cristo. Devemos ser gratos por Deus usar nossa pregação como o meio pelo qual ele chama aqueles que escolheu para salvação (2 Timóteo 2.10).

É verdade que Deus não necessita de nós: “Ele não é servido por mãos de homens, como se necessitasse de algo, porque ele mesmo dá a todos a vida, o fôlego e as demais coisas” (Atos 17.25). Seus mandamentos para nós nunca refletem sua necessidade, visto não ter ele nenhuma, mas seu preceptivo querer para as nossas vidas. Pregamos para que aqueles que estão “designados para a vida eterna” (Atos 13.48) venham a Cristo, e não porque eles perder-se-ão sem nós. Entretanto, isso

significa mais para algumas pessoas ter essa necessidade do que obedecer aos mandamentos de Deus.

O outro lado da doutrina da eleição é a doutrina da REPROVAÇÃO. Assim como Deus ativamente escolheu salvar alguns, da mesma maneira preferiu condenar o restante da humanidade. Assim como determinou quais indivíduos específicos seriam salvos, determinou quais indivíduos específicos seriam condenados para sempre:

O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso? E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, *preparados para a destruição?* (Romanos 9.21,22)

Portanto, para vocês, os que crêem, esta pedra é preciosa; mas para os que não crêem, “a pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular”, e, “pedra de tropeço e rocha que faz cair.” Os que não crêem tropeçam, porque desobedecem à mensagem; *para o que também foram destinados.* (1 Pedro 2.7,8)

Muita gente tenta diluir essa doutrina dizendo que Deus meramente “ignora” os réprobos, mas a Bíblia ensina que ele ativamente endurece seus corações contra si mesmo e o evangelho:

Mas o SENHOR endureceu o coração do faraó, e ele não deixou que os israelitas saíssem. (Êxodo 10.20)

Pois foi o próprio SENHOR que lhes endureceu o coração para guerrearem contra Israel, para que ele os destruísse totalmente, exterminando-os sem misericórdia, como o SENHOR tinha ordenado a Moisés. (Josué 11.20)

SENHOR, por que nos fazes andar longe dos teus caminhos e endureces o nosso coração para não termos temor de ti? Volta, por amor dos teus servos, por amor das tribos que são a tua herança! (Isaías 63.17)

Cegou os seus olhos e endureceu-lhes o coração, para que não vejam com os olhos nem entendam com o coração, nem se convertam, e eu os cure. (João 12.40)

Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer. (Romanos 9.18)

Que dizer então? Israel não conseguiu aquilo que tanto buscava, mas os eleitos o obtiveram. Os demais foram endurecidos, como está escrito: “Deus lhes deu um espírito de atordoamento, olhos para não ver e ouvidos para não ouvir, até o dia de hoje.” (Romanos 11.7,8)

Já provamos que livre arbítrio não existe em seres finitos, e que a responsabilidade humana não tem relação alguma com aquele. É Deus quem governa todas as coisas, inclusive os pensamentos e as ações dos seres humanos, mas esses ainda são

responsáveis por seus pensamentos e ações precisamente porque Deus os mantém responsáveis por aqueles por seu soberano poder.

A responsabilidade pressupõe a capacidade de prestação de contas, mas essa não pressupõe faculdade ou liberdade. A capacidade de prestar contas meramente pressupõe alguém que a exige. Visto que Deus requer essa capacidade — visto que recompensará a justiça e punirá a impiedade — o homem é responsável. Já que Deus é soberano, ele decide o que quer decidir, e se os seres humanos têm livre arbítrio ou não nunca tem ele que entrar nessa discussão em nenhuma hipótese.

Imediatamente a questão torna-se de justiça. Muitas pessoas podem insistir que seria injusto para Deus punir aqueles a quem destinou à condenação eterna, que nunca poderiam decidir ou fazer de modo diverso.

Paulo antecipa tal objeção em Romanos 9.19, e escreve: “Mas algum de vocês me dirá: “Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?” Ele retruca: “Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? “Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: ‘Por que me fizeste assim?’” (v. 20). Deus governa por absoluta autoridade; ninguém pode parar seus planos, e ninguém tem o direito de questionar a ele. Isso é verdade porque Deus é o criador de tudo o que existe, e ele tem o direito de fazer o que quer que deseje com sua criação: “O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?” (v. 21).

O apóstolo continua a dizer: “E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, preparados para a destruição? Que dizer, se ele fez isto para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória, ou seja, a nós, a quem também chamou, não apenas dentre os judeus, mas também dentre os gentios?” (vv. 22-24). Isso ainda é parte da resposta à questão do versículo 19: “Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?” Paulo está dizendo que visto ser Deus soberano, ele pode fazer o que quer que deseje, incluindo criar alguns vasos destinados para glória, e alguns destinados à perdição eterna. Os eleitos regozijam-se nessa doutrina; os réprobos a detestam. Seja como for, não há nada que alguém possa fazer a esse respeito. Pedro diz, concernente àqueles que rejeitam Cristo, que “tropeçam, porque desobedecem à mensagem; para o que também foram destinados” (1 Pedro 2.8).

É somente devido à impiedade e irracionalidade que a questão da justiça é mesmo trazida à baila contra a doutrina da reprovção. A objeção nessas várias formas equivale ao seguinte:

1. A Bíblia ensina que Deus é justo.
2. A doutrina da reprovção é injusta.
3. Logo, a Bíblia não ensina a doutrina da reprovção.

A premissa (2) foi admitida sem garantia. Por qual padrão alguém deve julgar se essa doutrina é justa ou injusta? Se a Bíblia fala dela, então não cabe a nós discutir a questão. Por outro lado, o cristão raciocina como segue:

1. A Bíblia ensina que Deus é justo.
2. A Bíblia confirma a doutrina da reprovação.
3. Logo, a doutrina da reprovação é justa.

O fulcro é se a Bíblia confirma a doutrina; se for justo ou injusto não deve ser antecipadamente assumido. Observa Calvino:

Pois tanto a vontade de Deus é a mais elevada regra de justiça que o que quer que ele queira, pelo próprio fato dele querê-la, deve ser considerado justo. Portanto, quando alguém pergunta por que ele assim fez, devemos responder: porque ele o quis. Mas se você ainda prosseguir para perguntar por que ele assim quis, você está buscando algo maior e mais elevado do que a vontade dele, que não pode ser encontrado. Que a temeridade dos homens, então, se refreie, e não procure o que não existe, para que talvez não fracasse em achar o que de fato existe.³²

Ditar como a misericórdia divina deve ser dispensada é demonstração que prova a expressa pecaminosidade e a tola audácia do homem, e não um argumento contrário às doutrinas da eleição e da condenação.

Para melhor compreendermos a eleição e a reprovação, devemos afirmar completamente o que a Bíblia diz a respeito da depravação humana. Por exemplo, Romanos 3.10-12, 23 diz: “Não há nenhum justo, nem um sequer; não há ninguém que entenda, ninguém que busque a Deus. Todos se desviaram, tornaram-se juntamente inúteis; não há ninguém que faça o bem, não há nem um sequer... pois todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus.” Todo ser humano é um pecador, e “o salário do pecado é a morte” (Romanos 6.23); portanto, a justiça exige que toda pessoa seja condenada eternamente.

As doutrinas da eleição e da reprovação não dizem que os eleitos recebem *misericórdia* enquanto os não-eleitos recebem *injustiça*. Visto que todos os seres humanos merecem a condenação eterna, essas doutrinas bíblicas ensinam que aqueles a quem Deus escolheu para salvação receberão *misericórdia*, e aqueles a quem ele escolheu para a perdição eterna receberão precisamente *justiça* — e que é por isso que eles serão condenados. Deus não tem obrigação alguma de mostrar misericórdia a qualquer um em absoluto, e que o faça a alguns não significa que devam merecer misericórdia em hipótese alguma.

Uma vez que é alegado que Deus está de certo modo obrigado a ser misericordioso para com alguns, não estamos mais falando de misericórdia, mas de justiça. Não é a misericórdia que concede o que é requerido, mas a justiça. Receber justiça nesse caso resulta em eterna condenação e não salvação. O que é “justo” é todos serem condenados, visto que nossos pecados fazem com que tal seja a reta punição. Devemos ser absolutamente gratos que Deus seja misericordioso para salvar alguns, em vez de lhe lançarmos a blasfema acusação de ser injusto ou não suficientemente misericordioso. Como escreve Benjamin B. Warfield:

³² João Calvino, *Institutes of the Christian Religion*; Editado por John T. McNeill; Traduzido por Ford Lewis Battles; Philadelphia: The Westminster Press, 1960; p. 949, (III, xxiii, 2).

Não colocaremos de uma vez por todas em nossas mentes que a salvação não é direito de homem algum; que uma “oportunidade” para salvar a si próprio não é “oportunidade” de salvação para qualquer um; e que, se alguém da pecaminosa raça do homem é salvo, deve-o ser por um milagre da toda-poderosa graça, sobre a qual ele não tem pretensão alguma, e contemplando isso como um fato, ele somente pode ficar cheio de adoração admirada pelas maravilhas do inexplicável amor divino? Exigir que seja dada uma “oportunidade” a todos os criminosos de escapar de suas penas, e que a todos será dada uma “oportunidade igual,” é simplesmente zombar da própria idéia de justiça, e mais, da idéia mesma de amor.³³

Ainda que não tenhamos direito de exigir uma explicação, Paulo diz-nos sim porque a obra divina da reprovação é tanto boa quanto necessária:

E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, preparados para a destruição? Que dizer, se ele fez isto para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória, ou seja, a nós, a quem também chamou, não apenas dentre os judeus, mas também dentre os gentios? (Romanos 9.22-24)

Deus preparou “para a destruição” certos indivíduos, de modo que possa ele “mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder.” Paulo explica que “para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória.” Em outras palavras, a reprovação dos não-eleitos é para a expressa intenção de tornar conhecida a glória divina aos seus eleitos.

Visto que os eleitos foram “salvos da ira de Deus” (Romanos 5.9) por Cristo, nunca terão a oportunidade de experimentarem o aspecto colérico de sua natureza. Mas a ira divina continua sendo um atributo essencial. Como explicado anteriormente, o amor de Deus para com seus eleitos é caracterizado por sua boa-vontade de revelar-se a eles (João 14.21-23, 15.15, 16.14; 1 Coríntios 2.9-12) e, por conseguinte, ele preparou os réprobos para um tal propósito.

Já provamos que Deus tem o direito de fazer tudo o que desejar com sua criação, exatamente como um oleiro com sua massa de argila; portanto, não se pode acusar a Deus de ser cruel ou injusto por criar e predestinar os réprobos para o propósito acima. Ele é a única autoridade moral, e a Bíblia o chama justo e bom; logo, tudo o que ele diga e faça é justo e bom por definição. Segue-se que sua obra de reprovação é assim justa e boa por definição, e ninguém pode acusá-lo de maldade — não há padrão algum de certo e errado fora de Deus pelo qual acusá-lo de injustiça. Ele é seu próprio padrão moral, e visto chamar a si próprio de justo, logo ele deve ser justo.

Em vez de levar-nos a questionar a justiça divina, a doutrina da reprovação deve ademais iluminar-nos a respeito do grande amor de Deus por seus eleitos. Visto que ele governa até os réprobos para servirem a seus próprios fins (Provérbios 16.4), e que “faz que todas as suas obras cooperem” (Romanos 8.28, Tradução do Novo Mundo)

³³ Warfield, *The Plan of Salvation*; p. 80-81.

para o bem dos eleitos, segue-se que ele pode manipular as vidas dos réprobos de maneira a promover o bem de seus próprios escolhidos. E a Escritura ensina que isso é o que está sendo feito. Desse modo, a condenação dos pecadores é para o benefício e a edificação dos cristãos, pois tal é o amor divino para com seus eleitos.

CHAMADOS

Romanos 8.29,30 nos diz que, àqueles a quem Deus escolheu para salvação, também tem dado um propósito, a saber, se conformarem à semelhança de seu Filho. E àqueles a quem ele tem dado tal propósito, ele também lhes envia um chamado no devido tempo, para que possam vir a Cristo. Assim, a passagem diz: “E aos que *predestinou*, também *chamou*” (v. 30).

Lembre-se de que todos que estão inclusos numa fase da aplicação da redenção, também entram na fase seguinte. Todos a quem Deus elegeu, também predestinou, e todos a quem predestinou, também chama a Cristo. Mas o versículo 30 continua e diz: “Aos que *chamou*, também *justificou*”. Assim, todos a quem Deus chama alcançarão a justificação. E visto que essa é pela fé em Cristo, todos a quem Deus chama crerão em Cristo e serão justificados. Portanto, o chamado divino para com o eleito é obrigatoriamente eficaz e, assim, os teólogos chamam esse ato de Deus de um CHAMADO EFICAZ.

Visto que o chamado eficaz é um chamado cujo resultado está garantido, ele não é como um “convite” que o eleito pode aceitar ou rejeitar. Antes, ele é mais parecido com o que queremos dizer pelo verbo “intimar”. Ao chamar seus eleitos, Deus não os convida meramente para fazer algo, mas ele próprio faz algo neles. Sinclair Ferguson escreve: “Aquele que os chama cria neles a capacidade para responder, de forma que no próprio ato de chamar ele os traz a uma nova vida”.³⁴ Assim, aqueles a quem Deus escolheu e predestinou na eternidade, ele também intima para vir a Cristo no tempo histórico.

Deus intima o eleito comumente através da pregação do evangelho. Ora, os cristãos não aprendem primeiramente a identificar os eleitos, e então passam a pregar o evangelho somente a eles. Antes, eles pregam o evangelho “a toda criação” e “quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado” (Marcos 16.15,16). Portanto, quer na forma de discurso público, conversa privada, literatura escrita ou outros meios, a pregação ou apresentação do evangelho é direcionada tanto aos eleitos como aos não-eleitos. O eleito chegará à fé; o não-eleito ou rejeitará o evangelho, ou produzirá uma profissão de fé temporária e falsa.

Devido a isso, os teólogos distinguem entre o CHAMADO EXTERNO e o CHAMADO INTERNO. O chamado externo refere-se à pregação do evangelho pelos seres humanos, e é apresentado tanto aos eleitos como aos não eleitos. Por outro lado, o chamado interno ou eficaz é uma obra divina que acompanha o chamado externo para fazer com que o eleito chegue à fé em Cristo. A pregação do evangelho se mostra a todos como um chamado externo, mas ela vem também como uma intimação interna aos eleitos. O chamado externo é produzido pelos seres humanos, mas o interno é uma obra somente de Deus e ocorre somente nos eleitos. O segundo é habitualmente

³⁴ Sinclair B. Ferguson, *The Christian Life: A Doctrinal Introduction*; Carlisle, Pennsylvania: The Banner of Truth Trust, 1997 (original: 1981); p. 34.

concomitante com o primeiro. Em outras palavras, muitas pessoas podem ouvir o evangelho numa determinada situação, mas Deus faz com que apenas os eleitos creiam no que é pregado, ao passo que endurece os não-eleitos contra o mesmo.

Mateus 22:14 diz: “Porque há muitos convidados, mas poucos escolhidos” [Tradução do Novo Mundo]. A palavra “convidados”, nesse versículo, pode ser traduzida por “chamados”, como em muitas outras traduções. Muitos são de fato “convidados” pelo fato de ouvirem o chamado externo do evangelho, mas somente uns poucos estão entre os eleitos de Deus, e, portanto, as profissões de fé genuínas e permanentes vêm do último grupo.

REGENERADOS

Nós podemos definir a natureza pecaminosa do homem como uma forte disposição da mente para o mal (Colossenses 1.21; Romanos 8.5-7). REGENERAÇÃO é uma obra de Deus na qual ele transforma uma tão maligna disposição numa outra que se deleita nas leis e nos preceitos divinos (Ezequiel 11.19,20, 36.26,27), e isso resulta no que significa uma ressurreição espiritual. Regeneração é uma transformação drástica e permanente no nível mais profundo da personalidade e do intelecto de alguém, que podemos chamar de uma RECONSTRUÇÃO RADICAL.³⁵ Os compromissos mais básicos do indivíduo para com objetos e princípios abomináveis, que ele uma vez serviu, são deixados para trás e voltados para Deus. Tal mudança no princípio primeiro de pensamento e conduta de uma pessoa gera um efeito como de ondas, que transforma o espectro inteiro de sua cosmovisão e estilo de vida.

Regeneração, ou ser “nascido de novo”, ocorre em conjunção com o chamado eficaz de Deus para com os seus eleitos (1 Pedro 1.23; Tiago 1.18), e os capacita a responder em fé e arrependimento a Cristo. Isso significa que a regeneração precede a fé; isto é, uma pessoa não nasce de novo pela fé, mas ela é capacitada a crer precisamente porque Deus a regenerou primeiro. Fé não é a pré-condição da regeneração; antes, a regeneração é a pré-condição da fé.

Uma razão pela qual muitos cristãos pensam que a regeneração ocorre pela fé é porque confundem regeneração com “salvação” em geral, e “justificação” em particular. Quando a palavra “salvação” é aplicada ao pecador, ela é um termo geral que pode implicar diversas coisas, tais como os itens que estamos discutindo nesse capítulo. Por outro lado, na justificação Deus confere ao eleito a justiça legal merecida por Cristo em sua obra redentora. A Bíblia ensina que nós somos *justificados* pela fé, e não que somos *regenerados* pela fé. A confusão acontece quando se considera tanto a justificação como a regeneração como tendo o sentido de “salvação”.

Jesus diz: “Digo-lhe a verdade: Ninguém pode ver o Reino de Deus, se não nascer de novo” (João 3.3). A palavra “ver” aqui se refere principalmente à capacidade de entender, ou “investigar”. Paulo escreve em 2 Coríntios 4.4: “O deus desta era *cegou as mentes* dos descrentes, *para que não possam* ver a luz do evangelho da glória de Cristo”. Se eles não podem “ver” o evangelho, então não podem aceitá-lo, o que conseqüentemente torna impossível que sejam salvos.

³⁵ Ela é “radical” no sentido de que ela afeta a própria raiz da personalidade de uma pessoa.

Mateus 13.15 estabelece um ponto similar: “Pois o coração deste povo se tornou insensível; de má vontade ouviram com seus ouvidos, e fecharam seus olhos. Se assim não fosse, poderiam ver com os olhos, ouvir com os ouvidos, entender com o coração e se converter, e eu os curaria”. Ou, como Marcos 4.12 diz: “De outro modo, poderiam converter-se e ser perdoados!”. Uma pessoa *entenderá* somente quando for capaz de *ver*, e somente quando ela *entender* é que ela será capaz de se *voltar*, isto é, se “converter” (Mateus 13.15). Se é necessário “ver” antes que alguém tenha fé, e se a capacidade de “ver” é somente possível após a regeneração (João 3.3), então naturalmente a regeneração vem antes da fé.

Revisando, Deus escolheu um número de indivíduos para receber a salvação. Após isso, Cristo veio a esta terra e pagou o preço do pecado pelos eleitos. Então, cada um dos eleitos é intimado a crer no evangelho nos tempos específicos designados por Deus. Contudo, visto que os eleitos nascem pecadores, há presente dentro deles uma forte disposição para o mal, tornando-os incapazes e não dispostos a responder. Portanto, ele regenera os pecadores eleitos ao mesmo tempo em que os intima, e coloca em cada um deles uma nova natureza que se inclina para Deus e a justiça. Assim, a regeneração é uma obra MONERGÍSTICA – ela é uma obra de Deus que produz seus efeitos sem qualquer cooperação da pessoa que está sendo salva.

João 1.12,13 faz referência à natureza monergística da regeneração: “Mas a todos quantos o receberam, a eles ele deu o direito de se tornarem filhos de Deus, àqueles que quem crêem em seu nome, que não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus”*. A passagem indica que a regeneração não ocorre por se pertencer a uma descendência natural particular, nem ocorre por “decisão humana” (v. 13[†]). A opinião popular sobre a regeneração é que, mediante uma “decisão” por Cristo, o homem pode nascer de novo e, desse modo, ser salvo do pecado. Porém, a Escritura ensina que a regeneração é uma obra totalmente de Deus, que ele efetua em seus escolhidos, e que não ocorre através da vontade do homem: “O vento sopra onde quer. Você o ouve, mas não pode dizer de onde vem nem para onde vai. Assim acontece com todos os nascidos do Espírito” (João 3.8).

É fácil entender porque a regeneração deve preceder a fé, se termos em mente que o homem está espiritualmente morto antes da regeneração (Efésios 2.1; Romanos 3.10-12, 23). Por causa da hostilidade da mente às coisas divinas antes da regeneração, os eleitos por si mesmos nunca chegariam à fé em Cristo quando o evangelho lhes fosse apresentado. É Deus quem age primeiro, e tendo mudado a disposição deles de má para boa, e das trevas para a luz, eles então respondem ao evangelho pela fé em Cristo, e por ela se tornam justificados aos olhos de Deus. Atos 16.14 registra a conversão de Lídia, e o versículo diz que foi Deus quem primeiro “abriu seu coração” para que ela pudesse “responder à mensagem de Paulo”.

CONVERTIDOS

Após Deus tê-lo regenerado, o indivíduo eleito agora “vê” a verdade do evangelho e responde ao chamado eficaz passando pela CONVERSÃO, a qual consiste de arrependimento e fé. A mensagem de Jesus para o povo era: “*Arrependam-se e creiam*

* Trecho vertido diretamente da versão inglesa usada aqui pelo autor, a *North American Standard Bible* (NASB) (N. do T.)

† Trecho vertido diretamente da *New International Version* empregada pelo autor, que não é acompanhado pela versão em português (N. do T.)

nas boas novas!” (Marcos 1.15). E repreendeu “os chefes dos sacerdotes e os líderes religiosos do povo”, pois eles “não se *arrependeram* nem *creram*” (Mateus 21.23,32) sob o ministério de João Batista.

A palavra “conversão” significa um voltar-se, e inclui tanto os conceitos de arrependimento quanto de fé. *Arrependimento* é a parte da conversão na qual uma pessoa se volta do pecado, enquanto a *fé* se dá quando ela se volta a Cristo para salvação. A conexão estreita entre arrependimento e fé é também indicada em Hebreus 6.1, onde se fala que os “ensinos elementares a respeito de Cristo” consistem de “arrependimento de atos que conduzem à morte, da fé em Deus”. O escritor chama a isso o “fundamento” ou começo da vida cristã.

No ARREPENDIMENTO, o pecador primeiro chega a uma verdadeira percepção intelectual de sua condição pecaminosa. Visto que Deus já o regenerou, ele acha sua condição repugnante e fica determinado a se voltar tanto do estilo de vida que consistia de pecados quanto de atos individuais pecaminosos.

O arrependimento é de volição e não de emoção. Ainda que muita emoção possa às vezes acompanhar a mudança da mente, não é um elemento necessário ou definidor. Naturalmente, um estado mental que consista de nada mais que uma excitação emocional sobre os próprios pecados e faltas sem um ato de volição de dar as costas a isso não constituir arrependimento e, por conseguinte, não resultará em fé e justificação.

A conversão não resulta apenas em uma mudança negativa, na qual alguém se volta dos ídolos, mas Paulo afirma que o indivíduo eleito também o faz “a fim de servir ao Deus vivo e verdadeiro” (1 Tessalonicenses 1.9). Além disso, um sistema definido de teologia é acrescentado ao pensamento da pessoa, substituindo a antiga cosmovisão não bíblica. Esse é o aspecto da conversão que chamamos FÉ.

Muitos teólogos sugerem que a fé consiste de três elementos: conhecimento, assentimento e confiança. Mas os textos a seguir mostrarão que a fé só consiste dos dois primeiros, e que a última é apenas um atalho para assentimento.

CONHECIMENTO alude à retenção e compreensão intelectual de proposições verdadeiras. Isso é um elemento necessário da fé, visto que é impossível crer em alguma coisa sem conhecê-la. Se não se sabe o que X representa, não posso responder a questão, “Você crê em X?” A fé é impossível sem o conhecimento.

Deus concede conhecimento a um indivíduo como o primeiro elemento da fé salvífica, habitualmente pela pregação ou apresentação do evangelho. Como escreve o apóstolo Paulo, “Como poderiam crer naquele que não ouviram? E como poderiam ouvir sem pregador?” (Romanos 10.14, Bíblia de Jerusalém). O conhecimento também implica entendimento nesse caso. Assim como é impossível crer em X enquanto ele permanecer indefinido, não se pode crer em algo enquanto a definição não é compreendida. Visto que o evangelho é sempre apresentado de forma proposicional, o conhecimento e o entendimento necessários para a fé aludem à retenção e compreensão mentais do sentido das afirmações verbais apresentadas.

ASSENTIMENTO é concordância com as proposições entendidas. Embora qualquer um possa obter algum entendimento da mensagem evangélica, nem todos consentirão que ela seja verdadeira. É fácil para alguém explicar a um outro a reivindicação escriturística da ressurreição de Cristo, mas se o ouvinte vai concordar que tenha ela realmente ocorrido é outra questão. Como mencionado, a disposição maligna da mente não regenerada impede uma pessoa de aquiescer ao evangelho independentemente da capacidade de persuasão do pregador. Logo, deve ela primeiramente ser regenerada por Deus, de modo a obter uma nova disposição favorável ao evangelho, após o que prontamente assentirá a esse.

Visto que muitos teólogos pensam que os não-eleitos podem verdadeiramente assentir ao evangelho sem “confiança pessoal” em Cristo, também advogam que o conhecimento e o assentimento não são suficientes para salvar. Deve-se acrescentar a esses dois o terceiro elemento da CONFIANÇA, a qual definem como uma segurança pessoal e relacional sobre a pessoa de Cristo. Dizem que, ainda que os objetos do conhecimento e do assentimento sejam proposições, o objeto da confiança deve ser uma pessoa, a saber, Cristo. Ou seja, a fé salvífica crê em Cristo como uma pessoa, e não como um conjunto de proposições.

Embora nem todos os teólogos distingam a fé entre esses três elementos, muitos deles a definem de forma tal que significa alegar que a fé salvífica deve se mover do intelectual para o relacional, do proposicional para o pessoal, e do assentimento para a confiança. Para eles, assentimento corresponde a uma fé “crer *que*”, ao passo que a confiança é uma fé “crer *em*”. O primeiro crê *que* certas coisas *acerca* de Cristo são verdadeiras, mas a segunda vai além, e crê *na pessoa* de Cristo. Fé é crença *em* uma pessoa, não em certos fatos *sobre* a pessoa. Eles apontam para passagens em que há exigência de uma fé para crer *no* evangelho. Por exemplo, Atos 16.31, que diz: “Cria *no* Senhor Jesus, e serão salvos”, e 1 João 3.23: “E este é o seu mandamento: Que creiamos *no* nome de seu Filho Jesus Cristo”.

Entretanto, há razões conclusivas para rejeitar tal distinção entre assentimento e confiança, para afirmar que a fé consiste apenas de conhecimento e assentimento.

Em primeiro lugar, a Bíblia não emprega exclusivamente o tipo de linguagem “crer em” ao se referir à fé. Por exemplo, Hebreus 11.6 diz que “sem fé é impossível agradar a Deus, pois quem dele se aproxima precisa crer que ele existe e que recompensa aqueles que o buscam”. O versículo exige que alguém que venha a Deus deve assentir a duas proposições. Ele deve crer *que* (1) “Deus existe”, e *que* (2) “Deus recompensa aqueles que o buscam”. O escritor diz que tal fé pode “agradar a Deus”, e que “foi por meio dela que os antigos receberam bom testemunho” (v.2).

Em segundo lugar, o Novo Testamento indica que crer *em* Cristo quer dizer crer *que* certas proposições são verdadeiras:

Pois o que primeiramente lhes transmiti foi o que recebi: *que* Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, [*que*] foi sepultado e [*que*] ressuscitou no terceiro dia, segundo as Escrituras, e [*que*] apareceu a Pedro e depois aos Doze. (1 Coríntios 15.3-5)

Em terceiro lugar, podemos demonstrar com uma análise de linguagem que crer *em* (ou “confiar” em) uma pessoa é simplesmente uma simplificação para crer *que* (ou “assentir” a) certas proposições a respeito dele são verdadeiras.

Por exemplo, há duas maneiras de se compreender a questão “você crê *no* diabo?” A questão pode, ou estar perguntando se alguém crê *que* o diabo existe, ou se ele crê *que* o diabo seja digno de adoração³⁶. Isto é, a questão faz supor uma entre duas proposições, e pede ao ouvinte para afirmá-la ou negá-la. Um cristão afirmaria a primeira e negaria a segunda. Entretanto, a menos que o contexto da conversão demonstre o significado da questão, ou que o ouvinte tenha uma suposição quanto ao sentido da questão caso o contexto não o forneça, é impossível dizer qual das duas proposições está sendo perguntada para que o ouvinte a afirme ou negue.

Se D = “o diabo”, e = “existe”, e d = “digno de adoração”, então “eu creio *em* D” pode significar tanto “eu creio *que* D_e” ou “eu creio *que* D_d”. De ambos os jeitos, “eu creio *em* D” pode representar qualquer das duas afirmações “crer *que*”, e assim não é nada mais do que uma simplificação para uma delas.

Do mesmo modo, “eu creio *em* Deus” é uma afirmação sem sentido a menos que seja redutível a uma ou mais proposições “crer *que*”. No contexto de Hebreus 11.6, se G = “Deus”, e = “existe” e g = “galardoador”, então “eu creio *em* G” parece ter três sentidos possíveis:³⁷

1. “Eu creio *que* G_e”
2. “Eu creio *que* G_g”
3. “Eu creio *que* G_e + G_g”

Hebreus 11.6 exige uma fé que afirme (3), sem a qual não se pode agradar a Deus; é um tipo de fé “crer *que*”. Repare também que crer *em* X pode supor uma fé “crer *que*” em mais do que uma proposição. Em Hebreus 11.6, ter fé tem o sentido de crer *que* G_e + G_g.

Logo, podemos concluir que “eu creio *em* X” é meramente uma simplificação para “eu creio *que* X₁ + X₂ + X₃...X_n”. Isso quer dizer que crer ou ter fé *em* algo ou alguém é crer ou ter fé *que* uma ou mais proposições acerca de tal coisa ou pessoa é verdadeira. Ter fé *em* Deus e *em* Cristo é precisamente crer algo *acerca* deles — ter uma fé “crer *que*”. Dizer que fé seja crença ou confiança em uma pessoa em vez de assentimento a proposições e que ela deva ir além do nível intelectual pode soar mais piedoso ou profundo para alguns, mas essa espécie de fé é um conceito sem significado. Uma fé que não “creia *que*” certas proposições sejam verdadeiras não crê em coisa alguma em absoluto; o conteúdo dessa suposta fé está indefinido.

Muitos alegam que Tiago 2.19 opõe-se a esse ponto de vista somente intelectual e proposicional sobre a fé. O versículo diz, “Você crê que existe um só Deus? Muito

³⁶ Há outras possibilidades dependendo do contexto da conversação, mas ficaremos com essas duas para o nosso propósito.

³⁷ É impossível afirmar (2) por si mesma, visto que não se pode crer que Deus seja alguém que recompense aqueles que o buscam a menos que primeiro se creia que ele exista — a menos que o que se queira dizer é que Deus *seria* alguém que galardoa aqueles que o buscam *se* (1) é verdadeira, ainda que a pessoa a negue.

bem! Até mesmo os demônios crêem — e tremem!” Para eles, esse verso indica que meramente “crer *que* exista um só Deus” é bom porque consente numa proposição verdadeira, mas não é uma fé salvífica. Até os demônios, e por implicação os não-eleitos, podem ter tal espécie de “fé” e, em conseqüência, isso falha ao não distinguir o tipo de fé que salva com uma “mera” concordância intelectual ao evangelho.

Contudo, tal objeção ignora o contexto da passagem. O versículo 17 diz: “Assim também a fé, por si só, se não for acompanhada de obras, está morta”. A verdadeira fé resulta em comportamento que corresponde ao conteúdo da crença de alguém. Os demônios “crêem” que há um só Deus, mas não agem de um modo que corresponda a uma tal crença. Em vez de adorarem-no como Deus, meramente estremece e se rebelam contra ele.

O que Tiago diz não contradiz o que escrevi acerca da fé, mas serve para esclarecê-la. Ele está dizendo que a verdadeira fé produz ações que correspondem ao alegado assentimento a ela. Em nenhum lugar ele diz que a alternativa à “fé” dos demônios é alguma espécie de “confiança pessoal”. Antes, o que diz faz com que seja preciso que incluamos em nossa definição de fé que o verdadeiro assentimento subentende obediência às necessárias implicações das proposições afirmadas.

Por exemplo, supondo que alguém corretamente tenha definido “Deus”, crer *que* “existe um só Deus” (Tiago 2.19) também requer que essa pessoa o adore, visto que a palavra denota o ser último que é inerentemente digno de culto. Que os demônios não adorem a “Deus” significa que eles, ou se recusam a reconhecer o pleno significado da palavra, ou que, estando totalmente ciente de suas implicações, opõem-se a conceder a ela completo assentimento.

Um comentário feito por Sinclair Ferguson sobre fé mostra a confusão comum acerca do assentimento e da confiança.

Fé é mais do que assentimento, mas nunca é menos que esse. A fé de Tomé no Cristo ressurreto foi assentimento ao fato da ressurreição. Porém, foi mais que isso. Foi um coração que reconheceu: “Senhor meu, e Deus meu!” (João 20.28)³⁸.

Não obstante, não há diferença alguma entre “um coração que reconheceu” e “uma mente que assentiu”.³⁹ Ele está fazendo uma distinção que soa piedosa mas que carece de sentido. Além disso, “Senhor meu, e Deus meu!” não é uma pessoa, mas uma proposição. Logo, ainda que Ferguson pareça não estar a par disso, ele concorda conosco que a fé de Tomé significa “uma mente que assentiu a uma proposição”, e que a fé não é “mais” do que assentimento.

Todas as considerações acima resultam numa definição bíblica de fé. Visto que a natureza da fé é o assentir ao conhecimento, e esse denota uma retenção e compreensão de uma ou mais proposições, *fé é assentimento voluntário a proposições compreendidas*, e *assentimento* aqui envolve obediência às exigências inerentemente presentes nas ditas proposições.

³⁸ Ferguson, *The Christian Life*; p. 66.

³⁹ “Reconhecer” é só uma outra palavra para “assentir”, e demonstramos anteriormente que o coração é a mente ou intelecto.

A fonte dessas proposições às quais se deve assentir é a Bíblia. Enquanto a fé *salvífica* consiste de assentimento a certas proposições relacionadas à obra redentora de Cristo, a fé bíblica em geral permanece e se desenvolve no cristão na medida em que assente a essas mesmas proposições junto com outras naquele livro, e assim ele cresce em maturidade espiritual.

Em vez de usar a palavra “confiança” para distinguir a fé verdadeira da falsa, temos somente que distinguir o *verdadeiro* assentimento do *falso*, ou a fé verdadeira da falsa. O verdadeiro assentimento quer dizer uma concordância intelectual com proposições compreendidas que resultam em obediência a todas as implicações daquelas. Por outro lado, uma pessoa com falso assentimento a proposições bíblicas afirma que concorda com as Escrituras, mas não produz os pensamentos, linguagem e comportamento que necessariamente se infere de uma tal concordância.

A salvação pela graça mediante a fé é um dom de Deus: “Pois vocês são salvos pela graça, por meio da fé, e isto não vem de vocês, é dom de Deus; não por obras, para que ninguém se glorie” (Efésios 2.8,9). Desse modo, a fé não pode ser fabricada pelo homem, mas somente dada a ele. Isso é consistente com o que dissemos a respeito da natureza monergística da salvação até aqui, que da eleição à regeneração e, agora, ao arrependimento e à fé, a salvação é unicamente a obra de Deus, não do homem. Portanto, ninguém pode se gloriar mesmo acerca de sua aceitação do evangelho.

Sem a obra divina de regeneração na qual ele transforma a disposição e volição do homem, ninguém pode ou vai assentir de verdade às proposições bíblicas sobre Deus e Cristo. Nossa definição indica que a fé tem um elemento de volição, que é um assentimento *voluntário* ao evangelho. A vontade do homem não regenerado não pode assentir ao evangelho, mas aquele que foi regenerado por Deus também foi *feito* desejoso de aceitar a Cristo; Deus mudou o seu querer. Logo, ele não “compele” uma pessoa à fé no sentido de forçá-la a crer o que ele conscientemente rejeita a aceitar, mas “compele” a uma mudança na vontade dela pela regeneração, de forma que seu assentimento ao evangelho seja de fato voluntário. Ou seja, a fé é voluntária no sentido de que a pessoa eleita decide sim aceitar o evangelho, mas somente o faz porque Deus a leva a assim decidir; sem o poder dele para “compelir” ou transformar o querer, ninguém decidiria aceitar aquele.

Ora, Jesus diz em João 7.17: “Se alguém decidir fazer a vontade de Deus, descobrirá se o meu ensino vem de Deus ou se falo por mim mesmo”. Mas Romanos 8.7 diz que “a mentalidade da carne é inimiga de Deus porque não se submete à Lei divina, nem *pode* fazê-lo”. Visto que a mente pecaminosa *não pode* se submeter a ele, isso obrigatoriamente significa que a pessoa que “decide fazer a vontade de Deus” já foi transformada por ele, de modo que sua disposição não mais é pecaminosa, mas reta. Ela, então, voluntariamente decide fazer a vontade divina, e torna-se apta a discernir a veracidade do evangelho. Outra vez, isso faz supor que a regeneração deve preceder a fé, e que a fé mesma é um dom de Deus.

JUSTIFICADOS

Os cristãos estão acostumados a pensar que a “salvação” vem pela fé, especialmente em oposição às obras. A JUSTIFICAÇÃO é um ato de Deus pelo qual ele declara o

pecador eleito como sendo justo sobre a base da justiça de Cristo. Visto que a justificação se refere à tal justiça sendo legalmente creditada ao eleito, e assim, precede muitos dos outros itens na aplicação da redenção, num certo sentido, não incorre em erro quem diz que a fé leva aos itens subsequentes na ordem da salvação, para a qual a justificação é uma pré-condição. Por exemplo, Atos 26.18 diz que os eleitos são “*santificados pela fé*”.

Entretanto, a regeneração precede tanto a fé como a justificação, e nunca é dito que ela segue ou resulta da fé, nem que deve sempre ser confundida com a justificação. É a *regeneração* que leva à *fé*, e é a *fé* que leva à nossa *justificação*.

Em outras palavras, tendo escolhido certos indivíduos para serem salvos, Deus enviou Cristo para morrer por eles e, assim, pagar pelos seus pecados. No devido tempo, Deus altera a disposição pecaminosa deles para uma outra que se deleita em sua vontade e suas leis. Como resultado, esses indivíduos respondem ao evangelho em fé, o que, por seu turno, leva à uma declaração legal da parte de Deus de que eles foram feitos justos aos seus olhos.

Portanto, a fé é nossa resposta divinamente capacitada ao chamado eficaz de Deus, e a justificação é a sua resposta à nossa fé, a qual, antes de tudo, veio dele. Paulo escreve que todos aqueles que são predestinados por ele são também chamados, e visto que o chamado é um chamado eficaz, todos que são chamados dessa maneira também respondem em fé, e são, portanto, justificados (Romanos 8.30).

A Escritura afirma que a justificação vem pela fé, e não pelas obras. Exemplos de passagens em apoio disso incluem as seguintes:

Abrão creu no SENHOR, e isso lhe foi creditado como justiça. (Gênesis 15.6)

Por meio dele, todo aquele que crê é justificado de todas as coisas das quais não podiam ser justificados pela Lei de Moisés. (Atos 13.39)

Portanto, ninguém será declarado justo diante dele baseando-se na obediência à Lei, pois é mediante a Lei que nos tornamos plenamente conscientes do pecado. Mas agora se manifestou uma justiça que provém de Deus, independente da Lei, da qual testemunham a Lei e os Profetas, justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo para todos os que crêem. Não há distinção, pois todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente por sua graça, por meio da redenção que há em Cristo Jesus... Pois sustentamos que o homem é justificado pela fé, independente da obediência à Lei. (Romanos 3.20-24, 28)

Ora, o salário do homem que trabalha não é considerado como favor, mas como dívida. Todavia, àquele que não trabalha, mas confia em Deus, que justifica o ímpio, sua fé lhe é creditada como justiça. (Romanos 4.4-5)

Tendo sido, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo, por meio de quem obtivemos acesso pela fé a esta graça na qual agora estamos firmes; e nos gloriamos na esperança da glória de Deus. (Romanos 5.1,2)

Sabemos que ninguém é justificado pela prática da Lei, mas mediante a fé em Jesus Cristo. Assim, nós também cremos em Cristo Jesus para sermos

justificados pela fé em Cristo, e não pela prática da Lei, porque pela prática da Lei ninguém será justificado. (Gálatas 2.16)

Assim, a Lei foi o nosso tutor até Cristo, para que fôssemos justificados pela fé. (Gálatas 3.24)

À luz da ênfase bíblica sobre a justificação pela fé somente, especialmente nos escritos de Paulo, alguns crentes ficam confusos com certos dos versículos de Tiago 2. Por exemplo, o versículo 24 diz: “Vejam que uma pessoa é justificada por obras, e não apenas pela fé”. Mas a dificuldade desaparece quando observamos como o termo é usado e quando prestamos atenção ao contexto.

Observe que estamos discutindo como uma palavra está sendo usada por dois escritores bíblicos diferentes. Embora possamos estar certos de que todos os escritores da Escritura concordam em teologia, eles nem sempre usam as mesmas palavras para expressar os mesmos conceitos, e nem sempre utilizam as mesmas palavras com exatamente o mesmo significado ou ênfase. Por exemplo, embora João não use a palavra “justificação”, seus escritos ensinam que alguém é salvo pela fé somente tão fortemente quanto os escritos de Paulo.⁴⁰ Listaremos somente alguns exemplos aqui:

Quem nele crê não é condenado, mas quem não crê já está condenado, por não crer no nome do Filho Unigênito de Deus. (João 3.18)

Então lhe perguntaram: “O que precisamos fazer para realizar as obras que Deus requer?” Jesus respondeu: “A obra de Deus é esta: crer naquele que ele enviou”. (João 6.28,29)

Mas ele continuou: “Vocês são daqui de baixo; eu sou lá de cima. Vocês são deste mundo; eu não sou deste mundo. Eu lhes disse que vocês morrerão em seus pecados. Se vocês não crerem que Eu Sou, de fato morrerão em seus pecados”. (João 8.23,24)

Mas estes foram escritos para que vocês creiam que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus e, crendo, tenham vida em seu nome. (João 20.31)

Com o entendimento de que a mesma palavra pode ser usada com significados diferentes por escritores bíblicos diferentes, podemos aceitar a seguinte explicação de Robert Reymond:

Enquanto Paulo pretende dizer por “justificado” o ato *real* da parte de Deus, pelo qual ele perdoa e imputa justiça ao ímpio, para Tiago “justificado” significa o veredicto que Deus *declara* quando o *realmente* (anteriormente) justificado *demonstra* seu real estado de justiça pela obediência e boas obras...

Ao passo que Paulo, quando repudia as “obras”, está se referindo às obras da lei, isto é, toda e qualquer obra, de *qualquer* espécie, feita com objetivo de adquirir mérito, Tiago tenciona com “obras” se referir a atos de bondade para com aqueles em necessidade, realizados como o fruto e a evidência do real estado de justificado e de uma fé verdadeira e vital (Tiago 2.14-17)...

⁴⁰ Nós podemos encontrar outro exemplo na doutrina da eleição. João enfatiza a soberania absoluta de Deus na salvação tanto quanto Paulo, mas os dois usam palavras diferentes para ensinar a mesma doutrina.

E enquanto Paulo cria, de todo coração, que os homens são justificados pela *fé somente*, ele insiste tão fortemente quanto Tiago que tal fé, *se sozinha*, não é verdadeira, mas é uma fé morta: “Porque em Cristo Jesus nem circuncisão nem incircuncisão significam alguma coisa. [O que conta] é a fé que opera através do amor” (Gálatas 5.6), o que apenas difere em significado da expressão de Tiago: “a fé como as obras estavam atuando juntas com as obras [de Abraão], e a fé foi aperfeiçoada pelas obras” (Tiago 2.22). Paulo também fala da “obra da fé” do cristão (1 Tessalonicenses 1.3). E no mesmo contexto onde ele afirma que somos salvos pela graça através da fé, e “não por obras”, Paulo pode declarar que fomos “criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou de antemão para que andássemos nelas” (Efésios 2.8-10). Resumindo, enquanto para Tiago “a fé sem obras é morta”, para Paulo “a fé que opera através do amor” é inevitável, se ela for uma fé verdadeira.⁴¹

Paulo queria mostrar que a justificação, no sentido da declaração legal inicial de justiça da parte de Deus, vem somente pela fé na obra de Cristo, mas Tiago estava mais preocupado em mostrar que se tal fé não resulta num estilo de vida justo, então, antes de tudo, essa fé não é uma fé verdadeira, e a declaração legal de justiça da parte divina nunca aconteceu, de forma alguma. Visto que alguém não é salvo *pelas* boas obras, mas *para* as boas obras (Efésios 2.10), uma pessoa não necessita produzir boas obras para ser salva, mas se ela não produz boas obras após ela alegar ser salva, então ela nunca foi salva.

Assim, Tiago não nega que a justiça legal venha pela fé somente – o que não está sob consideração – mas ele queria desafiar seus leitores a demonstrarem que a fé deles era genuína: “Mostre-me a sua fé sem obras, e eu lhe mostrarei a minha fé pelas obras” (Tiago 2.18). Sua ênfase não era sobre como alguém obtém justiça legal, mas sobre como alguém que reivindica ter alcançado tal justificação deveria se comportar: “A religião que Deus, o nosso Pai, aceita como pura e imaculada é esta: cuidar dos órfãos e das viúvas em suas dificuldades e não se deixar corromper pelo mundo” (Tiago 1.27).

A natureza legal da justificação significa que a justiça creditada aos eleitos é uma JUSTIÇA IMPUTADA antes do que uma JUSTIÇA INFUNDIDA. Deus enviou Cristo para pagar pelos pecados dos eleitos, então lhes concede fé como o meio pelo qual credita legalmente a justiça positiva de Cristo a eles. A justiça concedida aos eleitos não é, desse modo, aquela que tenha sido adquirida ou produzida por eles mesmos, mas a que foi gerada por Cristo e lhes dada como um dom. Logo, quando afirmamos que a justificação é *pela fé somente*, estamos, na verdade, afirmando que a justificação não é pelos nossos próprios esforços, os quais nunca poderiam adquirir justificação, mas que a nossa justificação é *por Cristo somente*, que adquiriu justificação para nós.

Visto que a justificação envolve uma declaração legal, ela é um ato instantâneo. Alguém está justificado ou não-justificado; ninguém se torna justificado gradualmente, mas é declarado justo instantaneamente quando crê no evangelho. Portanto, o conceito de justificação exclui o processo pelo qual o crente cresce em conhecimento e santidade, que é parte da santificação.

⁴¹ Reymond, *Systematic Theology*; p. 750.

Os cristãos que afirmam a justificação pela fé somente, todavia, freqüentemente confundem justiça imputada com justiça infundida. A justificação é uma justiça imputada, e a santificação é uma justiça infundida. A justificação é uma declaração instantânea de justiça, mas a santificação se refere ao crescimento espiritual do crente após ele ter sido justificado por Deus.

ADOTADOS

Tendo sido declarados justos por Deus, a ADOÇÃO é um ato seu pelo qual ele faz com que os eleitos justificados se tornem membros de sua família.

Algumas pessoas pensam que todo ser humano é um filho de Deus. Contra essa concepção errônea, a Bíblia ensina que, pelo contrário, todo não-cristão é um filho do diabo:

O campo é o mundo, e a boa semente são os filhos do Reino. O joio são os filhos do Maligno. (Mateus 13.38)

Então Jesus respondeu: “Não fui eu que os escolhi, os Doze? Todavia, um de vocês é um diabo!”. (João 6.70)

Vocês pertencem ao pai de vocês, o diabo, e querem realizar o desejo dele. Ele foi homicida desde o princípio e não se apegou à verdade, pois não há verdade nele. Quando mente, fala a sua própria língua, pois é mentiroso e pai da mentira. (João 8.44)

Filho do diabo e inimigo de tudo o que é justo! Você está cheio de toda espécie de engano e maldade. Quando é que vai parar de perverter os retos caminhos do Senhor? (Atos 13.10)

Aquele que pratica o pecado é do diabo, porque o diabo vem pecando desde o princípio. Para isso o Filho de Deus se manifestou: para destruir as obras do diabo. (1 João 3.8)

Desta forma sabemos quem são os filhos de Deus e quem são os filhos do diabo: quem não pratica a justiça não procede de Deus; e também quem não ama seu irmão. (1 João 3.10)

Não sejamos como Caim, que pertencia ao Maligno e matou seu irmão. E por que o matou? Porque suas obras eram más e as de seu irmão eram justas. (1 João 3.12)

Por outro lado, aqueles que foram salvos por Cristo foram também feitos filhos de Deus:

Porque todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus. Porque não recebestes o espírito de escravidão, para, outra vez, estardes em temor, mas recebestes o espírito de adoção de filhos, pelo qual clamamos: “Aba, Pai!”. O mesmo Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus. E, se nós somos filhos, somos, logo, herdeiros também, herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo; se é certo que com ele padecemos, para que também com ele sejamos glorificados. (Romanos 8.14-17, ERC)

Não é pouca coisa ser chamado filhos e herdeiros de Deus. Talvez essa doutrina tenha sido tão diluída e abusada nos círculos cristãos e no mundo que nós não estamos tão impressionados com ele quanto deveríamos estar: “Vejam como é grande o amor que o Pai nos concedeu: que fôssemos chamados filhos de Deus, o que de fato somos! Por isso o mundo não nos conhece, porque não o conheceu” (1 João 3.1).

Uma implicação importante de termos sido adotados na família de Deus é que nós podemos agora nos relacionar com ele como o nosso Pai Celestial, e que podemos ter agora comunhão com outros cristãos como verdadeiros membros de família. Na realidade, a união entre os cristãos deveria ser mais forte do que aquela que existe entre os membros de uma família natural. Nós fomos unidos pela vontade divina, pelo sangue de Cristo e por uma fé comum.

A maioria das pessoas supõe que a Bíblia nos ensina a tratar os outros de uma forma imparcial. Por exemplo, não se deve dar um tratamento especial a um rico apenas porque ele é rico (Tiago 2.1-9). Contudo, a Bíblia não ensina que devemos tratar a todos da mesma maneira; antes, nós temos que dar prioridade a certas pessoas: “Portanto, enquanto temos oportunidade, façamos o bem a todos, *especialmente* aos da família da fé” (Gálatas 6.10). Nós temos que colocar os cristãos em primeiro lugar quando formos prover assistência a outras pessoas.

Devemos ser cuidadosos para evitar confundir adoção com outros itens nos benefícios da redenção. Por exemplo, regeneração é uma ressurreição espiritual que capacita o indivíduo a responder positivamente a Deus, mas a pessoa não se torna um filho dele através daquela. É possível para uma criatura racional ser espiritualmente viva, sem ser um membro da família divina no sentido denotado por adoção. Anjos podem ser um exemplo dessa classe de seres.

Além do que, adoção não é justificação. Seria possível para Deus declarar legalmente alguém como justo sem também fazer dessa mesma pessoa um filho através da adoção. Alguém que foi regenerado e justificado já permanece como justo diante de Deus, e nunca será condenado (Romanos 8.33). Mas a doutrina da adoção nos ilumina ainda mais com respeito à extensão do amor dele para com os seus eleitos, que, além de salvá-los do pecado e do inferno, também os fez seus filhos e herdeiros.

Vários itens nos benefícios da redenção têm sido distorcidos por algumas pessoas para denotar deificação; as doutrinas da regeneração e da glorificação são especialmente tendentes a serem abusadas. Um entendimento apropriado da adoção nos ajudará a evitar esse erro. Um pregador disse o seguinte:

Pedro disse isso claramente; ele disse: “Nós somos participantes da natureza divina”. Essa natureza é a vida eterna em perfeição absoluta. E essa foi comunicada, injetada em seu espírito humano, e você a teve comunicada em si por Deus da mesma forma como você a comunicou a seu filho a natureza da humanidade. Esse filho não nasceu uma baleia! Ele nasceu um humano! Isso não é verdade? Bem, agora, você não *tem* um [lado] humano, tem? Você *é* um deles. Você não *tem* um deus em você. Você *é* um.⁴²

⁴² Kenneth Copeland, “The Force of Love” (Fort Worth: Kenneth Copeland Ministries), fita cassete #02- 0028. Citado em John F. MacArthur, Jr., *Charismatic Chaos*; Grand Rapids, Michigan: Zondervan Publishing House, 1992; p. 331. Quando Paul Crouch disse, “Eu *sou* um pequeno deus!”

Esse pregador ou está querendo dizer alguma outra coisa e se equivocou no caminho, o que faz supor extremo descuido e expressa indiferença ao ministério da pregação, ou ele quer dizer o que disse, o que constitui blasfêmia do tipo mais terrível. Em outras palavras, se isso foi apenas uma escolha infeliz de palavras, então ela foi uma escolha *muito* infeliz de palavras; se ela foi uma escolha boa de palavras, então foi uma doutrina *muito* blasfema. Ambos os erros são suficientes para resultarem em demissão do ministério, se não em excomunhão da igreja.

Jesus é o “Unigênito” de Deus (João 3.16; veja também João 3.18, 1 João 4.9); ele tem um lugar único diante de Deus e um relacionamento peculiar com ele. Nós somos filhos *adotados* de Deus, e a regeneração não nos torna parte da Trindade! Que Jesus é também aludido como o “*primogênito*” (Romanos 8.29) denota sua preeminência entre a criação divina e os seus eleitos, de acordo com a mentalidade hebraica, e não significa que nós somos os filhos subsequentes de Deus no mesmo sentido e na mesma ordem de Deus Filho. Por exemplo, Colossenses 1.15 diz: “Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação”. Isso não significa que o universo e os planetas também sejam filhos de Deus.

SANTIFICADOS

A palavra SANTIFICAÇÃO pode ser usada em dois sentidos. SANTIFICAÇÃO DEFINIDA refere-se à quebra instantânea e decisiva do domínio do pecado quando o novo crente chega à fé em Cristo. Deus o consagrou e separou do mundo. Mas nessa seção, estamos interessados na SANTIFICAÇÃO PROGRESSIVA, que se refere ao crescimento gradual do crente em conhecimento e santidade, de forma que tendo recebido a justiça *legal* na justificação, ele pode agora desenvolver uma justiça *pessoal* em seu pensamento e comportamento.

Algumas pessoas cometem o engano de pensar que a santificação toda é como a justificação, no sentido de ser um ato imediato de Deus pelo qual ele nos fazer alcançar a perfeita santidade em pensamento e conduta e, assim, inferindo que os verdadeiros cristãos não mais cometem pecados de forma alguma. Entretanto, embora ela tenha um ponto definido de começo na regeneração, a Bíblia descreve a santificação como um processo de crescimento, de modo que alguém pense e se comporte cada vez mais de uma forma que seja agradável a Deus, e se conforme à semelhança de Cristo.

Várias passagens bíblicas podem dar a impressão que alguém cessa de pecar totalmente após a regeneração. Por exemplo, 1 João 3.9 diz: “Todo aquele que é nascido de Deus não pratica o pecado, porque a semente de Deus permanece nele; ele não pode estar no pecado, porque é nascido de Deus”. Mas esse versículo está apenas dizendo que aquele que é nascido de Deus não continua no pecado, e não que ele não peca em hipótese alguma. Na verdade, ele escreve no início da epístola: “Se afirmarmos que estamos sem pecado, enganamos a nós mesmos, e a verdade não está em nós” (1.8). Isto é, uma pessoa regenerada deve exibir uma transformação definida em seu pensamento e comportamento. A perfeição não está em vista aqui, mas um inequívoco voltar-se do pensar e viver perversos para um pensar e viver santos.

Copeland respondeu, “Sim! Sim!” Novamente, quando Crouch disse, “Eu *sou* um pequeno deus! Críticos, dêem o fora!” Copeland respondeu, “Você é qualquer coisa que Ele é”. Ibid., p. 332-333.

Na mesma carta, o apóstolo João escreve: “Meus filhinhos, escrevo-lhes estas coisas para que vocês não pequem. Se, porém, alguém pecar, temos um intercessor junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo” (1 João 2.1). A obra expiatória de Cristo pagou eficazmente não somente por aqueles pecados que nós cometemos antes da regeneração, mas também por aqueles subseqüentes a ela. Não obstante, João não escreve isso para nos conceder a liberdade para pecar, mas pelo contrário, ele diz: “Escrevo-lhes estas coisas para que vocês *não* pequem”. O versículo também mostra que ele não exige que os cristãos tenham alcançado a perfeição impecável, visto que ele faz provisão para aquele que peca, dizendo: “Se, porém, alguém pecar, temos um intercessor junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo”.

Hebreus 12.4 apresenta a santificação como uma “luta contra o pecado”, mas a Bíblia também nos diz que essa é uma luta que podemos vencer. Paulo escreve:

Não ofereçam os membros do corpo de vocês ao pecado, como instrumentos de injustiça; antes ofereçam-se a Deus como quem voltou da morte para a vida; e ofereçam os membros do corpo de vocês a ele, como instrumentos de justiça. Pois o pecado não os dominará, porque vocês não estão debaixo da Lei, mas debaixo da graça (Romanos 6.13,14)

O pecado não é o nosso mestre, de forma que não precisamos obedecê-lo. Fomos libertos do pecado para que possamos agora levar vidas justas.

Como em todas as áreas de nossa vida espiritual, o modo como crescemos em santidade envolve o intelecto e a volição, ou o entendimento e a vontade. Pedro escreve: “Graça e paz lhes sejam multiplicadas, pelo pleno *conhecimento* de Deus e de Jesus, o nosso Senhor. Seu divino poder nos deu tudo de que necessitamos para a vida e para a piedade, por meio do pleno *conhecimento* daquele que nos chamou para a sua própria glória e virtude” (2 Pedro 1.2,3). Crescemos em maturidade espiritual primeiro através do conhecimento. Seria impossível afastar-se da iniquidade e seguir a justiça sem um claro conceito do que a impiedade e a justiça significam, e que tipos de pensamentos e ações correspondem a cada uma delas. Quanto a nossa volição, Paulo escreve: “*Considerem-se* mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus” (Romanos 6.11).

Como todos os itens que esse capítulo discute, a santificação é uma obra de Deus; contudo, ela é **SINERGÍSTICA** em natureza, significando que num sentido ela também é uma obra do homem, e requer sua vontade e esforço deliberados no processo. Sobre esse assunto, Paulo escreve:

Assim, meus amados, como sempre vocês obedeceram, não apenas na minha presença, porém muito mais agora na minha ausência, ponham em ação a salvação de vocês com temor e tremor, pois é Deus quem efetua em vocês tanto o querer

quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele.
(Filipenses 2.12,13)⁴³

O crente deve ativamente fazer sua parte na santificação, de forma que persiga uma vida de obediência a Deus “com temor e tremor”.

Todavia, na continuação da passagem, é explicado que até mesmo o desenvolvimento da nossa salvação é definitivamente uma obra de Deus: “É Deus quem efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele”. Nossas ações e decisões permanecem debaixo do controle dele após a nossa regeneração e santificação. Portanto, embora uma pessoa esteja consciente de seus esforços e lutas na santificação, no final Deus recebe a glória, e o crente ainda não poderá se gloriar de suas próprias realizações.

PRESERVADOS

Todos os que passam por uma fase da aplicação da redenção, experimentarão também a fase seguinte. Por exemplo, todos a quem Deus predestinou, ele também chamará à salvação no devido tempo. Ora, Romanos 8.30 diz: “Aos que *justificou*, também *glorificou*”. Tal declaração necessariamente implica que todos os que experimentam a justificação também experimentarão a glorificação; ninguém que esteja justificado deixará de ser glorificado. Visto que a glorificação se refere à consumação da obra salvadora de Deus no eleito, isso significa que uma vez que um indivíduo tenha sido justificado aos olhos de Deus, sua justiça legal nunca será perdida. Visto que todos aqueles que são justificados também serão glorificados, os verdadeiros cristãos nunca perderão sua salvação.

Essa doutrina é amiúde chamada de PERSEVERANÇA DOS SANTOS; e também de SEGURANÇA ETERNA em alguns círculos. Esses termos são acurados, visto que os crentes verdadeiros conscientemente perseveram na fé e os eleitos estão, de fato, eternamente seguros em sua salvação. Contudo, muitas passagens bíblicas tratando com esse tópico enfatizam que é Deus quem ativamente preserva o crente do princípio ao fim da sua salvação, que Jesus é “o *autor e consumidor* da nossa fé” (Hebreus 12.2). Sendo esse o caso, PRESERVAÇÃO é um termo melhor. Ele reflete o fato de que, no final das contas, é Deus quem mantém a salvação dos cristãos, e não o crente em si.

Favorecer a perspectiva da preservação não nega que o crente deva deliberadamente se aperfeiçoar e conscientemente se esforçar a fim de perseverar. É antibíblico dizer que, visto que é Deus em última análise quem nos guarda, logo, não precisamos exercer nenhum esforço consciente em nosso desenvolvimento espiritual. “Relaxe, e deixe Deus fazer tudo”, uma frase popular que provavelmente veio do movimento de Keswick, é antibíblica quando aplicada à santificação. Porém, a palavra “preservação” nos ajuda a lembrar que é Deus quem concede e causa qualquer aperfeiçoamento e estabilidade em nosso crescimento em conhecimento e santidade, mesmo que

⁴³ A palavra “salvação” não deve ser confundida com justificação, visto que Paulo não está falando de obter justiça legal diante de Deus nessa passagem. Regeneração, justificação, santificação etc. estão todas debaixo do termo geral “salvação”, e assim o leitor deve prestar atenção para o contexto para ver em que sentido o termo está sendo usado. Aqui, Paulo admoesta os crentes a exercerem esforço consciente em seu crescimento espiritual, ou santificação.

estejamos dolorosamente conscientes dos esforços que exercemos para o nosso desenvolvimento espiritual.

Há muitas passagens bíblicas que ensinam que Deus preserva aqueles a quem ele elegeu, regenerou e justificou:

Farei com eles uma aliança permanente: Jamais deixarei de fazer o bem a eles, e farei com que me temam de coração, para que jamais se desviem de mim. (Jeremias 32.40)

Todo aquele que o Pai me der virá a mim, e quem vier a mim eu jamais rejeitarei. Pois desci dos céus, não para fazer a minha vontade, mas para fazer a vontade daquele que me enviou. E esta é a vontade daquele que me enviou: que eu não perca nenhum dos que ele me deu, mas os ressuscite no último dia.. (João 6.37-39)

Eu lhes dou a vida eterna, e elas jamais perecerão; ninguém as poderá arrancar da minha mão. Meu Pai, que as deu para mim, é maior do que todos; ninguém as pode arrancar da mão de meu Pai. (João 10.28,29)

Pois estou convencido de que nem morte nem vida, nem anjos nem demônios, nem o presente nem o futuro, nem quaisquer poderes, nem altura nem profundidade, nem qualquer outra coisa na criação será capaz de nos separar do amor de Deus que está em Cristo Jesus, nosso Senhor. (Romanos 8.38,39)

Ele os manterá firmes até o fim, de modo que vocês serão irrepreensíveis no dia de nosso Senhor Jesus Cristo. (1 Coríntios 1.8)

Ora, é Deus que faz que nós e vocês permaneçamos firmes em Cristo. Ele nos ungiu, nos selou como sua propriedade e pôs o seu Espírito em nossos corações como garantia do que está por vir. (2 Coríntios 1.21,22)

Estou convencido de que aquele que começou boa obra em vocês, vai completá-la até o dia de Cristo Jesus. (Filipenses 1.6)

Que o próprio Deus da paz os santifique inteiramente. Que todo o espírito, a alma e o corpo de vocês sejam preservados irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo. Aquele que os chama é fiel, e fará isso. (1 Tessalonicenses 5.23,24)

Por essa causa também sofro, mas não me envergonho, porque sei em quem tenho crido e estou bem certo de que ele é poderoso para guardar o que lhe confiei até aquele dia. (2 Timóteo 1.12)

O Senhor me livrará de toda obra maligna e me levará a salvo para o seu Reino celestial. A ele seja a glória para todo o sempre. Amém. (2 Timóteo 4.18)

Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo! Conforme a sua grande misericórdia, ele nos regenerou para uma esperança viva, por meio da ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança que jamais poderá perecer, macular-se ou perder o seu valor. Herança guardada nos céus

para vocês que, mediante a fé, são protegidos pelo poder de Deus até chegar a salvação prestes a ser revelada no último tempo. (1 Pedro 1.3-5)

Judas, servo de Jesus Cristo e irmão de Tiago, aos que foram chamados, amados por Deus Pai e guardados por Jesus Cristo. (Judas 1)

Àquele que é poderoso para impedi-los de cair e para apresentá-los diante da sua glória sem mácula e com grande alegria, ao único Deus, nosso Salvador, sejam glória, majestade, poder e autoridade, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor, antes de todos os tempos, agora e para todo o sempre! Amém. (Judas 24-25)

A doutrina da preservação não diz que qualquer um que fez uma profissão de fé em Cristo esteja portanto salvo e nunca se perderá, visto que sua profissão pode ser falsa. Antes, a doutrina ensina que os *verdadeiros* cristãos nunca se perderão. Eles nunca se apartarão permanentemente de Cristo, embora alguns deles possam até mesmo cair profundamente no pecado por um tempo.

Um verdadeiro cristão é alguém que deu assentimento verdadeiro ao evangelho, e cuja “fé sincera” (1 Timóteo 1.5) se torna evidente através de uma transformação duradoura de pensamentos, conversação e comportamento em conformidade com as exigências da Escritura. João diz que alguém que é regenerado “não pode continuar pecando” (1 João 3.9). Por outro lado, uma pessoa que produz uma profissão de Cristo como resultado de um falso assentimento ao evangelho pode permanecer “somente um pouco de tempo. Quando surge alguma tribulação ou perseguição por causa da palavra, logo a abandona” (Mateus 13.21).

Algumas vezes até os eleitos podem cair em sério pecado, mas tal queda nunca será permanente. Todavia, enquanto uma pessoa estiver vivendo um estilo de vida pecaminoso, não temos razão para crer em sua profissão de fé naquele momento, e, portanto, devemos pensar dele como um incrédulo. Jesus ensina que uma recusa obstinada para se arrepender é uma razão suficiente para a excomunhão:

Se o seu irmão pecar contra você, vá e, a sós com ele, mostre-lhe o erro. Se ele o ouvir, você ganhou seu irmão. Mas se ele não o ouvir, leve consigo mais um ou dois outros, de modo que ‘qualquer acusação seja confirmada pelo depoimento de duas ou três testemunhas. Se ele se recusar a ouvi-los, conte à igreja; e se ele se recusar a ouvir também a igreja, trate-o como pagão ou publicano. (Mateus 18.15-17)

Visto que ele é considerado um incrédulo, não pode ser um candidato para casamento por um cristão, não pode participar na comunhão, e não pode manter nenhuma responsabilidade ministerial. Ele pode ser de fato um verdadeiro cristão, mas não há nenhuma forma de se estar certo disso enquanto ele permanecer no pecado. Antes, ele deve ser considerado e tratado como um incrédulo, juntamente com todas as implicações de tal suposição. “Portanto, irmãos, empenhem-se ainda mais para consolidar o chamado e a eleição de vocês, pois se agirem dessa forma, jamais tropeçarão” (2 Pedro 1.10).

Aqueles que caem e nunca se arrependem jamais foram verdadeiramente salvos. João diz: “Eles saíram do nosso meio, mas na realidade não eram dos nossos, pois, se fossem dos nossos, teriam permanecido conosco; o fato de terem saído mostra que

nenhum deles era dos nossos” (1 João 2.19). Judas pareceu ter seguido Jesus por vários anos, mas Jesus diz: “Não fui eu que os escolhi, os Doze? Todavia, um de vocês é um diabo!” (João 6.70). O versículo 64 explica: “Jesus sabia desde o princípio quais deles não criam e quem o iria trair”.

Assim, não é que Judas tivesse verdadeira fé, e então caísse em pecado e perdesse a sua salvação; pelo contrário, ele nunca teve verdadeira fé de forma alguma. Jesus escolheu Judas sabendo que ele seria o traidor: “Enquanto estava com eles, eu os protegi e os guardei no nome que me deste. Nenhum deles se perdeu, a não ser aquele que estava destinado à perdição, para que se cumprisse a Escritura” (João 17.12). Esse versículo pressupõe a eleição divina, e explicitamente ensina as doutrinas da preservação e da condenação. Jesus guardou a salvo os onze, que estavam entre os eleitos, mas Judas se perdeu porque ele, antes e tudo, nunca tinha sido salvo; estava entre os condenados, “preparados para destruição”.

Por outro lado, aqueles dentre os eleitos que parecem decair de sua fé, todavia, retém sua salvação, e eles retornarão a Cristo de acordo com o poder de Deus para preservá-los. Por exemplo, mesmo antes de Pedro negar a Cristo, foi-lhe dito: “Simão, Simão, Satanás pediu vocês para peneirá-los como trigo. Mas eu orei por você, para que a sua fé não desfaleça. E quando você se converter, fortaleça os seus irmãos” (Lucas 22.31,32). É verdade que se a fé de alguém se perder realmente, então ele perdeu também sua salvação; contudo, é o próprio Deus quem impede que a fé dos seus eleitos fracasse. E, assim como Jesus orou por Pedro, ele está agora orando por todos os cristãos, de modo que não importa quais problemas espirituais eles pareçam estar experimentando, no final a fé deles não malogrará:

Minha oração não é apenas por eles. Rogo também por aqueles que crerão em mim, por meio da mensagem deles. (João 17.20)

Portanto, ele é capaz de salvar definitivamente aqueles que, por meio dele, aproximam-se de Deus, pois vive sempre para interceder por eles. (Hebreus 7.25)

Jesus não fez tal oração por Judas, mas orou somente pelos seus eleitos: “Eu rogo por eles. Não estou rogando pelo mundo, mas por aqueles que me deste, pois são teus” (João 17.9).

Uma das objeções mais comuns a essa doutrina declara que, se é verdade que o crente não pode perder sua salvação, então isso constitui uma licença implícita para pecar. O cristão pode cometer todo tipo de pecado, e ainda permanecerá seguro em Cristo. Entretanto, o verdadeiro cristão não deseja viver no pecado, embora possa ocasionalmente tropeçar. O verdadeiro crente detesta o pecado e ama a justiça. Alguém que peca de maneira irrefreada não é um cristão absolutamente.

Há várias passagens bíblicas que ordenam os cristãos a buscarem a justiça e evitem a impiedade. Algumas dessas passagens são tão fortes em expressão e contém advertências tão sinistras, que alguns as interpretam incorretamente, como dizendo que é possível para um verdadeiro crente perder sua salvação. Por exemplo, Hebreus 6.4-6 diz o seguinte:

Ora, para aqueles que uma vez foram iluminados, provaram o dom celestial, tornaram-se participantes do Espírito Santo, experimentaram a bondade da

palavra de Deus e os poderes da era que há de vir, e caíram, é impossível que sejam reconduzidos ao arrependimento; pois para si mesmos estão crucificando de novo o Filho de Deus, sujeitando-o à desonra pública.

Em primeiro lugar, o que quer que essa passagem signifique, ela não diz que os eleitos renunciam de fato a sua fé. Vamos assumir que a passagem está de fato dizendo que se alguém decair da fé depois de alcançar certo estágio de desenvolvimento espiritual, ela de fato perderia sua salvação. Isso não desafia a doutrina da preservação – na realidade, podemos concordar de todo coração com tal declaração. Se o eleito sincera e permanentemente renuncia a Cristo, então perde sua salvação. Contudo, nós já lemos vários versículos dizendo que isso nunca acontece, que o verdadeiro crente nunca renunciará a Cristo de forma sincera e permanente, e a passagem acima não diz nada que contradiga isso. João diz que aqueles que se apartam da fé nunca estiveram verdadeiramente na fé.

Em segundo lugar, vários versículos adiante, o escritor declara explicitamente que o que essa passagem descreve não acontecerá aos seus leitores: “Amados, mesmo falando dessa forma, estamos convictos de coisas melhores em relação a vocês, coisas que acompanham a salvação” (Hebreus 6.9). Parafrazeando, ele está dizendo: “Embora estejamos falando dessa forma, estou certo de que quando diz respeito à salvação, isso não acontecerá com vocês”.

Em terceiro lugar, devemos lembrar que Deus usa vários meios pelos quais ele realiza os seus fins. Por exemplo, embora ele tenha determinado imutavelmente as identidades daqueles a quem salvaria, ele não salva essas pessoas sem se valer de meios. Antes, ele salva os eleitos por meio da pregação do evangelho, e da fé em Cristo que coloca dentro deles. Deus usa vários meios para realizar os seus fins, e ele escolhe e controla tanto os meios como os fins.

Conseqüentemente, apenas porque se nos diz que os eleitos perseverarão na fé, não significa que Deus não os advirta contra a apostasia. Na verdade, essas advertências escriturísticas sobre as conseqüências de renunciar a fé cristã são um dos meios pelos quais Deus impede seus eleitos de cometer apostasia. Os réprobos ignorarão essas advertências, mas os eleitos prestarão atenção a elas (João 10.27), e assim, eles continuarão a operar a própria santificação “com temor e tremor” (Filipenses 2.12). Concernente às palavras de Deus, Salmo 19.11 diz: “Por elas o teu servo é advertido; há grande recompensa em obedecer-lhes”.